



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

RAFAEL DE CARVALHO CARDOSO

**WILLIAM GRIMES E FREDERICK
DOUGLASS: SUBJETIVIDADES E
VONTADE COLETIVA NAS
AUTOBIOGRAFIAS DE
ESCRAVIZADOS DOS ESTADOS
UNIDOS ANTEBELLUM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL DE CARVALHO CARDOSO

**WILLIAM GRIMES E FREDERICK DOUGLASS: SUBJETIVIDADES E
VONTADE COLETIVA NAS AUTOBIOGRAFIAS DE ESCRAVIZADOS
DOS ESTADOS UNIDOS ANTEBELLUM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Francisca Pires

Coorientador: Prof^a. Dr^o. Flavio Limonic

Rio de Janeiro

2022

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C268 Cardoso, Rafael de Carvalho
William Grimes e Frederick Douglass:
subjetividades e vontade coletiva nas
autobiografias de escravizados dos Estados Unidos
antebellum / Rafael de Carvalho Cardoso. -- Rio de
Janeiro, 2022.
215 f.

Orientadora: Maria da Conceição Francisca Pires.
Coorientador: Flavio Limonic.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2022.

1. autobiografias. 2. escravidão. 3.
abolicionismo. 4. Estados Unidos. 5. Gramsci. I.
Pires, Maria da Conceição Francisca, orient. II.
Limonic, Flavio, coorient. III. Título.

RAFAEL DE CARVALHO CARDOSO

WILLIAM GRIMES E FREDERICK DOUGLASS: SUBJETIVIDADES E VONTADE
COLETIVA NAS AUTOBIOGRAFIAS DE ESCRAVIZADOS DOS ESTADOS UNIDOS
ANTEBELLUM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 03/06/2022

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria da Conceição Francisca Pires (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^ª. Dr^º. Flavio Limonic (Coorientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^ª. Dr^ª. Keila Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^ª. Dr^º. Rafael de Bivar Marquese
Universidade de São Paulo - USP

Prof^ª. Dr^ª. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (Suplente)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Agradecimentos

Agradecer é parte importante de um trabalho acadêmico. Um gesto de educação necessário para reconhecer publicamente o valor daqueles que contribuíram para o resultado. Uma tarefa geralmente simples, protocolar. Por isso, ao iniciar o mestrado há dois anos e meio, nunca imaginei que se tornaria uma das partes mais difíceis da dissertação. Desde o processo de qualificação até a entrega final para a banca, foram meses turbulentos, de emoções intensas, felizes e tristes. Assim, mais do que agradecimentos, este virou um espaço de homenagens.

Essa pesquisa nunca seria a mesma não fosse pelo professor Ricardo Salles. Quando o conheci há três anos e meio, tinha em mente apenas o objetivo de concluir a graduação, uma pendência minha de longa data. A avaliação positiva do material que eu tinha escrito e os incentivos diretos dele foram essenciais para que me sentisse confiante em seguir os estudos na pós-graduação. Mesmo com o fim do vínculo formal da universidade, Ricardo entrava em contato frequentemente com sugestões e conselhos para a sequência dos meus estudos. E foi com alegria que recebeu a notícia da aprovação na seleção do mestrado. Durante o processo de estudos, pude contar com uma orientação intelectual de fato. Foram indicações de leituras, críticas construtivas e ensinamentos preciosos, que incluíram a apresentação dos conceitos gramscianos, dos quais tinha pouco conhecimento até então. Graças a ele, posso apresentar hoje um estudo que vai além de um coleção de curiosidades históricas, mas que se sustenta sobre uma base teórica mais firme. Sozinho, eu dificilmente chegaria nesse ponto.

Mas a importância do Ricardo não era estritamente intelectual. Sem expressar a excessiva formalidade que acomete alguns acadêmicos, tornava o processo de pesquisa mais leve. Gentileza, paciência, generosidade e sensibilidade eram comportamentos habituais nos quase dois anos em que trabalhamos juntos nessa dissertação. Com frequência se solidarizava com as intercorrências paralelas que atrapalhavam o ritmo de escrita e oferecia conselhos valiosos para equilibrar os estudos e a vida pessoal.

Por isso tudo, é inevitável a tristeza de não poder contar mais com uma referência intelectual e uma pessoa querida por perto. Concluir essa pesquisa é mais do que um ato de orgulho individual. É também uma demonstração de reconhecimento e admiração pelo trabalho que pudemos realizar juntos, mesmo que precocemente interrompido. Foi um privilégio ter desfrutado da companhia e dos ensinamentos de alguém que contribuiu tanto para a historiografia em geral. Tenho certeza de que já sou um historiador muito melhor por tê-lo conhecido.

Se o texto é uma obra coletiva, também é o autor que o assina. E como “bloco histórico”, na concepção gramsciana do termo, sou coletivo, sou relação, sou história. E parte fundamental do que sou se conecta com a minha avó, que faleceu no início desse ano. Meu ponto de partida, a origem para a qual sempre retornei ao significar e projetar a vida. Ovídia nasceu no interior da Paraíba, casou-se cedo e veio para o Rio em busca de condições de vida melhores. Morou a maior parte dos 92 anos na favela. Depois da morte do marido, teve de administrar uma família grande sozinha, com filhos e netos. Mas evitava chorar e reclamar: era o meu principal símbolo de força. Resiliente quando preciso, em movimento quando possível. Sempre valorizou os estudos e tinha muito orgulho de ser alfabetizada. Dizia que a leitura era o que impedia a cegueira. Assim que terminei a minha primeira graduação em jornalismo, foi a que recebeu a notícia com mais alegria. Portanto, cada passo que dou de amadurecimento intelectual, como a conclusão dessa pesquisa, dedico a ela que tornou o caminho possível. Que esse amor me guie por outras conquistas.

Registro também minha homenagem à memória do amigo Rogério Sacchi. Obrigado pelos anos de conversas inteligentes e bem-humoradas, pelos debates que movimentaram diariamente nossas noites de trabalho, por compartilhar de uma mente divertida e sonhadora. Que os seus exemplos e incentivos me ajudem a correr mais riscos e a sonhar mais alto.

Para a continuidade e a conclusão dessa pesquisa, agradeço especialmente à professora Conceição Pires. Ela assumiu a missão complicada de orientar um trabalho já em andamento, em um momento de desânimo e incerteza. Conduziu o processo com leveza, atuou na parte motivacional e intelectual, fez avaliações minuciosas e sugestões importantes para melhorar a pesquisa. Agradeço também ao professor Flávio Limonic, como coorientador, pelas leituras e comentários críticos que fez do texto.

Pelas ricas contribuições que trouxeram para este estudo no processo de qualificação, sou grato aos professores Rafael Marquese e Keila Grinberg. As análises deles me permitiram aparar inconsistências, acrescentar conteúdos importantes e ter segurança na condução da pesquisa.

Dedico, por fim, a dissertação aos meus pais, por uma vida de carinho, incentivo e sacrifícios, por estarem ao meu lado em todos os momentos importantes. À minha mulher Alessandra, pela longa parceria, amor e sensibilidade, por ouvir pacientemente minhas dúvidas e divagações, por oferecer sugestões importantes sobre a pesquisa. Ao meu filho Pedro, que me deu forças para continuar em movimento, lidando com as tristezas e as alegrias. Que possamos aprender muito um com o outro e que, no futuro, você possa entender que foi parte importante para a conclusão dessa pesquisa.

RESUMO

Nas décadas anteriores à Guerra Civil nos Estados Unidos, um grupo de afro-americanos escreveu autobiografias com reflexões sobre o tempo em que foram escravizados. Analisamos esses textos a partir de uma matriz teórica gramsciana, com destaque para dois autores: William Grimes (1784-1865) e Frederick Douglass (1818-1895). Antes de 1865, cada um deles publicou duas edições do relato de si. Nossa pesquisa propõe identificar os sujeitos constituídos em cada uma delas, com foco nos significados que deram à própria individualidade e aos movimentos coletivos da época. O “eu” projetado nas páginas é resultado das experiências individuais, das relações sociais e do contexto histórico. Ao comparar as autobiografias de Grimes e Douglass, nossa premissa é a de que elas apontam para as diferentes possibilidades políticas de engajamento coletivo, ativismo político e alianças mais amplas dos sujeitos subalternos em condições de exploração extrema.

Palavras-chave: autobiografias de escravizados; escravidão; abolicionismo; Estados Unidos; Gramsci

ABSTRACT

In the decades before the Civil War in the United States, a group of African Americans wrote autobiographies with reflections on the time when they were enslaved. In this research, the texts are analyzed from a Gramscian theoretical framework, with emphasis on two authors: William Grimes (1784-1865) and Frederick Douglass (1818-1895). Before 1865, they each published two editions of the account of themselves. Our research identifies the subjects constituted in each of them, focusing on the meanings they gave to their own individuality and to the collective movements of their time. The “self” projected on the pages is the result of individual experiences, social relationships, and historical context. When comparing the autobiographies of Grimes and Douglass, our premise is that they point to different political possibilities of collective engagement, political activism, and broader alliances of subaltern subjects in conditions of extreme exploitation.

Keywords: slave narratives; slavery; abolitionism; United States; Gramsci

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Anexo A – Capa da autobiografia de William Grimes, 1825: pg. 211

Anexo B – Folha de rosto da autobiografia de Frederick Douglass 1845: pg. 212

Anexo C – Retrato na autobiografia de Frederick Douglass, 1845: pg. 213

Anexo D – Capa da autobiografia de William Grimes, 1855: pg. 214

Anexo E – Folha de rosto da autobiografia de Frederick Douglass, 1855: pg. 215

Anexo F – Retrato na autobiografia de Frederick Douglass, 1855: pg. 216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estados que restringiram os direitos políticos aos homens brancos: pg. 83

Tabela 2. População dos Estados Unidos por região, identidade racial e situação social: pg. 84

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. William Grimes: autobiografia de 1825	
2.1 <i>Slave narratives</i> e tradição literária.....	30
2.2 Personalidade: adequações e contradições do “eu”.....	41
2.3 Consciência crítica: sob o peso das estruturas.....	52
2.4 Relações sociais: frustração e pessimismo.....	68
3. Frederick Douglass: autobiografia de 1845	
3.1 <i>Slave narratives</i> e tradição literária.....	90
3.2 Personalidade: a construção do “eu” coerente.....	100
3.3 Relações sociais: alianças contra o mal.....	120
3.4 Consciência crítica: a luta como propósito.....	137
4. Grimes e Douglass: autobiografias de 1855	
4.1 <i>Slave narratives</i> e tradição literária.....	148
4.2 Grimes, segunda edição: uma trajetória de isolamento.....	162
4.3 Douglass, segunda versão: o intelectual orgânico.....	174
5. Conclusão.....	195
6. Referências.....	200
7. Anexos.....	211

1

INTRODUÇÃO

1.1

Na história dos Estados Unidos, a autobiografia se tornou um recurso frequente para os afro-americanos contestarem imagens negativas sobre si. Em diferentes contextos, eles apresentaram concepções particulares sobre o que significava ser negro em estruturas socioeconômicas e ideológicas que normatizavam e lucravam com a desigualdade. No século 19, podiam reivindicar posições sociais como líderes religiosos (Richard Allen e Jarena Lee) ou abolicionistas (William Wells Brown e Harriet Jacobs). No século 20, assumir lugares como educadores (Booker T. Washington), sociólogos e historiadores (W. E. B. Du Bois), jornalistas (Ida B. Wells), ativistas e intelectuais (Malcom X, Martin Luther King, Angela Davis e bell hooks).

Nossa pesquisa aborda a luta dos afro-americanos pelo direito de tornarem-se sujeitos num período em que a assimetria existencial era regra. De maneira explícita, fundamentada em lei e na cultura hegemônica. Nos Estados Unidos *antebellum*, eles precisaram recorrer a diferentes estratégias para ser reconhecidos, primeiro, como humanos. Depois, como cidadãos livres, com direitos iguais aos brancos.

Vamos dedicar uma atenção especial aos livros e às vidas de dois homens: William Grimes e Frederick Douglass, ambos com publicações anteriores à Guerra Civil e à abolição da escravidão. As autobiografias deles fazem parte de um conjunto documental mais amplo que se convencionou chamar de *slave narratives*, ou seja, todas as fontes que tenham sido escritas por escravizados ou atribuídas a eles como protagonistas. Ao longo desse texto, os termos podem aparecer como sinônimos, seja em nossas palavras ou nas de outros pesquisadores. Nesses casos, são usados na função de metonímia, para evitar a repetição contínua de termos.

Também é importante esclarecer que optamos, na maior parte do tempo, pelo uso do termo “escravizado” no lugar de “escravo”. Agimos em convergência com o que vem sendo adotado por outros historiadores e em coerência com nosso próprio entendimento das identidades sociais como transitórias. “Escravidão” transmite melhor a ideia de condição e não de estado imutável do sujeito. A palavra “escravo” foi mantida sobretudo nas traduções diretas do inglês, para indicar sentido mais próximo ao usado nas fontes primárias e na bibliografia especializada.

1.2

No período *antebellum*, as autobiografias de escravizados foram lidas por milhares de pessoas nos Estados Unidos e na Europa. As primeiras avaliações críticas sobre os autores e as obras apareceram nos jornais da época, principalmente a partir da década de 1840. Os principais debates eram sobre o grau de confiabilidade das narrativas como registros fiéis da vida sulista e da escravidão. Com o fim da Guerra Civil e a abolição em 1865, as memórias de cativo continuaram a ser publicadas, mas a popularidade diminuiu gradativamente. Um exemplo emblemático foi a recepção do livro de Frederick Douglass, *Life and Times*. Ao contrário das autobiografias que ele lançou décadas antes, o livro de 1881 teve pouco espaço em resenhas de periódicos norte-americanos. No fim do século 19 e ao longo da primeira metade do 20, as autobiografias perderam lugar de destaque na memória pública norte-americana, inclusive entre os estudiosos, a ponto de quase serem esquecidas.¹

Alguns dados ajudam a dimensionar o processo de silenciamento que atingiu especialmente a historiografia. O pesquisador Mitch Kachun fez um levantamento no acervo eletrônico da JSTOR, que reúne um conjunto amplo de artigos acadêmicos em língua inglesa. Estão lá periódicos como a *American Historical Review* e o *Journal of American Folklore*, que têm textos do século 19. O termo *slave narratives* só registra 50 ocorrências antes de 1969. Mesmo as publicações com foco especial na história afro-americana, como o *Journal of Negro History*, fundado em 1916, tiveram poucas referências às autobiografias de escravizados.²

Nesse período, três nomes de maior prestígio na historiografia norte-americana mencionaram documentos escritos em primeira pessoa por escravizados. O primeiro e mais lembrado deles é Ulrich B. Phillips, que publicou *Life and Labour in the Old South* em 1929. Phillips hierarquizou os registros da vida nas *plantations* sulistas por nível de precisão e afirmou que alguns eram politicamente tendenciosos. Nesse contexto, desdenhou das autobiografias: “as narrativas de ex-escravos em geral, e as de Charles Ball, Henry Box Brown e Josiah Henson em particular, foram publicadas com tantas edições abolicionistas que, como classe, sua autenticidade é duvidosa”. Ao escrever a história do Sul, Phillips confiou mais nos relatos de peregrinos, militares, botânicos e escritores profissionais brancos.³

¹ KACHUN, Mitch. *Slave Narratives and Historical Memory*. In: ERNEST, John. *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. New York: Oxford University Press, 2014.

² *Ibidem*.

³ PHILLIPS, Ulrich Bonnell. *Life and Labour in the Old South*. Boston: Little, Brown, 1929, p. 219.

Em 1956, Kenneth Stampp publicou *The Peculiar Institution: Slavery in the Ante-Bellum South*. Ele não mencionou explicitamente as *slave narratives*, mas disse no prefácio que só era possível especular sobre o que os escravizados pensavam por meio de documentos mais gerais, uma vez que havia “poucos registros confiáveis do que se passava na mente” deles. Uma vez que a quantidade de autobiografias de afro-americanos é expressiva nos Estados Unidos, é preciso questionar o porquê de serem alvo de suspeita diferenciada por parte do historiador.⁴

Em 1959, Stanley Elkins lançou *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Na reflexão que fez sobre o uso de fontes para investigar o Sul escravista, defendeu que além do material tradicional, deveria ser considerado o que fosse “confiável das reminiscências e narrativas dos próprios escravos”. As observações estão em uma nota de rodapé, em que citou duas autobiografias “particularmente convincentes” e outras duas que, embora editadas por abolicionistas, não eram “totalmente inseguras”. Se por um lado, Elkins não rechaçou completamente o uso das *slave narratives*, as mencionou com ressalvas que outras fontes não receberam. Deixou subentendido que interferências externas no texto podiam diminuir o valor documental das autobiografias e que precisavam passar por avaliações mais criteriosas antes do uso na pesquisa.⁵

A virada para a década de 1970 trouxe mudanças tanto no interesse quanto no tipo de abordagem que os historiadores deram às autobiografias de escravizados. Os destaques foram Benjamin Arthur Quarles, com *Black Abolitionists*, de 1969; John W. Blassingame, com *The Slave Community: Plantation Life in the American South*, e George Rawick, com *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community*, ambos de 1972; Eugene D. Genovese, com *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, de 1974; e Herbert G. Gutman, com *The Black Family in Slavery and Freedom*, de 1976. Eram novos tempos para os estudos sobre a escravidão, em que se reivindicavam papéis de protagonistas para as vítimas do cativo e uma atenção especial para as perspectivas delas sobre as dinâmicas sociais. Os livros desses autores incluíram as *slave narratives* com maior frequência para retratar aspectos como a família, a religião, os conflitos com os escravistas e os hábitos culturais da população afro-americana.

Blassingame foi o mais assertivo na defesa dessas fontes na introdução de *Slave Testimony*, de 1977. O livro é uma coletânea de fontes primárias produzidas por escravizados, como cartas, discursos, entrevistas e autobiografias. Ele argumentou que esses textos deveriam

⁴ STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution: Slavery in the Ante-Bellum South*. New York: Knopf, 1956, p.7.

⁵ ELKINS, Stanley. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1959. Segunda edição, 1968, p. 3.

ser tratados como qualquer outra documentação histórica. Não eram menos valiosos, nem menos confiáveis: “nem os brancos nem os negros tinham o monopólio da verdade”. Um dos caminhos sugeridos foi o de estudar as condições de produção e as pessoas envolvidas nesse processo para corroborar a credibilidade das *slave narratives* como fontes. No que diz respeito às interferências abolicionistas nas autobiografias, Blassingame concordou que alguns conteúdos não “podem ser atribuídos aos negros”, mas afirmou que a tarefa do historiador era separar a retórica dos brancos colaboradores dos “sentimentos dos escravos”.⁶

A geração de 1970 resgatou o valor documental das autobiografias e influenciou os historiadores das décadas seguintes. As principais obras utilizadas na nossa pesquisa utilizam as autobiografias como parte importante do corpo documental. Para citar alguns exemplos, elas foram incorporadas nos livros de David Brion Davis, Ira Berlin, Seymour Drescher, Manisha Sinha, Eric Foner, Steve Hahn, Robin Blackburn, John Ashworth e James Oakes.

No entanto, quando falamos de livros que trazem estudos específicos sobre as *slave narratives*, predominam os pesquisadores do campo literário. É assim em *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*, de 2007, editado por Audrey Fisch, professora de inglês da *New Jersey City University*. Dos quinze colaboradores do livro, apenas dois têm formação na área de história. Os estudos estão mais concentrados na relação entre os escritos dos escravizados e as tradições literárias (anglo-americanas e afro-americanas). Dos artigos escritos por historiadores, destaque para o de Dickson D. Bruce Jr., que trata das dimensões políticas das *slave narratives*. O argumento de Bruce Jr. é que, por serem produzidas no contexto da luta contra a escravidão, as narrativas tinham de se adequar à retórica geral antiescravista, o que significava incorporar valores, imagens e convenções retóricas dos brancos nortistas para sensibilizar os leitores.⁷

Um outro exemplo, em formato semelhante ao anterior, é o livro *The Oxford Handbook of the African American Slave Narratives*, de 2014, editado por John Ernest, professor do departamento de inglês da *University of Delaware*. A obra reúne artigos de historiadores, mas eles estão em menor número: seis entre 27 colaboradores. Nos textos que escrevem, há balanços

⁶ BLASSINGAME, John. *Slave Testimony: Two Centuries of Letters, Speeches, Interviews, and Autobiographies*. Louisiana: LSU Press, 1977, p. 27 e 32.

⁷ BRUCE JR, Dickson D. Politics and political philosophy in the slave narrative. In: FISCH, Audrey (org.). *A. The Cambridge Companion to African American Slave Narrative*. New York: Cambridge University Press, 2007.

historiográficos sobre o tema, questões de acesso aos arquivos e discussões sobre a formação da memória coletiva a partir das autobiografias de escravizados.⁸

E como citamos o campo de estudos literários, é preciso destacar algumas obras com as quais os historiadores dialogaram ao abordar o tema. A tese de doutorado de Marion Wislon Starling, *The Slave Narrative: Its Place in American Literary History*, de 1946, é considerada fundacional pelo levantamento que fez dos documentos e arquivos nos Estados Unidos. Ela produziu um guia bibliográfico com 6006 registros de textos produzidos por escravizados, que guiaram os pesquisadores nos anos seguintes.⁹ Outras obras de referência no campo são *Witnessing Slavery: The Development of Ante-Bellum Slave Narratives*, publicada por Frances Smith Foster, em 1979; *From Behind the Veil: A Study of Afro-American Narrative*, de Robert B. Stepto, em 1979; *The Slave's Narrative*, lançada em 1985 por Charles Davis e Henry Louis Gates. Merece menção especial o livro *To tell a free story*, de 1986, autoria de William L. Andrews, principal responsável por criar o acervo digital *DocSouth*, da *University of North Carolina at Chapel Hill*, com centenas de autobiografias de escravizados. Nossa pesquisa deve muito ao livro e ao acervo digital, por permitirem uma compreensão mais profunda do tema e o acesso frequente às fontes primárias.

James Olney e John Sekora são referências importantes pelas abordagens controversas que apresentaram das autobiografias. O artigo de Olney enfatizou as narrativas de escravizados como um gênero literário distinto, com convenções textuais compartilhadas. Ele as apresentou como um bloco homogêneo e desconsiderou a diversidade de estilos, conteúdos e significados sociais. Nas palavras do autor, há uma ilusão inicial de que cada autobiografia é uma “produção única”, que conta uma história “de maneira única, de uma vida única”. Segundo Olney, o leitor “certamente sairá atordoado pela mera repetitividade de tudo: raramente ele descobrirá algo novo ou diferente, mas apenas, sempre mais e mais do mesmo”.¹⁰

O artigo de John Sekora analisou as *slave narratives* a partir da metáfora “mensagem negra/envelope branco”. O que significava dizer que embora os textos apresentassem um protagonista negro, eram moldados pelos abolicionistas brancos para se aproximar do universo cultural dos leitores brancos nortistas. Nessa relação desigual, os “patrocinadores brancos

⁸ ERNEST, John. *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. New York: Oxford University Press, 2014.

⁹ A tese só ganhou uma edição em livro trinta e cinco anos depois: STARLING, Marion Wilson. *The Slave Narrative: Its Place in American Literary History*. Washington: Howard University Press, 1981.

¹⁰ OLNEY, James. “I Was Born”: *Slave Narratives, Their Status as Autobiography and as Literature*. Callaloo, no. 20, 1984, p. 46.

obrigam um autor negro a aprovar, a autorizar o poder institucional branco”. As narrativas de egressos do cativeiro apresentariam uma vida “controlada por outras pessoas que não o sujeito”. Sekora afirmou que essas publicações não poderiam ser consideradas autobiografias, porque não retratavam autenticamente o *self* literário, nem usavam a linguagem de forma criativa, mas um modelo padronizado. A principal preocupação dos livros não seria a “vida afro-americana individualizada, mas o detalhe concreto das vidas passadas sob a escravidão”.¹¹

No Brasil, as autobiografias passaram a ser publicadas em língua portuguesa apenas nos últimos dez anos. Em algumas delas, é possível encontrar reflexões gerais sobre as fontes, como é o caso do livro de William Wells Brown, que faz parte da coleção “Narrativas da Escravidão”, organizada por Tâmis Parron. A introdução, escrita pelo historiador Calvin Schermerhorn, relaciona o livro de Brown com outras autobiografias, o movimento abolicionista e as experiências das vítimas da escravidão. Mas ele também enquadra o livro na categoria “gênero do fugitivo heroico das narrativas de escravos”, oriunda dos estudos literários. O risco dessa classificação mais restritiva é tornar homogêneo um conjunto de textos e indivíduos que possuem diferenças importantes entre si. O próprio Schermerhorn cita Brown como alguém que segue as “regras básicas do gênero”, mas em determinadas situações apresenta desvios de comportamento que o colocam como “anti-herói”.¹²

A publicação mais recente no país sobre o tema é “Vozes afro-atlânticas”, de Rafael Domingos Oliveira, de fevereiro de 2022. No livro, o historiador analisa 21 autobiografias de escravizados, com foco maior nos contextos sociais de produção. Ele apresenta as visões dos autores sobre a África, o tráfico atlântico e a abolição. Não há uma análise detalhada dos conteúdos: “não encarei as autobiografias como objetos a serem decupados e compreendidos em uma leitura interna. A perspectiva adotada é a do texto como prática, como ação concreta no mundo real”. Michel Foucault e o conceito de “escrita de si” são citados como importantes para entender o uso dos textos na constituição do indivíduo moderno. Oliveira, porém, entende que a aplicação do conceito no estudo das autobiografias de escravizados levou os pesquisadores a negligenciar as tensões de produção dos textos no interior das relações sociais. Aqueles que adotaram uma leitura foucaultiana (a maioria no campo da literatura), focaram

¹¹ SEKORA, John. Black Message/White Envelope: Genre, Authenticity, and Authority in the Antebellum Slave Narrative. Callaloo, no. 32, 1987, p. 497.

¹² BROWN, William W. Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo: escrita por ele mesmo. Organização: Tâmis Parron. Tradução: Francisco Araújo da Costa. São Paulo: Hedra, 2020, p. 13-16.

mais nos textos isoladamente. A preocupação em conceituá-los como um gênero literário obscureceu o status das autobiografias como documentos históricos.¹³

1.3

Até onde nossas buscas foram capazes de chegar, não encontramos nenhum livro dedicado exclusivamente ao estudo das narrativas de William Grimes. Mesmo os textos originais tiveram poucas reimpressões. A autobiografia dele de 1855 integrou a coletânea organizada por Arna Bontemps em 1971, *Five Black Lives*, e a de Yuval Taylor em 1999, *I Was Born a Slave, volume 1*.

A mesma edição foi reimpressa em 2008, com textos complementares dos editores William L. Andrews e Regina E. Mason. Esta última, tataraneta de Grimes, detalha no posfácio os processos de pesquisa e de organização das fontes primárias que a levaram a confirmar o parentesco. O acadêmico literário Andrews assina a introdução, que funciona como um breve estudo da vida e das ideias de Grimes. Ele relaciona as experiências dolorosas do autobiógrafo com o tom de angústia e amargura que sobressai no texto. Também enfatiza que o livro foi escrito mais por necessidades financeiras do que por um impulso reformista do autor. E que ele merece crédito pela “honestidade e individualismo literário” no relato de vida.¹⁴

Uma busca pelo nome de Grimes no JSTOR traz majoritariamente artigos em que ele é citado dentro de um conjunto maior de textos e personagens. Geralmente, são breves comentários em estudos específicos sobre as *slave narratives* ou sobre aspectos das relações escravistas no Sul. Apenas dois textos contêm o nome de Grimes em destaque no título: um artigo de 1951 de Charles H. Nichols Jr. e um capítulo escrito por Susanna Ashton em livro de 2012. Ambos têm formação na área de Literatura e Inglês.

Nichols Jr. critica a visão estereotipada dos negros escravizados e indica a autobiografia de Grimes como um exemplo da diversidade de experiências no cativo. O estudo de Nichols Jr. é centrado em análises psicológicas do autobiógrafo, especialmente com referenciais teóricos de Freud. Grimes fazia parte do grupo de escravizados que, ao serem expostos à violência extrema, “eram pessoas pobremente integradas – almas permanentemente danificadas”. Dessa forma, ele aponta para os “conflitos de personalidade” como consequências

¹³ OLIVEIRA, Rafael Domingos. *Vozes afro-atlânticas: autobiografias e memórias da escravidão e da liberdade*. São Paulo: Editora Elefante, 2022, p. 25 e 84.

¹⁴ ANDREWS, William L; MASON, Regina E. *Life of William Grimes, the Runaway Slave*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 26.

dos danos frequentes sofridos no cativeiro. Uma prova desse “estado mental” alterado era a crença em espíritos e forças ocultas. As superstições eram resultado do “medo, ignorância e ódio reprimido”. Grimes foi descrito como um homem comum, mas instável, cujos comportamentos desviantes eram considerados “patológicos”.¹⁵

O texto de Susanna Ashton integrou um livro sobre o desenvolvimento da cultura impressa afro-americana nos Estados Unidos. Ashton preocupou-se mais em apresentar Grimes pelos conhecimentos que ele tinha da escrita e das técnicas de impressão. O elemento gráfico destacado na autobiografia foi o verso da folha de rosto, que na época funcionou como uma declaração de direitos autorais sobre a obra. Nessa página, o escriturário atestou o recebimento do texto original das mãos de Grimes e a conformidade da publicação em relação aos dispositivos legais do Congresso norte-americano. Isso indicava que “o funcionário conscientemente o reconheceu como um homem com direitos de cidadania suficientes para registrar o crédito”. O registro de autoria era um símbolo de reivindicação de propriedade sobre os próprios pensamentos e palavras. Uma declaração de independência intelectual e física.¹⁶

No caso do nosso segundo protagonista, Frederick Douglass, o cenário é bem diferente do de Grimes. Falamos agora daquele que se tornou o afro-americano mais famoso do país em todo o século 19. E que, nos estudos sobre o período *antebellum*, também ocupa esse lugar de destaque. Dar conta da bibliografia completa sobre o abolicionista é uma missão quase impossível, mesmo se o foco for exclusivamente o campo historiográfico. Na JSTOR, uma busca pelo nome de Douglass em títulos de artigos, livros ou capítulos encontra 956 opções. A popularidade é ainda mais impressionante se levarmos em conta que, no século 20, as autobiografias dele não tiveram nenhuma reimpressão até os anos 1960. Nos vinte anos seguintes, há registros de apenas quatro. A partir de 1980, os números aumentaram progressivamente a cada década. E hoje, qualquer busca em livrarias ou sites de comércio digital oferece opções a perder de vista.¹⁷

Os pesquisadores se concentraram em uma variedade de recortes temáticos ao ler as autobiografias de Douglass. Há tópicos específicos como religião, masculinidade, violência, separação familiar, alfabetização, significados do trabalho, de gênero e da memória coletiva

¹⁵ NICHOLS, JR. Charles H. The Case of William Grimes, the Runaway Slave. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, vol. 8, no. 4, 1951, p. 553, 556, 557, 560.

¹⁶ ASHTON, Susanna. *Slavery Imprinted: The Life and Narrative of William Grimes*. In: COHEN, Lara L.; STEIN, Jordan A (org.). *Early African Print Culture*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012, p. 128.

¹⁷ KACHUN, 2014, op. cit.

nacional. De acordo com nossos propósitos de pesquisa, selecionamos quatro abordagens que discutem significados mais amplos das autobiografias do autor.

Em 1978, Peter F. Walker defendeu que as narrativas de Douglass foram direcionadas para promover argumentos antiescravistas, não para revelar a subjetividade do autor. A interpretação era de que Douglass estava mais preocupado em construir “um cuidadoso retrato” de si que fosse coerente com os propósitos políticos. E, por isso, teria sido editor e censor do próprio texto: “não era tanto contar sua história de vida, mas promover um programa social”. Nessa linha de raciocínio, “Douglass desviou a autobiografia de seu modo básico de revelar o escritor, subordinou uma concepção de si a uma ideologia e transformou uma forma de arte sem um folheto”.¹⁸

Em 2003, uma edição da segunda autobiografia de Douglass, lançada pela *Penguin Classics*, trouxe uma introdução assinada pelo historiador John David Smith. Em um balanço bibliográfico das pesquisas até ali, Smith assinalou que Douglass e os textos dele foram interpretados de formas muito diferentes, a depender dos objetivos e das bases ideológicas do pesquisador.

o descrevem como um individualista burguês vitoriano, uma figura fumegante da sexualidade, “um paradigma de compreensão e empoderamento humano”, um ator talentoso, um xamã semelhante a Cristo, “o americano ideal”, um artista de blues, até mesmo uma reencarnação afro-americana do Henry V de Shakespeare. (...) Douglass tem sido comparado a Booker T. Washington e Benjamin Franklin como um arquétipo do herói popular americano, o *self made-man*.¹⁹

Smith entendeu que havia pelo menos dois Douglass diferentes nas primeiras autobiografias. Em 1845, tratava-se do “fugitivo escravo heroico arquetípico, o individualista romântico”. Em 1855, o autobiógrafo passou por “uma incrível metamorfose de um escravo obscuro para um líder abolicionista negro”.²⁰

John Stauffer destacou em artigo de 2007 o engajamento de Douglass em um projeto de autocriação: “As *slave narratives*, como outras formas de autobiografia, retratam uma vida da perspectiva do presente; elas procuram entender e explicar o eu do presente”. Stauffer analisa as narrativas de 1845 e 1855 em conjunto, e mostra como, ao longo do tempo, Douglass

¹⁸ WALKER, Peter F. *Moral Choices: Memory, Desire, and Imagination in Nineteenth-Century American Abolition*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1978, p. 213.

¹⁹ SMITH, John David. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New York: Penguin Books, 2003, p. xxii-xxiii.

²⁰ *Ibidem*, p. xx, xxii, xxvi.

formatou a si mesmo como um “homem americano representativo”, em oposição à imagem de escravizado. A autobiografia de 1845, escrita em parte para provar que as histórias de Douglass eram verdadeiras, o autenticou em termos identitários como um “ex-escravo”. Mesmo em liberdade no Norte, precisou reviver uma condição social do passado. Dez anos depois, “ele era uma pessoa totalmente diferente”, em termos de maturidade emocional e intelectual. Era, então, um sujeito mais autônomo na luta contra a escravidão e o racismo.²¹

Em 2014, a Yale University Press reimprimiu a segunda autobiografia de Douglass e coube ao historiador David W. Blight apresentar o texto. Em 21 páginas, ele interpretou trechos específicos da narrativa, os relacionou com a trajetória individual de Douglass, o contexto histórico e literário. Também houve a preocupação de analisar a mudança de personalidade do autor entre 1845 e 1855. Blight destacou o exercício repetido da lembrança e da autodescrição como forma de elaborar significados novos para a sociedade e a própria vida: “Nas autobiografias de Douglass, não devemos nos preocupar tanto com a precisão da memória, mas com as verdades que emergem dessa memória constantemente remodelada”.²²

1.4

Com as discussões anteriores em mente, entendemos que o caráter original da nossa pesquisa reside em dois aspectos. O primeiro é a análise das autobiografias, autores e contextos históricos a partir da matriz teórica desenvolvida por Antonio Gramsci. O segundo é o estudo centrado no diálogo entre os escritos de William Grimes e Frederick Douglass, mais especificamente nas duas autobiografias que cada um deles escreveu entre os anos de 1825 e 1855. Douglass, muito mais popular entre os pesquisadores, foi colocado lado a lado com outros personagens emblemáticos do período, como Harriet Jacobs, Martin Delany e Abraham Lincoln. Mas nunca em perspectiva comparada com Grimes. Nossa pesquisa propõe identificar os sujeitos constituídos em cada um dos quatro textos, com foco nos sentidos que deram à própria individualidade e como eles se relacionaram com os movimentos coletivos de sua época.

²¹ STAUFFER, John. Frederick Douglass’s self-fashioning and the making of a Representative American man. In: FISCH, Audrey (ed.). *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 207-210.

²² BLIGHT, David W. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2014, p. xxvii.

É importante destacar que outros historiadores já fizeram uso teórico de Gramsci nos estudos sobre a escravidão no mundo anglo-americano. Eugene Genovese utilizou o conceito de hegemonia especialmente no livro *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, de 1974. Na interpretação do historiador, o controle dos senhores sulistas sobre os escravizados foi além da coerção física e violência direta. A dominação foi também ideológica, centrada no paternalismo, com algum grau de consentimento das vítimas. Justificativas morais ajudavam a manter o sistema e suavizar a imagem da exploração, enquanto os escravizados conseguiam alguns benefícios e melhorias nas condições de vida. No livro *The Problem of Slavery in the Age of Revolution*, de 1975, David Brion Davis também recorreu ao conceito gramsciano de hegemonia para explicar como o antiescravismo, apesar de ser abraçado por diferentes classes sociais na Grã-Bretanha, foi explorado especialmente pela classe dominante para difundir os valores capitalistas e fortalecer a ordem social burguesa no fim do século 18 e início do 19. John Ashworth, em 2007, no volume 2 de *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic*, não indicou explicitamente uma vinculação gramsciana, mas fez uma leitura muito próxima da de Davis ao analisar os interesses de classe e as configurações ideológicas que favoreceram o crescimento do antiescravismo nos Estados Unidos. No Norte, esses ideais se tornaram mais fortes com o amadurecimento do capitalismo, baseado na expansão do trabalho assalariado e a liderança da classe burguesa.

Nossa proposta de estudo é distinta em termos documentais e de problema histórico. Aplicamos os princípios gramscianos na análise específica das autobiografias e das dimensões sociais que as circundaram.

Gramsci indicou duas motivações para os que escrevem uma autobiografia. Há aquelas de caráter mais narcisista, produzidas exclusivamente como “ato de orgulho”, por narrarem uma vida que se supõe excepcional. E há outras que são concebidas “politicamente”: “Sabe-se que a própria vida é semelhante a mil outras vidas, mas que por ‘acaso’ ela tomou uma direção que as outras mil não podiam tomar e de fato não tomaram. Narrando, cria-se esta possibilidade, sugere-se o processo, indica-se a direção”. Para Gramsci, as autobiografias são de “grande valor histórico” por permitirem mostrar “a vida em ato”. Assim, a partir da singularidade, pode-se questionar a memória oficial, hegemônica, o padrão ideológico e moral que se supunha determinar igualmente a vida de todos. As leis estruturais são analisadas criticamente a partir dos desvios “moleculares”, das micro forças que produzem resultados alternativos. No caso dos

relatos de subalternos, podem surgir novos caminhos e mentalidades que apontem para o fim da exploração. A exceção individual pode virar uma das referências da ação coletiva.²³

Adotamos no nosso trabalho, portanto, uma concepção gramsciana das autobiografias de escravizados pelo “fim político-pedagógico” que possuem, como definiu um dos intérpretes do filósofo italiano. São documentos que ajudam a compreender “a qualidade molecular do processo histórico, a relação entre a formação individual e a coletiva, o nexos entre mudança quantitativa e qualitativa”. Logo, ajudam a perceber tanto os processos históricos, como a formação das personalidades. No que diz respeito aos autores egressos da escravidão, ao narrarem a própria vida, mostram o processo de “compreensão crítica de si mesmo”, a “aquisição progressiva de autoconsciência”.²⁴

É esse entendimento “político-pedagógico” que está presente na autobiografia da filósofa socialista Angela Davis. Na publicação de 1974, ela compartilhou a preocupação de que o livro não fosse um objeto de vaidade pessoal, que contribuísse para “personalizar e individualizar a história”. Para Davis, falar da própria vida só fazia sentido dentro de propósitos coletivos mais amplos: “Quando decidi, afinal, escrever o livro, foi porque passei a vislumbrá-lo como uma autobiografia política que enfatizava as pessoas, os acontecimentos e as forças que, durante minha vida, me impulsionaram em direção ao meu atual engajamento”.²⁵

Nesse sentido, nos opomos aos pesquisadores – como Phillips, Stamp e Elkins – que relativizaram o valor histórico ou autobiográfico dos relatos de escravizados por serem produzidos no contexto do movimento abolicionista. O caráter político desses textos, ao invés de os desqualificar, é justamente o que os enriquece como documentos de múltiplos significados sociais, abertos a uma variedade de interpretações históricas. Por isso, não buscamos, como Blassingame sugeriu, investigar minuciosamente a veracidade das informações descritas pelos autobiógrafos, tampouco separar em cada texto o que é sentimento legítimo do escravizado e o que é retórica inserida por brancos. cremos ser mais significativo estudar as obras em conjunto, considerar todos os elementos dela como partes constitutivas do “eu” autobiográfico.

Pelo mesmo raciocínio, não vemos esses documentos pela perspectiva de Sekora e Peter Walker, que negavam o caráter subjetivo deles, ao ver predominantemente manifestações externas das dimensões sociopolíticas. Enfatizamos o movimento dialético e histórico dos

²³ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 4. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 126-128.

²⁴ D’ANNA, Giuseppe. Autobiografia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). Dicionário gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

²⁵ DAVIS, Angela. Uma autobiografia. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15 e 21.

sujeitos e das tensões sociais que compõem cada narrativa. O individual entendido pelas relações contínuas com o coletivo e as forças estruturais. E não como dimensão isolada do todo, da forma como pensam esses autores.

Interpretamos cada autobiografia como um “bloco histórico” nos termos gramscianos. Como unidades que são ao mesmo tempo universais e singulares. Lemos nelas protagonistas que são herdeiros de um processo diaspórico de longa duração, que compartilharam situações de violência, exploração material e privação de direitos no mundo ocidental. Na realidade da escravidão, passaram por experiências semelhantes de tortura, dano psicológico e emocional. E, para assumir a posição de escritores, precisaram fugir ou comprar a própria liberdade, estabelecida em condições frágeis e incertas. Mas essa identificação sociopolítica não torna autobiografias e sujeitos homogêneos como Olney enfaticamente defendeu, ou essencialmente marcados por padrões de repetição, como Schermerhorn e outros pesquisadores tenderam a classificá-los ao priorizar a abordagem do “gênero literário”. Estamos mais próximos, nesse sentido, do entendimento de Rafael Oliveira sobre a complexidade e diversidade das trajetórias individuais manifestas nos relatos de si.

Uma vez que cada autobiografia tem significados particulares, podemos falar que cada uma delas constrói indivíduos singulares. Nossa análise situa-se, assim, também em um problema do ponto de vista ontológico. É preciso situar a compreensão que temos do “ser”, como ele é entendido em termos de natureza constitutiva. “Que coisa é o homem?” pergunta Gramsci ao refletir sobre individualidade e personalidade. A definição mais concisa que ele apresenta é: “o homem é um processo”, o “processo de seus atos”. Ao mesmo tempo que é uma resposta, é também a negação da pergunta. Pois o homem não é uma coisa ou um ente estático, que se possa definir precisamente a partir de uma determinada natureza ou essência. É um ser mutável, provisório, historicizado, produto complexo da dialética entre subjetividades e relações sociais. No que se aplica também a noção de “bloco histórico”, o ser como um conjunto “de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa”. Pode-se falar em singularidades individuais porque a personalidade não é formada por justaposição com outros indivíduos, mas por uma combinação original de elementos de vários organismos sociais e culturais, “dos mais simples aos mais complexos”.²⁶

²⁶ GRAMSCI. Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 1. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 413.

E aqui é importante enfatizar o caráter mutável dos indivíduos. Eles são constituídos por múltiplas dimensões temporais: as condições legadas do passado, que passam por lembranças e ressignificações a partir de realidades do presente, e a “vontade concreta” que aponta para os desejos do futuro. Há, portanto, um “impulso vital” que o move na realização dessa expectativa. Gramsci entende que a personalidade é criada pelo indivíduo por meio de três passos: a escolha de uma direção para a “vontade concreta”; a identificação dos meios que condicionaram essa vontade e a tornaram possível; e as ações que ajudam a modificar, dentro das forças de cada um, as condições concretas que impedem a realização da vontade.²⁷

O raciocínio de Gramsci é, nesses aspectos, próximo ao que Sartre desenvolveu posteriormente ao operar os conceitos de existência e essência. Para o filósofo francês, o humano é sempre uma totalização em curso que nunca é concluída. Um movimento, jamais uma plenitude. É um constante fazer-se, em que a incompletude é a substância elementar. Originalmente, há somente a existência, não sendo possível afirmar nenhum tipo de essência. O que faz com que ele esteja repetidamente em processo de criação de si mesmo e dependa de mediações relacionais com a história, a cultura, os objetos e outros indivíduos.²⁸

Por isso, ontologia e metodologia se complementam na análise histórica. Um sujeito é constituído pelas condições estruturais e históricas que o precedem. São essas que lhe oferecem um determinado campo de possibilidades. Para Sartre, o projeto define o sujeito. Ele identifica quais condições concretas deseja superar e, ao mover-se em direção a determinados fins, já está transformando o “eu” do presente. Com esse entendimento, adotamos o método regressivo-progressivo e analítico-sintético proposto pelo filósofo. Para investigar a formação do sujeito em uma autobiografia, vamos considerar a orientação vertical, a dialética entre o singular e o universal, o indivíduo e as estruturas sociais. E também a orientação horizontal, que é a temporalidade constituinte, e inclui as condições herdadas, o desejo de superação, o campo de possibilidades e a indicação dos projetos.²⁹

É por conta desse entendimento teórico que, ao propormos discutir nessa pesquisa as autobiografias de William Grimes e de Frederick Douglass, consideramos não apenas dois, mas pelo menos quatro indivíduos diferentes. As distâncias temporais significativas entre as primeiras e as segundas versões dos relatos de si contribuem para a projeção de novos sujeitos nos textos. Compartilhamos da visão de Smith, Stauffer e Blight, que nos estudos sobre as duas

²⁷ Ibidem.

²⁸ SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2001.

²⁹ SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 122 e 123.

narrativas de Douglass, apresentaram o caráter histórico do indivíduo em permanente mudança e transformação. Todos os três defenderam a ideia de que o “eu” recuperado do passado foi apresentado com significados diferentes a partir de interpretações do presente. Um “eu” que não era estático e fixado na realidade vivida, mas formado pelos sentidos dados *a posteriori*.

Recorremos novamente à filósofa Angela Davis, que pensou de forma semelhante sobre a produção da própria autobiografia: os significados de si e do passado mudam constantemente.

Se eu viesse a refletir hoje sobre os 44 anos precedentes de minha vida, o livro que eu escreveria seria completamente diferente, tanto em forma como em conteúdo. Mas eu estou feliz por ter escrito este livro aos 28 anos de idade, pois acredito que ele seja um importante documento de descrição histórica e de análise do fim dos anos 1960 e início dos 1970. É também, minha história pessoal até aquele momento, compreendida e descrita a partir de um ponto de vista particular.³⁰

Assim como Davis não pensou na própria história de vida como isolada, nos propomos a ler as autobiografias de escravizados a partir das relações sociais e dinâmicas coletivas que elas suscitam. Um ponto especial de reflexão é sobre como nossos dois autobiógrafos, em quatro momentos distintos, significaram os possíveis vínculos e conexões com outros indivíduos, especialmente na forma de associações políticas, religiosas e raciais. O que quer dizer identificar também caso tenham feito escolhas opostas, de seguir caminhos mais solitários e não se engajar publicamente em nenhum movimento mais amplo.

Nos termos gramscianos, no diálogo entre o político e o afetivo, queremos identificar em que medida foi expressa uma “vontade coletiva”, a integração dos indivíduos em projetos para além da satisfação das necessidades do “eu”. Uma “vontade” que não pode ser entendida como uma determinação externa arbitrária, nem uma força espontânea, mas “como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”. Condições estruturais e experiências individuais se entrelaçam nessas configurações coletivas, os “organismo vivos” estabelecidos depois que a “multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos”. O que Gramsci também chamou de “homem coletivo”, quando um conjunto de “vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo”. Uma unidade de indivíduos “ligados por vínculos de responsabilidade” recíproca. Diante das possibilidades gerais e individuais, perguntamos: como Grimes e Douglass visualizaram as alianças com

³⁰ DAVIS, 2019, op. cit., p. 15.

outros indivíduos e engajamentos em causas coletivas? E se projetaram ligações comunitárias mais fortes, que posições pretendiam ocupar na hierarquia dos movimentos sociais?³¹

Na tentativa de responder a essas questões, colocaremos em destaque a categoria de “intelectual”, como proposta por Gramsci, para pensar se os autobiógrafos podem ser qualificados assim a partir da projeção pública de si e das reflexões críticas que fizeram sobre a sociedade. No conjunto complexo das relações interpessoais, alguns indivíduos atuam no tecido social como intelectuais orgânicos, o que significa exercer primordialmente funções organizativas e conectivas de determinado coletivo. O “intelectual orgânico” é aquele que não prioriza a “eloquência” vazia de sentido, nem quer despertar nos outros reações momentâneas de “paixões”. Ele forma uma consciência crítica das condições que impedem a elevação de um grupo e se levanta como dirigente dele, propondo soluções diretamente conectadas aos interesses dos representados. É reconhecido como porta-voz da demanda coletiva, busca romper a fragmentação e agregar entes dispersos em uma unidade mais coesa, com responsabilidades em comum. É aquele que tem como “modo de ser” a “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’”.³²

Nossa escolha pelos dois autobiógrafos partiu da hipótese de que temos diante de nós trajetórias de vida e posicionamentos públicos bem diferentes. Ao estudá-los, podemos compreender de forma mais abrangente a história da população afro-americana em um período marcado pela escravidão, segregação racial e ausência de cidadania plena. Trata-se de enxergar a complexidade social e os indivíduos do período de uma maneira não reducionista e homogênea.

1.5

Na reflexão sobre como o ser é constituído na autobiografia, precisamos pensar particularmente a respeito dos sujeitos históricos afrodescendentes na América. Recorremos ao sociólogo Stuart Hall, que parte da pergunta: “Que ‘negro’ é esse na cultura negra”? O autor, que adota explicitamente referenciais teóricos de Gramsci, insere os sujeitos negros como parte específica dos grupos subalternos e das chamadas culturas populares de uma sociedade. Aqui, a desagregação, a multiplicidade e o contraditório são a regra. O que leva ao raciocínio de que

³¹ FROSINI, Fabio. Homem coletivo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). Dicionário gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

³² GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 53.

a marca coletiva “negro” não fala de uma identidade única. Na América, ela aponta para experiências comuns de diáspora, escravidão e racismo. Mas os indivíduos que as vivenciaram possuem características, pensamentos e atitudes que fogem às objetificações simplistas. O significante “negro” é produto de encaixes históricos, culturais e políticos, mutáveis no tempo e no espaço. As diferenças raciais não constituem o indivíduo inteiramente e nem possuem os mesmos significados para todos. Portanto, não se pode mapear traços de rigidez, nem características puras ou essenciais. Deve-se olhar para “a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra”.³³

Historicamente, a anulação dessa diversidade serviu aos propósitos de objetificação e desumanização, que justificavam moral e ideologicamente a transformação dos corpos negros em propriedades, disponíveis para a exploração compulsória da força de trabalho. Eram tratados como objetos uniformes, desprovidos das complexidades intelectual, emocional e cultural que configuram a existência humana. Como essas concepções foram hegemônicas na opinião pública por muito tempo, e contribuíram para formar compromissos políticos e econômicos, movimentos de contestação deveriam se concentrar também no campo ideológico. No mundo anglo-americano, as autobiografias foram uma das ferramentas centrais para que o povo negro pudesse descrever a si mesmo sob outros parâmetros, publicizar visões alternativas como grupo e como indivíduos autônomos.

bell hooks teorizou sobre o processo de escrita de autobiografias por aqueles que pertencem a grupos sociais historicamente silenciados à força. Segundo hooks, resistir às definições externas e ter uma voz ativa transformam o indivíduo existencialmente.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta. Falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz — e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros.³⁴

A autobiografia, experiência de escrita com a qual a própria autora se envolveu, foi definida como uma forma de poder criativo, um ato de resistência, um gesto político e uma

³³ HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 345-346.

³⁴ hooks, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019, p. 38-39.

demonstração de coragem. Uma resposta desafiadora aos grupos dominantes que desejam ver o subalterno “apagado, aniquilado e silenciado”.³⁵ Foi a opção que Grimes, Douglass e os outros muitos afro-americanos do período *antebellum* escolheram na luta para controlar os rumos e significados das próprias vidas.

1.6

Essa pesquisa está dividida em três partes, estruturadas de acordo com a proposta de análise dialética gramsciana das autobiografias, autores e contextos sociais. Também foi pensada a partir do método progressivo-regressivo elaborado por Sartre. Na primeira parte, o objeto principal é o livro de William Grimes publicado em 1825. Inicialmente, ele é situado em um quadro maior, de fins do século 18 e início do 19, que abrange a formação da tradição literária no mundo anglo-americano e o desenvolvimento dos diversos meios de expressão oral e escrita dos afro-americanos. Nesse último caso são considerados especialmente os relatos que apresentam indivíduos negros como protagonistas ou autores das narrativas. Na sequência, voltamos para o estudo em uma escala menor, o detalhamento dos conteúdos e estruturas narrativas do livro de Grimes. Eles são discutidos à luz da teoria gramsciana de formação do “bloco histórico” individual. Por isso, pontuamos os elementos identitários que Grimes reivindicou para a construção da personalidade, os significados que deu aos diferentes grupos sociais com quem conviveu, as relações coletivas que estabeleceu e as interpretações que apresentou das forças estruturais e históricas que condicionaram a existência e as ações dele. Todas essas concepções do indivíduo são relacionadas com realidades macrossociais, mesmo que ele não demonstre ter consciência sobre todas elas.

A segunda parte tem estrutura analítica semelhante à anterior. O objeto principal dessa vez é o livro de Frederick Douglass de 1845. Escrito vinte anos depois do de Grimes, vai ser analisado segundo as novas conjunturas históricas. Inicialmente é inserido em uma realidade diferente na produção literária afro-americana, que engloba o período entre 1825 e 1845. Relatos de si passam a ser mais numerosos e mobilizam sujeitos negros em novas posições sociais. Tanto para o estudo das autobiografias, como para o conteúdo específico do livro de Douglass, vai ser destacado o momento de crescimento da luta abolicionista, agora mais organizada e travada com plataformas ideológicas distintas em âmbito nacional. Também são considerados os significados construídos por Douglass sobre si mesmo, sobre aqueles com

³⁵ Ibidem, p. 37.

quem se relacionou e sobre as forças sociais que atuaram na vida dele. E, em diálogo frequente com o texto e o indivíduo, são igualmente indicados os principais acontecimentos do período em que Douglass fugiu da escravidão e juntou-se ao movimento de tradição garrisoniana.

Na última parte, os dois autores voltam à cena, agora com a coincidência temporal da publicação das autobiografias. Em 1855, ambos revisitaram os textos originais e os publicaram com mudanças significativas, mesmo que em quantidade e significados diferentes. Não só os textos apresentavam novidades. Os autores também não eram os mesmos de antes. Ambos estavam mais velhos e haviam acumulado novas experiências na vida no Norte. Com uma circulação maior de autobiografias de autoria negra, os livros de Grimes e Douglass apontam para novas realidades sociais e políticas, e vão ser analisados a partir do cenário cada vez mais tensionado das forças de defesa e combate à escravidão.

2

WILLIAM GRIMES: AUTOBIOGRAFIA DE 1825

2.1 SLAVE NARRATIVES E TRADIÇÃO LITERÁRIA

No dia primeiro de outubro de 1824, um homem negro, de aproximadamente 40 anos de idade, terminou de escrever as últimas páginas de um livro autobiográfico na cidade de Litchfield, no noroeste de Connecticut. Pode ser que ele tenha reservado algum tempo para revisar o texto, talvez pedir conselhos a pessoas próximas. Isso explicaria a demora de quase quatro meses para registrar a obra, mas aqui só podemos caminhar no terreno da especulação. O certo é que o manuscrito de 68 páginas chegou nas mãos do escriturário do estado Charles A. Ingersoll no dia 28 de janeiro de 1825, que o examinou e oficializou a inscrição no escritório competente. O livro foi publicado no mesmo ano, mas em outro estado, o de Nova York, com o nome “*Life of William Grimes. The Runaway Slave*”.

A obra foi estruturada de forma simples em duas partes: tinha um prefácio curto de duas páginas, direcionado de forma abrangente “*To the public*”, e o texto principal da narrativa, intitulado “*Life of William Grimes*”. Não havia divisão em capítulos, posfácio ou qualquer elemento gráfico adicional.

É bem provável que o livro não tenha tido uma circulação expressiva como a de outros escritores negros e obras do período *antebellum*. Não existem registros de venda, nem críticas específicas em jornais. Se o alcance do público a quem Grimes se dirigiu não pode ser medido precisamente, a narrativa ainda assim foi um marco histórico: a primeira nos Estados Unidos que trouxe o relato de um fugitivo da escravidão nas plantações do Sul.

Antes de 1825, as narrativas em primeira pessoa de afrodescendentes no país ficavam restritas a três temas: confissões criminais, relatos de aventuras (ou desventuras) e autobiografias espirituais. Em outras palavras, só havia três identidades possíveis para os indivíduos negros nesses escritos: ser criminosos, personagens exóticos ou pobres almas resgatadas do pecado.

Boston, Massachusetts, foi o local de impressão do primeiro documento do tipo no que viria a ser os Estados Unidos. Na época, 1745, o território ainda era parte das 13 colônias inglesas na América do Norte. O autor do relato foi identificado apenas por um nome: Jeffrey. Apesar do registro de existência da publicação, os pesquisadores não conseguiram localizar nenhuma cópia dela. Tudo o que se sabe sobre o texto está contido no título: *Declaration and*

Confession of Jeffrey, a Negro, Who Was Executed at Worcester, Oct. 17, 1745, for the Murder of Mrs. Tabitha Sandford, at Mendon, the 12th of September Preceding. Na tradução para o português, trata-se do depoimento de um homem negro que declarou ter assassinado uma mulher chamada Tabitha Sandford no condado de Worcester, em Massachusetts. O fato aconteceu no dia 12 de setembro. Jeffrey foi condenado à morte e executado pouco mais de um mês depois, no dia 17 de outubro, no mesmo condado.

Entre 1745 e 1825, confissões do tipo foram abundantes. Há, pelo menos, dez conhecidas: as de Jeffrey (1745), Fortune (1762), Bristol (1763), Arthur (1768), Joseph Mountain (1790), Pomp (1795), Edmund Fortis (1795), Abraham Johnstone (1797), Stephen Smith (1797) e John Joyce (1808).³⁶ Em comum, esses textos retrataram pessoas negras condenadas à morte que expuseram um resumo da história de vida diante de um juiz ou líder religioso. Não é possível saber o quanto de voluntarismo e espontaneidade há nessas declarações, se foram feitas à força ou adulteradas pelos amanuenses. Oficialmente, elas foram apresentadas como a última chance para os réus expiarem os pecados. Eles admitiam o erro pelo qual foram julgados e ofereciam um pedido público de perdão. Para interrogadores e copistas, essas declarações ajudavam a reforçar a importância de todos, principalmente “as pessoas de cor”, obedecerem a ordem social, as instituições do Estado, os valores morais e os códigos cristãos.

A segunda narrativa mais antiga data de 1760, também publicada em Boston, mas se diferencia das já citadas por ser uma espécie de história épica. Com o título *A Narrative of the Uncommon Sufferings, and Surprising Deliverance of Briton Hammon, a Negro Man*, apresenta um relato curto, de apenas doze páginas, da epopeia de Hammon depois que ele foi separado do senhor a quem servia, o General Wislow. Durante treze anos, toda uma sorte de infortúnios acometeu a vida do protagonista. Ele passou por uma naufrágio em viagem para a Jamaica, foi capturado por indígenas na Flórida, ficou preso em Cuba, foi resgatado por um navio britânico e prestou serviços para a marinha em Londres. O desfecho da aventura foi o inesperado reencontro com o general em um navio que viajava para as 13 colônias inglesas na América.

Haveria apenas uma autobiografia com temática semelhante à de Hammon no período. Seria a de Venture Smith, em 1798: *A Narrative of the Life and Adventures of Venture*. O conteúdo e o estilo narrativo remetiam ao épico. Mas ao contrário de Hammon e da maioria dos primeiros autobiógrafos negros, Smith incluiu no texto sinais de insatisfação com a

³⁶ Como consta no acervo *North American Slave Narratives*. Acesso 01/05/21: <https://docsouth.unc.edu/neh/>

desigualdade racial no país. Foram trechos muito curtos, que ocuparam posição discreta e secundária no relato, mas dignos de nota pela excepcionalidade. Por mais que busque assimilação na sociedade americana, Smith deixou escapar uma decepção com o fato de que o sucesso material alcançado não removeu as desigualdades entre brancos e negros.³⁷

Não haveria espaço para esse tipo de crítica social no terceiro tema geral das autobiografias, o das conversões espirituais. James Albert Ukawasaw Gronniosaw, em 1770, foi o primeiro a escrever sobre o assunto. Ele ditou o relato de vida para uma mulher, cuja identidade foi mantida em anonimato. Segundo consta na autobiografia, o homem negro nasceu na cidade de Borno, na atual Nigéria. Foi escravizado, levado para os Estados Unidos e comprado por um líder religioso holandês em Nova Jersey. A maior parte da narrativa foca no desenvolvimento espiritual do protagonista, da infância na África até a escravidão e a emancipação nos Estados Unidos. O relato sinaliza um desconforto com as práticas religiosas africanas e apresenta a busca por uma espiritualidade tida como mais verdadeira na fé cristã.³⁸

A outra autobiografia religiosa dessa época foi a de George White em 1810. Em comum, White e Gronniosaw apresentaram uma trajetória de vida que passou da tragédia para a redenção. Perdidos em um mundo de pecados, conseguiram ser conduzido por uma ação divina de volta para a proteção do senhor de escravos, das instituições do Estado ou da igreja cristã. A escravidão, quando é lembrada, tem significado espiritual e moral oposto ao que seria defendido posteriormente pelos abolicionistas. Ela não é algo errado diante dos olhos de Deus, nem da sociedade. O cativo, nessa concepção, era o pecado, a vida errante. A liberdade só viria pela fé, pela submissão ao domínio de Cristo.³⁹

Patrocinadores religiosos vão enxergar nesses livros autobiográficos uma oportunidade para defender a tutela sobre as almas negras.

Grupos evangélicos como os Metodistas e Batistas, que enfatizaram a importância central do “novo nascimento” do indivíduo (...), se interessaram pelas autobiografias negras por causa de seu valor espiritual na disseminação de ideias religiosas e, assim, na conversão de almas. Esses grupos muitas vezes assumiam o papel de editor – o agente que financia e assume o risco na publicação.⁴⁰

³⁷ SMITH, Venture. *A Narrative of the Life and Adventures of Venture, a Native of Africa: But Resident above Sixty Years in the United States of America. Related by Himself.* New London: CT, 1798.

³⁸ GRONNIOSAW, James Albert. *A Narrative of the Most Remarkable Particulars in the Life of James Albert Ukawasaw Gronniosaw, an African Prince.* Bath: S. Hazzard, 1770.

³⁹ WHITE, George. *A Brief Account of the Life, Experience, Travels, and Gospel Labours of George White, an African: Written by Himself, and Revised by a Friend.* New York: John C. Totten, 1810.

⁴⁰ GOULD, Philip. The rise, development, and circulation of the slave narrative. In: FISCH, Audrey (org.). *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative.* Cambridge: CUP, 2007, p. 14-15.

Em território norte-americano, a narrativa de William Grimes vai ser um marco por trazer temas e críticas sociais até então tímidas ou inexistentes nas outras autobiografias de afrodescendentes. Mas é preciso considerar que na Grã-Bretanha o gênero ganhava destaque há um tempo pelo teor político. E que, mesmo depois da independência dos Estados Unidos, os intercâmbios intelectuais e as relações entre os habitantes dos dois países eram intensos e frequentes. Por mais que as *slave narratives* norte-americanas sejam o escopo dessa pesquisa, não se pode negar a existência de influências recíprocas entre autores e patrocinadores nos dois lados do Atlântico. Antes mesmo de indivíduos como Frederick Douglass ou William Wells Brown venderem milhares de cópias e se tornarem famosos no mundo anglo-americano, o autobiógrafo negro mais conhecido foi Olaudah Equiano. O livro publicado em Londres, em 1789, teve treze edições em cinco anos. Nos Estados Unidos, a primeira edição foi lançada em 1791. Foram feitas traduções para o holandês, o alemão e o russo. Até 1850, calcula-se que foram pelo menos 36 edições. O relato era parte importante do engajamento de Equiano com o movimento abolicionista britânico, com destaque para a luta contra o tráfico de escravizados.⁴¹

Até a década de 1830, outras cinco autobiografias de pessoas escravizadas foram lançadas em solo britânico: Ignatius Sancho (1782), Boston King (1798), Boyrereau Brinch (1810), John Jea (1811), Solomon Bayley (1825) e Ottobah Cugoano (1825). Entre os temas, destacam-se curiosidades de viagem pelo Atlântico, trajetórias missionárias cristãs e detalhes da vida em cativo. Importante considerar também que alguns desses narradores passaram parte considerável da vida nos Estados Unidos e, ao se mudarem para a Grã-Bretanha, longe dos centros escravistas, receberam suporte para a produção dos livros. É o caso de Solomon Bayley. Sem o medo e o constrangimento causado pela proximidade com os senhores escravistas, alguns desses autores se sentiram à vontade para criticar o sistema, a exploração de afrodescendentes e denunciar as desigualdades raciais.

Seja em território americano ou europeu, uma análise abrangente do desenvolvimento das *slave narratives* deve considerar pelo menos duas fontes de inspiração: a literatura ficcional e a tradição da história oral. Um olhar mais atento a esses dois legados mostra a construção de um terreno mais favorável para a produção, circulação e consumo das autobiografias.

Conexões podem ser traçadas no início do século 18 com a popularização do romance como gênero literário. Na França, entre 1701 e 1789, foram 172 lançamentos diferentes. Na

⁴¹ ANDREWS, William L; FOSTER, Frances; HARRIS, Trudier. *The Oxford Companion to African American Literature*. New York: Oxford University Press, 1997, p. 257-258.

Grã-Bretanha, foram publicados mais de 400 até 1790.⁴² De acordo com a historiadora Lynn Hunt, múltiplos fatores explicam o fenômeno na Europa: a formação do capitalismo, as ambições da classe média, o crescimento da esfera pública, o surgimento da família nuclear e a emergência do nacionalismo. Ideias oriundas do Iluminismo e do Liberalismo também contribuíram para a construção das narrativas, por valorizarem a individualidade dos personagens e ampliarem o escopo social deles: de um mundo aristocrático restrito para um mais abrangente com setores da classe média. Novos grupos se viam representados e valorizados nas páginas dos livros. E isso teria implicações políticas. Hunt defende que, na Grã-Bretanha e nas colônias norte-americanas, o desejo por autonomia teria como fontes importantes os romances e as autobiografias publicadas ao longo do século 18.⁴³

Um aspecto central nessas obras era a ligação sentimental entre o leitor e os personagens, reais ou fictícios. As histórias permitiam que o público sentisse “empatia além de fronteiras sociais tradicionais entre os nobres e os plebeus, os senhores e os criados, os homens e as mulheres, talvez até entre os adultos e as crianças”.⁴⁴ No caso de grupos sociais ainda mais distantes, como os afrodescendentes escravizados, a aproximação se dava pelo reconhecimento de compatibilidade das emoções individuais. Tristeza, sofrimento, amor, alegria, esperança, revolta com injustiças, dramas familiares: diferentes sentimentos podiam ser identificados como elementos comuns da experiência humana. Os leitores podiam considerar que, a despeito de muitas diferenças físicas, materiais e culturais, havia algo de universal. Não se trata de exagerar o alcance dessa empatia e das mudanças que ela provocou, mas de assinalar o aumento da sensibilidade com os grupos mais vulneráveis.

Autobiógrafos negros e apoiadores estavam cientes, desde o início, das vantagens retóricas que o estilo narrativo do romance trazia. Essa influência estava presente nos relatos de aventura e nas histórias de conversão, que esperavam alcançar empatia e acolhimento dos leitores. Quando abolicionistas ingleses começaram a encorajar antigos escravizados a escrever os relatos de vida nas últimas décadas setecentistas, também seguiam essa fonte de inspiração. De forma consciente, projetavam os efeitos psicológicos que um tom romancado causava no público. Abolicionistas norte-americanos seguiriam as mesmas ideias a partir da década de 1830. O ministro Theodore Parker foi um dos que reconheceu abertamente isso durante uma palestra em 1849. Ele disse que os relatos de escravizados eram “a literatura americana mais

⁴² HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 40.

⁴³ *Ibidem*, p. 62.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 39-40.

distinta já produzida na nova nação” e continham “todo o romance original dos americanos neles”.⁴⁵

Alguns escritores negros chegaram a ser comparados às celebridades literárias do período. As semelhanças envolviam o estilo de formatação dos livros, a linguagem e a lógica narrativa. E até mesmo no conteúdo, quando havia celebração ideológica da autonomia individual como uma das maiores virtudes humanas. Um exemplo era o clássico *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, lançado originalmente no Reino Unido em 1719. Nele, um marinheiro naufragado aprendia a se defender sozinho e a sobreviver em condições extremas. Nas 13 colônias inglesas, o livro foi publicado em 1774 e seria um dos best-sellers do período. A narrativa em primeira pessoa, com detalhes vivos de uma experiência individual, era um modelo eficaz para sensibilizar o leitor e inspiraria os autores das *slave narratives*.⁴⁶ O autor inglês foi lembrado em uma crítica de 1845 no jornal Lynn Pioneer, de Massachusetts. O motivo: apontar uma proximidade de estilo e de genialidade com o ex-escravizado Frederick Douglass. Sobre o livro autobiográfico deste último, o crítico afirma: “há passagens nele que iluminariam a reputação de qualquer autor vivo, enquanto o livro, como um todo, julgado como uma mera obra de arte, aumentaria a fama de Bunyan ou Defoe.”⁴⁷

Se os romances tiveram influência no desenvolvimento das *slave narratives*, talvez nenhum livro isoladamente tenha sido mais importante do que “A Autobiografia”, de Benjamin Franklin, lançado nos Estados Unidos em 1793. Um dos chamados “pais fundadores” da nação, figura de prestígio na Revolução Americana, e promotor dos ideais iluministas, Franklin se tornou o exemplo máximo do *self made man*. E foi respeitado também por líderes negros, já que se tornou um defensor do fim da escravidão e da integração dos afrodescendentes na sociedade americana. No livro autobiográfico, Franklin compilou um conjunto de memórias que apresentavam uma trajetória de elevação material e espiritual. O sucesso foi obtido pelos próprios esforços, depois de seguir uma rigorosa cartilha de trabalho duro e retidão moral. O livro era uma ode ao autoaperfeiçoamento.⁴⁸ Um modelo narrativo conectado à construção do ideal de identidade nacional americana: uma pátria em os indivíduos tinham espírito de progresso, eram capazes de evoluir da miséria à riqueza (“*rags to riches*”).

⁴⁵ FISCH, 2007, op. cit., p. 101.

⁴⁶ BLACKBURN, Robin. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. London: Paperback, 2013, p. 98.

⁴⁷ *The Liberator*, 30 May 1845. Review of Narrative of Frederick Douglass. From Lynn Pioneer. Acesso em 01/05/2021: <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass/support1.html>

⁴⁸ MULFORD, Carla. Figuring Benjamin Franklin in American Cultural Memory. *The New England Quarterly*, vol. 72, no. 3, 1999, p. 415-43.

A ligação do eu autobiográfico com os ideais revolucionários fundadores da nova nação se tornaria central para as numerosas narrativas de escravos que se baseavam em aspectos-chave da autobiografia de Franklin: a ênfase na vida feita por ele mesmo; o valor da troca capitalista e do individualismo possessivo na criação de um “eu livre”; os usos estratégicos da retórica, da alfabetização e da decepção em relação a uma paisagem social competitiva e injusta; e a importância de vincular o “eu” aos ideais mais amplos da comunidade.⁴⁹

Romances e autobiografias eram fontes de inspiração em termos de conteúdo e de estilo, mas também estavam relacionados às mudanças nos próprios hábitos de leitura nos Estados Unidos. Tantos os livros mais populares, escritos por indivíduos brancos, como as *slave narratives*, faziam parte de um mercado literário capitalista emergente que teve um desenvolvimento rápido entre as décadas de 1770 e 1840.

Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento de uma indústria de livros moderna na América: editoras maiores, com maiores recursos para financiar e comercializar seus produtos; mudanças na tecnologia de impressão, que diminuíram custos, controlaram preços e possibilitaram níveis de produção muito maiores; melhorias nas rotas de transporte e técnicas de distribuição; e estratégias de marketing que visavam expandir o número de leitores em uma escala cada vez mais nacional. Todas essas mudanças têm histórias complexas e não ocorreram rapidamente. Mas eles mudaram as condições econômicas sob as quais narradores de escravos, editores, impressores e patronos abolicionistas operavam.⁵⁰

O crescimento do mercado literário não era sinônimo de democratização ou livre acesso aos meios de publicação. O ambiente produtivo era majoritariamente ocupado por pessoas brancas. Os afro-americanos tiveram de conquistar lenta e gradualmente um espaço na esfera pública, e destruir barreiras que os impediam de escrever, publicar e ser lidos por setores mais amplos da sociedade. Processo que foi permeado de negociações e conflitos.

Mesmo que o número de obras escritas por negros nas primeiras décadas de surgimento dos Estados Unidos seja superior ao observado em outras regiões do continente, como o Brasil, ainda assim era muito baixo quando comparado ao número de autores brancos. Mas a escrita nunca foi a única forma de expressão e transmissão de ideias. A tradição oral foi essencial para difusão da memória dos afro-americanos. Ela ajudou a preservar e a divulgar conhecimentos, a construir um legado narrativo transmitido entre gerações.

⁴⁹ LEVINE, Robert S. The slave narrative and the revolutionary tradition of American autobiography. In: FISCH, 2007, op. cit., p. 102-103.

⁵⁰ GOULD, 2007, op. cit., p. 23.

O historiador Dickson D. Bruce Jr. defende a importância dessa tradição oral no desenvolvimento de uma maior empatia dos brancos em relação aos negros. Principalmente em regiões mais ao Norte, como a Nova Inglaterra, onde os dois grupos estavam em contato mais próximo e frequente do que o experimentado no Sul. Havia, assim, mais chances de compartilhamento de memórias. E muitos indivíduos aproveitavam esses momentos para falar das experiências vividas durante o tráfico, como os horrores dos sequestros na África, a separação das famílias, o sofrimento durante a travessia atlântica. Testemunhos orais que, por vezes, surtiam efeito de sensibilizar os interlocutores brancos. E que ajudavam a fortalecer os debates e a literatura antiescravista antes mesmo do século 19, principalmente entre grupos religiosos como os quakers.⁵¹

O testemunho oral dos escravizados contribuía para as lutas antiescravistas que começavam a ganhar corpo. Eram recursos estratégicos para incorporar mais pessoas à causa. Os indivíduos que haviam experimentado o cativeiro eram convidados a participar de palestras e reuniões, a trazer detalhes sobre o tráfico e a escravidão que muitas vezes eram desconhecidos de outros sujeitos brancos. Assim como os romances, a criação de uma rede de empatia maior ajudava a ampliar esses movimentos. A compaixão pelo sofrimento humano formaria a base de uma ação moral contra a escravidão. A esperança era que mais pessoas se imaginassem na posição do escravizado, se compadecessem com as dores físicas e psicológicas que ele enfrentou. As comunidades religiosas eram uma porta de entrada para que os pensamentos e as vozes dos escravizados alcançassem a esfera pública. Forneciam um espaço onde eles podiam se expressar e influenciar audiências brancas.⁵²

Com a circulação de ideias racistas no período, mesmo entre grupos bem-intencionados, era muito difícil que a participação negra nos debates sociopolíticos fosse plenamente autônoma, livre de interferências, mediações e tutela dos apoiadores brancos. E no âmbito das *slave narratives*, isso não foi diferente. Na maior parte dos textos escritos antes de 1830, os protagonistas negros não tinham sequer o controle da escrita. Muitas histórias eram ditadas para outras pessoas brancas, que anotavam e organizavam as ideias, e as formatavam em uma narrativa na primeira pessoa do singular. Sem o controle total do texto (muitos não poderiam nem ler a obra concluída por não serem alfabetizados), os narradores negros ficavam mais sujeitos às vontades dos copistas. Estes podiam selecionar e excluir determinados elementos da

⁵¹ BRUCE JR., Dickson D. *The origins of African American literature*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 2001, p. 19.

⁵² *Ibidem*, p. 20.

narrativa caso os julgassem impróprios. Alguns apenas adaptavam o discurso oral para um estilo escrito mais formal e corrigiam desvios gramaticais. Outros, no entanto, iam além e apresentavam as próprias interpretações sobre os significados do texto. Sob essas condições e limitações, é possível identificar muitos silêncios e raras visões de mundo divergentes da ordem social e dos valores morais hegemônicos no Norte do país.

É difícil ter certeza quando estamos ouvindo uma autêntica voz negra em vez de testemunhar um ato de ventriloquismo literário. Como a dicção, o estilo e o tom do discurso oral em muitas narrativas pioneiras foram filtrados por meio das sensibilidades moral e literária dos copistas editores, devemos questionar sua credibilidade psicolinguística.⁵³

Na busca por mais independência e espaço de fala, uma barreira importante para superar era a da alfabetização. No caso dos escravizados, ela poderia ser alcançada por meio de esforços isolados e, muitas vezes, sem o conhecimento do proprietário. Formas colaborativas também poderiam ajudar, com a transmissão de conhecimento dos mais para os menos instruídos. Uma possibilidade alternativa era contar com o apoio de alguns brancos, principalmente aqueles envolvidos em movimentos religiosos. Ainda no período colonial, havia líderes cristãos convictos de que a conversão dos escravizados só seria completa se eles pudessem ler a bíblia e outros textos correlatos. Uma base intelectual mínima faria a experiência do cristianismo ser mais completa. Um exemplo desse posicionamento é o do líder anglicano Alexander Garden, que fundou uma escola para negros em 1743, desobedecendo legislação colonial de 1740 que proibia o ensino da escrita para os escravizados.⁵⁴

A lei, inclusive, é uma sinalização de como as elites coloniais se posicionavam sobre a educação fora dos próprios círculos nos séculos 17 e 18. As ameaças incluíam qualquer outro grupo, inclusive brancos pobres, que pudesse representar algum perigo para a ordem social. O governador da Virgínia, William Berkeley, foi explícito sobre essa visão em 1671: “Eu agradeço a Deus que não haja escolas gratuitas nem imprensa, e eu espero que não as tenhamos por centenas de anos, pois o aprendizado trouxe desobediência, heresia e seitas ao mundo”. Para os proprietários de escravos, havia o medo específico de que a leitura levasse a uma interpretação da bíblia desfavorável ao cativo.⁵⁵

Muitos negros livres, alforriados ou fugitivos, desenvolveram a percepção de que o conhecimento era uma fonte de poder ou, no mínimo, um meio para alcançar alguma

⁵³ ANDREWS, 1988, op. cit., p. 35.

⁵⁴ BRUCE JR, 2001, op. cit., p.14 e 15.

⁵⁵ Ibidem.

diferenciação ou vantagem social. Muitos, quando tiveram a oportunidade, investiram no aprendizado da escrita e da leitura. Embora os dados sobre alfabetização desse grupo sejam escassos até a segunda metade do século 19, é possível elaborar algumas interpretações a partir dos levantamentos oficiais do governo americano. O Censo de 1850 foi o primeiro a incluir esse tipo de informação das “pessoas de cor livres”.

O Censo dos EUA de 1850, que ocorreu antes da Emancipação e não incluiu escravos, relatou que 36% dos negros livres eram analfabetos. O Censo dos EUA de 1870, que foi o primeiro realizado após a Emancipação, relatou que 81% dos negros eram analfabetos, em comparação com 9% dos brancos.⁵⁶

Entre a população branca, os analfabetos eram apenas 4,92%⁵⁷. Considerando as condições acentuadas de desigualdade e as restrições educacionais, é preciso ver os 36% relativos aos afro-americanos como sinal de um esforço coletivo significativo pela ascensão intelectual das comunidades livres. Como não há dados oficiais sobre a população escravizada, resta apenas especular, por meio das condições de vida e das opiniões contrárias da maioria dos proprietários, que um número muito pequeno desse grupo tenha adquirido habilidades de leitura e escrita. Isso poderia ser visto no censo de 1870, o primeiro após a 13ª emenda de 1865, que encerrou a escravidão no país. Com o incremento dos ex-escravizados na população negra livre, a proporção de analfabetos teve aumento abrupto para 81%.

Esses dados tornam ainda mais relevante o fato de que algumas *slave narratives* trouxeram a marca “*written by himself*” no título (na tradução livre: escrito por ele/a mesmo). Eram mais do que simples indicações de que o relato estava na primeira pessoa do singular. Serviam como atestado da capacidade intelectual do escritor negro, do maior grau de autonomia e de autoridade sobre o texto. Em uma sociedade onde a inteligência dos afrodescendentes era frequentemente questionada, essas três palavras ganhavam significados de contestação ao padrão inferior que era esperado deles. Até os anos 1830, das 23 autobiografias de indivíduos negros publicadas no universo anglo-americano, seis continham essa inscrição no título.

Entre elas estava a de William Grimes, que publicou o livro de 1825 aparentemente sem ajuda e direção de outros sujeitos brancos. Não há agradecimentos ou menções a qualquer interferência externa no texto. O fato de conter um número considerável de erros gramaticais e

⁵⁶ COHEN, Dale J.; WHITE, Sheida; COHEN, Steffaney B. Mind the Gap: The Black-White Literacy Gap in the National Assessment of Adult Literacy and Its Implications. *Journal of Literacy Research*, v. 44, number 2, 2012, p. 125.

⁵⁷ U.S. Census Bureau (1850). *Compendium of the Seventh Census*, p. 152. Acesso em 01/05/2021: <https://www.census.gov/library/publications/1854/dec/1850c.html>

ortográficos, assim como o uso de uma linguagem mais informal, reforçam a tese de que foi uma empreitada solitária. A falta de apoio de indivíduos influentes ou de uma organização coletiva seria um fator importante para que a obra não tivesse o mesmo sucesso das *slave narratives* publicadas nas décadas seguintes. Redes amplas de solidariedade e de comunicação foram essenciais para aumentar o número de leitores das autobiografias. Por outro lado, alianças com brancos influentes cobravam alguns preços: limitação dos conteúdos, silêncios sobre as dificuldades da população negra no Norte, críticas restritas aos escravistas do Sul, adequações mais rigorosas de temas e de palavras aos discursos dominantes da região.

Os pontos fracos que limitaram o alcance do livro de Grimes na época em que foi escrito são hoje pontos fortes para a análise histórica. Sem a intervenção direta de um patrocinador para revisar, editar e cortar trechos “inadequados”, as memórias e as opiniões do autor mostram conflitos e contradições mais compatíveis com a complexidade de uma realidade social. Por mais que almeje atingir um público branco, burguês, nortista, o texto desvia-se na adequação aos padrões culturais hegemônicos. Há momentos em que o diálogo é feito de maneira parcial, fragmentada, com elementos inesperados, que resultam na ressignificação de determinados códigos de conduta.

O protagonista parece, então, ter vivido uma realidade intelectual e financeira mais próxima da maioria de homens negros escravizados e dos que experimentaram as barreiras raciais da vida em liberdade: “Grimes era um homem comum; ele não tinha os poderes latentes de um Frederick Douglass ou a mente de um James W. C. Pennington. É razoável supor que milhares de fugitivos não fossem talvez diferentes dele”.⁵⁸

Quando foi lançada, a obra era a autobiografia mais longa já escrita por um afro-americano: tinha 68 páginas. Segundo o próprio autor, ela foi projetada principalmente para arrecadar dinheiro. Grimes perdeu todas as economias depois de ser forçado a comprar a liberdade do antigo senhor. Escravizado durante quase trinta anos, serviu a pelo menos dez mestres diferentes em três estados do Sul: Virgínia, Maryland e Geórgia. Ele escapou da escravidão em 1814, escondido em um navio que partia para Nova York. O reencontro com o último proprietário aconteceu quando tinha 36 anos de idade. Como o livro foi escrito quatro anos depois do ocorrido, a situação financeira de Grimes não parece ter melhorado significativamente. Ele havia se estabelecido em Connecticut e se casado com Clarissa Caesar em 1817, uma mulher negra livre.

⁵⁸ NICHOLS, JR. Charles H. The Case of William Grimes, the Runaway Slave. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, vol. 8, no. 4, 1951, p. 560.

Nos próximos subcapítulos, iniciaremos a análise detalhada dos conteúdos escritos na narrativa de Grimes. De acordo com os propósitos desta pesquisa, vamos nos concentrar em três temas no texto: a construção de uma personalidade pública, a partir do conjunto de identidades que a constituem; os diferentes grupos sociais com quem Grimes se relaciona, com graus variados de solidariedade e de conflito; e a identificação que faz das forças sociais que atuam sobre a vida dele, responsáveis por delimitar barreiras, restringir e condicionar escolhas individuais.

Juntas, essas categorias apontam para três dimensões que constituem a “consciência”, pensada aqui em termos sociopolíticos. Ela é medida “pelo grau de ‘inteligência’ que o homem adquire das relações sociais”. E passa a ser qualificada como uma “elaboração crítica” de si, quando o “homem não se concebe isoladamente, mas repleto de possibilidades oferecidas pelos outros homens e pela sociedade”.⁵⁹ A autobiografia é um dos meios pelo qual essa consciência ganha expressão pública, é externalizada para outros indivíduos. Nesse tipo de documento, o autor seleciona, reúne e interpreta os principais acontecimentos da vida, e cria sentido sobre a própria existência.

O conceito é central para a inserção e a movimentação do indivíduo em uma sociedade. A consciência interfere na identificação de si como um ser coletivo e inclui o mapeamento subjetivo do terreno de transformações possíveis em dado contexto histórico. O engajamento em um movimento ou luta política mais ampla depende da leitura que o sujeito faz do potencial sucesso que pode alcançar. Reconstituir a consciência de Grimes na autobiografia é aprofundar a compreensão sobre rumos e posicionamentos do ex-escravizado nos conflitos raciais e antiescravistas de sua época.

2.2. PERSONALIDADE: ADEQUAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO “EU”

Na autobiografia, sobressaem-se pelo menos nove conjuntos identitários com os quais Grimes procura formar a própria personalidade: a herança familiar, a cultura da Virgínia, a masculinidade, a capacidade intelectual, o papel de homem de família, a ética trabalhadora/empreendedora, a devoção cristã, a condição de fugitivo da escravidão e a cor da pele. É esse conjunto manifesto no texto que forma o “eu” idealizado pelo autobiógrafo. Portanto, faz-se necessário desmembrar os vários elementos da persona pública. E por mais que

⁵⁹ GRAMSCI. Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 1. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 414.

o objetivo dele seja apresentar-se como uma unidade coerente, considerar que o produto dessa operação se transforma durante a narrativa por meio de desvios e contradições.

A primeira marca de singularização é o nome, fornecido usualmente por um familiar ou adulto que tenha autoridade sobre o recém-nascido. Trata-se de um item alheio à vontade do indivíduo, algo que lhe é imposto sem consentimento e que costuma carregar para toda a vida. Seria este um detalhe óbvio em outros contextos sociais e históricos, mas não na dinâmica da escravidão na América.

Para os que eram trazidos à força da África, o nome original era sepultado a partir do momento em que a compra era concretizada por um senhor de escravos em território americano. Sem se importar com a herança cultural do “produto” adquirido, na verdade pretendendo anulá-la, o proprietário escolhia uma identificação que achasse mais conveniente. Poderia existir uma necessidade de adaptação ao idioma local, mas o principal motivo era expressar autoridade e controle sobre os corpos dos escravizados. Foi o caso de Robert “King” Carter, um dos donos de *plantations* mais ricos do Chesapeake. Em uma carta de 1727, Carter explica que se preocupava em seguir um processo sistemático de descaracterização dos africanos. Os subjugados recebiam imediatamente novos nomes e os escutavam repetidamente em diferentes etapas até que os memorizassem. Os escravistas se orientavam por alguns padrões. Era comum escolher diminutivos para tentar atribuir uma infância permanente ao escravizado. Ou apelidos iguais aos dos animais domésticos, como forma de destituí-los de humanidade.⁶⁰

Os que nasciam em território americano também experimentavam a transitoriedade e a inconstância desse tipo de assinatura individual. Em um trecho da autobiografia, William Grimes explica que era comum mudar de nome ao ser vendido para um novo senhor.

Mencionarei aqui que pode parecer estranho eu ter tido tantos nomes. Para aqueles que não estão familiarizados com a circunstância, é uma prática entre os proprietários de escravos, sempre que um deles compra um escravo do outro, se o nome não lhe convém, ou se já tiver um com o mesmo nome, dar um novo nome que lhe agrade. Por estas razões, tive três nomes diferentes.⁶¹

Além de William, ele foi chamado de Theodore e John. Na vida longe do cativeiro, seja por alforria ou fuga, havia a possibilidade de o indivíduo escolher o próprio nome, sem a mediação de uma autoridade externa. Era um recomeço, em uma nova realidade, onde

⁶⁰ BERLIN, Ira. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana da América do Norte Continental. Estudos Afro-Asiáticos, ano 26, n. 2, 2004, p. 246.

⁶¹ GRIMES, William. Life of William Grimes, the Runaway Slave. Written by Himself. New York: The Author, 1825, p. 54.

determinadas marcas do passado poderiam ser apagadas. Alguns optaram por referências bíblicas ou nomes mais usuais do mundo anglo-americano. Outros até criaram sobrenomes para celebrar a libertação, como Freeman, Newman, Somerset e Armstead. E teve quem preferiu preservar a identificação com a classe proprietária de escravos, por entender que isso conferia algum tipo de status ou vantagem social. É o caso de April Ellison. Escravizado na Carolina do Sul, requisitou a manutenção do sobrenome em um tribunal depois de ser emancipado. No processo, argumentou que “aumentaria muito seu ganho como comerciante”.⁶²

William Grimes poderia ter criado para si um quarto nome, algo que o distanciasse ao máximo das memórias da escravidão. Mas ele não optou por esse tipo de ruptura. Elegeu o primeiro dos três nomes que tivera, assim como adotou o sobrenome Grimes. Ambos reforçam uma marca de origem, um vínculo com o passado. Se o primeiro nome o lembrava do nascimento, da infância, o sobrenome enfatizava os laços sanguíneos com a família do pai, um homem branco, senhor de escravos. Um certo grau de orgulho com essa herança foi corroborado ao incluir, no início da autobiografia, a letra de uma música dedicada ao avô branco, conhecido como *Old Grimes*. Um espaço considerável de 13 estrofes, que ocupa duas páginas. Para o autobiógrafo, o avô tinha sido “um homem de considerável notoriedade”, “respeitado e amado” por aqueles que conviveram com ele.⁶³

A ligação com o lado branco da família foi reforçada pelo caráter que apresenta do pai. Ele foi descrito como “corajoso”, “um tipo de homem selvagem”, “muito temido por todos os vizinhos”. Características que, ao longo do livro, o narrador reivindicou também para si, como sendo produtos de uma herança genética. Nessa conexão geracional, predominaram elementos de uma masculinidade mais pronunciada do que na média dos homens. E que o aproximavam do espírito de um homem livre: “Eu tinha muito bom senso e sentimento para ser um escravo, muito do sangue de meu pai, cujo espírito nada temia. Eu fui, portanto, difícil de governar da maneira como foi tentado”.⁶⁴

O cativo foi apresentado como realidade incompatível para um homem como ele: “Eu não estaria vivo agora se tivesse permanecido um escravo, pois teria resistido com minha vida, quando ficasse mais velho, ao tratamento que tenho testemunhado sendo dado aos outros pelos capatazes”.⁶⁵

⁶² BERLIN, Ira. Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 131 e 165.

⁶³ GRIMES, 1825, op. cit., p. 6.

⁶⁴ Ibidem, p. 5-6 e 20.

⁶⁵ Ibidem, p. 15.

Para provar o argumento, a narrativa traz mais de um episódio em que o autor se impõe diante de outros homens, a maioria capatazes ou escravizados. O primeiro exemplo aconteceu cedo, quando ainda era um menino com pouco mais de dez anos de idade. Um capataz branco, de nome Coleman Thead, ameaçou chicotear Grimes, mas ele reagiu, o segurou e ameaçou denunciá-lo por ter montado no cavalo do senhor sem o consentimento deste. O que prontamente despertou o medo no homem adulto. Em outro momento, já mais velho, Grimes novamente enfrenta um capataz, mas dessa vez ameaça agredi-lo com uma vara, e marcha na direção dele “com a coragem de um leão”.⁶⁶

Mas essa masculinidade não foi expressa apenas por meio de intimidações. Houve outros confrontos físicos, quando ele diz ter mordido o nariz do adversário. Em uma ocasião, foi repreendido pelo capataz por ter descansado durante o trabalho na plantação. A sequência da cena é digna do arquétipo masculino de herói viril: Grimes primeiro agride o capataz, depois um outro escravizado de força física superior aos demais e, por fim, intimida outros 20 escravizados que evitam confrontá-lo, assustados com a ferocidade. Nesses conflitos, Grimes explicita outro elemento identitário, que estaria relacionado à masculinidade acentuada: os laços regionais com a cultura da Virgínia. Durante as lutas corporais, a tática empreendida foi o “velho estilo da Virgínia (que geralmente consiste em cortar, morder e dar cabeçada)”.⁶⁷

O caráter virginiano, impetuoso e corajoso, já se manifestara em outra época de sua vida também no campo das relações amorosas. Quando era mais jovem e ainda escravizado, apaixonara-se por uma mulher negra chamada Miss. Jourdine e fora tomado por instintos fortes e incontroláveis.

Não posso descrever as emoções de prazer com que sua presença encheu meu peito, nem esquecer a hora em que o destino nos separou para sempre. Presumo que o coração e os sentimentos de um camponês analfabeto ou de um escravo ignorante sejam tão suscetíveis e ardentes quanto os dos homens mais iluminados, pelo menos quando aquecidos e excitados pela influência das atrações femininas. (...) No caminho, meu peito ardeu e meu coração quase saltou de mim, ao pensar nessa garota. Senti que poderia, desarmado, açoiar meia dúzia de leões, se eles cruzassem meu caminho.⁶⁸

Ser estimulado pelas “atrações femininas” o igualavam a qualquer outro homem, pois tanto os instintos sexuais como o amor romântico eram elementos de uma essência masculina. E essa não distinguia os homens pela cor da pele, pela classe social, pela condição financeira,

⁶⁶ Ibidem, p. 10 e 19.

⁶⁷ Ibidem, p. 37.

⁶⁸ Ibidem, p. 13.

nem pela capacidade intelectual. Eram sensações e sentimentos que anulavam diferenças, que reforçavam uma conexão universal entre todos os homens.

A identificação com a Virgínia reapareceu de forma destacada ao descrever o momento em que conheceu a esposa, quando vivia em liberdade no Norte do país. A mulher pelo qual se apaixonou era virtuosa, dentre vários aspectos, por ser “uma boa virginiana” como ele. Mesmo morando em outra região, via-se conectado a cultura regional de infância. E foram os aspectos visíveis dessa cultura que se sobressaíram na hora de se apaixonar e formar uma família. Mesmo com o reconhecimento da terra natal como lugar de hipocrisia, que ostentava na constituição o lema de “Liberdade e Igualdade”, mas na prática permitia a escravização de pessoas.⁶⁹

Grimes buscou, ao longo do livro, apresentar-se como um homem capaz de crescer intelectualmente. Ou seja, indicou o conhecimento como algo possível de ser alcançado mediante esforço individual, sem ser uma característica inata. O entendimento foi de que a condição social e material era a responsável pela distinção entre eruditos e ignorantes. No trecho anterior, ele falou em “camponês analfabeto” e “escravo ignorante”, em que a categoria social indica o grau de instrução. Curiosamente, os mais “iluminados” ou esclarecidos não têm essa marcação de posição social. A categoria parece estar aberta para aqueles que a consigam ocupar.

A narrativa de Grimes apresenta um homem que desenvolveu a condição de sabedoria. Isso incluiu aprender a ler e escrever, que ele não revelou como aconteceu. Mas também veio por meio do aprendizado de leis e de habilidades profissionais. E do uso de uma leitura crítica de mundo que proporcionou condições melhores de vida, mesmo como escravizado. As experiências o fizeram valorizar o conhecimento como fonte de poder e distinção social.

Para endossar esse potencial, ele contou que teve o valor reconhecido desde criança por senhores escravistas. “O Coronel William Thornton desceu das montanhas, no condado de Culpepper, para comprar negros, e veio à casa do meu senhor, que era seu cunhado, e ao me ver, achou que eu era um menino inteligente”. Em outro momento, o Major Jones, cunhado do senhor, percebeu que ele era especial: “pensando que eu era um menino esperto e ativo por esperar perto da casa, perguntou ao meu mestre se ele me venderia”. O desenvolvimento intelectual era algo que poderia continuar na vida adulta: “se eu tivesse oportunidade, poderia aprender muito rápido”, porque afinal era “um homem de bom senso”.⁷⁰

Essa capacidade poderia ser escondida caso lhe conviesse. Uma dissimulação estratégica, para evitar a irritação de um senhor e os açoites: “eu fingi ser ignorante sobre tudo

⁶⁹ Ibidem, p. 63 e 5.

⁷⁰ Ibidem, p. 8, 10, 68 e 67.

e agi de forma estúpida e obtusa, não demonstrando o que eu sabia ser o desejo dele.” E era o que o distinguia de outros escravizados, principalmente aqueles com conexões mais íntimas com a África: “Eu sabia melhor das coisas, mas ele era um pobre e ignorante negro da Guiné”. A posição que Grimes projeta para si é a de proximidade com outros brancos mais “esclarecidos”. Quando já vivia no Norte do país, uma noite foi convidado para beber vinho com estudantes universitários e o grau de confraternização o leva a se considerar em “pé de igualdade” com os companheiros de taça. A ponto de fazer discursos ao redor da mesa, e de ser ouvido e incentivado pelos demais.⁷¹

Em outro trecho, ele foi além e colocou-se em um patamar acima desse grupo. Primeiro, reflete sobre o preço da ignorância: o desconhecimento das leis e dos detalhes jurídicos o fizeram sucumbir a ameaças e ser extorquido por abusadores. Situação que conseguiu transformar: “entendo a lei agora muito bem, pelo menos a parte que consiste em pagar taxas”. E esse novo conhecimento o fez acreditar que poderia se sair melhor do que outros brancos em questões jurídicas. Em um dos processos judiciais que enfrentou, recorreu a um advogado para o defender no tribunal e não teve sucesso: foi condenado a pagar uma multa. A conclusão sobre o acontecimento é de que “se eu tivesse defendido meu próprio caso, teria feito melhor do que qualquer advogado, ou melhor, estudante”.⁷²

Uma das habilidades reivindicadas por Grimes nos leva ao próximo item identitário: o espírito trabalhador e empreendedor. O autor procurou incorporar o modelo do *self made man*. Ele reforçou a situação de penúria para sensibilizar os leitores de que necessitava de ajuda. Ele acreditava ser merecedor dela por ter seguido a cartilha de esforço e disciplina como meios para a elevação social. O estado de pobreza era uma das muitas injustiças que sofreu na vida e não o resultado de um comportamento negligente em relação aos ofícios. A abertura do livro falou de oito anos de trabalho árduo, do acúmulo de mil dólares, e de como teve de abrir mão de tudo para não voltar a viver na escravidão.⁷³

Para convencer os leitores dessa trajetória honesta e rigorosa, ele apresentou os principais sinais de que era muito dedicado ao trabalho, mesmo quando escravizado. A primeira atividade, ainda como menino, foi a de preparar o café da casa. E o desempenho na tarefa era motivo de “satisfação da minha patroa”⁷⁴. No ambiente doméstico e no campo, a imagem

⁷¹ Ibidem, p. 48, 50, 61.

⁷² Ibidem, p. 60 e 59.

⁷³ Ibidem, p. 3 e 4.

⁷⁴ Ibidem, p. 8.

construída foi a de empenho constante por um resultado satisfatório. As repreensões e os açoites dos supervisores eram sempre frutos de alguma injustiça. Mas ele não desistiu de se manter diligente nos ofícios e seria esse comportamento o motivo de ter melhorado um pouco a situação financeira na vida adulta.

Ao conquistar a confiança de um dos senhores, recebeu autorização para trabalhar fora da propriedade dele. Um serviço extra que lhe permitiria ganhar um dinheiro para uso pessoal. Contanto que desse parte dos rendimentos para o senhor. O primeiro emprego foi a bordo de um navio, chamado *Epervier*, tomado dos britânicos na guerra de 1812. O trabalho consistia em carregar caixas da embarcação para o banco da cidade de Savannah. O próximo emprego foi em uma plantação, seguido de nova atividade em um navio, mas desta vez como cozinheiro e camareiro. O currículo incluiria ainda ser motorista de carruagem e cuidar de cavalos. Desta última ocupação, ele fala com orgulho do bom desempenho e do reconhecimento dos senhores.

Algumas semanas após meu retorno, meu senhor e a família dele chegaram de Nova York, com uma carruagem e quatro cavalos elegantes. Agora eu tinha seis cavalos para cuidar e a carruagem para manter limpa e em ordem. Cuidei tão bem dos cavalos e mantive a carruagem tão bonita que o Sr. Bullock ficou muito satisfeito comigo.⁷⁵

Quando em liberdade, em Connecticut, teve hospedaria, barbearia e loja de itens básicos. A habilidade como barbeiro o fez ganhar prestígio. Vendo uma oportunidade de aumentar os rendimentos, mudou-se para a cidade de Litchfield, por causa da demanda grande de jovens estudantes pelo serviço que ele prestava: “tive um grande clientela, e ganhava o valor de cinquenta ou sessenta dólares por mês. Depois de ter residido lá por cerca de um ano com quase o mesmo sucesso, me comprometi a manter um ou dois cavalos para alugar”. Como bom empreendedor, Grimes diversificou os negócios. E o resultado positivo era ser inevitável: “por algum tempo eu ganhei dinheiro muito rápido”.⁷⁶

Do diálogo entre a responsabilidade nos negócios e a masculinidade acentuada veio outra categoria identitária que Grimes fez questão de reforçar: a de pai de família, o líder do lar. A situação de pobreza causada pela compra da alforria o fez questionar sobre o acolhimento que autoridades e sociedade nortista prestavam aos mais pobres, que enfrentavam toda sorte de adversidades. Ser responsável pelo sustento financeiro da família tornou a coisa toda mais complicada, o pressionou a reivindicar a ajuda dos leitores. Era como se dissesse: fui como um

⁷⁵ Ibidem, p. 43.

⁷⁶ Ibidem, p. 58.

de vocês, segui o mesmo roteiro de sucesso individual, mas agora estou em situação diferente por uma injustiça maior. Essa busca por empatia é explícita no início da autobiografia, quando diz não ter mais nenhum tostão para cuidar da família.

Que qualquer um se considere marido e pai, dono de uma casa, um lar e um meio de subsistência. Um estranho entra nessa casa diante de seus filhos e, em plena luz do dia, põe a corrente em sua perna, onde ela permanece até que o último centavo de sua propriedade compre, da avareza e da crueldade, o resto de uma vida, cujos melhores anos foram passados na miséria! Que qualquer um imagine isso e pense no que senti.⁷⁷

Se as seis categorias identitárias descritas até aqui indicam um grau de coerência e uniformidade maior, o mesmo não acontece com as três seguintes. Elas são mais ambíguas e conflituosas. É o caso da imagem de cristão que ele reiterou ao longo do texto. O conhecimento sobre a existência de um Deus o levou a orar com frequência pela direção dessa força sobrenatural. Pela intensidade da fé, se comparou ao apóstolo Pedro. Em alguns momentos de perseguição, quando esteve perto de ser açoitado, ele pediu aos céus para ser protegido do perigo. E foi atendido prontamente.

bendito seja Deus que converteu seus corações antes que chegassem ao local de destino: pois ao chegar lá fui absolvido. (...) Informarei aqui a meus leitores que, na hora de descer ao estábulo, não fiz a menor tentativa de induzir o meu senhor a não me açoitarem. Mas confiei e ofereci minhas orações ao meu pai celestial, que as ouviu e respondeu.⁷⁸

Diante de desvios da moral cristã, reconheceu o pecado e pediu perdão. Uma postura valorizada na religião: a humildade de assumir os erros e buscar a correção. É desse jeito que narra a experiência da conversão. Havia criado o hábito de ouvir a pregação nas escadas da igreja, enquanto esperava os senhores. E as mensagens o tocaram a ponto de reconhecer que levava uma vida incorreta: “o inferno seria a minha porção se eu morresse na situação atual”. Os conselhos seguintes de um líder religioso branco o atormentaram e geraram uma culpa tão grande que ele se sentiu impelido a buscar a “esperança da salvação”. Essa escolha representou o alívio e a certeza de estar sobre os cuidados divinos: “eu conhecia o caminho para o paraíso. Eu tinha a doce comunhão com o Senhor”.⁷⁹

A experiência da conversão foi estrategicamente conectada ao significado que ele atribuiu à fuga do cativeiro no Sul. Grimes contou que depois de chegar em Connecticut

⁷⁷ Ibidem, p. 3-4.

⁷⁸ Ibidem, p. 17.

⁷⁹ Ibidem, p. 28.

alimentou dúvidas sobre a decisão de escapar do antigo senhor. Teria sido correto? Fazia parte dos planos divinos? No que parece ter sido tanto uma justificativa para si mesmo quanto para o leitor, narrou a subida em uma montanha alta para perguntar a Deus se deveria voltar para o cativeiro. E a resposta que obteve foi negativa: a situação atual de liberdade era mais adequada a ele. A interpretação da fuga foi a de que era igual ao povo hebreu escravizado no Egito pelo Faraó, que fugiu da antiga terra direcionado pela mão de Deus: “embora meu coração tenha sido perfurado com sofrimentos intensos iguais à morte, (...) ainda assim, debaixo das consolações da religião, minha fortaleza nunca me deixou”.⁸⁰

Era importante convencer os leitores de que havia um propósito espiritual na fuga e de que a merecera por ser um cristão fervoroso, mas Grimes derrapou em determinados trechos nessa missão. Em alguns momentos, chegou a perdoar os senhores de escravos e pedir que Deus os perdoassem também. Entretanto, esse valor moral central ao cristianismo, foi deixado de lado quando se referiu a uma antiga senhora, tida como cruel, invejosa e cheia de ódio.

quando ela me pegou em casa, me bateu até que eu mal conseguisse ficar em pé. Mesmo sendo jovem naquela época, ainda lembro de sua crueldade com emoções de indignação que quase me levam a proferir maldições. Ela está morta, graças a Deus, e se eu a encontrar novamente, espero reconhecê-la.⁸¹

Não só a morte da senhora foi comemorada, como foi feita uma promessa velada de vingança caso eles se encontrassem em uma realidade pós-morte. Quando ele esperava “ser capaz de reconhecê-la”, depois de relatar uma série de abusos e crueldades, a indicação era de que o novo encontro não seria amistoso. Grimes não falou diretamente sobre o que poderia acontecer, mas estava implícito que o sentimento de rancor transcendia o plano material.

Um outro comportamento condenável na bíblia, expresso inclusive nos famosos dez mandamentos, é o “não roubarás”. Está presente no Levítico, livro das leis às quais o povo escolhido deveria se submeter. Grimes tinha ciência desse mandamento ao falar de um episódio em que foi acusado de roubar uma garrafa de vinho do senhor. Ele disse ter ficado triste pela acusação injusta, já que era inocente, e não ousaria tomar uma atitude que contrariava o texto das Escrituras: “Eu não mentiria, nem roubaria”.⁸²

O próprio autor, no entanto, abandonou esse rigor ao refletir sobre uma outra experiência na escravidão. No trecho, o entendimento foi o de que algumas regras não deveriam ser

⁸⁰ Ibidem, p. 29.

⁸¹ Ibidem, p. 7-8.

⁸² Ibidem, p. 44.

aplicadas em realidades que fugissem à normalidade e ao aceitável. E o que seria grave assim? A fome. No cativeiro, a alimentação dos cativos era precária e geralmente insuficiente, como ele assinalou na autobiografia. A fome despertava as reações mais primitivas do ser humano.

Quando algum dos porcos morria, nós sempre os comíamos. Mas nós não esperávamos os porcos e gansos morrerem de velhos, quando nós tínhamos a chance de roubá-los. Roubar? Sim, roubá-los. Eu ficava tão faminto por carne que eu poderia comer a minha mãe.⁸³

Roubo apareceu três vezes em frases consecutivas. O que indicou uma consciência de Grimes de que estava relatando algo que poderia ser reprovável. A ênfase e a redundância eram recursos de interação, que demandavam compartilhamento de ideias e valores. Como se ele dissesse: eu também sei que roubar é errado. Mas para acentuar a excepcionalidade daquela condição, ele recorreu a uma expressão de exagero: ser capaz de comer a própria mãe. O que significa que a brutalidade e o desespero da escravidão podiam levar a um estado limite, que maculava laços familiares e até a sagrada figura materna. Ao indivíduo, restava apenas a busca pela satisfação de um instinto incontrolável.

O mais grave dos desvios, porém, pode ser identificado como aquele que leva o indivíduo às crenças alternativas, sem ligação direta com o cristianismo, um tipo de reconhecimento de que existem outros poderes sobrenaturais legítimos além do Deus bíblico. Em vários trechos da narrativa, Grimes afirmou ter uma intimidade direta com o “Todo Poderoso”, a ponto de escutar claramente a voz dele. Porém, em outros dois momentos da narrativa, ele buscou conforto nas palavras de videntes. Angustiado na escravidão, incerto sobre a possibilidade de um futuro melhor, ele recorreu às autoridades do misticismo popular.

Nessas horas eu ia frequentemente à vidente e, pagando 25 centavos, ela me dizia qual era o meu destino. Ela me dizia que eu eventualmente fugiria, mas que isso seria feito com grande quantidade de problemas, e verdadeiramente, eu experimentei uma vasta quantidade de problemas antes que eu pudesse fugir.⁸⁴

Os episódios de consultas às videntes não foram acompanhados de falas de arrependimento, nem avaliações negativas que as descrevam como frutos de um erro. Fluíram como algo natural na sequência narrativa. Além disso, no exemplo acima, as previsões da vidente foram confirmadas como verdadeiras, já que aconteceram exatamente como ela dissera.

⁸³ Ibidem, p. 14.

⁸⁴ Ibidem, p. 23.

A postura sincrética chama atenção inclusive na ordem dos acontecimentos da autobiografia. A vidente foi quem primeiro trouxe a certeza, revelada do plano sobrenatural, sobre a fuga. Com o ato já concretizado, foi a vez de Deus corroborar diretamente com Grimes a legitimidade daquela fuga. Essa mistura de autoridades espirituais no texto indicava um desvio da normativa cristã tradicional. Expor a memória sem nenhum comentário crítico mostra que ainda tinha dificuldades para abandonar a herança de uma cultura religiosa popular, marcada por sincretismos. Por mais óbvio que pudesse parecer, o autor não problematizou a exposição desses episódios, não considerou que seriam considerados inapropriados pelos leitores cristãos.

Marcas importantes das ambiguidades e contradições identitárias de Grimes são também as caracterizações que faz de si ora como homem livre, ora como escravizado. Quando escreve a autobiografia, ele já conquistou legalmente a liberdade, depois de comprá-la do antigo senhor. Por que, então, indicar no título que o livro era de autoria de um “fugitivo da escravidão”? Como se essa fosse uma condição ainda presente e não algo distante? Existe a questão editorial de promover o interesse pelo livro a partir dessa marca, que despertaria a curiosidade dos leitores por um personagem “exótico”. É bom lembrar que era, até então, o primeiro relato de um afrodescendente que escapara da escravidão. Ele poderia, no entanto, ter usado outros recursos linguísticos para indicar que a condição era coisa do passado. Seja um prefixo de “ex” escravizado, seja uma frase expressasse algo como “um homem que foi escravizado”.

A escolha não pareceu aleatória. O texto trouxe indícios de que existiam sentimentos atrelados a esse passado escravista, de que ele não conseguiu se desvencilhar completamente dele. É possível que ele pretendesse marcar o status civil instável de um homem negro que fugia do Sul para o Norte. Que, mesmo oficialmente livre, ainda sofria as consequências da condição anterior, um estigma social que o perseguia perpetuamente. Como uma marca difícil de superar.

Em um dos momentos de solidariedade com outro homem negro, que conhecera no Norte do país, ele listou o respeito pelo sujeito a partir dos feitos e das identificações que existiam entre eles. Além de exercerem a mesma profissão como barbeiros, de serem reconhecidos pela honestidade, também tinham sido “fugitivos” da escravidão. No fim da autobiografia, mesmo depois de todo o relato de superação e de valorização da liberdade conquistada, Grimes voltou falar de si mesmo como um “escravo americano”.⁸⁵

Boa parte dos conflitos identitários pode ser pensada a partir das dificuldades que ele teve em se declarar como negro, mulato ou branco. Grimes apresentou-se logo no início como

⁸⁵ Ibidem, p. 64 e 68.

alguém que “passa por um negro, embora três quartos branco”⁸⁶. Nessa matemática racial, que produziu um indivíduo miscigenado, o que pesou numericamente no início da narrativa foi a parte branca, herdada do pai. A parte negra, característica herdada da mãe escravizada, era uma identificação frágil, não predominante. Mas ao longo do livro, houve mais indeterminação do que certeza fenotípica.

Grimes ficou o tempo todo se equilibrando entre duas identidades opostas, que o impediam de ter uma única personalidade racial. Ele raramente se intitulou como negro, o que nos permite especular se não era algo que ele quisesse esconder ou manter em segundo plano. O status herdado da mãe indica que o $\frac{1}{4}$ negro era suficiente para o prejudicar na hierarquia social.

Os $\frac{3}{4}$ de genética branca foram úteis em estratégias pontuais para ter alguma vantagem que não estava disponível aos indivíduos de pele mais escura. Ele podia, no máximo, fingir ser branco, e contar com a ignorância do outro. Ele explorou essa confusão durante o cativeiro no Sul, quando conseguiu transitar à noite pelo condado em que vivia sem ser importunado pelos guardas.

os guardas nunca tentaram se intrometer comigo, eles sempre me consideraram um homem branco. Eu frequentemente andava pelas ruas de Savannah à noite, estava vestido muito bem (geralmente usando um terno decente) e tinha uma pele clara (sendo pelo menos três quartos branco). Ao encontrar os guardas, eu andava com tanta ousadia quanto pudesse, e tanto quanto um cavalheiro.⁸⁷

Na vida em liberdade, assim que chegou em New Haven depois de fugir da escravidão, se hospedou durante uma noite em uma pensão, mantida por uma senhora que o considerava um homem branco. Grimes diz que morou na cidade por muitos anos e ela nunca descobriu nada que a fizesse acreditar o contrário.⁸⁸

2.3. CONSCIÊNCIA CRÍTICA: SOB O PESO DAS ESTRUTURAS

Um dos aspectos fundamentais no desenvolvimento da consciência crítica é a leitura que o indivíduo faz do mundo em que vive, como identifica e interpreta as forças sociais que atuam sobre ele. Essa consciência de si mais extensa, que conecta indivíduo e sociedade, é em

⁸⁶ Ibidem, p. 3.

⁸⁷ Ibidem, p. 41.

⁸⁸ Ibidem, p. 54.

Gramsci entendida como processual, uma construção contínua e ativa. Sem “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”, não pode haver passagem da “necessidade” à “liberdade”.⁸⁹ Assim, as ações de um indivíduo estão relacionadas ao grau e ao tipo de conhecimento que ele forma de si mesmo, daqueles com quem convive, das realidades materiais e simbólicas que identifica no mundo. Uma etapa importante na compreensão do sujeito histórico William Grimes, portanto, precisa levar em consideração como o próprio definia e lidava com as tensões dialéticas entre necessidade e liberdade.

Mesmo sob uma situação opressiva e violenta da magnitude da escravidão, havia possibilidades de interferência e de resistência. Não sendo o escravizado um objeto inanimado, reagia de diferentes formas ao cativo que lhe era imposto. Podia buscar benefícios individuais em relação a outros na mesma condição ou até mesmo se opor diretamente ao poder do senhor. Em condições extremas de exploração, aconteceriam reações de resistência e sublevação. Mas todas se deparavam com limites que impediam a destruição do sistema.

No mesmo território da Virgínia onde Grimes viria a nascer, um pequeno grupo de africanos chegou em 1619, mais especificamente na localidade de Jamestown. É o primeiro registro de escravizados nessa parte do continente. Milhões seriam submetidos ao cativo nos séculos seguintes, alocados principalmente no trabalho em grandes plantações exportadoras. Enquanto a escravidão existiu nas 13 colônias inglesas e nos Estados Unidos independentes, não houve nenhuma revolta escrava capaz de ameaçar o futuro da instituição. Pela quantidade, repercussão e efetividade, ações do tipo destacaram-se mais em outras regiões do continente.

Em termos quantitativos, o historiador Herbert Aptheker fez estimativas generosas sobre as revoltas no território norte-americano. Ele contabilizou cerca de duzentas e cinquenta enquanto a escravidão existiu. Para ele, uma iniciativa de escravizados é considerada uma revolta quando envolve 10 ou mais indivíduos com “a liberdade como o objetivo aparente [e] referências contemporâneas rotulando o evento como um levante, conspiração, insurreição ou o equivalente destes”.⁹⁰

Em termos qualitativos, o historiador Henry Louis Gate Jr. identifica apenas três eventos que tiveram maior repercussão no período entre a independência dos Estados Unidos e a década de 1820, quando a narrativa de Grimes seria publicada.⁹¹

⁸⁹ GRAMSCI, 2015, op. cit., p. 314.

⁹⁰ APTHEKER, Herbert. *American Negro Slave Revolts*. New York: Cameron Associates, 1955. Sem paginação. E-book Kindle.

⁹¹ GATES Jr, Henry Louis. YACOVONE, Donald. *The African Americans. Many rivers to cross*. New York: Smiley Books, 2013.

Curiosamente, o primeiro aconteceu no estado da Virgínia, no norte da cidade de Richmond, em 1800. Não é possível precisar onde Grimes estava à época dos acontecimentos, quando deveria então ter uns 16 anos de idade, mas podemos presumir que tenha tido conhecimento do ocorrido pelo alcance que teve. Tudo começou quando um cativo, que ficaria conhecido como Gabriel Prosser, planejou um levante com a ajuda do irmão Solomon e de outro escravizado que morava na mesma plantação. A notícia se espalhou para cidades e áreas agrícolas próximas por meio de negros livres e de escravizados que trabalhavam nos canais. O objetivo era tomar o arsenal de Richmond e manter o governador James Monroe como refém, para exigir liberdade e direitos iguais para todos. Mas a conspiração foi descoberta pelas autoridades brancas antes da execução. Com a direção do governador, tropas milicianas prenderam o grupo de rebeldes. Estima-se que entre 16 e 26 deles tenham sido enforcados, incluindo o líder Gabriel. O evento trouxe consequências importantes, como o endurecimento das legislações em relação à autonomia econômica dos escravizados e aos atos privados de manumissão. Além de afastar igrejas batistas e metodistas do Sul de qualquer pregação antiescravista em púlpitos e outras reuniões.⁹²

Em 1811, numa região ao norte de Nova Orleans, Louisiana, organizou-se outra revolta comandada por Charles Deslondes, que era capataz numa plantação de açúcar. O movimento teria sido inspirado nos acontecimentos do Haiti de sete anos antes. Deslondes e cerca de 25 escravizados atacaram o dono da plantação e a família dele. Mas o objetivo final era ainda mais ousado: capturar a cidade de Nova Orleans. Outros se juntaram ao grupo, saquearam plantações e assassinaram brancos. A estimativa é que 120 pessoas tenham participado da revolta. Uma força combinada de soldados do exército e de uma milícia local derrotou os rebeldes. A punição foi severa para evitar novos exemplos como aquele: pelo menos 100 conspiradores foram executados, cabeças cortadas e colocadas ao longo da estrada principal da região.⁹³

O terceiro caso é o de mais uma revolta abortada antes mesmo do início. Estava planejada para acontecer em junho de 1822, na cidade de Charleston, South Carolina, tendo à frente Denmark Vesey. Um ex-escravizado nascido no caribe inglês, trazido para o Sul dos EUA e que comprou a liberdade depois de ganhar um prêmio na loteria. Ele foi um dos fundadores e um dos principais líderes da *African Methodist Episcopal Church*, criada em 1818 em Charleston. Instituição que chegou a reunir mais de 1.800 membros. Vesey foi acusado de

⁹² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 243.

⁹³ GATES JR, 2013, op. cit.

planejar uma revolta que envolveria mais de cem pessoas. O objetivo: matar proprietários brancos e liberar todos os escravizados da região. Traidores do movimento, porém, teriam permitido que as autoridades se antecipassem e prendessem os líderes do grupo. Vesey e pelo menos 35 seguidores foram julgados e executados. Mas o acontecimento como um todo é motivo de controvérsia entre os historiadores. Para Michael P. Johnson, por exemplo, a conspiração pode ter sido uma farsa: estratégia de parte da elite política para restringir o que via como excesso de liberdade entre escravos e negros livres. Os rumores de uma conspiração teriam servido para perseguir lideranças negras como Vesey e dissolver a igreja *AME* em Charleston. A versão é rebatida por James O'Neil Spady: o tamanho do movimento pode ter sido exagerado, mas as fontes são confiáveis o suficiente para atestar que um grupo de homens estava realmente pronto para iniciar uma revolta escrava.⁹⁴

Se não há consenso sobre a existência da revolta, ela não deixa de ser também exemplar ao mostrar as dificuldades que existiam na organização de qualquer levante coletivo dos cativos contra a ordem escravista. Uma série de fatores contribuía para que fosse raríssima a ideia de participar de um conflito direto contra autoridades brancas. Eugene Genovese lista algumas dessas barreiras que fizeram com que as revoltas escravas tivessem menor impacto nos Estados Unidos do que em outras regiões do continente.

A situação demográfica era um impeditivo importante: escravizados na Jamaica, São Domingos, Guiana e Cuba eram maioria em relação aos brancos e aproveitaram essa vantagem em momentos decisivos, mesmo que não tenham sido completamente vitoriosos em todos eles. Nos EUA, eles eram minoria e essa fraqueza era visível. Os constantes deslocamentos para o Oeste, o fato de estarem mais dispersos e o aparato policial forte desencorajavam as resistências coletivas. Pesava ainda o fato de a maioria dos escravizados ser de origem crioula, nascida já na América, e compartilhar de alguns valores culturais com os brancos, como a religião cristã. Elementos que desestimulavam uma visão homogênea de que matar outros brancos seria justificável, e que tornavam os levantes, segundo Genovese, ações quase suicidas.

De modo geral, os escravos nos Estados Unidos se viam frente a uma correlação de forças altamente desfavorável, que os desviava da revolta para outras formas de resistências. Tiveram mais oportunidades de revolta no século XVIII; em geral, sua posição deteriorou-se rapidamente ao longo do tempo, até a revolta tornar-se virtualmente suicida. (...) O que causa admiração, portanto, não é que os Estados Unidos tenham presenciado

⁹⁴ SPADY, James O'Neil. Power and Confession: On the Credibility of the Earliest Reports of the Denmark Vesey Slave Conspiracy. *William and Mary Quarterly*, vol. 68 (2), 2011, p. 287–304.

revoltas menos significativas e frequentes do que alguns outros países, mas que elas tenham chegado a ocorrer.⁹⁵

O mesmo raciocínio é seguido pelo historiador Ira Berlin ao assinalar que antes da Revolução Americana em 1776, com as propagadas ideias de igualdade universal, havia raras oportunidades para que os escravizados ou negros livres organizassem ou participassem de uma ação coletiva. Por uma questão básica de sobrevivência, poucos se colocariam em situações de perigo se não pudessem vislumbrar um resultado minimamente efetivo.

Homens e mulheres negros, como a maioria das pessoas, eram avessos ao risco, mesmo quando assumiam os maiores riscos. Diante de escolhas desagradáveis, a vasta maioria – julgando a rebelião fútil e talvez suicida – encontrou uma acomodação que melhoraria as duras condições da escravidão e abriria um caminho mais seguro para uma vida melhor, pelo menos a curto prazo. Por que arriscar tudo, quando um pequeno ganho poderia ser alcançado com segurança?⁹⁶

William Grimes não deu qualquer indicativo de que pretendesse liderar ou participar de revoltas coletivas. Ao dimensionar o poder desproporcional das forças escravistas, ele relatou apenas os casos de resistências cotidianas. Algumas que ele executou individualmente, outras que testemunhou de outros escravizados. Exemplos: roubar alimentos, recusar-se a fazer o trabalho, envenenar proprietários e família, fingir estar doente, entrar em conflito físico, fazer greve de fome, fugir para longe das plantações. Eram essas as pequenas ações possíveis.

Uma atitude comum no texto do autobiógrafo foi a de criar situações que obrigassem determinado senhor a vendê-lo. Isso acontecia quando ele estava descontente com o tratamento recebido ou com medo de ser levado para estados mais ao sul do país, como a Louisiana. As estratégias incluíam parar de comer e até o autoflagelo, como no caso em que tentou quebrar a própria perna com um machado.⁹⁷ Outras interferências sobre o próprio destino eram mais diretas. Ele chegou a procurar pessoalmente outros proprietários e fazer uma intermediação da própria venda, oferecendo-se como um produto de valor. Isso aconteceu sem que o então proprietário tivesse conhecimento, tampouco intenção em vendê-lo. Mesmo quando a reação do senhor foi de irritação com o processo, Grimes conseguiu executar o plano com sucesso em

⁹⁵ GENOVESE, Eugene. Da rebelião à revolução. As revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo: Global, 1983, p. 60-61.

⁹⁶ BERLIN, Ira. The Long Emancipation: the demise of slavery in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 36.

⁹⁷ GRIMES, 1825, op. cit., p. 22.

todos os episódios relatados. É o caso da negociação que ele mesmo inicia entre o atual senhor Dr. Collock e o virtual comprador Sr. Bullock.

Fui vê-lo e perguntei se ele me compraria. Ele respondeu, sim, se o seu senhor for vendê-lo. Fui então ao meu senhor e disse-lhe que o Sr. Bullock queria me comprar, desde que ele me vendesse. Ele então disse: ‘Onde você viu o Sr. Bullock? Você já esteve lá para tentar induzi-lo a lhe comprar?’. Respondi que: ‘Não, senhor, ele me viu na rua e perguntou se meu patrão queria me vender. Eu disse a ele que sim. Ele então disse vá e diga a seu senhor que eu irei comprá-lo se ele o vender’. Ele então me perguntou qual preço meu senhor exigiria por mim, eu disse a ele \$500, preço pelo qual fui vendido pela última vez. Ele respondeu que daria essa quantia se Doutor Collock aceitasse isso.⁹⁸

No Sul, Grimes percebeu que havia alguma margem para controlar o próprio destino. No Norte, mesmo diante das forças econômicas que oprimiam os pobres, também identificou margens de ação. Os esforços individuais para trabalhar e estudar, movimentar-se entre as cidades dos estados de Connecticut e Nova York em busca de novas oportunidades, permitiram melhorar um pouco a vida dele. Essas “liberdades” se manifestaram também na capacidade de escolher a própria esposa, coisa que lhe fora negado na escravidão, e de constituir uma família sem que ninguém pudesse tomar dele os filhos e mandar para outro lugar, como havia acontecido com a própria mãe na Virgínia. As escolhas eram, no entanto, sempre condicionadas a um número de opções restritas pela condição material ou sobrenatural.

A ideia de que existiam forças maiores que determinavam cada passo e a sorte individual começava no plano religioso. Fossem elas reveladas a ele por cartomantes ou por mensagens diretas do Deus cristão. A tensão entre predestinação e livre-arbítrio mostrou que havia algum grau de determinação superior, alheia à vontade dele. Retomemos o exemplo das consultas que fez repetidamente com uma vidente. Motivado pela angústia no cativeiro, surgiu a ansiedade em saber se algum dia seria livre.

Ela me disse que eu deveria ser vendido a um cavalheiro e levado ao Sul. Perguntei-lhe que tipo de homem ele era. Ela me disse que a cabeça dele era branca, o que depois descobri ser verdade, porque ele usava pó. O que ela me contou provou ser verdade: ela me disse que ele era uma espécie de homem rabugento e que eu deveria ser tratado severamente. Ela me disse: não vá, seu mestre não o obrigará a ir, mas você finalmente consentirá e irá. Eu disse a ela que não iria. Ela novamente me disse que eu faria. Desde então, achei estranho como essa velha criatura poderia me dizer exatamente como aquilo aconteceu.⁹⁹

⁹⁸ Ibidem, p. 39.

⁹⁹ Ibidem, p. 21.

Nem Grimes sabendo de antemão o futuro, conseguiu impedi-lo. A vontade individual poderia ser totalmente controlada por uma força irresistível e inevitável. No segundo exemplo, mesmo ciente de que a fuga para o Norte envolvia esperteza individual e o apoio de cúmplices, o mérito pela conquista da liberdade não era dele. Em um momento de introspecção religiosa, isso fica mais nítido: “pareceu-me que o Senhor ouviu minhas orações, quando eu era um pobre escravo miserável e me livrou da terra do Egito e da casa da servidão. E que foi sua mão, e não minha própria engenhosidade e astúcia, que me permitiu escapar.”¹⁰⁰

A fuga individual, conduzida por uma força sobrenatural, era a única saída vislumbrada por Grimes. Contar com a benevolência dos senhores brancos não era uma alternativa para ele. No Sul, a alforria era um ato de benefício majoritariamente individual. Podia ser concedida por um senhor ou uma autoridade política, e tendia a favorecer aqueles que criavam laços ou tinham comportamentos que agradavam mais aos interesses da classe proprietária. Requisitos que Grimes não atendia.

Tampouco os contextos históricos e regionais o ajudaram naquele momento. A liberdade para os afro-americanos viria de forma coletiva e mais abrangente apenas como consequência de dois grandes conflitos militares: a independência dos Estados Unidos no fim do século 18 e a Guerra Civil entre 1861 e 1865. No primeiro caso, milhares de escravizados perceberam uma oportunidade de explorar os conflitos dentro da ordem imperial. Quinze a vinte mil escravizados integraram as tropas britânicas em troca de liberdade. Com aliados poderosos, parecia ser uma saída mais viável da escravidão do que possíveis revoltas coletivas nas plantações.¹⁰¹

Outros exploravam alianças com as forças separatistas. No início, os colonos preferiram apostar no grande contingente da população branca que vivia no continente e abrir mão do auxílio de tropas negras. Mas conforme o tempo passava e os alistamentos não atingiam a cota esperada, negros voluntários ou oferecidos pelos proprietários começaram a ser aceitos. Um exemplo emblemático é o da Carolina do Sul, onde o governador John Rutledge pediu ao Congresso que mobilizasse um exército com escravizados. Um pagamento chegou a ser oferecido aos senhores que alistassem os escravizados. Foi levantada também a possibilidade de emancipação para quem participasse do conflito. Do lado dos rebeldes, estima-se que o exército negro chegou a um total de quatro mil homens. Outros 25 mil aproveitaram os tempos de desordem e fugiram dos senhores, sem tomar parte da luta armada em nenhum dos lados.¹⁰²

¹⁰⁰ Ibidem, p. 28-29.

¹⁰¹ BLACKBURN, 2013.

¹⁰² DAVIS, 2014; BLACKBURN, 2013, DRESCHER, 2011.

Com o ambiente sociopolítico embebido em ideologias e retóricas de igualdade universal, alguns escravizados recorreram a estratégias legais para reivindicar o status de cidadãos livres. Uma delas era apresentar petições em órgãos legislativos, como as enviadas por alguns escravizados de Massachusetts ao Tribunal Geral a partir de 1763, as formuladas por cativos de New Hampshire em 1777, e as de negros livres de Charleston em 1791.¹⁰³ Outros apelaram para os tribunais e entraram com ações judiciais. Um exemplo é o de Mumbet e Brom, dois escravizados que processaram o senhor John Ashley no condado de Berkshire, oeste de Massachusetts. Com a ajuda de um advogado, argumentaram que a constituição do estado dava margem para uma interpretação abolicionista. O processo concedeu liberdade não só aos dois homens, como resultou na extinção judicial da escravidão em Massachusetts.¹⁰⁴

Nos estados que contavam com um número expressivo de trabalhadores brancos e a mão de obra escravizada era periférica, os ideais da Revolução Americana favoreceram processos de emancipação coletiva. Pensilvânia, Vermont, New Hampshire, Massachusetts, Connecticut e Rhode Island foram os primeiros a encerrar a escravidão por meios constitucionais ou decisões judiciais. Nova York e Nova Jersey seguiram os demais em 1799 e 1804. Em Delaware e Maryland, projetos do tipo não tiveram êxito. A emancipação, mesmo que gradual em alguns casos, ficou restrita aos limites que separavam os dois estados dos demais ao Norte. O número de negros livres na região passou de poucas centenas em 1770 para cerca de 50 mil em 1810.

Somavam-se a esses estados o Território do Noroeste, anexado aos Estados Unidos em 1787 como resultado do acordo com a Grã-Bretanha. Compreendia terras além das Montanhas Apalaches, e tinha como fronteiras os Grandes Lagos ao norte, o Rio Ohio ao sul e o rio Mississippi ao oeste. A partir da chamada Ordenança do Noroeste, emitida no mesmo ano de aquisição, a escravidão ficava proibida nos novos territórios. Teve poucos efeitos imediatos, já que poucos escravizados viviam nessa área. Mas a longo prazo criou um precedente simbólico de atuação do Congresso Nacional na limitação da escravidão, além de se tornar um polo de atração para negros que migravam pelo país.¹⁰⁵

Grimes nasceu em 1784, um ano depois do Tratado de Paris em que a Grã-Bretanha reconheceu a independência dos Estados Unidos. E cresceu em regiões onde não houve processos coletivos de emancipação bem-sucedidos. O aparato jurídico-político, pelo contrário, foi uma das estruturas sociais que reforçaram a condição dele como escravizado. No início da

¹⁰³ DAVIS, 2014.

¹⁰⁴ SINHA, Manisha. *The Slave's Cause: A History of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2016, p. 65.

¹⁰⁵ DRESCHER, 2011; WOOD, 2013; BAPTIST, 2019.

autobiografia, ele indicou que, mesmo sendo filho de um homem branco, teve de viver como cativo porque a mãe era escravizada. Situação prevista em lei que determinou a posição social dele sem que qualquer escolha pudesse alterá-la. O entendimento de que estava preso a uma série de regras sociais, que restringiam direitos e possibilidades de ascensão social, o acompanhou por toda a vida. Era a lei que o tornava propriedade de alguém, que dava poder aos homens brancos ricos para controlar seus movimentos, alimentação, habitação, força de trabalho e o violentar fisicamente. Por lei, não era dono do próprio corpo. Esses poderes acima dele podiam aprisioná-lo, no caso de violar alguma regra, e qualificá-lo como criminoso, sem direito à defesa.

Na vida no Norte, a lei era o instrumento pelo qual os adversários o perseguiram e conseguiram subtrair parte dos bens dele em processos recorrentes nos tribunais locais. Nesses espaços, ele continuava submetido às assimetrias e as hierarquias sociais. Percebia que dinheiro, amigos influentes, maior conhecimento dos códigos jurídicos e critérios raciais favoreciam os adversários. E no caso mais sensível, foi a estrutura jurídica nacional que o enquadrava por muito tempo como fugitivo, e permitiu que outros indivíduos o subjugassem e o obrigassem a se desfazer das economias de toda a vida para não voltar para a escravidão no Sul.

Na narrativa, Grimes expressou certa anuência em relação às leis, principalmente quando quis argumentar a inocência em relação aos crimes dos quais foi acusado injustamente. Mas no fim do texto, deixou claro que o aparato jurídico não era inquestionável, livre de críticas e inconsistências. Existiam valores morais que deviam estar acima de qualquer código legal.

(...) eu era, sem dúvida, propriedade legítima de meu senhor de acordo com as leis do país. Embora muitos o justificassem, e talvez o ajudassem a me levar de volta, ainda assim, se houver algum homem em toda a criação de Deus que dirá, com respeito a ele mesmo, (apenas coloque-se no mesmo lugar) que existem quaisquer circunstâncias possíveis em que é justo que ele esteja à disposição caprichosa de um semelhante (...), esse homem mente! (...) nenhuma lei, nenhuma consequência, nem a vida de milhões pode autorizá-los a tirar a minha vida ou a minha liberdade, enquanto for inocente de qualquer crime.¹⁰⁶

A escravidão, como sistema socioeconômico e como instituição legal, era condenável sobre qualquer aspecto. Mas lutar contra ela exigia poderes que Grimes não possuía. Nas regiões com grandes populações de escravizados, nem a guerra de independência nem as iniciativas individuais foram suficientes para derrotar a instituição. Havia uma ilusão inicial

¹⁰⁶ GRIMES, 1825, op. cit., p. 66.

entre os antiescravistas de que a instituição poderia desaparecer em todo o país. Eles chegaram a estabelecer mais sociedades para esse fim no Sul do que no Norte nos anos 1780. Mas a escravidão voltou a crescer em número de cativos e em importância econômica, acompanhando a recuperação da produção agrícola.

As economias escravistas tiveram de se reorganizar por conta dos problemas trazidos pela guerra de independência. No Baixo Sul, Carolina do Sul e Geórgia investiram para tentar salvar a produção do arroz, que perdeu espaço em alguns mercados europeus, e iniciaram o cultivo principalmente do tabaco e do trigo. Gêneros que teriam destaque também no Alto Sul, composto por Virgínia, Maryland e Carolina do Norte. Mas o que permitiu uma alavancada econômica expressiva da região foi o boom do algodão a partir dos anos 1790. A invenção do descaroçador de algodão em 1792 e a compra da Louisiana em 1802 ajudaram a aumentar a produtividade e a expandir as plantações para o interior do Sul e do Sudoeste. Ao mesmo tempo, crescia a demanda pelo produto no mercado britânico à medida que o processo de industrialização por lá avançava. O valor obtido com as exportações de algodão passaria de 189 mil libras em 1791 para 6 milhões e 276 mil libras em 1795. Às vésperas de um novo conflito armado entre os países, em 1811, as exportações correspondiam a 62.186 milhões de libras.¹⁰⁷

A economia sulista também cresceu impulsionada pelo desenvolvimento de um comércio interestadual que incluía o Norte. As duas regiões estavam ligadas por redes favoráveis de negócios. A produção do algodão não enriqueceu apenas os plantadores escravistas, mas gerou retornos financeiros para corretores, fornecedores, banqueiros e comerciantes nortistas. Como argumenta o historiador Robin Blackburn, os benefícios das *plantations* estavam longe de trazer vantagens apenas para o Sul.

A história da Grã-Bretanha e de suas colônias seria reprisada, dentro das fronteiras de um país, pelos Estados Unidos. Os 'senhores do tear' da Nova Inglaterra, no início do século XIX, dependiam dos senhores do chicote do Sul e de seu algodão produzido por escravos. As casas mercantes de Nova York atendiam aos plantadores em toda a zona da plantação e, como suas contrapartes inglesas e escocesas, investiam pelo menos parte dos recursos em canais, fábricas de roupas e ferrovias. Embora nem sempre apresentassem um encaixe perfeito, as economias do Sul, Norte e Oeste exibiram muitas sinergias e complementaridades na primeira metade do século XIX. O Sul vendeu algodão e comprou máquinas, os agricultores do Noroeste compraram açúcar e venderam trigo, e o trabalho escravo contribuiu para esses circuitos domésticos.¹⁰⁸

¹⁰⁷ BLACKBURN, 2013; MARQUESE, 2004; TOMICH, 2011.

¹⁰⁸ BLACKBURN, 2013, op; cit., p. 75.

Interesses econômicos em relação à escravidão aproximavam as regiões e eram expressos em compromissos políticos. Durante a guerra de independência, os líderes revolucionários entraram em acordo de que o status da escravidão e a regulação do tráfico seriam de competência de cada estado e das jurisdições locais. Na Convenção Constitucional de 1787, na Filadélfia, entre calorosos debates, se chegou ao *Three-fifths Compromise*. A cláusula determinava que cada escravizado contaria como três quintos de um homem livre para efeitos de taxaço e de ocupação da Câmara dos Representantes. Este era o principal exemplo de que, apesar de a Constituição não trazer a palavra “escravo” em nenhum momento, havia uma série de dispositivos nela que implicitamente favoreciam a escravidão.¹⁰⁹

O fim do tráfico de escravos, em 1808, também foi fruto de um acordo político mais amplo que reunia nortistas e sulistas. Para os primeiros, havia a expectativa de frear o avanço da escravidão no território e manter um equilíbrio de poder nacional. Mas boa parte dos sulistas

percebeu que a situação era confortável para prescindir de novas importações: as taxas de reprodução natural dos escravizados estavam em crescimento. Em territórios como a Virgínia, proprietários entenderam que o fim do tráfico ajudaria a aumentar o preço dos escravizados, impulsionar a demanda no mercado doméstico e tornar a venda mais lucrativa. Outro aspecto unia nortistas e sulistas: o medo de privilegiar os africanos em detrimento dos crioulos. Os traficados, sem a devida domesticação, eram associados aos comportamentos mais rebeldes. Todos queriam evitar que um evento assustador como o do Haiti pudesse acontecer em território norte-americano. A abolição do tráfico, assim, não aconteceu com a ajuda de campanhas abolicionistas, como na Grã-Bretanha. Populações negras e grupos antiescravistas pouco comemoraram o evento, por ele não colocar a possibilidade da emancipação total em pauta.¹¹⁰

A prioridade política nas primeiras décadas da nova república era a de fortalecer a união e o consenso entre os estados. No mais alto cargo federal, a força da escravidão era percebida pelo perfil dos que o ocupavam. Dos primeiros doze presidentes, onze eram proprietários de escravizados. As exceções foram os nortistas John Adams e o filho dele John Quincy Adams, que mesmo assim não fizeram nenhuma oposição mais ampla ao sistema naquele momento.¹¹¹

A escravidão só voltaria a mobilizar uma controvérsia política nacional uma década depois. Desde a Guerra de 1812 contra os britânicos e o declínio do Partido Federalista a partir de 1815, os Estados Unidos viveram um período sem disputas de maior abrangência. Um jornal

¹⁰⁹ DRESCHER, 2011, op. cit., p. 182-185.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

de Boston, o *Columbian Centinel*, chegou a dizer que o país vivia uma *Era of Good Feelings* (“Era de Bons Sentimentos”), por causa do ambiente sem disputas partidárias. A hegemonia era do Partido Republicano Democrático.¹¹² A relação entre os dois blocos regionais voltou a ficar tensa em 1818, quando o território do Missouri solicitou a entrada na União como estado escravista. No Congresso, sulistas defenderam o pedido com base no direito de cada estado determinar a legalidade interna da escravidão. Nortistas argumentaram que isso desequilibraria a nação, já que cada bloco regional tinha então 11 estados, e a inclusão de mais um a favor dos escravistas traria vantagem no número de representantes do Senado. O debate foi resolvido por uma legislação em 1820, chamada de Compromisso do Missouri. Nele, o Maine foi desmembrado de Massachusetts e admitido como estado livre. Com isso, foi mantida a igualdade, com 12 estados para cada seção. Também ficou acordado que a fronteira da escravidão para novos estados deveria obedecer ao paralelo 36°30’.¹¹³

O acordo nacional impediu um conflito de maiores proporções, apesar de simbolicamente evidenciar o desenvolvimento de uma divisão do país em linhas seccionais. Com projetos expansionistas no horizonte, Norte e Sul antecipavam preocupações sobre o futuro e os compromissos que ainda deveriam ser feitos para manter a nação unida. Até quando dois projetos de sociedade tão diferentes poderiam coexistir? Naquele momento, no entanto, o problema foi resolvido. Para os grupos antiescravistas e as vítimas do cativo, era um sinal de que a instituição continuava forte e contava com apoio em escala federal.

Grimes identificou isso na vida no Norte, quando percebeu que a escravidão continuava a persegui-lo, mesmo que as plantações sulistas estivessem a centenas de quilômetros. Quando New Jersey aboliu a escravidão em 1804, todos os estados do Norte já tinham aprovado leis graduais de emancipação, mas seguiam ligados a um compromisso constitucional com o Sul de capturar e devolver os fugitivos. A “Cláusula do Escravo Fugitivo” (Artigo 4, Seção 2, Cláusula 3 da Constituição) dizia que “nenhuma pessoa mantida para serviço ou trabalho” seria libertada da escravidão no caso de escapar para um estado livre. Em 1793, o Congresso reforçou esse entendimento com a Lei do Escravo Fugitivo: proprietários e representantes deles tinham o direito de procurar os fugitivos em todo o território nacional.

Essas fronteiras maleáveis eram claras para Grimes. A divisão entre as duas regiões estava longe de ser rígida. Habitantes dos dois lados tinham laços econômicos e políticos, e

¹¹² DANGERFIELD, George. *The Awakening of American Nationalism: 1815-1828*. New York: Harper & Row, 1965, p. 35.

¹¹³ IZECKSOHN, Vitor. *Estados Unidos: uma história*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 60.

evidenciavam que era uma ilusão a imagem do Norte como espaço seguro para os escravizados. Com frequência, o autobiógrafo registra a circulação e os contatos entre os indivíduos dos dois lados. Assim que chegou ao Norte, esbarrou com dois dos antigos senhores em um intervalo curto de tempo. Depois de fugir em um navio e desembarcar em Nova York, foi surpreendido por um encontro inesperado com o Sr. Sturges na Broadway. Logo depois, se espantou ao ver Sr. Bullock caminhando na rua. Nos dois casos, Grimes disse ter ficado apavorado. Ambos pensaram que ele estava no Norte acompanhado de algum escravista e não desconfiaram da fuga. Mas não foi possível evitar para sempre a descoberta. Anos depois, amigos do último senhor o descobriram em Connecticut.¹¹⁴

Quando vivia no Sul, Grimes citou senhores brancos ou familiares deles que iam e vinham do Norte repetidamente por motivos de estudos e negócios. Um dos filhos de um senhor, chamado George, por exemplo, cursou medicina na Filadélfia e voltou para o Sul, onde fez uso de Grimes para serviços pessoais. Em outro momento, o Sr. Bullock, depois de trabalhar na marinha em Nova York, foi para Savannah, Geórgia, e comprou Grimes do antigo proprietário para que ele cuidasse dos cavalos e das carruagens.¹¹⁵

Muitos dos senhores a quem serviu tinham laços políticos importantes. Um deles era sogro de um membro do Congresso americano, identificado por Grimes como Doutor Hawes. Em outra ocasião, quando era propriedade de George Thornton, ambos viajaram pelo Sul do país e se hospedaram durante algumas semanas em Monticello, na residência de Thomas Jefferson, ex-presidente dos Estados Unidos. Não há muitos detalhes na narrativa além dessa rápida menção, mas sendo Jefferson um dos homens mais importantes do país, certamente não era qualquer um que tinha o privilégio de passar alguns dias na residência dele. Um indício do grau de influência que possuía o senhor de Grimes.¹¹⁶

Sob o peso desse compromisso nacional, a escravidão parecia indestrutível aos olhos de Grimes. No Sul, ela dava poderes imensos ao proprietário de terras ricos, o tornavam um “tirano despótico”. Incontroláveis, esses indivíduos usavam todos os recursos possíveis para subjugar os que estavam sob o domínio deles. Para Grimes, não adiantava lamentar: “devemos nos submeter ao nosso destino e suportar o melhor que pudermos sob o tratamento cruel”.¹¹⁷ Essa identificação da escravidão como algo estrutural, que existia há muitos anos, fez Grimes pensar

¹¹⁴ GRIMES, 1825, op. cit., p. 53-54.

¹¹⁵ Ibidem, p. 16 e 40.

¹¹⁶ Ibidem, p. 9 e 20.

¹¹⁷ Ibidem, p. 29.

nela como uma força quase natural, que condicionava os que cresciam sob ela. Seria impossível evitar os impactos dela sobre escravizados e até sobre proprietários. O autobiógrafo chega a ponderar brevemente se não deveria culpar mais a escravidão do que os senhores em si.¹¹⁸

A situação era ainda mais desanimadora, quando ele percebia que os benefícios de uma fuga para o Norte poderiam ser ilusórios. As desigualdades econômicas tornavam um escravo socialmente vulnerável e limitavam as oportunidades de trabalho e renda. No início da narrativa, Grimes mencionou que provou os “doços da liberdade”, sendo eles “amargados” por uma “constantes apreensão”. Depois de serviços pesados e de baixa remuneração que teve em Southington, Connecticut, ele concluiu que “achava muito difícil naquela época ser um homem livre, mais do que quando era um escravo”. E complementa o raciocínio: “Que não se imagine que os pobres e sem amigos estão inteiramente livres da opressão onde não existe escravidão.”¹¹⁹

Se nas décadas seguintes, outras autobiógrafos representaram o Norte como uma terra de sonhos e esperança, Grimes falou da vida na região com amargura e desolação. Diante de tantos sofrimentos, talvez fosse melhor para um escravizado permanecer nas plantações sulistas. Uma conclusão contraditória em relação à própria história de vida dele, de todas as denúncias que fez da escravidão, dos esforços empreendidos para escapar do cativeiro e para construir uma vida em liberdade. Mas que é reveladora de uma consciência de opressão que parece oferecer aos pobres e aos ex-escravizados apenas uma vida de migalhas e de exploração. A liberdade era um conceito relativo.

Esses escravos que têm amáveis senhores são talvez tão felizes quanto a humanidade em geral. Eles não estão cientes de que sua condição pode melhorar, e eu não sei como pode. Na verdade, não pode pelos próprios esforços. Eu não aconselharia nenhum escravo a deixar seu senhor. Se ele fugir, com certeza será capturado. Se não for, ele estará sempre na apreensão. E eu realmente acho que não há incentivo para um escravo deixar seu senhor e ser libertado nos estados do Norte. Tive que trabalhar muito. Muitas vezes fui enganado, insultado, abusado e ferido.¹²⁰

Além da política e da economia, outro elemento aproximava as classes dominantes das duas regiões: a ideologia racial. Concepções de supremacia branca, que já existiam no século 18, vão ganhar mais força nas primeiras décadas do século 19. A ideia de hierarquização social por critérios étnicos vinha de uma variedade de argumentos filosóficos, sociológicos, econômicos e religiosos.

¹¹⁸ Ibidem, p. 20.

¹¹⁹ Ibidem, p. 3, 55, 58.

¹²⁰ Ibidem, p. 67.

Parte das influências eram derivadas de uma tradição filosófica ocidental, com suas proposições éticas e morais. Hegel, por exemplo, via a escravidão como uma forma de redenção para a população negra.

É evidente que a necessidade de autocontrole distingue o caráter dos negros. Essa condição não é capaz de nenhum desenvolvimento ou cultura, e tal como nós os vemos hoje em dia, assim sempre foram. A única conexão essencial entre os negros e os europeus é a escravidão (...) podemos concluir que a escravidão foi a ocasião do aumento do sentimento humano entre os negros.¹²¹

Immanuel Kant seguiu raciocínio semelhante nos primeiros escritos sobre o tema. Segundo a filósofa Sueli Carneiro, ele elevou o europeu ao topo da pirâmide racial. Asiáticos foram considerados civilizados, mas sem espírito; os nativos americanos eram fracos para o trabalho pesado e resistentes à cultura; enquanto os “africanos representavam a cultura dos escravos, já que aceitavam a escravidão, não tinham amor à liberdade, e eram incapazes de criar uma sociedade civil ordenada”.¹²²

Outra fonte importante de legitimação da ideologia racial eram as interpretações escravistas da Bíblia. Uma das mais famosas, nesse sentido, baseava-se no Antigo Testamento, quando Noé ficou embriagado e o filho Cam o viu nu. O comportamento de Cam foi punido com uma maldição: os descendentes dele seriam obrigados a servir os descendentes dos irmãos Sem e Jafé. Da história se tirava a argumentação de que os africanos eram descendentes de Cam e deveriam, conforme a maldição, ser subjugados pelos outros povos. Esse tema foi, inclusive, alvo de crítica recorrente de muitos abolicionistas cristãos.

O racismo moderno, formulado em pseudociências, fortalecia a defesa da escravidão, ao apontar a existência de características inatas a cada povo. Seria possível provar uma inferioridade biológica e cognitiva dos negros em relação aos brancos. Um exemplo dessas teorias vinha de um dos chamados pais fundadores da nação, para quem a cor de pele negra podia ser indício de uma doença. Em 1799, Benjamin Rush, que era médico, publicou o texto “*Observations Intended to Favour a Supposition That the Black Color (As It Is Called) of the Negroes Is Derived from the Leprosy*”¹²³. Nele, destaca-se a ideia de que a pigmentação dos

¹²¹ Hegel, apud GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: 34/Universidade Candido Mendes, 2001, p. 101.

¹²² CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 99.

¹²³ Disponível no Schomburg Center for Research in Black Culture da The New York Public Library. Acesso em 01/05/2021: <https://digitalcollections.nypl.org/items/ac54c7c0-1628-0134-e13b-00505686a51c>

negros era derivada da lepra. Rush propunha que esses indivíduos tinham um tipo de doença hereditária de pele, chamada “negroidismo”, que era passível de cura. Se por um lado, a teoria fazia Rush concluir que deveria haver compreensão e humanidade com os negros, por outro também orientava que se evitasse a miscigenação, porque os brancos poderiam ser infectados.

Assim, na idealizada república branca, não haveria igualdade entre os descendentes de europeus, os de origem africana e os povos nativos da América. As ideias encontravam acolhimento tanto no Sul como no Norte. Para os escravistas era uma forma de justificar a ordem social, o controle sobre outros corpos e o uso coercitivo da força de trabalho. Mesmo entre os que eram críticos à escravidão, havia uma visão negativa e inferior sobre os negros: seriam incapazes de conviver em harmonia com os brancos. Portanto, não poderiam ser cidadãos legítimos, nem ser integrados socialmente.

Nesse sentido, o historiador Steven Hahn mostra que existia uma coerência entre os projetos de exclusão das populações indígenas e afrodescendentes. Elas deveriam ser integradas de forma subjugada ou expulsas do território norte-americano. No caso dos povos nativos, isso seria oficializado como política de estado pelo *Indian Removal Act*, de 1830, quando muitos perderam terras ancestrais, foram obrigados a migrar e ficaram confinados em territórios federais ao oeste do rio Mississippi. Quanto à população afrodescendente livre, destacou-se a criação da *American Colonization Society*, em 1816, onde o termo “*colonization*” se referia à ideia de enviar os negros libertos na América para fora do país, sendo a África um destino preferencial.

Em um sentido significativo, a colonização deve ser vista em estreita relação – intelectual e política, bem como cronologicamente – com a remoção dos índios, como elementos poderosos no desenvolvimento do projeto imperial americano. Ambos refletiam a crescente centralidade do pensamento e das categorias racialistas, acompanhado de um crescente pessimismo quanto às perspectivas de paz inter-racial. E ambos refletiam um consenso cada vez mais profundo entre os americanos juridicamente livres de que o país – quaisquer que fossem suas dimensões – seria governado no interesse dos brancos; outros seriam obrigados a sair ou se submeter.¹²⁴

William Grimes percebeu a hipocrisia entre os lemas fundadores da nação, que incluíam discursos sobre liberdade e igualdade, e as práticas sociais. As últimas palavras dele na autobiografia indicaram uma carga alta de ressentimento com a pátria que o rejeitava.

¹²⁴ HAHN, Steven. *Nation Without Borders: The United States and Its World in an Age of Civil Wars, 1830-1910*. New York: Penguin Books, 2017. Sem paginação. E-book Kindle.

Se não fossem as listras nas minhas costas, que foram feitas quando eu era escravo, deixaria em testamento a minha pele como um legado para o governo, desejando que fosse retirada e transformada em pergaminho, e então vinculada nela a Constituição da gloriosa, feliz e livre América. Deixe a pele de um escravo vincular a carta da liberdade americana.¹²⁵

2.4. RELAÇÕES SOCIAIS: FRUSTRAÇÃO E PESSIMISMO

As contradições de William Grimes podem explicar em parte as dificuldades que teve para construir laços de pertencimento mais claros e sólidos tanto no Sul quanto no Norte do país. Um dos problemas presentes na narrativa eram as identidades raciais. Não arriscou elaborar definições mais fechadas, nem conseguiu encaixar-se definitivamente em nenhuma delas.

Há momentos em que enxerga interesses em comum com os negros, escravizados ou livres. E outros em que a proximidade parece maior com os indivíduos brancos, mesmo que estes ocupem posições de domínio sobre o corpo dele. Mesmo em uma sociedade racialmente hierarquizada, construída em alicerces escravistas, nem a formação de laços de solidariedade, nem a identificação de rivalidades eram caminhos naturais ou óbvios. A narrativa de Grimes mostra a existência de diferentes possibilidades no desenvolvimento da consciência social e da busca por acolhimento coletivo.

As relações familiares foram marcadas por sentimentos confusos. Lembremos que o pai era um homem branco, proprietário rico de uma plantação na Virgínia. A mãe, uma mulher negra, escravizada pelo vizinho do pai. Os irmãos paternos eram filhos de mães diferentes: dois deles com a esposa branca, o outro com uma mulher escravizada, propriedade do pai. Dos quatro, tivera o pior destino: “embora de fato filho de X, eu era um bastardo e escravo”.¹²⁶ Nem a mãe, nem o pai tiveram os nomes revelados na autobiografia, embora esse último tenha sido descoberto depois como sendo Benjamin Grimes.

Essa diferença em relação aos irmãos ficou bem nítida na infância, quando a posição social e as oportunidades de vida se mostraram nitidamente mais favoráveis para os outros. Grimes podia, então, entender que embora unidos pelo sangue paterno, estavam profundamente separados por questões de raça e de propriedade material.

¹²⁵ GRIMES, 1825, op. cit., p. 68.

¹²⁶ Ibidem, p. 5.

A casa de Doct. Steward ficava a cerca de um quilômetro e meio da casa de meu pai, aonde eu ia com frequência para levar jornais, etc. Ele sempre ria e falava comigo, e me mandava para a cozinha buscar algo para comer. Eu também nessas horas via e brincava com seus outros filhos. Meu irmão, o mulato, foi mandado para a escola e acredito que teve sua liberdade quando cresceu. Meu pai, não tenho dúvidas, teria me comprado e me libertado, se eu não tivesse sido vendido e levado enquanto ele estava na prisão.¹²⁷

Sobre a família materna, a relação foi marcada por distanciamento e brevidade. O tom predominante sobre a mãe foi de tristeza e piedade, não de intimidade. A imagem construída dela foi a de vítima, alguém obrigada a passar por dores e desgostos, que não possuía nenhuma chance de alcançar uma vida feliz. O autobiógrafo disse que “as esperanças de liberdade” para ela estavam perdidas. Nesse caso, houve identificação pela condição social, já que ambos eram escravizados e foram separados por forças alheias à vontade deles: “Fiquei triste ao ver as lágrimas de minha mãe com a nossa separação. Eu era uma criança de coração partido, embora muito jovem para perceber as aflições de uma mãe terna”.¹²⁸

Sobre a constituição da própria família, Grimes não fez nenhuma referência detalhada dos filhos. Quem merece mais espaço nos seus escritos é a esposa. E aqui, depois de a caracterizar de forma contundente como sendo uma mulher negra, ele a apresenta aos leitores como dona de qualidades admiráveis. Ela é diferente da maioria das mulheres, por não se perder em frivolidades e adornos superficiais. Grimes chega a fazer uma generalização agressiva: “reconheço que a maioria das garotas é vagabunda, embora minha esposa não seja”. A “aparência simples” caracterizaria o ideal de mulher.¹²⁹

Normalmente, a família representa o primeiro contato de um indivíduo com o mundo externo. É a base em que ele inicia a construção de uma consciência de si e dos outros, em que se dá originalmente o desenvolvimento dos intercâmbios e das identidades relacionais. A ambiguidade identitária racial de Grimes, experimentada no nível familiar, vai influenciar na forma como ele constrói vínculos e rivalidades com outros grupos. A cor da pele assume significados diferentes em momentos diferentes, tanto o branco como o negro podem apresentar-se como positivos ou negativos.

Começamos pelas relações estabelecidas com os indivíduos e grupos brancos sulistas. Por viver tantos anos como escravizado, e ser submetido a uma série de violências físicas e psicológicas, o mais provável era que a autobiografia trouxesse predominantemente descrições

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem, p. 8.

¹²⁹ Ibidem, p. 63 e 68.

negativas de todos os senhores sulistas que contribuíram para aquela vida de sofrimento. Mas não é isso que se vê no texto. Por mais que o autor fosse totalmente crítico à existência do sistema escravista, adotou postura inconstante sobre esses sujeitos. Os que eram exageradamente cruéis recebiam avaliações negativas, com o caráter e o espírito cristão sendo colocados em dúvida. Outros, mesmo sendo beneficiários do sistema e promovendo castigos físicos, foram merecedores de compreensão e palavras de afeto.

As relações que teve com o primeiro casal de senhores foram exemplares nesse sentido. Sobre o Doutor Steward, as palavras foram de elogio: gostava muito de Grimes e o tratava gentilmente. Já a mulher, movida por inveja, o odiava e o espancava frequentemente. Os sentimentos em relação a ela eram de indignação e rancor. Outros brancos sulistas às vezes o ajudavam, demonstravam compaixão e intervinham em seu favor. Foi o caso do Doct. Hawes, genro do segundo senhor de Grimes, que uma vez pede que os açoites contra o escravizado sejam interrompidos porque ele não aguentaria por mais tempo.¹³⁰

O autor expressou essa relação complexa com os senhores brancos. Numa reflexão mais geral, disse que os escravizados eram “capazes de ter gratidão” pelos senhores. Mas logo em seguida identificou alguns deles como tiranos. Um homem, descrito apenas como Mr. A, tornou a vida de Grimes desesperadora a ponto de ele tentar quebrar a própria perna com um machado. O senhor estava se tornando cada vez mais “severo e sem humanidade”. Como o primeiro plano não foi bem-sucedido, Grimes fez greve de fome para obrigar uma venda para outro proprietário. Essas atitudes fizeram Mr. A explodir em raiva e amaldiçoar o escravizado, desejando que ele morresse. A resposta veio na autobiografia, inicialmente na forma de incerteza: “Qual de nós é mais provável que vá receber a parte da benção prometida na próxima vida, eu não sei”. Não resta dúvida, porém, pelo desenrolar do relato, que uma justiça divina jamais privilegiaria o algoz em detrimento de Grimes.¹³¹

O novo senhor, Mr. Sturges, foi descrito como “muito amável, mas extremamente severo quando zangado”¹³². O seguinte, Doct. Collock, foi gentil no momento de comprá-lo, pareceu preocupado com o bem-estar dele, e chegou a fazer um acordo: se Grimes o servisse por cinco anos de forma fiel, ganharia a liberdade. A promessa seria registrada em um papel. Mas nem o texto foi escrito, muito menos a alforria aconteceu. Ou seja, era um mentiroso. Esse mesmo Doct. Collock o acusou injustamente em outra duas ocasiões: de ter roubado bebidas alcoólicas

¹³⁰ Ibidem, p. 8-9.

¹³¹ Ibidem, p. 22-23, 27.

¹³² Ibidem, p. 28.

e de ter feito uma espécie de desenho ou caricatura ofensiva dele. Chegou a mandar Grimes para a prisão e não forneceu condições de “subsistência confortáveis”. Mesmo assim, surpreendentemente, o autor afirmou que precisava ser justo na descrição de caráter do senhor: “ele foi o melhor e mais humano sujeito com quem eu já vivi ou para quem eu já trabalhei”. Os elogios são retomados alguns parágrafos depois. O Doct. Collock “foi amado por todos os que o conheciam, um amigo para o pobre escravo”.¹³³

Ele foi vendido, então, para Mr. Bullock, que no início, o “tratou muito bem”. Mas bastou um desentendimento sobre uma garrafa de vinho desaparecida para despertar a fúria do homem e fazê-lo se voltar contra Grimes, acusando-o de ladrão. Apesar disso, o então escravizado adotou postura piedosa com o injusto senhor e declarou perdoá-lo. Mesmo que, na sequência, o homem apareça como protagonista de uma das cenas mais violentas do livro, quando descobre que o escravizado está tentando encontrar um novo proprietário.

(...) pegou uma cadeira e veio em minha direção com a intenção de me bater, deu um ou dois passes contra mim com ela, mas, deixando-a cair, agarrou-me pela gola e bateu-me sem nenhuma misericórdia. Ao mesmo tempo, exclamando: “Vender você? Sim, seu filho da puta, desgraçado. Maldito seja, vou te vender. Vou te vender, por Deus. Quem quer comprar você? Maldito seja você, quem quer comprar você?”.¹³⁴

Nesse ambiente, como foi descrita a relação com outros negros escravizados? Depois de ser separado à força da mãe, Grimes foi vendido aos dez anos de idade para o Coronel William Thornton. Ele foi para o condado de Culpepper, na cidade de mesmo nome, no estado da Virgínia. Depois de poucas semanas morando lá, caiu nas graças da senhora e ficou responsável por cuidar das chaves da residência. Isso despertou a inveja dos outros escravizados. Segundo Grimes, isso aconteceu porque os que desempenhavam a mesma função dele anteriormente costumavam aproveitar o acesso à despensa para roubar coisas e distribuí-las para amigos e parentes. Uma mulher, em especial, passou a persegui-lo. Era Patty, a principal criada e costureira da senhora. Os filhos dela trabalhavam nas plantações, em condições muito mais adversas do que os que executavam tarefas domésticas. Ela, então, teria criado uma trama contra Grimes para conseguir colocar um dos filhos no lugar dele.¹³⁵

O “pobre menino, sem amigos” era responsável por fazer o café. Patty esperava um momento de distração e colocava remédio na bebida. Depois de tomar o café e sentir um gosto

¹³³ Ibidem, p. 39-40.

¹³⁴ Ibidem, p. 46.

¹³⁵ Ibidem, p. 8.

estranho, Coronel Thornton e a mulher descobriram o remédio e decidiram castigar Grimes com mais de quarenta chicotadas. A forma como isso foi feito também é significativa. Ele relatou que foi usado o método “*horse up*”, que seria algo como “a cavalo”. O menino foi colocado sob as costas de outro escravizado, que segurou as mãos dele em torno do peito, para que não pudesse reagir. Grimes disse ter sido torturado até o ponto de quase não sentir mais o chicote tocar a pele.

Estar nesse estado de anestesia tinham significados tanto físicos quanto emocionais. As experiências de dor extrema e a percepção de injustiça provocaram insensibilidade. Ficou resistente à dor. Mas também houve ausência de afeto. Ele entendeu que experiências comuns, como ter a força de trabalho explorada e ser vítima frequente de um mesmo algoz, não geravam uma conexão imediata com os outros escravizados. E essa interpretação foi desenvolvida logo cedo, quando ainda era criança. Mais do que integração, Grimes percebeu a existência de conflitos e a concorrência frequente para conseguir vantagens particulares.¹³⁶

Lá sem amigos, arrancado dos braços de minha mãe, que morreu na escravidão, não sendo autorizada a me ver, seu único filho, durante sua doença. (...) Isso, junto com o meu sofrimento, é suficiente para convencer meus leitores de que qualquer menino da minha idade se esforçaria para encontrar e aproveitar a oportunidade de se livrar da casa da escravidão.¹³⁷

Grimes descreveu a vida no Sul predominantemente pela imagem da solidão. Não havia proteção da família, nem laços de solidariedade com outros escravizados. A fuga era a possibilidade de projetar uma realidade futura menos hostil, de deixar um mundo em que não existia nenhum tipo de acolhimento. Ele decidiu executar o plano quando tinha aproximadamente 12 anos de idade e o compartilhou com outro escravizado mais velho, conhecido como Planter George. Acreditava poder confiar em alguém que passara a vida toda na mesma situação. Mas foi surpreendido com um ato de traição.

Pedi a ele um casaco velho e um pouco de comida, que ele prometeu me dar. Então, assei a refeição que tinha para o jantar e fui dormir. O velho George imediatamente dirigiu-se à casa do capataz e informou-o de minha intenção de fugir pela manhã. O capataz veio diretamente para a cabana e mandou George me questionar, enquanto ele ouvia tudo. George me perguntou se eu pretendia fugir, quando me desse a jaqueta e um pouco de comida. Estando parcialmente adormecido, respondi que não sabia. Ele repetiu a pergunta várias vezes e ainda recebeu a mesma resposta. O capataz então disse: “Ei, seu filho da puta, você vai fugir, não vai? Eu vou te dar motivo. Traga-o aqui”.

¹³⁶ Ibidem, p. 22.

¹³⁷ Ibidem, p. 9.

Então eles me arrastaram e me montaram nas costas do Planter George, e me chicotearam até que eu mal pudesse ficar de pé.¹³⁸

A partir desse ponto, a narrativa trouxe uma série de episódios em que a relação com outros indivíduos negros foi marcada por desconfiança e hostilidade, principalmente quando estes ocupavam uma posição de autoridade. Os capatazes eram grandes algozes nas plantações sulistas, sujeitos a quem ele direcionou críticas e sentimentos de raiva mais intensos. Quando falou de um senhor branco severo e injusto, ponderou: “preferia ser açoitado por ele do que pelo capataz e, especialmente, pelos capatazes negros. Oh, quanto sofri com esses capatazes negros!”. A explicação por essa preferência foi apresentada parágrafos depois: “os capatazes negros e, na verdade, os escravos, mostram muito menos humanidade na punição do que os próprios senhores”.¹³⁹

A resposta frequente de Grimes em situações como essas foi o confronto físico com outros indivíduos negros. Não há na narrativa qualquer menção de lutas contra um senhor ou capataz branco. O momento mais emblemático dessas relações aconteceu em uma plantação em Savannah. Depois de um dia pesado de trabalho, sentiu-se exausto, incapaz de prosseguir na atividade. O capataz negro não demonstrou qualquer compreensão ou compaixão, e ameaçou açoitar Grimes severamente. Mas ele reagiu e agrediu o capataz, deixando-o desnorteadado no chão. Os demais escravizados atenderam ao chamado do capataz e reuniram-se contra Grimes, que diz ter sido capaz de intimidar cerca de vinte deles.

Grimes teve de dar explicações ao senhor branco sobre o ocorrido logo na sequência. O homem o questionou sobre tal ousadia, se seria capaz de enfrentá-lo caso estivesse presente durante a luta. Grimes negou essa possibilidade e colocou o senhor como alguém de qualidades superiores às dos demais escravizados.

se você estivesse lá, não teria me tratado como o capataz fez. Ele é um velho africano ignorante, ou um negro da Guiné, e não tem juízo suficiente para supervisionar ninguém em minha situação atual. (...) Disse [ao senhor] que não tinha nenhum amigo, exceto ele mesmo, e que se ele não me chicoteasse quando chegasse na plantação, eu ficaria convencido de que ele era meu amigo. Além disso, estava certo de que nenhum negro na plantação era meu amigo. Ele sabia que eu era um estranho lá e um homem de bom senso.¹⁴⁰

É claro que a bajulação, no contexto em que acontece, é parte de uma estratégia para se livrar de uma punição. Mas tirada daquele contexto, lembrada em uma narrativa escrita

¹³⁸ Ibidem, p. 11.

¹³⁹ Ibidem, p. 14 e 18.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 38.

décadas depois, indicava que Grimes não se preocupou em negar aquelas falas, em apresentá-las como apenas ocasionais. Tomadas em conjunto com outras ideias no livro, indicam mesmo uma concordância de que outros negros eram inferiores a ele e às autoridades brancas. As palavras de Grimes ajudaram a reforçar o estereótipo dos africanos como intelectualmente inferiores. E mostraram que ele mesmo não se considerava próximo dessa descendência. Provavelmente por ter nascido de pai branco em território norte-americano.

Grimes também reverberou imagens negativas das mulheres negras. Além das armadilhas e dissimulações descritas anteriormente sobre a escravizada Patty, ele falou de outra mulher chamada Frankee. Ela personificava a imagem popular recorrente das negras como feiticeiras, conhecedoras de magias malignas e seguidoras de religiões tidas como demoníacas. Ele qualificou a mulher como “velha escrava negra” e “bruxa”. Ela teria usado poderes sobrenaturais para manipular os sonhos e a mente de Grimes.

Em diferentes momentos da noite, senti uma sensação singular, o que as pessoas geralmente chamam de pesadelo. Eu a sentia vindo em minha direção e se esforçando para fazer um barulho, o que eu podia ouvir claramente no início. Mas quanto mais perto ela se aproximava de mim, mais fraco eu gritava. Chamei-a, Tia Frankee, Tia Frankee, da maneira mais clara que pude, até que ela se aproximou de mim e começou a exercer seus encantos. Fiquei então totalmente sem palavras, fazendo um barulho como se estivesse aparentemente sufocado ou estrangulado.¹⁴¹

É necessário destacar que, mesmo em número muito menor, houve momentos em que o autor sentiu compaixão por vítimas do cativeiro. Um delas aconteceu ao lembrar da prisão. Um homem negro foi selecionado para dar chicotadas em outros prisioneiros, “a aplicá-las tão severamente quanto estava em seu poder, ou tomaria ele mesmo um açoite forte”. Uma das vítimas, de nome Reuben, ficou com as costas completamente cortadas pelo chicote, a ponto de serem comparadas a um campo arado. O fato sensibilizou Grimes: “Você pode muito bem pensar que as costas desse pobre negro estavam bem laceradas, ah, de fato, não só bem laceradas, mas brutal e desumanamente machucadas”.¹⁴²

Esse tom compreensivo também foi adotado em alguns momentos quando o autobiógrafo falou de outros negros livres. O primeiro sinal disso aconteceu ao conhecer um “homem de cor” de Richmond, Virgínia, que estava na cidade de Savannah a trabalho. William Patterson era o nome dele, um motorista da carruagem que prestava serviços para um cavalheiro

¹⁴¹ Ibidem, p. 23-24.

¹⁴² Ibidem, p. 36.

branco. Depois de beberem e fumarem por horas, Grimes alertou o companheiro de que não era seguro circular pelas ruas da região sozinho tarde da noite e propôs disfarçar-se de branco e senhor escravista para que ele não fosse incomodado pelas autoridades policiais.

Eu disse a ele que os guardas estavam em seus postos e que seria perigoso para ele tentar fazer isso sozinho. Mas se ele consentisse em andar atrás de mim na qualidade de criado (para todas as aparências), eu o acompanharia até em casa, e não tinha dúvidas, mas poderia enganar os vigilantes como fizera antes. Ele prontamente consentiu e eu vesti meu melhor terno (...).¹⁴³

No momento da fuga para o Norte do país, a ajuda de outros negros livres foi fundamental para Grimes. Em um trabalho temporário no porto, autorizado pelo senhor, o autobiógrafo fez amizade com os marinheiros de uma embarcação chamada *Big Casket*, que vinha de Boston para buscar algodão. Eles propuseram um plano para Grimes fugir escondido no navio. Nada foi falado sobre a prevalência de determinada cor de pele entre os marinheiros, mas ela foi destacada quando se referiu ao homem que cooperou mais ativamente no plano.

Na noite anterior à partida do navio, fui com um homem de cor (um marinheiro a bordo) até a cidade e comprei pão, água, carne seca e outras coisas necessárias que naturalmente desejaria. Já era tarde da noite e ele sendo um marinheiro ianque, orientei-lhe que caminhasse atrás de mim na qualidade de criado (já que eles me considerariam seu mestre, os vigilantes ou guardas estando todos em seus postos). Ele o fez, e nós adquirimos tudo que era necessário para mim (...).¹⁴⁴

Assim que chegou em Nova York, Grimes adotou cautela quanto aos próximos passos e com quem se relacionar. Um dos marinheiros ofereceu a ele alojamento temporário. E quando resolveu explorar a cidade, uma das preocupações era a de não perder aquela base segura, de não se expor a perigos ainda desconhecidos. Nesse momento, a cor da pele surgiu como símbolo de maior confiança. Ele se aproximou de uma pessoa desconhecida, mas o fato de ser negra podia significar uma alternativa menos arriscada. “No decorrer da tarde vi uma menina de cor perto da casa na rua, perguntei-lhe se ela poderia caminhar comigo um pouco, a fim de ver a cidade, e para que eu pudesse encontrar meu alojamento novamente”.¹⁴⁵ Por que não pedir ajuda a alguém com a pele branca? O risco seria maior? O plano de fuga poderia ser prejudicado?

Anos depois, com mais tempo de vida no Norte, ele adquiriu uma clientela como barbeiro. E construiu uma relação de proximidade com um homem negro mais velho, por serem

¹⁴³ Ibidem, p. 41-42.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 51.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 53.

fugitivos da escravidão e terem a mesma profissão. Quando ficou doente, o colega deixou uma barbearia aos cuidados de Grimes. Barber Thompson mereceu uma homenagem especial, a menção no livro, com o objetivo de que o nome fosse preservado do esquecimento.¹⁴⁶

Havia, no entanto, momentos de maior distanciamento em relação aos outros negros livres. E eles tendiam a acontecer especialmente quando relações de confiança com outros brancos estavam sendo prejudicadas. Isso ocorre, por exemplo, quando ele abriu um pequeno estabelecimento comercial em New Bedford, onde vendia produtos variados. O mau comportamento das “pessoas de cor” o fez rever a ideia de manter os negócios.

As pessoas de cor, estando lá muitas vezes à noite, tinham finalmente se tornado tão habituadas a envolver as próprias cabeças em tumultos e farras (que eu me esforcei para suprimir em vão), que o Sr. Hazzet, meu senhorio, me perguntou várias vezes se não seria melhor desistir da loja. Ao que respondi, sim senhor, terei muito gosto, pois vejo que as pessoas de cor se impuseram a mim. (...) eles costumavam vir com suas famílias e dançar à noite, até tarde. E sendo barulhentos e rebeldes, eu me esforçava para detê-los, mas sem sucesso. Eles persistiram nisso, até que fui obrigado a desistir da minha loja.¹⁴⁷

As relações positivas de Grimes com outros negros eram, portanto, mais restritas a alguns indivíduos isolados. Não houve menções sobre uma integração coletiva, seja de caráter cultural, econômico ou político. Mas isso parece indicar mais escolhas pessoais do que a inexistência de possibilidades. Depois de breves períodos em Massachusetts, ele passou a maior parte da vida em liberdade em Connecticut. As maiores concentrações populacionais de negros livres no estado estavam nas cidades de Hartford, New Haven e Bridgeport. Nelas, as comunidades de afro-americanos costumavam estabelecer-se próximas umas das outras. Elas adquiriam pequenos lotes de terra, montavam lojas de mantimentos e outros estabelecimentos comerciais, brechós, igrejas e pensões.

Apesar de localizado na Nova Inglaterra, de ser vizinho de um centro importante do abolicionismo como Nova York, o estado não era o lugar mais acolhedor do Norte para afro-americanos. Aprovava leis de emancipação cedo, em 1784, mas estas eram graduais. Teriam direito à liberdade os que nascessem a partir daquele ano e completassem 25 anos de idade. Ou seja, a população escravizada continuou sendo um contingente populacional expressivo no estado. No primeiro censo demográfico de 1790, a região da Nova Inglaterra tinha 3.763 escravizados, sendo que 2.648, ou 72% deles, viviam em Connecticut. Havia no estado 2.771

¹⁴⁶ Ibidem, p. 64-65.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 56.

negros livres. O que mostra que a população afro-americana local estava praticamente dividida ao meio entre escravizados e livres. No fim do século 18, parte desse grupo tentou convencer políticos locais a abolir completamente a escravidão. Petições foram enviadas em 1779, 1780 e 1788 para a *Connecticut General Assembly*. Mas a emancipação sem gradualismos ou outros condicionantes foi aprovada apenas em 1848: era naquele momento o último estado da Nova Inglaterra a eliminar definitivamente a instituição.¹⁴⁸

Para os que não estavam no cativeiro, a liberdade era instável, constantemente ameaçada, como mostram os exemplos de duas leis que restringiam os direitos da população negra em anos anteriores. Em 1818, ela foi proibida de votar. Em 1833, foi vetada qualquer iniciativa para estabelecer escolas e instruir “pessoas de cor” que chegassem de outros estados e países, porque os políticos brancos locais temiam que isso “tenderia ao grande aumento da população negra do estado e, conseqüentemente, ao prejuízo do povo”.¹⁴⁹ De alcance geral, esta lei era uma resposta específica à professora branca Prudence Crandall, que anos antes havia criado uma escola para educar meninas afro-americanas na cidade de Canterbury.

Para o historiador David Menschel, Connecticut é um exemplo de que é um mito considerar a escravidão no Norte como uma “aberração de curta duração”. Não só o fim não foi abrupto, como muitos nortistas tinham responsabilidade direta na extensão dela. O que fazia com que esse processo gradual e lento de emancipação fosse “traumático e confuso”, tanto para escravizados quanto para negros livres. Liberdade e escravidão tinham fronteiras tênues, às vezes pareciam mais sobrepostas do que completamente antagônicas.¹⁵⁰

New Haven, onde Grimes morou por mais tempo, tinha por volta de 600 negros livres nos anos 1830. E segundo a historiadora Katherine Harris, a cidade tendia a ser a mais ativista do estado, com associações e encontros frequentes entre os afro-americanos que buscavam melhorar as condições de vida coletiva.¹⁵¹

¹⁴⁸ MOSS, Hilary. “Cast Down on Every Side”: The Ill-Fated Campaign to Found an “African College” in New Haven. In: NORMEN, Elizabeth; HARRIS, Katherine (org.). *African American Connecticut explored*. Wesleyan University Press: Middletown, 2013.

¹⁴⁹ The Black Law of Connecticut, 1833. In: *Citizens ALL: African Americans in Connecticut 1700-1850*. Gilder Lehrman Center, Yale University. Acesso 01/05/2021: <http://glc.yale.edu/sites/default/files/files/The%20Black%20Law%20of%20Connecticut%281%29.pdf>

¹⁵⁰ MENSCHEL, David. *Abolition Without Deliverance: The Law of Connecticut Slavery 1784-1848*. Yale Law Journal, vol. 111, no. 1, 2001, p. 222.

¹⁵¹ HARRIS, Katherine. *The Rise of Communities and the Continued Quest for Freedom for All*. In: NORMEN, Elizabeth; HARRIS, Katherine (org.). *African American Connecticut explored*. Wesleyan University Press: Middletown, 2013.

Um nome importante da comunidade nesse período foi o de William Lanson, que era reconhecido como líder de um bairro chamado Nova Guiné, habitado especialmente por afro-americanos. Lanson usava os rendimentos dos próprios negócios para auxiliar não só a família, mas também outros negros livres como ele. Se tornaria um alvo especial de raiva da comunidade branca e morreria na pobreza. Durante a vida, foi um dos protagonistas da *African Ecclesiastical Society* e da *African Improvement Society*, ambas dedicadas a criar oportunidades educacionais para estudantes afro-americanos. Liderou campanhas para que todos tivessem direitos de votos, com reuniões sendo sediadas na *Temple Street African Church*.¹⁵²

Na cidade e em todo o país, não faltavam motivos para preocupação coletiva. Os Lansons participaram ativamente de movimentos de oposição à *American Colonization Society*, que contava com um número expressivo de defensores brancos em Connecticut nos anos 1820. Como exemplo da força dessa instituição no estado, em 1824, um ano antes da publicação da autobiografia de Grimes, o líder religioso branco Jehudi Ashmun, que vivia em New Haven, foi nomeado como o governador provisório da Libéria.¹⁵³ Outra referência era Ralph Gurley, clérigo que havia crescido em Lebanon, Connecticut. Ele foi um dos líderes mais influentes da instituição. Em 1825, se tornou secretário da *American Colonization Society* e ficou conhecido pelo empenho na causa: esforçou-se para criar apoiadores em diferentes regiões do Norte e para aumentar a rede de defensores da ideia entre os ministros religiosos.

Membros da família Lanson também eram conhecidos por dar assistência aos fugitivos da escravidão que chegavam na cidade. Um dos que contou com o apoio dos Lansons em New Haven foi o próprio William Grimes. Na autobiografia de 1825, ele disse que trabalhou para a família em um estábulo e em uma pedreira. Mas o autor não separou nenhuma palavra de agradecimento ou carinho. Preferiu reclamar das funções que exercera. Quando falou das atividades na pedreira, disse ter sido “o trabalho mais difícil que já havia feito”. Complementou com a reflexão de que na época sentiu arrependimento por deixar a escravidão em Savannah, Geórgia, e ter ido para New Haven, “esta região fria e difícil”¹⁵⁴. Por outro lado, quando viveu um momento de maior dificuldade, foi a família Lanson que ele procurou. Certo dia, quando caminhava pela rua, pensou ter visto o antigo senhor de escravos logo atrás dele. Correu desesperadamente, pulando cercas e obstáculos e decidiu fugir para um lugar mais distante.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ GRIMES, 1825, op. cit., p. 54.

Antes, passou na casa de um dos Lansons e deixou um recado para que a esposa soubesse do ocorrido.¹⁵⁵

Falamos até aqui do cenário específico de Connecticut. É preciso contextualizá-lo também dentro de uma realidade mais ampla, da movimentação da população negra em toda região Norte nesse período que compreende o fim do século 18 até os anos 1820. No geral, quais eram as possibilidades de associação coletiva negra e de ação política abolicionista efetiva? O que motivaria o enfrentamento amplo da escravidão, um passado do qual a maioria dos afrodescendentes tinha recordações terríveis e alívio por ter escapado?

Os negros nos estados livres não carregavam o fardo de suas contrapartes do Sul, livres e escravas. Residindo além do alcance imediato dos senhores de escravos, os negros livres do Norte ligavam seu próprio destino ao dos escravos e defendiam a causa dos escravos como se fossem deles. Para muitos, o vínculo era direto e pessoal, uma vez que pessoas de cor livres – muitas vezes apenas a um passo da escravidão – geralmente tinham familiares e amigos presos em cativeiro. Muitos eram fugitivos, por isso, falar da causa dos escravos como a sua própria foi algo que veio naturalmente. Mais do que outros, eles entenderam que sua própria liberdade dependia da abolição da escravidão.¹⁵⁶

Ainda no final do século 18 começaram a surgir associações para defender os interesses da população negra, sobretudo na região Norte. Em 1780, foi criada a *Free African Union Society* em Newport, Rhode Island, com o objetivo de incentivar atividades beneficentes e educativas para a comunidade negra. Em Boston, Massachusetts, um homem negro chamado Prince Hall fundou a primeira Loja Maçônica de afrodescendentes em 1784. Na Filadélfia, em 1787, foi estabelecida a *Free African Society* (FAS). Ela levantou bandeiras de ampliação dos direitos civis, além de prestar serviços religiosos e ajuda financeira mais imediata aos afro-americanos em dificuldades.¹⁵⁷

As instituições religiosas eram espaços comuns de organização coletiva da população negra. Elas surgiram em pontos importantes como Nova York e Baltimore. Debates que surgiam dentro das igrejas iam além dos conteúdos religiosos, podendo também envolver questões filantrópicas, educacionais e abolicionistas. Esses limites religiosos e sociopolíticos não eram assim tão rígidos. A *Free African Society* foi um destaque entre as primeiras organizações do tipo. Em 1794, os principais fundadores, Absalom Jones e Richard Allen, decidiram seguir caminho separados e fundaram duas igrejas voltadas para os afro-americanos. O primeiro deles

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ DAVIS, 2014, op. cit. Sem paginação. E-book Kindle.

¹⁵⁷ NEWMAN, 2018. SINHA, 2016.

criou a *African Episcopal Church of St. Thomas*, instituição que mantinha vínculos com a matriz, liderada por brancos. O segundo iniciou uma denominação nova e independente: a *African Methodist Episcopal Church*. Foi um marco na história afro-americana como a primeira igreja negra completamente autônoma, sem a supervisão ou liderança de brancos.¹⁵⁸

Se os dois ministros seguiam direções religiosas diferentes, convergiam quando os interesses mais amplos da comunidade negra estavam em jogo. Em 1799, Allen, Jones e outros 69 negros da Filadélfia enviaram uma petição ao Congresso para que uma ação federal impedisse o sequestro de negros livres. Mas o texto ia além, ao reivindicar direitos amplos como cidadãos e a exigência de que as mesmas liberdades de direitos dos brancos fossem estendidas para os negros. Eles se viam como parte essencial dos Estados Unidos e deveriam estar cobertos por todas as prerrogativas da Constituição.¹⁵⁹

As primeiras décadas da nação teriam lutas mais pontuais e localizadas da comunidade negra. Como ocorreu em Connecticut, nos outros estados do Norte o assunto que movimentou uma ação mais integrada foi o projeto de colonização. A ideia, que hoje soa imediatamente como absurda, chegou a interessar parte dos afro-americanos da época. Com tantos ataques de supremacistas brancos e uma estrutura social racista, não é de se estranhar que alguns tenham cogitado deixar o país. Um dos que abraçaram o projeto com mais empenho foi Paul Cuffe. Ele liderou esforços para estabelecer sociedades de emigração em cidades como Boston, Filadélfia e Nova York. E chegou a transportar um grupo de 38 colonos para Serra Leoa em 1815. Em comum, essas pessoas compartilhavam o sentimento de que nunca seriam aceitas como iguais na sociedade americana e que poderiam buscar uma vida melhor em outro lugar. Paul Cuffe morreu em 1817, mas o projeto seguiu movimentando os debates sobre o futuro da população negra livre nos anos 1820.¹⁶⁰

Uma oposição foi construída em paralelo à execução do projeto de colonização. Ainda em 1817, Richard Allen liderou uma reunião na Filadélfia, na *Bethel Church*, com cerca de 300 pessoas. O assunto foi discutido e reprovado em massa. No texto oficial do encontro, argumentou-se que a colonização criaria um estigma negativo para a reputação das pessoas livres de cor.¹⁶¹

¹⁵⁸ MANSUR, Kate. *Until Justice Be Done. America's First Civil Rights Movement, from the Revolution to Reconstruction*. New York: W.W. Norton & Company, 2021. E-book Kindle.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ BERLIN, 2015.

¹⁶¹ *Ibidem*.

O programa de colonização integra o debate mais amplo sobre a impossibilidade de convivência de diferentes raças em um mesmo local. Concepção que era coerente também com as legislações estaduais que tentavam impedir a entrada de negros livres em seus limites. O desenvolvimento do território do Noroeste foi emblemático nesse sentido, como assinala a historiadora Kate Mansur. Foi o primeiro a combinar a proibição da escravidão com a aprovação de leis racialmente discriminatórias. Os habitantes da região – que viria a se desmembrar nos estados de Ohio, Indiana, Illinois, Michigan e Wisconsin – temiam uma imigração em massa de negros livres e esforçaram-se para tentar desencorajar esse movimento. Em Ohio, leis estaduais de 1804 e 1807 obrigavam todos os negros livres a se registrar em escritórios oficiais e comprovar ter fiadores para permanecer no estado, no caso de não conseguirem se sustentar por conta própria. Em 1807, Indiana seguiu o exemplo e aprovou normas discriminatórias semelhantes. Foram contratados inspetores para supervisionar os negros que circulavam pelo território e garantir que estivessem registrados nos órgãos governamentais sob exigências iguais às impostas por Ohio.¹⁶²

Havia semelhanças entre as leis discriminatórias do Noroeste e as que seriam promulgadas no Sul. A Virgínia, em 1793, foi a primeira a aprovar uma lei que impedia a imigração de negros livres. Outros estados escravistas seguiriam o mesmo caminho. Nos anos 1820, essas proibições ainda existiam em Maryland, Kentucky, Carolina do Sul e Geórgia. No Noroeste e no Sul, as restrições aos negros livres frequentemente incluíam não ter direito a voto e não poder testemunhar em tribunais nos processos que envolvessem pessoas brancas.¹⁶³

Mesmo o Nordeste esteve próximo de seguir esses exemplos. A Pensilvânia colocou o assunto em debate nos anos 1810, mas os defensores das medidas restritivas não obtiveram sucesso. Lá, grupos antiescravistas, incluindo coletivos negros, tinham mais força para mobilizar a opinião pública contra leis do tipo. Uma petição assinada por negros e brancos foi enviada aos legisladores locais para rejeitar as leis discriminatórias. Um nome forte nesse movimento comunitário foi James Forten, negro nascido livre. Em 1813 e 1814, ele escreveu uma série de textos, que foram publicados em jornais locais, em que atacava as leis racistas e pedia igualdade de direitos. Elas foram compiladas sob o título: *Letters from a Man of Colour, on a Late Bill before the Senate of Pennsylvania*.¹⁶⁴

¹⁶² MANSUR, 2021.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

O historiador Christopher Malone indica que, nos primeiros anos dos Estados Unidos, não havia clareza na maior parte dos estados sobre os direitos de votos dos afro-americanos. Alguns não colocavam restrições raciais específicas, outros adotavam critérios de renda diferenciados para brancos e negros, e havia os que explicitamente proibiam a população negra de votar. Antes da Guerra Civil, uma série de barreiras legais foram construídas para impedir ou restringir a participação política. Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Massachusetts e Rhode Island foram os lugares onde efetivamente os direitos de voto foram exercidos pelos afro-americanos. Porém, a fragilidade dessa inclusão era tão grande que as mudanças eram constantes. Em Nova York, em 1821, enquanto critérios de renda deixavam de existir para os brancos, surgia a exigência de propriedade de \$250 para os homens negros. A Pensilvânia permitiu que eles votassem durante quase 50 anos, mas os proibiu completamente em 1838. Rhode Island teve um movimento instável e confuso: os proibiu em 1822 e voltou a autorizar em 1843. New Jersey havia proibido desde 1807 e Massachusetts foi o caso mais estável de todos: desde o início da década de 1780 autorizou e não voltou mais a restringir.¹⁶⁵

Tabela 1. Estados que restringiram os direitos políticos aos homens brancos

Cidade	Ano	Cidade	Ano
Virgínia	1762	Rhode Island	1822
Geórgia	1777	Tennessee	1834
Carolina do Sul	1790	Carolina do Norte	1835
Delaware	1792	Arkansas	1836
Kentucky	1799	Michigan	1837
Maryland	1801	Pennsylvania	1838
Ohio	1803	Florida e Texas	1845
New Jersey	1807	Iowa	1846
Louisiana	1812	Wisconsin	1848

¹⁶⁵ MALONE, Christopher. *Between Freedom and Bondage: Race, Party, and Voting Rights in the Antebellum North*. New York: Routledge, 2007. Sem paginação. E-book Kindle.

Indiana	1816	California	1850
Mississippi	1817	Minnesota	1858
Illinois e Connecticut	1818	Oregon	1859
Alabama	1819	Kansas	1861
Missouri e Nova York	1821	West Virginia	1863

Fonte: MALONE, Christopher. *Between Freedom and Bondage: Race, Party, and Voting Rights in the Antebellum North*. Routledge, New York: 2007.

Comunidades de negros livres nos Estados Unidos tiveram de se concentrar durante muito tempo em iniciativas internas de assistência. Havia muitas dificuldades de construir bases coletivas de luta contra um cenário de opressão generalizada: expansão da escravidão; compromissos políticos, econômicos e ideológicos entre as classes dominantes brancas do país; crescimento das teorias e práticas racistas; limitação das políticas e movimentos antiescravistas; cidadania precária aos libertos. Em termos demográficos, as dificuldades eram maiores pela desvantagem numérica, pois havia uma gigantesca diferença entre os contingentes populacionais brancos e negros, principalmente quando consideramos os que não eram escravizados.

Tabela 2. População dos Estados Unidos por região, identidade racial e situação social

ANO	TOTAL	NORTE			SUL		
		Branco	Negros livres	Escravos	Branco	Negros livres	Escravos
1790	3.929.214	1.900.616	27.070	40.354	1.271.390	32.457	657.327
1800	5.304.726	2.599.263	47.057	36.505	1.703.565	61.239	857.097
1810	3.486.675	3.669.611	78.786	30.385	2.192.462	107.660	1.160.977
1820	4.359.916	5.090.237	99.654	29.330	2.776.560	133.980	1.508.692

Fonte: GIBSON, Campbell; JUNG, Kay. Historical Census Statistics on populations totals by race, and by hispanic origin, 1790 to 1990, for the United States, Regions, Divisions and States. U.S. Census Bureau, Washington, DC: 2002, p. 130.

Em menor número, os afro-americanos dependiam da construção de alianças mais amplas com indivíduos e associações brancas para conseguir avançar em suas demandas. Nas primeiras décadas de surgimento dos Estados Unidos, grupos religiosos, como os quakers, metodistas e batistas, compuseram e lideraram os movimentos antiescravistas. Estavam envolvidos no clima do *Second Great Awakening* (Segundo Grande Despertar). O movimento religioso tinha como principal proposta a rejeição das ideias calvinistas¹⁶⁶: predestinação, pecado coletivo e impotência humana. No lugar, emergiram interpretações arminianas¹⁶⁷: livre agência moral, renascimento interior, responsabilidade individual pelas ações e relacionamento direto com Deus, sem a mediação de ministros. Esse individualismo moral seria uma base importante para inspirar os reformistas protestantes a participar mais ativamente de movimentos de renovação da sociedade, como o antiescravismo.¹⁶⁸

Dois exemplos mais proeminentes de associações do tipo foram a *Pennsylvania Abolition Society*, criada em 1784, e a *New York Manumission Society*, de 1785. A primeira iniciativa mais concreta no nível federal foi feita por indivíduos dos dois estados. No congresso federal de 1790, um grupo de antiescravistas entregou uma petição para que o tráfico de escravizados e a condição dos que estavam em cativeiro fosse repensada. Mas o resultado foi uma rejeição contundente dos pedidos. Os estados sulistas reagiram com raiva, enquanto nortistas não manifestaram qualquer indicação de apoio aos peticionários. Um cenário parecido voltou a ocorrer nos anos seguintes, a ponto de o grupo abolicionista suspender a estratégia de envio das petições, por entender que não havia espaço no Congresso para o acolhimento daquelas ideias.¹⁶⁹

Nas décadas seguintes, as sociedades abolicionistas participariam da luta contra a escravidão de outras formas. Disponibilizariam recursos materiais para a contratação de advogados que representavam os negros nos tribunais e eventualmente intermediavam processos de alforria entre escravizados e senhores. Mas entre esses apoiadores brancos, havia também posturas que pareciam mais prejudicar do que ajudar os negros. Alguns chegavam a tolerar a posse de escravizados entre seus membros, excluía afro-americanos das sociedades

¹⁶⁶ Baseadas nas ideias do teólogo francês João Calvino (1509-1564)

¹⁶⁷ Baseadas nas ideias do teólogo holandês Jacobus Arminius (1560-1609)

¹⁶⁸ HAHN, 2017.

¹⁶⁹ SINHA, 2016.

antiescravistas, defendiam a liberdade gradual por entender que ex-escravizados tinham dificuldades intelectuais e financeiras para lidar com a emancipação. Para Ira Berlin, depois das abolições no Norte, o que se viu foi uma contínua expansão da escravidão e resultados pouco expressivos do combate a ela. O que fez com que muitos abolicionistas brancos diminuíssem o ímpeto na luta. Associações e movimentos liderados por esse grupo pareciam encolher.¹⁷⁰

Um marco fundamental na luta antiescravista foi a Crise do Missouri. O resultado dos debates sobre o status escravista do novo estado desapontaram os críticos da escravidão e os movimentos de oposição encabeçados pelos brancos perderam força na política nacional. Lideranças negras procuraram concentrar forças dentro da própria comunidade e voltaram-se para as bases institucionais que tinham construído até então: as igrejas, escolas e associações cívicas. Nas cidades mais ao leste, como Filadélfia, Baltimore e Nova York, igrejas batista e metodista eram mais abundantes como espaços estratégicos de reunião. Em Boston e nas vizinhanças da Nova Inglaterra as lojas maçônicas eram mais comuns. Comunidades católicas tinham maior peso em Nova Orleans e outros portos do Golfo. Esses coletivos conseguiam ir além das fronteiras estaduais e ampliar as reivindicações.

Embora essas organizações tenham assumido diferentes formas em diferentes lugares, sua liderança as uniu, criando redes sobrepostas e interligadas que ampliaram suas vozes para lhes dar um alcance nacional. Os “Comitês de Correspondência” compartilhavam ideias e aspirações, estabelecendo uma perspectiva nacional baseada no reconhecimento do surgimento de um novo racismo que excluía os negros da política eleitoral, e que os forçava a falar por si mesmos em vez de se submeter aos patronos brancos.¹⁷¹

Análise semelhante é feita por Manisha Sinha. Para ela, as associações abolicionistas desempenharam um papel importante no início da república, principalmente com a defesa das leis de emancipação no Norte. Mas não conseguiram avançar em outras conquistas efetivas, nem na inclusão de novos apoiadores, ficando estagnados como uma minoria. Ela divide a luta contra a escravidão em dois momentos, chamados de “ondas”. A primeira vai de 1776 até a década de 1820. A segunda se estende desse ponto até 1865. A principal falha dessa primeira onda talvez tenha sido a incapacidade de construir um movimento de alcance nacional. Tentativas de convenções abolicionistas que integrassem diferentes estados foram feitas, mas sem engajamento e sucesso. Uma explicação é a composição destas associações, já que os principais interessados não estavam entre os protagonistas.

¹⁷⁰ BERLIN, 2015, op. cit., p. 104.

¹⁷¹ Ibidem, p. 118.

As sociedades abolicionistas, com exceção da PAS [*Pennsylvania Society for the Abolition of Slavery*] em seus últimos anos, não tinham membros negros, embora suas constituições não contivessem nenhuma proibição específica. Essa exclusão de fato os distingue do abolicionismo inter-racial anterior à guerra.¹⁷²

A fragilidade dos movimentos antiescravistas nas primeiras décadas do século 19 podem explicar o porquê de Grimes não ter feito qualquer menção a eles na autobiografia. Se a associação com negros livres do Norte não ofereceram a ele uma perspectiva de elevação individual, tampouco os brancos formaram um coletivo acolhedor. Praticamente não houve referências explícitas sobre eles em Connecticut. As identidades raciais foram destacadas predominantemente em episódios que envolveram sujeitos negros ou mulatos. Mas devemos supor, pela configuração da sociedade nortista, que boa parte dos desentendimentos que teve na região envolveu pessoas brancos. Foram os casos das inúmeras idas aos tribunais, processos que ele sempre atribuiu à inveja e ao espírito ardiloso dos adversários, e os conflitos com rivais nos negócios. Foram também os casos dos vizinhos com quem se desentendeu, e dos clientes com quem fez negócios e depois tentaram dar calote.¹⁷³

Apenas dois grupos, de maioria ou totalidade branca, receberam uma representação claramente positiva: os estudantes universitários e as autoridades políticas. No primeiro caso, eles foram os principais clientes dos negócios como vendedor e chegaram a ajudá-lo no processo de oficialização do casamento. São, em geral, “muito bons” com ele, o ajudam no pagamento de processos judiciais, e com outras doações de roupas e dinheiro.

No segundo caso, Grimes destacou a relação próxima que tinha com um homem descrito como sendo o “governador”. Ele recebeu palavras de solidariedade do líder político depois de um julgamento em que foi acusado de ser conivente com um crime. O homem, para quem ele trabalhava cortando o cabelo, lamentou que ele tivesse passado por aquela situação infeliz. E Grimes disse estar preocupado com a opinião do governador, que gostaria muito que ele acreditasse na sua inocência.¹⁷⁴ Em outro momento, o “governador” serviu como conselheiro quando Grimes negociou a venda da casa e a compra da liberdade. Ele conseguiu 425 dólares na negociação do imóvel, mas o representante do antigo senhor pediu um valor adicional de 50 dólares. Não concordando com essa postura, procurou o governador e contou toda a história. O interlocutor disse que ele deveria se manter firme e não aceitar a exigência adicional. Grimes,

¹⁷² SINHA, 2016, op. cit., p. 120.

¹⁷³ GRIMES, 1825, op. cit., p. 58-63.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 60.

então, especulou que a autoridade estava ao lado dele: “O governador teve pena do meu caso e estava disposto a ajudar-me, pois esse é o seu sentimento para com os pobres”.¹⁷⁵

A partir das informações trazidas até aqui, não se pode culpar exclusivamente a falta de organização da população negra livre como um motivo pelo qual William Grimes preferiu um caminho mais solitário e absteve-se de ações políticas coletivas. Mas tamanho e grau de desenvolvimento precisam ser levados em conta. Com processos de emancipação recentes e população livre começando a crescer, associações ainda estavam amadurecendo nas primeiras décadas do século 19. E não eram unânimes entre os afro-americanos, apesar de certamente serem conhecidas de praticamente todos que viviam no Norte. Alguns estados eram mais fortes nesse sentido, tinham capacidade de mobilização coletiva interna. Outros seguiam ritmo mais lento, o esforço e as dificuldades eram maiores para formar bases sólidas.

De modo semelhante, alianças antiescravistas com os brancos eram frágeis até metade dos anos 1820. Proporcionalmente à população geral, o apoio dos brancos à emancipação universal e à igualdade de direitos ainda era muito pequena. Parte considerável dos que não concordavam com a escravidão, abraçava alternativas segregadoras e racistas. A mais popular delas desde os anos 1810 era a ideia da colonização, da expulsão dos negros livres para a África. Isso tornava o envolvimento da maior parte dos afro-americanos improvável e dificultava integrações raciais mais amplas em movimentos políticos. O silêncio de Grimes sobre movimentos antiescravistas pode ser uma expressão disso.

Além desse contexto, também recorreremos ao conceito de “consciência” como parte fundamental da tomada de ação coletiva mais ampla. É preciso colocar a subjetividade em diálogo com a realidade objetiva. E mais do que um padrão ou linearidade de pensamento, William Grimes demonstrou uma frequente “contradição”. Principalmente nas características relacionadas à raça, à religião e ao binômio escravizado/livre. Esse seria um outro fator para a ausência de engajamento coletivo. As identidades fracionadas e confusas dele, que transitavam entre grupos dominados e dominantes, eram indícios de deslocamento e indefinição.

Um dos efeitos da “contraditoriedade da consciência”, como definida por Gramsci, é o “estado de passividade moral e política”.¹⁷⁶ Se não define precisamente um lugar social, o indivíduo leva uma vida sem direção específica, caminha sem rumo na multidão: “quando a

¹⁷⁵ Ibidem, p. 66.

¹⁷⁶ GRAMSCI, 2015, op. cit., p. 103.

concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa”.¹⁷⁷

Grimes parece nunca ter superado o que Du Bois chamou de “dupla consciência”.¹⁷⁸ O conceito do sociólogo norte-americano fala de uma consciência específica do negro que se vê sempre dividido entre dois mundos. Desde cedo, ele desenvolve a percepção de si e dos outros por meio do “véu”, metáfora que Du Bois usa para falar da barreira racial. Na infância, aprende que raça é uma categoria hierárquica e qualitativa. E que o lugar do negro é o de inferioridade, uma existência marcada pelo diferencial negativo. No processo de desenvolvimento cognitivo, a consciência de si fica dividida entre uma representação imposta externamente ao indivíduo e outra que é construída internamente. William Grimes relatou essa dificuldade em ver-se como diferente dos irmãos brancos quando criança. E relutou, na vida adulta, em assumir uma identidade racial específica: transitou entre os $\frac{3}{4}$ brancos e o $\frac{1}{4}$ negro de seu sangue. Quando tentava priorizar a parte branca, o movimento não era recíproco. Essa coletividade branca o rejeitava constantemente.

Grimes deu um passo importante para deixar de ser “objeto” e tornar-se “sujeito”, no sentido que bell hooks dá aos conceitos. O “sujeito” é aquele que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”.¹⁷⁹ Grimes usou a autobiografia como um meio de autoidentificação, de autoridade sobre a caracterização do próprio ser. Mas não avançou no sentido de eliminar os padrões normativos contraditórios da “dupla consciência” em sua narrativa. Teve de administrar paradoxos identitários que tornavam a mensagem final do livro imprecisa, por vezes incoerente.

Ele enxergava a sociedade norte-americana como um campo de batalha onde as forças opressivas eram mais poderosas do que as forças de resistência. Em busca de uma vida melhor, nem um grupo social específico mereceu maior confiança. As experiências nos territórios escravistas e nos livres foram marcadas pelo excesso de conflitos e pela fragilidade dos laços de solidariedade. A escravidão, o poder das elites sociais e as estruturas econômicas desiguais tinham poucos pontos vulneráveis, passíveis de ataques efetivos. Nesse sentido, a autobiografia passava a imagem de alguém sem vontade de participar de uma luta geral, que recorreu desolado aos atos de caridade da classe dominante. No texto, a crítica social fica restrita ao desabafo, ao ressentimento e à frustração.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 259.

¹⁷⁸ DU BOIS, W.E.B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021, p. 23.

¹⁷⁹ hooks, bell. *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. Boston: South End Press, 1989, p. 42.

Nenhum desses sentimentos é catalisado em “ardor combativo”¹⁸⁰, direcionados para uma ação mais contundente de enfrentamento. Sem visualizar e acreditar que sejam possíveis transformações efetivas e significativas, é provável que Grimes não tenha visto sentido em aliar-se com nenhum coletivo. Grupos antiescravistas e associações negras não apresentam força suficiente para construir esse horizonte.

As palavras de Grimes expressam “pessimismo” e “fatalismo”, cujos significados na definição gramsciana não são só psicológicos e emocionais, mas também políticos. São estados de espírito que acometem aqueles que, diante de acontecimentos extremos, não conseguem manter a sobriedade e a confiança, ficam presos na ideia de um determinismo social intransponível. Derrotas não são vistas como momentâneas, mas como uma situação permanente. Falta o “entusiasmo justificável”: “aquele que acompanha a vontade inteligente, a operosidade inteligente, a riqueza inventiva em iniciativas concretas que modificam a realidade existente”.¹⁸¹

“Entusiasmo” e “vontade”, como princípios e comportamentos que estimulam a luta coletiva, precisam de um combustível elementar, que projete para o futuro um campo de possibilidades: a “fé”. Não aquela que Grimes tentou reivindicar na autobiografia, que possui caráter sobrenatural e determinista. Mas a “fé” como pensamento “estável”, que traz convicção e “condiciona a nova ação”. Trata-se do impulso interno de acreditar na transformação, em um processo que leve a um fim positivo e que derrote os antagonistas desse propósito.¹⁸²

No caso de Grimes, o ressentimento e a frustração não produziram desejos de engajamento coletivo, não foram combustíveis para mobilizações orgânicas. Ele optou pela sobrevivência individual. Na análise do pesquisador William L. Andrews: “Talvez Grimes sentisse que, em última análise, não havia alternativa, nenhuma saída. Mas é igualmente provável que ele tenha sentido que a única saída era falar”.¹⁸³ Amaldiçoado para sempre como ex-escravizado, nunca um norte-americano pleno; com feridas na pele que marcavam tanto uma condição imutável quanto a hipocrisia generalizada dos Estados Unidos com seus ideais de liberdade. Sem um legado material para oferecer, Grimes publicou a autobiografia como símbolo de uma insatisfação que parecia insolúvel naqueles tempos, que talvez só as gerações seguintes poderiam resolver.

¹⁸⁰ GRAMSCI, 2017, p. 46.

¹⁸¹ GRAMSCI, 2015, op. cit., 256-257.

¹⁸² LIGUORI, 2017, op. cit., p. 21, 38, 85.

¹⁸³ ANDREWS, William L; MASON, Regina E. *Life of William Grimes, the Runaway Slave*. New York: Oxford UP, 2008, 25-26.

3 FREDERICK DOUGLASS: AUTOBIOGRAFIA DE 1845

3.1 SLAVE NARRATIVES E TRADIÇÃO LITERÁRIA

Em maio de 1845, Frederick Douglass publicou o primeiro livro dele em Boston, Massachusetts. Tinha então 27 anos de idade e concluiu o projeto depois de um dos períodos mais agitados da vida. No ano anterior, havia trabalhado intensamente em um circuito de palestras antiescravistas pelo Norte do país. O itinerário incluiu estados como Pensilvânia, Rhode Island, New Hampshire e Maine. Com o nascimento do quarto filho em outubro de 1844, interrompeu provisoriamente as viagens e permaneceu mais tempo na casa onde morava com a família em Lynn, Massachusetts. Além das obrigações domésticas, envolveu-se na escrita da autobiografia que o tornaria conhecido para além das fronteiras nacionais.¹⁸⁴

Narrative of the Life of Frederick Douglass tinha 125 páginas e trazia uma ilustração com o retrato do protagonista, de forma que os leitores podiam logo no início conhecer a imagem dele. Nas primeiras páginas, dois membros proeminentes do movimento assinavam um prefácio e uma carta: William Lloyd Garrison e Wendell Phillips, respectivamente. Na sequência, Douglass usou 11 capítulos para relatar a história de vida e acrescentou um apêndice para desfazer mal-entendidos sobre o fato de atacar tanto os religiosos do Sul. Os alvos eram os escravistas, não a fé cristã. Por fim, havia uma poesia sobre a escravidão, que o autor atribuiu a “um pregador metodista do Norte”.

Pela segunda vez na história, uma autobiografia era lançada com o crédito oficial da *American Anti-Slavery Society*, a principal instituição abolicionista dos Estados Unidos naquele momento. Quando da publicação, Douglass ainda era considerado um fugitivo segundo as leis oficiais norte-americanas. Críticos brancos procuraram a imprensa para questionar a veracidade do texto, por ter uma qualidade intelectual incompatível com o que esperavam de um negro e de um escravizado.

Um dos ataques mais significativos veio de A.C.C. Thompson, amigo da família Auld, uma das que mantiveram Douglass escravizado. Thompson chamou a autobiografia de “ridícula”, cheia de “falsidade em cada página”, impossível de ser levada a sério por uma pessoa minimamente “sensata”. Ele duvidou da autoria, disse que alguém com má intenção havia

¹⁸⁴ DOUGLASS, Frederick. *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave. Written by himself.* Boston: American Anti-Slavery Society, 1845.

forjado um conjunto de “mentiras para despertar a indignação da opinião pública contra os proprietários de escravos do Sul”. Um dos pontos centrais do ataque foi a “identidade do autor”. Douglass foi qualificado como um “negro ordinário”, “iletrado”, “incapaz de escrever” porque não tinha “conhecimento das regras gramaticais”. A carta foi publicada pelo jornal abolicionista *The Liberator* em dezembro de 1845, que acrescentou um parágrafo para refutar as acusações e dizer que elas cumpriram um objetivo diferente do pretendido pelo crítico: ajudaram a validar as palavras de Douglass e o conteúdo que ele apresentou na narrativa.¹⁸⁵

Fora dos circuitos oficiais do abolicionismo, o livro foi elogiado em uma coluna de William H. Graham, em junho de 1845, no jornal *The New York Tribune*, então sob influência do Partido Whig. Douglass foi considerado corajoso por expor nominalmente escravistas do Sul e colocar-se em perigo. A narrativa recebeu elogios pela coerência, por ser uma “peça de escrita excelente” e transmitir “sentimentos genuínos”. O autor foi comparado a Alexandre Dumas e Frédéric Soulié, dois escritores franceses condecorados. Além das origens negras, os três escreviam com “energia tórrida e plenitude”. Mas Graham aproveitou o espaço para criticar a postura de William Lloyd Garrison, naquele momento o principal mentor de Douglass, por exagerar nas denúncias violentas e no tom raivoso quando falava sobre a escravidão: aquilo acabava por afastar os “ouvidos comuns”. À parte essas críticas, Graham recomendou que todos lessem o livro de Douglass para conhecer melhor a brutalidade da escravidão.¹⁸⁶

As reações públicas e os números de vendas evidenciavam o sucesso editorial de Douglass. Nos primeiros quatro meses, foram vendidas cinco mil cópias da autobiografia. Até o fim de 1847, o livro podia ser considerado um *bestseller* internacional, com nove edições diferentes e onze mil cópias adquiridas não só nos EUA, mas também em outros países de língua inglesa como Grã-Bretanha e Irlanda. Por volta de 1860, os números chegavam a trinta mil vendas, com traduções para o francês e o alemão. Era, até então, uma dimensão incomum para o relato de um escravizado.¹⁸⁷

Esses dados mostram não só o quanto o livro de Douglass foi um marco na literatura afro-americana, como ajudam a contar a própria história de desenvolvimento das chamadas *slave narratives*. Desde que William Grimes lançou a primeira autobiografia de um fugitivo da escravidão em 1825, outros indivíduos com histórias de vida semelhantes haviam seguido esse

¹⁸⁵ Acesso em <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass/support2.html>

¹⁸⁶ Acesso em <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass/support3.html>

¹⁸⁷ BLIGHT, David W. Frederick Douglass: Prophet of Freedom. New York: Ed. Simon and Schuster, 2018. Versão e-book, sem paginação.

caminho. No espaço de vinte anos, livros autobiográficos protagonizados por sujeitos negros deixaram de ser empreitadas exclusivamente individuais, como foi o caso de Grimes. A maior parte dos relatos, principalmente os escritos a partir da década de 1830, passaram a integrar projetos mais amplos, que conectavam os propósitos individuais de cada autor com os de instituições e lideranças sociais. Muitas experimentações foram feitas na formatação, estilo de escrita e conteúdo. E entendê-las é fundamental para explicar o sucesso e o poder de influência alcançados pela narrativa de Douglass em 1845.

Depois de Grimes, o próximo relato conhecido de um negro em primeira pessoa foi o de Robert Voorhis em 1829. O pequeno volume de 36 páginas trouxe críticas diretas à escravidão e ao sequestro de africanos pelos mercadores transatlânticos. Mas não foi escrito pelas mãos do protagonista, foi transcrito e editado por Henry Trumbull. Ele entrevistou Voorhis e garantiu não ter adicionado nenhum elemento que mudasse as palavras originais. O entrevistador declarou que o objetivo principal da venda do livro era arrecadar fundos para ajudar o ex-escravizado, mas também estava explícito o desejo de satisfazer a curiosidade dos residentes da região em que Voorhis vivia em Massachusetts. O homem negro havia se tornado um eremita, morando aproximadamente 14 anos dentro de uma caverna, “isolado da sociedade humana”, como descreve o título do livro. E por mais que se aceite que o relato não foi alterado pelo editor, este se dá ao direito de definir a personalidade e as características subjetivas do entrevistado em textos antes e depois do relato em primeira pessoa.¹⁸⁸

Na década de 1830, foram pelo menos dez livros com relatos em primeira pessoa de protagonistas negros no mundo anglo-americano. Nos anos 1840, mais outras sete narrativas antes do lançamento de Douglass. Em 1831, o movimento antiescravista de Londres lançou os livros de Ashton Warner e Mary Prince. Ambos transcritos e editados a partir de entrevistas sob a direção de Susanna Moodie, uma escritora profissional branca e inglesa, cujo marido era secretário da *Anti-Slavery League*. Ashton havia sido escravizado em São Vicente. Mary Prince, em Bermudas, ambas regiões do Caribe britânico. As duas histórias de vida compunham o objetivo mais geral de apresentar ao público inglês o sistema escravista como injusto e violento. As duas narrativas levantam questões de análise autoral semelhantes à de Voorhis.¹⁸⁹

¹⁸⁸ VOORHIS, Robert. *Life and Adventures of Robert, the Hermit of Massachusetts*. Providence: Ed. Henry Trumbull, 1829.

¹⁸⁹ PRINCE, Mary. *The History of Mary Prince, a West Indian Slave*. London: F. Westley and A. H. Davis, 1831; WARNER, Ashton. *Negro Slavery Described by a Negro: Being the Narrative of Ashton Warner*. London: Ed. Simon Strickland, 1831.

O livro de Mary Prince é um marco importante porque, antes dessa década, não havia registro de autobiografias de mulheres negras. Se a esfera pública era restritiva para todas as mulheres no período, as barreiras eram ainda maiores para as afrodescendentes, que viviam sob opressões múltiplas de gênero, raça e classe social. Em todo o período *antebellum* elas foram uma minoria nesse mercado editorial de língua inglesa. Nos Estados Unidos, coube a Jarena Lee esse lugar de pioneirismo literário em 1836, na Filadélfia. Mas nesse caso, a preocupação do livro não foi diretamente a luta antiescravista. Ela descreve uma jornada pessoal para conseguir tornar-se um pregadora da AME, a *African Methodist Episcopal Church*, numa época em que a função era exclusiva para homens.¹⁹⁰

Antes do movimento abolicionista norte-americano impulsionar a publicação de autobiografias de escravizados, duas outras narrativas foram emblemáticas pela notoriedade e impactos causados por seus protagonistas.

Em 1831, Nat Turner, o líder mais famoso de uma rebelião escrava na história norte-americana, foi entrevistado na prisão em Southhampton, Virgínia, por Thomas Ruffin Gray, um advogado e proprietário de escravos. O objetivo principal era ganhar publicidade e dinheiro com a venda do texto. A rebelião despertou não só o temor dos escravistas em relação ao poder de organização dos cativos, mas também a curiosidade pública sobre o caso. Foi apresentada como uma transcrição em primeira pessoa das declarações de Turner sobre a rebelião. Mas foi colhida por alguém diretamente interessado em desacreditá-lo. Ao contrário de outras confissões criminais já citadas nesta pesquisa, o réu não se declarou culpado, não apresentou qualquer tipo de remorso, nem buscou perdão da sociedade. No texto, Turner disse ter sido escolhido por Deus para lutar contra a “Serpente”, metáfora utilizada para caracterizar a escravidão e as pessoas que se beneficiavam dela como malignas. O texto foi estruturado para que o entrevistador pudesse refutar em capítulo separado todo o discurso de Turner, e apresentá-lo como um fanático religioso descontrolado.¹⁹¹

O outro destaque do período foi Richard Allen, que apesar de defensor da causa abolicionista, não publicou uma autobiografia com esse propósito, nem teve apoio de nenhuma instituição do tipo. Em 1833, escrevendo de próprio punho e com objetivos mais religiosos, o reverendo negro publicou o que poderia ser considerada uma autobiografia espiritual. Além da conversão e trajetória pessoal como pregador, guardou espaço significativo do livro para

¹⁹⁰ LEE, Jarena. *The life and religious experience of Jarena Lee, a coloured lady*. Philadelphia: The Author, 1836.

¹⁹¹ TURNER, Nat. *The Confessions of Nat Turner, the Leader of the Late Insurrection in Southhampton*. Baltimore: Ed. Thomas R. Gray, 1831.

descrever a fundação e desenvolvimento da *African Methodist Episcopal Church* em 1816, primeira igreja cristã negra nos Estados Unidos. Estão lá os detalhes da luta contra o racismo no meio protestante tradicional, especialmente os segmentos do metodismo branco que discriminavam os negros dentro da igreja e tentavam impedir que eles formassem uma comunidade cristã independente.¹⁹²

Foi então no fim dos anos 1830 que começaram a ser lançadas as primeiras autobiografias de escravizados patrocinadas por abolicionistas. Uma das táticas que já vinha sendo adotada há anos pelos colegas ingleses da causa. Antes de Douglass, destacaram-se as autobiografias de Charles Ball (1837), James Williams (1838), Moses Roper (1838), Lunsford Lane (1842) e Moses Grandy (1843). Todas traziam histórias de escravizados e estavam engajadas em representar o Sul como uma sociedade corrompida pela escravidão. Muito do estilo textual dessas narrativas foi pensado como uma adaptação das palestras antiescravistas que o movimento impulsionava pelo Norte do país. A experiência havia mostrado que a narração de um ex-escravo, que era testemunha e vítima direta do sistema, tinha um poder retórico mais forte do que outras produções mais impessoais.¹⁹³

Isaac Fisher editou a autobiografia de Charles Ball, em 1837, e assinou a introdução. Ele disse ter escrito a narrativa a partir do que ouviu do homem negro, que cresceu na Virgínia na condição de cativo e conseguiu escapar duas vezes das mãos dos proprietários. Fischer afirmou que não usou palavras idênticas as de Ball, mas as adaptou em um estilo mais simples. Ele suprimiu elementos subjetivos no livro, incluindo as passagens que mostravam os “sentimentos” e “opiniões” de Ball. A postura de Fisher foi arrogante: ele determinou o que era importante para o leitor e o que podia ser aproveitado da narrativa de Ball. Questões individuais, psicológicas, não mereciam ser colocadas no texto. A fórmula parece ter funcionado na época, já que a narrativa teve boa repercussão no movimento abolicionista e influenciou as autobiografias seguintes. Segundo o pesquisador William Andrews, a primeira editora que imprimiu a narrativa de Ball revelou que Fisher disse “em uma comunicação privada, que muitas das anedotas do livro ilustrativas da sociedade do Sul não foram obtidas de Ball, mas de outras fontes”.¹⁹⁴ Isso incluía detalhes sobre ecologia e geografia, informações sobre a cultura sulista e as técnicas usadas na plantação de algodão. Além disso, Fisher coloca na boca de Ball

¹⁹² ALLEN, Richard. *The Life, Experience and Gospel Labors of the Rt. Rev. Richard Allen*. Martin and Boden. Philadelphia: The Author, 1833.

¹⁹³ Como consta em *North American Slave Narratives*. Acesso 24/01/22: <https://docsouth.unc.edu/neh/>

¹⁹⁴ ANDREWS, 1988, op. cit., p. 63.

um discurso que desqualifica as pessoas vítimas da escravidão, por elas não serem capazes de “raciocinar logicamente”.

O escravo vê seu mestre residindo em uma mansão espaçosa, andando em uma bela carruagem e vestindo roupas caras, e atribui a posse de todos esses prazeres ao próprio trabalho do mestre; enquanto ele, que é a causa de tanta gratificação e prazer para o outro, é privado até mesmo das acomodações necessárias da vida humana. Homens ignorantes não fazem e não podem raciocinar logicamente; e ao rastrear as coisas da causa para o efeito, o escravo atribui tudo o que ele vê em posse de seu mestre ao trabalho do próprio (...).¹⁹⁵

Um caminho semelhante vai ser seguido na autobiografia de James Williams, publicada em 1838 pelo copista e editor John Greenleaf Whittier. O prefácio indicava que a obra reunia informações objetivas sobre a escravidão, a partir de uma “história simples e sem traços”. O fugitivo Williams viveu e trabalhou nas plantações de algodão do Alabama e foi considerado por Whittier um bom exemplo do que acontecia em todo o Sul dos Estados Unidos. A narrativa é emblemática por ter sido a primeira publicada oficialmente pela *American Anti-Slavery Society*, e pelas reações contrárias que despertou na imprensa sulista.¹⁹⁶

O livro de Williams foi alvo de um ataque público. Rittenhouse, editor do jornal Greensborough, no Alabama, disse ter encontrado uma série de inconsistências factuais. O sulista garantia que os nomes de pessoas fornecidos na autobiografia eram invenções e as datas dos acontecimentos não eram coerentes. A resposta da *American Anti-Slavery Society* foi iniciar a própria investigação sobre os fatos da narrativa.¹⁹⁷ A instituição declarou que não poderia refutar Rittenhouse em pormenores, porque James Williams tinha partido para a Inglaterra. Mas reafirmou que a essência da narrativa era verdadeira, especialmente porque o caráter do escravizado foi estabelecido por um grupo de entrevistadores brancos. Mesmo assim, com toda essa defesa, a narrativa foi retirada de circulação ainda em 1838, provavelmente para minimizar o impacto negativo das críticas sulistas. O acontecimento explica muito do esforço empreendido pela instituição em 1845, quando publicou o livro de Douglass, e colocou seus principais líderes brancos para comprovar a veracidade da obra.¹⁹⁸

¹⁹⁵ BALL, Charles. *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball*. New York: Ed. Isaac Fisher, 1837, p. 299.

¹⁹⁶ WILLIAMS, James. *Narrative of James Williams, an American Slave, Who Was for Several Years a Driver on a Cotton Plantation in Alabama*. New York: American Anti-slavery Society, 1838.

¹⁹⁷ BLASSINGAME, John. *Slave Testimony: Two Centuries of Letters, Speeches, Interviews, and Autobiographies*. Louisiana: LSU Press, 1977, p. 23.

¹⁹⁸ ANDREWS, 1988, op. cit.

Desde que William Grimes escreveu o próprio relato, nenhum outro fugitivo da escravidão tinha tido tal oportunidade. Ela veio novamente por meio de Moses Roper. Na autobiografia de 1838, descreveu a vida como cativo na Carolina do Norte, Geórgia e Flórida. Ele conseguiu fugir do antigo senhor e juntou-se aos abolicionistas da *American Anti-Slavery Society* em Boston. O livro tinha o prefácio do reverendo Thomas Price, um patrocinador britânico, que atestou: Roper era confiável e capaz de falar sobre os fatos da escravidão por conta própria. Apesar da aparente liberdade, Roper adotou um estilo muito semelhante ao das duas autobiografias anteriores. O tom foi mais contido e objetivo. Havia indicações da crueldade da escravidão e de como os negros sofriam com ela, mas o padrão de fala era mais distante, quase como se ele não fosse parte daquela realidade. A introdução da história deixa isso explícito, quando Roper revela um desejo de ser invisível.¹⁹⁹

A determinação de colocar essa pequena narrativa diante do público não surgiu de qualquer desejo de me tornar visível, mas com a visão de expor o cruel sistema de escravidão, como será aqui apresentado a meus leitores, dos apelos urgentes de quase todos os amigos a quem eu havia relatado qualquer parte da história, e da recomendação de reuniões antiescravistas, à qual compareci, por meio da sugestão de muitos amigos afetuosos da causa dos oprimidos.²⁰⁰

Lunsford Lane foi escravizado na Carolina do Norte. Aos 27 anos de idade, conseguiu juntar dinheiro suficiente para comprar a própria liberdade. Como uma lei impedia negros livres de residir no estado, ele foi forçado a emigrar. Em Boston, associou-se aos abolicionistas e começou a juntar dinheiro narrando histórias da escravidão em reuniões do grupo. Com a quantia em mãos comprou também a liberdade da família. Na autobiografia de 1842, narrou as crueldades da escravidão e se apresentou como um hábil empreendedor que conquistou sucesso financeiro. Comportamento coerente com os princípios burgueses e o ideal do *self-made man*. Apesar de valorizar as próprias qualidades individuais na narrativa, Lane apresenta uma metáfora que infantilizava os negros em busca da proteção dos brancos.

Ao lado de Deus, de quem todo bom presente procede, sinto-me sob as maiores obrigações para com meus amáveis amigos em Massachusetts. Para ser balançado em seu berço da Liberdade. Oh, como é diferente ser violentado no pelourinho da escravidão! Que aquele berço possa balançar para sempre. Que muitos filhos de tristeza, muitas vítimas de opressão machucados pelo

¹⁹⁹ ROPER, Moses. *Narrative of the Adventures and Escape of Moses Roper, from American Slavery*. Berwick-upon-Tweed, UK: Published for the author and printed at the Warder Office, 1848, p. 51.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 3.

espírito (pior do que açoitados) possam dormir com a canção de ninar da Liberdade, cantada pelos filhos e filhas de Massachusetts.²⁰¹

Moses Grandy, assim como Lunsford Lane, foi escravizado na Carolina do Norte. Outro ponto comum foi a valorização de um perfil empreendedor na autobiografia lançada em 1843. Na juventude, recebeu permissão do senhor para ficar com uma parte pequena dos lucros do trabalho e começou a poupar o dinheiro. Mas foi enganado por dois senhores diferentes que roubaram as economias dele. Depois de muita persistência e disciplina, Grandy conseguiu reunir fundos para pagar pela alforria dele, da mulher e dos filhos. Em relação ao Norte e aos abolicionistas, Grandy apresentou elogios excessivos e atribuiu o mérito pelas conquistas sociais exclusivamente a eles. Sobre a desejada igualdade racial, ela passava necessariamente pela adequação dos negros aos padrões estabelecidos pelos brancos.

os abolicionistas corajosamente se levantaram por nós e por meio deles as coisas mudaram muito para melhor. Agora, podemos nos sentar em qualquer parte dos muitos locais de culto e até mesmo sermos convidados para os bancos de respeitáveis famílias brancas. Muitos meios públicos agora não fazem distinção entre branco e preto. Começamos a sentir que estamos realmente no mesmo nível que nossos concidadãos. Eles veem que podemos e nos conduzimos com propriedade e agora eles estão nos admitindo, em muitos casos, na mesma posição que a deles.²⁰²

Também merece destaque nesse período a única autobiografia escrita por uma pessoa escravizada em território latino-americano. O autor foi Juan Francisco Manzano, conhecido como o “poeta-escravo”. O livro recebeu o patrocínio de um grupo de literatos cubanos, que incentivaram o autor a dar detalhes da vida em cativeiro. Escrito originalmente em espanhol, passou por muitas revisões e reedições desses apoiadores. E não teve à época uma publicação em Cuba. O texto foi traduzido para o inglês e divulgado em Londres por membros do movimento abolicionista em 1840. Situação peculiar que, segundo o historiador Alex Castro, teve impactos consideráveis no conteúdo do livro e deve ser considerada com cuidado pelos pesquisadores. Havia claros limites e, no mínimo, constrangimentos pelo fato de o escritor ser ainda escravizado quando escreveu o livro: “é um texto de lacunas gritantes, elipses conspícuas, entrelinhas prolixas. É necessária uma leitura cuidadosa para decifrar seus silêncios”.²⁰³

²⁰¹ LANE, Lunsford. *The Narrative of Lunsford Lane*. Boston: J. G. Torrey, 1842, p. 52.

²⁰² GRANDY, Moses. *Narrative of the Life of Moses Grandy, Late a Slave in the United States of America*. London: Gilpin, 1843, p. 66-67.

²⁰³ CASTRO, Alex. Apresentação. In: MANZANO, Juan Francisco. *A autobiografia do poeta-escravo*. São Paulo: Editora Hedra, p. 16.

Entre 1830 e 1845, sete dos 17 textos autobiográficos de negros publicados no universo anglo-americano foram escritos diretamente pelos próprios protagonistas. Os demais foram escritos por mãos brancas. Em onze dos relatos foram acrescentados prefácios ou anexos de pessoas brancas para apresentar o protagonista e, na maioria dos casos, atestar o caráter dele e a veracidade da história. Um exemplo mais emblemático foi o livro de Peter Wheeler, de 1839. Não só possuía esse tipo de texto introdutório, como listava mais 16 nomes de pessoas que serviam de fiadores do caráter do autor.

Nesse ponto, o livro de Frederick Douglass não foi diferente. Como mencionamos no início do capítulo, a autobiografia dele teve introduções de dois homens brancos. Ambos eram nomes importantes e famosos do movimento abolicionista: William Lloyd Garrison e Wendel Phillips. Como nosso interesse é analisar a construção da personalidade pública de Douglass na narrativa, é preciso considerar que o prefácio foi a primeira parte que o leitor teve acesso. Foram os dois homens que primeiro indicaram para o público as características de Douglass consideradas mais pertinentes, antes mesmo que o próprio sujeito pudesse se apresentar.

Garrison enumerou as qualidades de Douglass. Ele era conhecido “pelos traços virtuosos de seu caráter, pela sempre persistente lembrança daqueles que ainda se encontram acorrentados, como se a eles permanecesse acorrentado”. Na sequência, disse que ele tinha muitos amigos e recebia afeto de todos, especialmente quando descobriam o passado atribulado na escravidão. As características de personalidade apontavam, portanto, para um tipo de comportamento louvável muito por conta do tipo de relações interpessoais que o narrador conseguiu construir na vida.²⁰⁴

Douglass também foi elogiado por ter paixão e habilidades orais, por ser capaz de emocionar os que o ouviam falar das experiências e lutas contra a escravidão. Conseguia sensibilizar até brancos abolicionistas como o próprio Garrison: “Ali tínhamos um homem, em proporção física e estatura, imponente e exato; em intelecto, ricamente abençoado; em eloquência natural, um prodígio; na alma, evidentemente ‘criado apenas um pouco abaixo dos anjos’”. Ele era “capaz das mais elevadas realizações enquanto ser moral e intelectual”. Não se tratava de uma pessoa comum, mas “um distinto membro da sociedade e uma benção para a sua raça”.²⁰⁵

²⁰⁴ GARRISON, William Lloyd. Prefácio. In: DOUGLASS, Frederick. Narrativa de vida de Frederick Douglass e outros textos. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021, p. 27.

²⁰⁵ Ibidem, p. 28.

Na caracterização, havia a intenção clara de contrapor discursos escravistas sobre a inferioridade negra. Garrison enfatizou a humanidade (não era um animal ou objeto), imponência (não era submisso e fraco), inteligência (não era mentalmente limitado) e espiritualidade (no sentido moral e religioso, não estava abaixo de nenhum outro homem). Era, em tudo, o oposto do que defendiam os proprietários sulistas. Ao mesmo tempo que reforçava a igualdade entre brancos e negros, destacava-se por uma condição excepcional dentro da raça dele e de toda a população dos Estados Unidos.

E para que fosse digno de expressar a própria individualidade nas páginas seguintes, antes o leitor precisava ser convencido das capacidades morais e intelectuais do escritor, assim como da veracidade do conteúdo que ele trazia. Não podia ser visto como mentiroso. Mas a palavra dele sozinha não bastava. A própria autoria do texto precisa ser provada pela autoridade branca do movimento abolicionista. E isso foi feito por Garrison em dois momentos.

O Sr. Douglass escolheu, muito apropriadamente, escrever sua narrativa em seu próprio estilo, e da melhor forma que possa, em vez de empregar a ajuda de outra pessoa. É, assim, texto de sua própria lavra.²⁰⁶

Tenho certeza de que esta obra é essencialmente verdadeira em todos os seus pontos, que nada tenha sido posto por malícia, nada exagerado, nada inventado; que, em vez de exagerar um único fato pertinente à escravidão como ela é, é mais branda que a realidade.²⁰⁷

Depois do prefácio, a próxima parte do livro trouxe uma correspondência escrita por Wendell Phillips. No livro, ela cumpriu a função de ser uma carta de recomendação ao leitor. O texto, mais curto, trouxe poucos detalhes sobre a personalidade do autobiógrafo. Em um deles, Phillips disse que Douglass possuía dons raros e era amado por muitos amigos. O que corroborava a caracterização de excepcionalidade. Em outra passagem, descreveu as qualidades do escritor negro e as utilizou para assegurar a credibilidade do conteúdo do livro.

Nos conhecemos há tempo, e sabemos que podemos colocar nossa inteira confiança em sua verdade, candor e sinceridade. Todos aqueles que o ouviram falar sentiram essa veracidade, da mesma maneira que sentirá, acredito, todo aquele que ler o seu livro.²⁰⁸

Além do propósito implícito de registrar memórias e tornar a vida de Douglass mais conhecida publicamente, o livro tem o objetivo de ser uma arma abolicionista para sensibilizar

²⁰⁶ Ibidem, p. 22.

²⁰⁷ Ibidem, p. 23.

²⁰⁸ PHILLIPS, Wendell. In: DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 31.

e atrair mais adeptos à causa. O exemplo de uma vítima da escravidão poderia convencer outras pessoas que viviam longe daquela realidade sobre os malefícios do sistema. Nas palavras de Garrison, o autor do livro foi “persuadido a dedicar seu tempo e talento promovendo o fim da escravidão”.²⁰⁹ De onde se conclui que era uma obra autoral e individual, mas a serviço de um projeto coletivo.

3.2. PERSONALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO “EU” COERENTE

Passemos agora para o texto propriamente escrito por Frederick Douglass, e pelas diferentes formas com que ele mesmo se constitui como sujeito no texto. O conjunto de elementos identitários que reivindicou para si na constituição da personalidade envolveu categorias semelhante às de William Grimes.

Frederick Douglass nasceu em fevereiro de 1818, na costa oriental da baía de Chesapeake, no condado de Talbot, Maryland. Por mais que o próprio tenha estimado o nascimento em 1819, pesquisadores adiantaram em um ano essa data com base em registros de um dos senhores escravistas. Durante 20 anos, viveu como cativo no Sul. O primeiro dos proprietários foi Aaron Anthony. Até os 6 anos de idade viveu sob os cuidados da avó, mas depois disso foi enviado para a fazenda principal de Edward Lloyd, uma espécie de chefe do senhor dele. Aos 8 anos, com a morte de Anthony, foi dado para a filha dele Lucretia Auld e o marido Thomas Auld. Os dois decidiram enviá-lo para Baltimore, capital do estado, para viver com o irmão e a cunhada de Thomas, Hugh e Sophie Auld. Em 1832, aos 14 anos, foi levado de volta para viver no condado de Talbot, onde permaneceu por um ano com Thomas Auld. Em 1833, foi emprestado para Edward Covey, um fazendeiro branco pobre, que tinha a reputação de ser um domador de escravos. O homem usava métodos de violência física e psicológica para subjugar escravizados tidos como rebeldes. Foi lá que Douglass relatou ter experimentado pela primeira vez o trabalho em uma plantação.

Ele voltou a viver em Baltimore mais tarde, de onde conseguiu escapar da escravidão em 1838, com a ajuda de Anna Murray, uma mulher negra livre com quem havia iniciado um relacionamento amoroso. Vestido com um uniforme de marinheiro, ele carregou documentos de identificação obtidos de um negro livre. A fuga envolveu trens e embarcações em uma jornada de quase 24 horas, até chegar na casa do abolicionista negro David Ruggles em Nova

²⁰⁹ GARRISON, 1845, op. cit., p. 20.

York. Murray seguiu o caminho logo depois de Douglass. Eles se casaram logo nas primeiras semanas de vida no Norte. Depois se mudaram para New Bedford, Massachusetts, então um centro conhecido do abolicionismo, onde viviam muitos ex-escravizados.

O caminho para uma posição de maior liderança e engajamento coletivo começou no meio religioso. Ele se tornou membro da *African Methodist Episcopal Zion Church*, uma denominação cristã negra independente e assumiu a função de pregador licenciado em 1839. Lá, continuou a desenvolver habilidades de oratória que havia mostrado entre a comunidade escravizada no Sul. Participou de outras organizações coletivas na cidade, entre elas reuniões abolicionistas. Foi nesse período que participou de eventos em que William Lloyd Garrison estava à frente. Em um deles, foi convidado a contar para o público sobre a vida na escravidão. O sucesso daquela experiência o introduziu no circuito de palestras antiescravistas. Poucos dias depois, participou da convenção anual da *Massachusetts Anti-Slavery Society*, realizada na cidade de Nantucket. Em 1841, se mudou para Lynn, no mesmo estado. Cidade que serviu de base para as viagens pelo Norte na função de agente abolicionista.²¹⁰

A autobiografia de 1845 foi a primeira grande obra intelectual de Douglass e se tornou o cartão de visitas dele na esfera pública. Como primeiro elemento identitário, consideremos o nome do autor, que passou por mudanças ao longo do tempo. O processo de escolha só foi mencionado com mais detalhes nas últimas páginas do livro. O que não era aleatório. Falava, então, da conquista da liberdade e de como a mudança do nome era um marco da nova condição. Nascido na escravidão, foi batizado como Frederick Augustus Washington Bailey pela mãe. Mas ainda em Maryland, decidiu não usar os dois nomes do meio. Para dificultar a identificação dos perseguidores, adotou provisoriamente Stanley durante a fuga. Quando chegou em Nova York, considerou usar Frederick Johnson, mas percebendo que o sobrenome era muito popular na região, preferiu algo mais original. Delegou a decisão para o Sr. Johnson, um homem negro abolicionista que o acolheu em New Bedford, Massachusetts. Douglass era o sobrenome do personagem de um poema sobre um rei da Escócia.

O processo levanta algumas questões. Ao contrário de William Grimes, Frederick Douglass não quis manter a forma original do nome quando conquistou a liberdade. Foi necessário fazer uma alteração para simbolizar a ruptura com a vida na escravidão, o renascimento como homem livre. Mas em vez de algo completamente novo, decidiu-se por uma forma híbrida. Manteve o primeiro nome, escolha da mãe, nas palavras dele “para preservar

²¹⁰ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 12.

meu sentido de identidade”.²¹¹ Não quis abandonar completamente as origens e a memória familiar. Sentiria uma estranheza, não seria ele de verdade, se apagasse completamente o passado. “Frederick” era um símbolo que carregava lembranças boas e ruins, todas essenciais no desenvolvimento dele como indivíduo. A “identidade” que projetava para si não negava a experiência escravista, mas a ressignificava.

A escolha do sobrenome aconteceu de forma externa ao indivíduo. Mas dessa vez foi feita a partir de uma permissão dele. Foi expressa como um “privilégio” que concedeu a alguém de muita confiança, não uma imposição. Uma atitude de força simbólica: ele manteve a autonomia e o poder sobre si, ao mesmo tempo que reforçou os laços com outros negros livres por meio de uma relação mais profunda de confiança e solidariedade.

O processo de escolha do nome serve como ponto de partida para análise das identidades familiares. A partir da herança genética e das relações na infância, algo influenciou diretamente a personalidade de Douglass? Sobre o lado paterno, ele é bem direto na hostilidade e distanciamento. Tinha certeza de que o pai era um homem branco escravista. Desconfiava que fosse o primeiro senhor dele, Aaron Anthony. Ao contrário do que vimos na autobiografia de Grimes, não há nenhum afeto ou ligação com o pai. Ele era um estuproador e, como resultado do ato criminoso, tivera não um filho, mas um objeto para exploração econômica.

O murmúrio de que meu senhor era meu pai pode ou não ser verdade, e verdade ou mentira, teve pouca consequência para mim, já que (fato odioso que ainda é praticado) os escravistas estabeleceram por lei que as crianças de mulheres escravas devem em todo os casos seguir na condição de suas mães. Isso se fez obviamente para atender a sua luxúria e gratificar seus desejos perversos com o lucro para além do prazer, pois através desse arranjo o senhor e, em muitos casos, mestre e pai de seus escravos.²¹²

Sobre a mãe, Douglass tinha mais informações para transmitir. Conhecia o nome dela, Harriet Bailey, e dos avós maternos. Falou de um maior estranhamento, quase indiferença, em relação à progenitora na época em que conviviam. Descreveu esse sentimento como prova dos impactos nocivos que a escravidão tinha sobre os laços familiares. “Sem nunca ter desfrutado (por qualquer extensão de tempo considerável) de sua presença tranquila, seu cuidado terno e vigilante, recebi a notícia de sua morte como provavelmente teria recebido a da morte de um estranho”.²¹³ Demonstrou tristeza e frustração por não ter aproveitado melhor a companhia dela.

²¹¹ DOUGLASS, Frederick. A Narrativa de Vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Tradução e publicação: Leonardo Pogliá Vidal. South Carolina: Createspace Independent Publishing Platform, 2012, p. 159.

²¹² Ibidem, p. 39.

²¹³ Ibidem.

E reconheceu o esforço da mãe para se encontrar com ele algumas noites, mesmo depois de um longo e extenuante dia de trabalho em uma propriedade vizinha.

Não lembro de ter visto minha mãe à luz do dia. Ela ficava comigo a noite. Ela deitava comigo e me fazia dormir, mas muito antes que eu acordasse ela tinha partido. Muito pouco se passava entre nós. A morte logo acabou com o pouco que tínhamos, com suas provações e seu sofrimento.²¹⁴

A vó materna recebeu as maiores demonstrações de afeto. Douglass passou mais tempo com ela na infância e a viu como uma referência de cuidado. Por isso mesmo, parecia sentir mais tristeza por saber que ela foi descartada pelos senhores ao ficar idosa e ser vista como inútil. Tratamento que mostrava a “vileza da ingratidão”. Os proprietários a deixaram em uma pequena cabana na floresta “na completa solidão”, “abandonando-a para morrer sozinha”.²¹⁵

O ponto de comparação aqui com a história de William Grimes é que, enquanto este insere um poema em homenagem ao avô paterno branco na autobiografia, Douglass escolheu reproduzir um poema em homenagem à avó negra. A obra escolhida foi a do abolicionista branco John Greenleaf Whittier. Os versos falam das dores da escravidão e da separação das famílias. O título é “O adeus de uma mãe escrava da Virgínia às filhas, vendidas como escravas no Sul”. Douglass falou da conexão sentimental que tinha com a avó negra partir de uma base política antiescravista, e apresentou o Sul como lugar de desespero e sofrimento. Em Grimes, não houve conexão e relação próxima com o avô branco, apenas um sentimento de orgulho pela memória de bondade e a notoriedade pública que o idoso alcançou. Destacavam-se a busca pelo status e pela importância social que aquela relação familiar poderia conferir.

Quando falou dos avós e da mãe, Douglass reforçou a cor da pele dos três: “bem escuras”.²¹⁶ Para ele, não parecia haver elementos que tornassem a vida de um miscigenado muito diferente da de alguém com os dois pais negros. Não foram feitas referências de que um tom mais claro de pele tenha sido benéfico para ele. A visão apresentada ao longo da narrativa foi praticamente binária, por ser mais próxima da realidade que viveu: quem nascia branco, sem nenhuma gota de sangue negro, desfrutava dos privilégios sociais; quem descendia de afro-americanos era relegado a uma condição inferior de escravizado, sem direitos sociais.

Aqui está outro diferencial para Grimes. Essa identidade racializada, como imposta pelo mundo que viveu, não deixava para Douglass margem de negociação. Ter uma pele mais clara

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem, p. 91.

²¹⁶ Ibidem, p. 38.

não ofereceu nenhum tipo de vantagem como as que Grimes descreveu na experiência de vida dele. Nos momentos em que Douglass indicou o caráter miscigenado, a identificação externa foi negativa. Quando uma senhora escravista o acusou de liderar uma conspiração e influenciar outros na mesma situação a seguir o exemplo dele, as palavras foram de ódio. E a cor da pele reforçou a condição inferior de Douglass: “Se não fosse por você, seu diabo mulato de pernas longas, nem Henry nem John teriam pensado em fazer uma coisa dessas”.²¹⁷

Nesse mesmo sentido, quando falou dos demais escravizados com quem se relacionou, sempre se colocou como um igual. A identidade era única, sem elementos que diferenciassem uns dos outros pela gradação da cor da pele ou da etnia. Com frequência, ao falar dos outros negros, agrupou todos pela expressão “minha raça”.²¹⁸

Por outro lado, a cor branca era sempre digna de desconfiança. Era símbolo de exploração, principalmente na sociedade sulista. Em Baltimore, quando viveu na casa da família Auld, Douglass experimentou uma relação de afeto com a senhora do casal. Isso o fez refletir se existiam, então, outras pessoas brancas que não usassem os privilégios sociais da cor para dominação e violência, já que este era o único cenário que experimentara na região rural de Maryland. Sobre a senhora Auld, ele assinala: “foi ali que vi uma coisa que nunca tinha visto antes: um rosto branco resplandecente de ternura e emoção”.²¹⁹ Nesse momento, Douglass também já trabalhava os significados de “branco” e “negro” para indicar a possibilidade de conexão em determinados contextos, como seria o caso do movimento abolicionista no Norte.

E se o autor valorizou as identidades que o ligavam ao povo negro e à família escravizada na narrativa, a cultura da região de nascimento e infância não mereceram apreço. Maryland, seja a parte rural ou urbana, foi majoritariamente descrita como um lugar do qual ele pretendia se afastar ao máximo. O sentimento não era de pertencimento. Logo no início da narrativa, o estado foi citado como local onde a legislação escravista tinha o costume reprovável de separar cedo mães e filhos escravizados.

Quando citou a mudança da parte rural para a maior cidade do estado, Baltimore, a sensação descrita foi de alívio. Não havia raízes locais, nem orgulho pela cidade em que vivia, como Grimes muitas vezes deixou transparecer sobre a Virgínia. Aos oito anos de idade, Douglass deixou a fazenda do coronel Lloyd para ir para Baltimore, onde morava um familiar do então senhor dele. E o sentimento foi de felicidade com a mudança.

²¹⁷ Ibidem, p. 137.

²¹⁸ Ibidem, p. 128.

²¹⁹ Ibidem, p. 71.

Os laços que normalmente amarram as crianças a seus lares não se aplicavam no meu caso. Eu não achei difícil partir – meu lar não tinha nenhum atrativo, não era um lar para mim. Ao deixá-lo, não senti estar deixando nada que pudesse ter desfrutado caso ficasse. Minha mãe estava morta, minha avó vivia longe, de modo que dificilmente a via. Eu tinha duas irmãs e um irmão, que viviam comigo, mas a separação precoce da nossa mãe havia quase apagado nosso parentesco da memória. Eu buscava um lar em lugar diferente.²²⁰

Baltimore representou o lugar de desejo, onde uma nova história e uma nova identidade poderiam ser construídas. Muito disso se deveu à influência das histórias contadas pelo primo dele, chamado de Tom. Nos relatos que ouviu, tudo sobre a região parecia muito melhor do que as condições na região rural de Maryland. E isso o motivou a encontrar um destino melhor: “Parti sem arrependimentos, e com a maior esperança de felicidade futura”.²²¹

A experiência na nova cidade se mostrou decepcionante em certos pontos, já que continuava a viver como cativo, privado de liberdades. Por isso, apesar de o lugar ser descrito como um marco de transformação, foi essencialmente uma passagem, transição e preparação para uma vida melhor. A identidade regional talvez nunca tenha encontrado um referente único satisfatório. Mas o Norte passou a ser o local com que mais se identificou e que podia descrever, pelo menos na narrativa de 1845, como de maior pertencimento e potencial de desenvolvimento pessoal. Se tivesse continuado no condado de Talbot, teria outro destino. “É possível (e até provável) que, se eu não tivesse deixado aquela fazenda para ir à Baltimore, hoje eu não estaria aqui, desfrutando da liberdade e da felicidade do meu lar e escrevendo essa narrativa, mas sim nas garras e correntes da escravidão”.²²²

Em determinado momento, como que previsse a posição de influência internacional que alcançaria depois da publicação do livro, Douglass projetou para si uma identidade geográfica mais ampla do que Talbot, Baltimore ou mesmo o Norte dos Estados Unidos. O lar original dele, e do povo negro por extensão, estava além do Atlântico.

Quanto mais eu lia, mas eu desprezava e detestava meus captores. Não conseguia enxergá-los de outra maneira, eram um bando de ladrões que tinham deixado seus lares e ido para a África, nos roubado de nossos lares e nos reduzido à escravidão em uma terra distante.²²³

²²⁰ Ibidem, p. 69.

²²¹ Ibidem, p. 70.

²²² Ibidem, p. 71.

²²³ Ibidem, p. 83.

Se anteriormente, ele usou a palavra “lar” para dizer que, ao contrário de outras crianças, não tinha nenhum laço com o local de nascimento, agora usou a mesma palavra para se referir ao continente africano. Identidade que unificava todos os afro-americanos por meio de um legado comum. A casa original não era sequer os Estados Unidos, vinha de passado mais remoto, e permitia que se conectasse não só com os negros compatriotas, mas que ampliasse essa ligação com todos aqueles que eram herdeiros da diáspora africana.

O uso que Douglass fez da categoria “lar” era claramente política e simbólica. Baseou-se no entendimento de que a situação presente estava em diálogo com um processo histórico mais longo do tráfico atlântico. Em Maryland, os primeiros indícios dessa travessia forçada remontam ao período colonial. O registro mais antigo da chegada de africanos escravizados é de 1642, quando 13 pessoas foram levadas para a cidade de St. Mary, a primeira capital da colônia. Durante a maior parte do século, a escravidão permaneceu marginal, e servos por contrato (ingleses e irlandeses) foram a principal força de trabalho. Mesmo assim, a elite branca local tratou de garantir que a minoria negra, cerca de 10% da população, ocupasse uma posição social inferior desde o início. Instrumentos legislativos regularam a escravidão e impuseram limites raciais. Entre as décadas de 1660 e 1710, a Assembleia de Maryland criou um conjunto de leis que proibiam o casamento interracial e a miscigenação, e que determinavam que os escravizados e os filhos deles deveriam permanecer nessa condição durante toda a vida. O caso de Douglass, cujo provável pai era um senhor escravista, era um dos muitos indícios de que esses dispositivos não coíbiam a prática do estupro de mulheres escravizadas. Para evitar possíveis punições, os estupradores raramente iriam reconhecer a paternidade dos filhos gerados em condições de violência e ilegalidade.²²⁴

Com o crescimento das *plantations*, centradas majoritariamente no cultivo do tabaco, a importação de escravizados disparou na última década do século. Aproximadamente 100 mil africanos desembarcaram na colônia entre 1697 e 1776. Na primeira metade desse período, um terço da população local veio do continente. Grupo que foi submetido às condições precárias e extenuantes do trabalho forçado: “a taxa de fecundidade da população negra diminuiu e sua taxa de mortalidade aumentou à medida que o regime severo da agricultura do tabaco transformou Maryland em um sepulcro para os negros”.²²⁵ A situação mudou a partir da

²²⁴ JORDAN, Winthrop D. *White over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550-1812*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1968, p. 71-82.

²²⁵ BERLIN, Ira. *A Guide to the History of Slavery in Maryland*. Annapolis: Ed. Maryland State Archives, 2007, p. 5.

segunda metade do século, quando senhores brancos passaram a criar condições para diminuir a mortalidade e favorecer a constituição de famílias entre os escravizados. Os propósitos eram econômicos, não humanitários. Aumentar o número de cativos e melhorar a saúde deles gerava mais lucros.

Em Maryland, o período da Revolução Americana marcou também o declínio da economia do tabaco. O produto era exportado principalmente para o mercado europeu e a guerra tinha provocado a ruptura da maior parte das conexões comerciais internacionais. Plantadores procuraram alternativas como a produção de alimentos, de milho e de grãos. O cultivo do tabaco não cessou completamente, mas diminuiu em importância e ficou restrito a poucos condados no sul do estado. Também passou a ter concorrência de outras áreas agrícolas, principalmente Carolina do Norte, Kentucky e o Tennessee. Elas apresentaram níveis maiores de produtividade com custos menores.²²⁶

Ao mesmo tempo, o novo país que surgia começava a refletir sobre o futuro da escravidão. O Norte discutia a emancipação e criava uma pressão extra sobre a instituição em Maryland, que estava numa posição geográfica tensa: era o último estado sulista antes da linha Mason-Dixon. A Pensilvânia, vizinha mais próxima, havia aprovado a abolição gradual em 1780. A legislatura estadual de Maryland chegou a colocar o assunto em pauta nas décadas de 1780 e 1790, mas os interesses dos proprietários se mostraram mais fortes naquele momento e a instituição foi mantida no território.

Na prática, porém, a vida do escravizados sofreu com os impactos dos novos tempos. Conforme a agricultura local mudava, a necessidade de mão de obra diminuía e muitos proprietários optaram por vender os escravizados para outras regiões. Esse processo se tornou mais intenso depois da Guerra de 1812 contra os britânicos. As migrações forçadas tinham como destino especialmente o *Deep South*, onde o cultivo do algodão crescia como principal gênero de exportação do país. Assim como aumentava a demanda por mão de obra e os preços dos escravizados. Em alguns casos, senhores brancos também decidiam se mudar para região, em busca de novos negócios, e levavam com eles os escravizados. Em outros casos, eram os próprios cativos que escapavam das plantações do estado, seja migrando para o Norte ou para o lado britânico durante a guerra.

Foi nessa Maryland que Frederick Douglass nasceu em 1818. E onde testemunhou a separação de famílias e as vendas constantes de escravizados para outros proprietários, cidades

²²⁶ KULIKOFF, Allan. Tobacco and Slaves. The development of southern cultures in the Chesapeake, 1680-1800. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1986, p. 158.

ou estados mais ao Sul. Ele mesmo viveu experiências semelhantes, ao passar a infância longe da mãe e dos irmãos. E foi forçado a se deslocar com frequência entre novas propriedades e novos senhores. É, portanto, a região rural do estado, de raízes escravistas e de crescentes incertezas econômicas, que ele identifica como uma terra hostil e da qual quer distância.

Em Baltimore, que se desenvolvia como importante cidade portuária e industrial do país, Douglass vislumbrou alguma esperança de sentir-se mais livre. A possibilidade de deixar o trabalho no campo e assumir tarefas urbanas pareceu ser um cenário mais favorável. Lá, poderia ser alocado, como outros afro-americanos livres ou escravizados, para executar atividades em ambientes domésticos, nos armazéns e cais da cidade, nas lojas de velas, cordas e barris, ou na construção de navios no estaleiro. No início do século 19, Baltimore tinha um mercado movimentado de produtos locais como trigo, farinha e tabaco. Também era ponto estratégico das relações comerciais entre o Sul e o Norte, assim como um centro de indústrias navais. Um dos principais exemplos era a *Union Manufacturing Company*, empresa têxtil criada em 1808 para a fabricação de velas de navio, a partir de um tipo de algodão mais pesado.²²⁷

Ao contrário do que aconteceu na parte rural de Maryland, a escravidão nunca foi predominante como força de trabalho em Baltimore. Imigrantes brancos da Pensilvânia, assim como de países europeus, constituíam a maior parte dos empregados. Entre a década de 1790 e a de 1830, o número de escravizados quase quadruplicou na cidade. Mas mesmo esse crescimento percentual não representava uma grande mudança em termos demográficos. No fim desse período, de uma população total de 70.620, cerca de 4.120 eram escravizados, outros 14.790 eram negros livres e mais de 51 mil eram brancos.²²⁸

O sistema escravista jamais poderia ser o centro da existência social de Baltimore. Pela natureza da atividade econômica da cidade, o mercado de trabalho era altamente sazonal e em grande parte casual. Os vários serviços ligados ao comércio – os de marinheiros, estivadores, carroceiros e carregadores, etc. – obviamente dependiam muito do ritmo do comércio, mas também da sorte do tempo, pelo menos em algumas de suas operações. O cultivo de ostras e o processamento de frutos do mar, frutas e legumes geravam demandas de mão de obra altamente irregulares.²²⁹

Ainda assim, um escravizado em um centro urbano continuava a ser um escravizado. Precisava lidar com a exploração do trabalho, o controle autoritário de uma força externa sobre

²²⁷ FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground. Maryland during the Nineteenth Century*. New Haven and London: Yale University Press, 1984.

²²⁸ *Ibidem*, p. 62.

²²⁹ *Ibidem*, p. 48.

o próprio corpo e as consequências psicológicas de viver como um sujeito inferior aos demais compatriotas. Mesmo que existissem lugares piores para viver como cativo no Sul do país, a escravidão incluía um conjunto de opressões que iam além de cargas exaustivas de trabalho nas plantações.

a escravidão em Maryland e Virgínia não parece ter sido um sistema tão brutal como existia nas áreas de cultivo de arroz da Carolina do Sul ou nas plantações de algodão e açúcar em desenvolvimento no *Deep South*. Relatos contemporâneos parecem indicar que os escravos de Chesapeake eram submetidos a tipos de trabalho menos debilitantes, mais bem alimentados, mais bem vestidos e geralmente mais bem tratados do que os mais ao sul. Essas condições relativamente melhores, entretanto, não geraram docilidade ou aceitação do sistema.²³⁰

O líder abolicionista William Lloyd Garrison corroborou esse raciocínio no prefácio da autobiografia. As condições podiam ser piores em outros lugares, mas ainda assim eram aflitivas e pesadas para qualquer pessoa.

A experiência de Frederick Douglass, enquanto escravo, não foi extrema; seu caso pode ser entendido como uma experiência comum do tratamento dispensado aos escravos em Maryland, estado em que são mais bem alimentados que na Geórgia, Alabama ou Louisiana. Muitos sofreram incomparavelmente mais, enquanto muitos poucos nas plantações sofreram menos do que ele. Ainda assim, quão deplorável era a sua situação. Que castigos horríveis foram infligidos em seu corpo! Que atrocidades ainda mais chocantes cometidas com sua mente!²³¹

Mesmo quando alcançada a liberdade no Norte, as dificuldades de integração e a segregação racial tornavam difíceis pensar em um lar, em um pertencimento mais confortável dentro de uma comunidade. Nesse sentido, Douglass tratou os conceitos identitários de escravizado ou livre eram complexos e insatisfatórios. Ele expressou incômodos com o significado relativo de liberdade para os afro-americanos nos Estados Unidos. Em alguns trechos, elogiou o Norte por ter qualidades superiores ao Sul. Em outros, assinalou a região como lugar de hostilidade e racismo contra a população negra. Essa foi uma das razões que o levaram a ver o almejado “lar” em um plano mais transcendental, em região e tempo histórico que estavam além do presente e do território norte-americano. “Lar” era mais do que um lugar físico para viver. Era uma conexão afetiva e política que se estabelecia com outras pessoas com experiências e propósitos semelhantes.

²³⁰ CASSELL, Frank A. Slaves of the Chesapeake Bay Area and the War of 1812. *The Journal of Negro History*, vol. 57, no. 2, 1972, p. 145.

²³¹ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 23.

Logo ao chegar no Norte, ainda sem amigos e pessoas em quem pudesse confiar, sentiu-se como um apátrida. O Sul definitivamente não era a casa que desejava para si. Mas o Norte não cumpriu as expectativas de ser o lugar idealizado quando ainda planejava a fuga. Um conjunto de contradições marcou o início dessa experiência. Ele relatou que estava “em meio à multidão, mas passando fome; com muitas casas à volta, mas sem ter um lar. Em torno de seres humanos, mas se sentindo em meio a animais selvagens”.²³²

Pelo condicionamento das estruturas históricas, o fugitivo da escravidão transitou entre dois tipos de identidade frágeis e incertas. Não vivia mais sob a exploração e os atos violentos dos senhores escravistas. Mas não se sentia plenamente livre, seja porque realmente não havia alcançado esse status legalmente, ou porque também não conseguia encontrar acolhimento na nova terra. Entendeu que podia a qualquer momento ser capturado e voltar à condição anterior. Não havia em quem confiar. “Via em cada homem branco um inimigo, e em quase todos os negros, um motivo para a desconfiança”.²³³

Viver entre desconhecidos era arriscado. A atuação dos escravistas e sequestradores no Norte era assegurada pela Lei do Escravo Fugitivo de 1793. Todo esse cenário foi emblemático para perceber que negros como ele não estavam incluídos em termos iguais na tão alardeada identidade nacional estado-unidense relacionada à liberdade e à cidadania ampla.

É preciso ser um escravo fugitivo em uma terra estranha – uma terra que os escravistas usam como campo de caça – habitada por sequestradores legalizados – onde se está a cada momento sujeito a ser capturado por seus compatriotas, da mesma forma com que um crocodilo captura sua presa!²³⁴

Essas passagens assinalaram a compreensão de Douglass acerca da identidade escravizada como algo relacionado à vivência social e histórica, não como condição imutável. Ele falou da vida no cativeiro frequentemente como “minha experiência como escravo”. Tratava-se de algo fortemente estruturado, mas não natural e, portanto, passível de mudança. Esse entendimento foi reforçado quando ele abordou um outro componente da personalidade, a identidade masculina. Ela representou tanto uma expressão do papel “normal” que era esperado para um homem da época, quanto era um símbolo poderoso de humanização. E como Douglass a mostrou como algo que se podia ganhar ou perder, enfatizou o caráter transitório e social dessa identidade.²³⁵

²³² Ibidem, p. 156.

²³³ Ibidem, p. 155.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem, p. 147.

O grande episódio de demonstração de masculinidade, que era até então reprimida por força da escravidão, aconteceu no período vivido com o domador Edward Covey. Homem branco pobre, que não tinha propriedade, apenas alugava uma fazenda, e ganhava dinheiro subjugando e “domesticando” os escravizados tidos como rebeldes, além de explorar a mão de obra deles na plantação que administrava. A experiência de viver sob o comando desse homem teve impactos profundos em Douglass. Segundo o relato do próprio, foi a primeira vez que trabalhou como escravizado numa plantação. As outras atividades que executou na fazenda quando era criança não incluíam o trabalho pesado de preparação, cultivo e colheita na terra.

Na narrativa desse período, Douglass disse que já não conseguia mais se imaginar como escravizado. A liberdade era uma meta constante. Mas morar na propriedade de Covey representou um retrocesso, sentiu como se os pensamentos voltassem a ser de uma pessoa submissa. Para ele, “ser escravo” era uma condição que aprisionava a mente do indivíduo. Portanto, qualquer passo em direção à liberdade deveria primeiro envolver uma transformação interna. Deixar de pensar como um escravizado já representava uma mudança em potencial.²³⁶

Masculinidade e violência vão ser elementos de catarse. Serão essenciais para a humanização de Douglass, para a superação dos estados de coisificação e animalização impostos pelos opressores. Tudo começou no episódio de luta contra Covey em agosto de 1833, um dia que o ex-escravizado relatou como sendo de calor insuportável. Douglass trabalhava com outros escravizados no cultivo do trigo. A função dele era carregar o produto até um saco. A atividade mostrou-se muito pesada. Durante a tarde, teve dor de cabeça e sentiu uma fraqueza grande. Caiu no chão, como se tivesse desmaiado. E o cultivo de todos foi interrompido por isso. O domador Covey tratou a situação com violência extrema: agrediu Douglass com chutes na costela e depois com pancadas na cabeça até ele sangrar. Douglass fugiu da plantação e reclamou de Covey para o seu senhor, Thomas Auld. Mesmo apresentando-se coberto de sangue da cabeça aos pés, não conseguiu o mínimo de empatia. Thomas ficou ao lado do domador e ridicularizou as reclamações de Douglass.

Ao voltar para a plantação, Covey tentou pegar Douglass desprevenido e o amarrou com uma corda. Mas o escravizado conseguiu evitar a armadilha. Reagiu e agarrou o inimigo pela garganta, que não esperava aquela reação. Um outro funcionário, chamado Hughes, e provavelmente branco, atendeu ao pedido de ajuda de Covey, mas também foi repellido por Douglass. Um homem chamado Bill, um negro escravizado, se recusou a ajudar Covey na luta.

²³⁶ Ibidem, p. 111.

Douglass disse ter resistido por quase duas horas. O adversário se deu por vencido e desistiu. Momento em que Douglass vangloriou-se por quase não ter sido machucado e por ter vencido a luta. Nos seis meses seguintes, o escravista não tocou mais em Douglass.

Essa briga com o Sr. Covey foi o ponto de virada de minha carreira como escravo. Ela reavivou as brasas mortíferas da liberdade, e fez com que me sentisse novamente vivo e viril. Me lembrou da minha autoconfiança e de novo me inspirou a determinação de ser livre.²³⁷

Sendo uma “carreira” e não uma essência, a escravidão podia ser enfrentada com virilidade e determinação.

Interessante que Douglass, por mais cristão que procure indicar, não teve um momento emblemático na narrativa para descrever uma conversão religiosa. Possivelmente porque essa fé foi construída desde muito cedo por influência do meio em que viveu, num momento de maior alcance da ideologia cristã, ampliada pelos avivamentos evangélicos. Mas o fato é que, na ausência desse momento, a luta física e a derrota do opressor parecem ocupar o lugar de uma conversão religiosa no que diz respeito à transformação profunda do ser. Douglass inclusive usou metáforas cristãs para falar desse marco: “era uma ressurreição gloriosa, da tumba da escravidão para o paraíso da liberdade. Meu espírito, há muito esmagado, se ergueu novamente, a minha covardia partiu, e uma coragem desafiadora tomou seu lugar”.²³⁸

Outro exemplo de exaltação da própria força física apareceu no relato dos conflitos com os aprendizes de carpintaria brancos em Baltimore, quando Douglass ganhou permissão do senhor para trabalhar em outros lugares. Em dado momento, a harmonia entre carpinteiros brancos e negros é rompida. E Douglass estava no centro do conflito. Neste episódio, ele fez questão de reforçar que os algozes só conseguiram agredi-lo fisicamente porque se juntaram em grupo. Não fosse por isso, “podia acabar com todos eles, um por um”. Sentia-se capaz de bater em qualquer pessoa. Isso deve ser levado em conta na construção da imagem do líder que pretendia ser, pois devia qualificar-se também como fisicamente forte para ganhar respeito.²³⁹

E quando tratamos de ritos de passagens, de momentos catárticos que fornecem novas compreensões sobre a realidade, é preciso falar de um dos elementos mais marcantes que formavam a personalidade de Douglass: a intelectualidade dele, a capacidade de acumular um conjunto de conhecimentos que o elevavam a uma posição diferenciada em relação a outros

²³⁷ Ibidem, p. 118.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem, p. 142.

sujeitos mais ignorantes. O caráter excepcional começou a ficar mais evidente na época em que morou na cidade de Baltimore. Diante do processo de alfabetização e das leituras que teve acesso, passou a ter uma consciência de escravidão e de liberdade que outros escravizados não possuíam. Algo que lhe proporcionou um misto de benção e maldição. “Eu sofri mais de ansiedade do que meus irmãos escravos. Eu sabia o que era ser tratado com bondade, eles não sabiam nada disso. Não haviam visto nada do mundo, eram verdadeiramente homens e mulheres infortunados, íntimos do pesar”.²⁴⁰

Mais à frente, quando articulou a fuga para o Norte, colocou-se como líder dessa empreitada ao estimular outros escravizados como ele. E falou das dificuldades e temores que envolviam o plano coletivo com uma citação de Shakespeare: “Preferível suportar os males que sofríamos, do que partir de encontro a outros, dos quais não sabíamos nada”. Não é uma referência aleatória. Citar Shakespeare mostrava a busca dele por virar uma referência intelectual mesmo entre os brancos, de mostrar conhecimento e erudição baseado em um ícone da cultura ocidental. Também era um símbolo de contestação geral sobre as acusações de que os negros seriam inferiores em termos cognitivos. Conhecer e saber citar o escritor inglês davam-lhe um status intelectual diferenciado.²⁴¹

Um novo exemplo semelhante aconteceu logo na sequência, quando falou do grupo que liderava: “Em nossa determinação de escapar, fomos ainda mais incisivos do que Patrick Henry, quando este se resolveu pela liberdade ou morte”. O nome citado é de um político, que foi governador da Virgínia, e um dos chamados *founding fathers*, líderes da Revolução Americana. Para Douglass, a busca dos escravizados pela liberdade é tida como mais corajosa e determinada do que aquela demonstrada por um dos ícones da independência norte-americana.²⁴²

Vivendo entre cidadãos do Norte, Douglass compartilhou com eles alguns valores ideológicos e teve consciência de que evidenciá-los na narrativa era estratégia importante para ampliar redes de apoio. Além das menções intelectuais acima, outros dois grupos identitários vão ser enquadrados nesses objetivos: o da moral cristã, o da ideologia da temperança e o da ética do trabalho livre.

Em um primeiro momento, procurou separar comportamentos e valores do Norte e do Sul, evidenciar que a sociedade escravista corrompeu moralmente os homens. Ele assumiu ter tido comportamentos que seriam condenáveis pela ideologia cristã. Mas os pecados de

²⁴⁰ Ibidem, p. 89.

²⁴¹ Ibidem, p.131-132.

²⁴² Ibidem.

Douglass não eram sinais de contradição interna. Foram apresentados como atos legítimos em uma realidade de exceção. Um exemplo emblemático foi o de quando era um garoto. Relatou ter passado fome e frio com frequência. Então, “nas piores noites, costumava roubar um saco que era usado para levar milho para o moinho, entrar dentro dele e ali dormir”.²⁴³ Um estado precário e desumanizante, em que crianças eram tratadas e alimentadas como se fossem porcos. Justificativa suficiente para o roubo, já que pela visão de Douglass, o maior pecado estava do outro lado. Era o senhor branco que errava diante de Deus por privar outros seres humanos de necessidades básicas de sobrevivência.

Ao falar da relação com o senhor Thomas Auld, ressaltou a maldade e a insensibilidade dele e da mulher. Comida era sempre insuficiente e os escravizados eram obrigados a tomar atitudes drásticas. “Fazíamos isso mendigando e roubando, o que viesse mais facilmente na hora da necessidade, pois um era considerado tão legítimo como o outro”. Não há nenhum sinal de arrependimento. E se algum leitor achou tais comportamentos condenáveis pelos princípios cristãos, Douglass reforçou na sequência que enquanto as “pobres criaturas” morriam de fome, a comida estragava nos depósitos, com o conhecimento da “bondosa senhora”. A ironia reforçou a ideia da religiosidade falsa e hipócrita, pois na mesma casa uns passavam fome, enquanto a “senhora e seu marido se ajoelhavam todas as manhãs e rezavam para que Deus os abençoasse com fartura!”.²⁴⁴

Durante toda a narrativa, Douglass fez questão de diferenciar o que seria a postura correta e esperada de um cristão. E para incluir-se no grupo correto, decidiu reforçar que também não compactuava com outros tipos de religiosidades e superstições. Isso foi demonstrado ao lembrar uma das agressões sofridas para o “domador” Covey. Em certo momento, quando fugiu da plantação, Douglass recebeu conselhos de outro escravizado, Sandy Jenkins. Este o orientou a prender uma raiz de planta na roupa, pois os supostos poderes sobrenaturais dela evitariam que fosse açoitado. Douglass disse ter duvidado do conselho, mas para agradar ao companheiro, colocou a raiz na roupa. Os acontecimentos posteriores serviram para endossar que tal recurso místico não teve efeito. E o narrador argumentou que era um tipo de crença relacionada à falta de conhecimento.

Costumávamos, com frequência, falar da luta que travei com Covey, e sempre que falávamos sobre isso ele atribuiria meu sucesso como o resultado da raiz que tinha me dado. Essa superstição é muito comum entre os escravos mais

²⁴³ Ibidem, p. 68.

²⁴⁴ Ibidem, p. 96.

ignorantes. É difícil que um escravo morra sem sua morte ser atribuída a alguma feitiçaria.²⁴⁵

A outra forma de opor Sul e Norte pelos valores ideológicos foi por meio do significado do trabalho. Enquanto na sociedade sulista predominava a ideia de exploração da mão de obra escravista, no Norte predominava o trabalho livre, com crescimento cada vez maior do tipo assalariado. Douglass entendeu que uma consciência mais aberta para os valores do trabalho tido como digno poderia ser alcançada ainda na escravidão. Ele relembrou um hábito comum que acontecia nos dias entre o Natal e o Ano Novo, período considerado um feriado estendido. A maior parte dos escravizados só era obrigada a executar funções básicas de cuidado dos animais. No geral, tinham seis dias de maior “liberdade”, nas palavras do próprio. Douglass contrastou aqueles que aproveitavam o feriado para atividades só de entretenimento, com outros que eram “calmos e sóbrios”, por usar esse tempo para trabalhar para si próprios em atividades artesanais ou de caça. E disse que os senhores escravistas usavam estrategicamente esse feriado como forma de controle. Ao permitir tais relaxamentos, conseguiam acalmar os escravizados e evitar rebeliões. Aqueles que decidiam trabalhar nesse período, eram vistos negativamente pelos senhores, porque isso significava que não valorizavam aquele benefício concedido.²⁴⁶

Douglass se identificou com a ideia de que o trabalho elevava o homem, desde que estabelecido em termos de relação contratual, com uma recompensa individual. A escravidão era uma forma de trabalho injusta, porque apenas um lado se beneficiava dela por meio da violência. Outra possibilidade era o escravizado receber permissão para trabalhar para terceiros, desde que parte dos ganhos fossem dados ao senhor. Douglass viveu essa situação com o Sr. Hughes, e foi autorizado a trabalhar em outros lugares, como estaleiros. Foi uma evolução perto do que viveu nas plantações, mas ainda era insatisfatória. Abrir mão de parte do salário para uma outra pessoa era uma violação básica da lógica de assalariamento, trabalho e merecimento.

era obrigado a entregar cada centavo daquele dinheiro para o Sr. Hughes. Por quê? Não porque ele tivesse ganho o dinheiro, não porque ele o merecesse, não porque eu devesse a ele, não porque ele tivesse qualquer sombra de direito. Era simplesmente porque ele tinha o poder de me obrigar a dar-lhe meus ganhos. O mesmo direito que tem o pirata de saquear os mares²⁴⁷

²⁴⁵ Ibidem, p. 126, nota de rodapé.

²⁴⁶ Ibidem, p. 120.

²⁴⁷ Ibidem, p. 146.

É nesse arranjo híbrido, meio escravo, meio livre, que Douglass amadureceu a ética trabalhadora projetada para uma nova vida em liberdade. Conseguiu desenvolver hábitos e ideias de poupança, esforço e responsabilidade.

Era um passo para a liberdade, poder suportar as responsabilidades de um homem livre, e eu estava determinado a dá-lo. Me dobrei para fazer dinheiro. Estava pronto para trabalhar tanto de dia como de noite, com a mais incansável perseverança e engenhosidade. Fazia o suficiente para minhas despesas e conseguia guardar um pouco de dinheiro toda semana.²⁴⁸

Assim, quando finalmente conseguiu escapar para o Norte, dedicou-se a procurar empregos em que os ganhos seriam só dele. E disse que a partir daí trabalhou “com um prazer que jamais tinha experimentado antes”. Em New Bedford, foi empregado no carregamento de óleo para uma embarcação. E nem o fato de a atividade ser fisicamente muito cansativa o desanimou. “Era um trabalho novo, sujo e difícil para mim. Mas me entreguei a ele com o coração contente, o braço firme. Eu era agora meu próprio senhor”.²⁴⁹

No exemplo que trouxe sobre feriados de fim de ano, o narrador tratou trabalho e sobriedade como referentes positivos, sendo o tempo improdutivo e o álcool referentes negativos. Debates sobre consumo de bebidas alcoólicas e os males sociais derivados dele eram intensos no período em que Douglass escreveu a autobiografia. Dessa forma, ele indicou no texto que compartilhava de muitos dos princípios relacionados à temperança, ideal que alimentou um movimento de massa a partir dos anos 1820 e 1830. Ao contrário do Norte, o Sul era o lugar onde predominavam os vícios e as imoralidades. Lá, os escravistas tinham valores invertidos, principalmente quando se tratava da forma como estimulavam os escravizados a se embriagar: “...era visto como uma desgraça não ficar bêbado no Natal, e como um preguiçoso aquele que, durante o ano, não tivesse conseguido os meios para comprar whisky suficiente para durar o feriado inteiro”.²⁵⁰

Um exemplo específico era o do escravista Hugh e a mulher, que pelo peso do pecado, da escravidão e do álcool teriam sofrido um grande retrocesso moral: “A influência do conhaque sobre ele e a da escravidão sobre ela causaram uma desastrosa mudança no caráter de ambos”.²⁵¹

Quando descreveu outro escravista, o senhor Andrew, disse que todos os escravizados tinham medo de serem enviados como propriedade dele no momento do inventário. O motivo

²⁴⁸ Ibidem, p. 151.

²⁴⁹ Ibidem, p. 163.

²⁵⁰ Ibidem, p. 120.

²⁵¹ Ibidem, p. 93.

alegado foi principalmente moral. O escravista tinha um comportamento errante: “um bêbado contumaz que já havia perdido uma grande parte das propriedades de seu pai com sua administração imprudente e pródiga devassidão”.²⁵² Na sequência disse que os escravizados preferiam ir para Geórgia do que ficar com ele. Ou seja, era melhor ir para as terras ao Sul, onde o trabalho nas plantações era mais difícil e pesado.

Apesar de possuírem diferenças específicas, as últimas cinco dimensões que formam a personalidade de Douglass estão conectadas a um padrão mais amplo de valores hegemônicos no Norte dos EUA. Masculinidade, intelectualidade, cristianismo, trabalho livre e temperança eram categorias com significados específicos para uma classe média urbana em desenvolvimento na primeira metade do século 19.

A historiadora Holly Berkley Fletcher estuda as conexões entre esses elementos a partir do movimento da temperança. A ideia de que o álcool pudesse ser um grande problema no país vinha ganhando força desde as últimas décadas do século 18. Mas com a formação da *American Temperance Society* em 1826, surgiu um movimento de reforma mais organizado e com maior alcance. Agentes pagos davam palestras itinerantes, era distribuída literatura sobre os valores do grupo e foram fundadas diversas associações regionais. Em uma década, a ATS contava com cinco mil sociedades estaduais e mais de um milhão de membros. A maior parte dos membros da associação era branca, masculina e cristã. E tinha como mensagem geral a conquista, a autoridade e o controle.

Quando os historiadores consideraram o movimento de temperança *antebellum*, eles frequentemente descreveram um ícone da própria América *antebellum*, o *self-made man*. Ele era branco, com mobilidade ascendente e individualista. Durante o dia, ele competia em uma economia de mercado para progredir e, à noite, voltava para casa, um oásis doméstico feminino da briga capitalista. Um estilo de vida de abstinência total era uma escolha natural para um homem assim. O movimento de temperança fez do álcool uma fonte facilmente identificável de fracasso, o que acalmou a ansiedade em torno da fortuna pessoal de um homem e aliviou sua consciência em relação àqueles que não desfrutavam de seu próprio sucesso. Podia assegurar-se de que não cairia na pobreza se simplesmente se abstivesse e que aqueles que escorregaram deviam ter feito o contrário.²⁵³

A sobriedade estava entrelaçada ao conceito de *self-made man* por representar a imagem do homem que era mestre de si e dos outros. Que não deixava se levar por fraquezas externas

²⁵² Ibidem, p. 88.

²⁵³ FLETCHER, Berkley Holly. *Gender and the American temperance movement of the nineteenth century*. New York: Rotledge, 2008, p. 7.

como o vício em bebidas ou jogos de azar. A identidade masculina de classe média valorizava as ideias de autonomia e individualidade, em contraste com a dependência das mulheres e dos escravizados negros. O homem idealizado tinha autoridade sobre os dependentes e capacidade de competir com os demais homens. Em uma época marcada por guerras, conflitos internos e violências cotidianas na sociedade norte-americana, força física e virilidade completavam as características necessárias para ser enquadrado dentro de uma masculinidade positiva.

E no terreno das disputas e conflitos, destacava-se a competitividade e a busca pelo sucesso nos negócios. Se o movimento da temperança tinha como base espiritual os princípios cristãos trazidos pelo *Second Great Awakening*, também tinha raízes econômicas. Os Estados Unidos experimentavam o crescimento do mercado, da industrialização e das formas assalariadas de trabalho na região Norte.

No início, a indústria americana floresceu mais no sul da Nova Inglaterra, aproveitando a abundante energia hidráulica da região. O uso de energia a vapor em vez de água prometia à indústria mais flexibilidade para se localizar perto de clientes ou fornecedores; também evitava interrupções de congelamento de inverno ou secas de verão. À medida que mais aplicações para a energia do vapor se desenvolveram nas décadas de 1830 e 40, o centro geográfico da industrialização mudou para a Pensilvânia. Os europeus, com pouca madeira, aprenderam que o carvão podia gerar uma quantidade maior de vapor do que a madeira. A Pensilvânia possuía abundantes depósitos de carvão e ferro que podiam ser explorados com a ajuda da perícia britânica (valiosa novamente, como já havia provado ao criar a indústria têxtil americana).²⁵⁴

A intensificação das economias de mercado vinha acontecendo desde o fim do século passado, e estava relacionada com o crescimento da população, a elaboração de redes de transporte, a produção de novas mercadorias, as mudanças nos hábitos de consumo e os desenvolvimentos tecnológicos. Também contribuía para o processo a disponibilidade mais fácil de crédito e o aumento da impressão de papel-moeda pelos bancos estaduais.

Essas mudanças socioeconômicas acompanhavam o aumento da classe média urbana e dos valores com os quais ela se identificava. Mesmo que nos anos 1830 e 1840 a elite econômica e política do país ainda fosse dominada por mercadores e grandes proprietários de terras, novos atores conquistavam espaço, com destaque para os lojistas, pequenos fabricantes e agricultores comerciais. Eles compartilhavam perspectivas para o país que os diferenciavam da classe alta. Defendiam melhorias nas redes internas de transporte e de comunicação, exigiam proteção

²⁵⁴ HOWE, Daniel Walker. *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. Oxford University Press, USA, 2007, p. 535.

tarifária contra a importação de bens e matérias-primas estrangeiras, preferiam apoiar políticas de terras públicas voltadas para os assentamentos em vez de especulação e queriam acesso mais fácil ao capital e ao crédito.

Num período em que proliferavam diferentes tipos de associação coletiva, os espaços preferidos desses grupos eram aqueles ligados à religião. As igrejas cristãs começaram a receber cada vez mais os pequenos fabricantes e comerciantes, mestres artesãos e outros profissionais liberais. O avivalismo religioso fornecia uma série de princípios compatíveis com os protagonistas dessa ordem econômica emergente. Não era uma exclusividade desse grupo, mas foi ele quem liderou essas mudanças de ordem espiritual na sociedade norte-americana.

E quando se falava de economia e das condições de produção, crescia a defesa de um ideal do trabalho livre, tido como completamente oposto à escravidão, um sistema social degradante. Para a classe média nortista, esse posicionamento servia como reforço positivo dos valores de grupo e projetava um lugar de antagonismo para o Sul, com uma sociedade cada vez mais distinta em valores culturais. A escravidão passava cada vez mais a ser vista como imoral, pecaminosa, oposta aos princípios de liberdade individual e justiça econômica, além de ser apontada como improdutiva. Mas o ideal do trabalho livre, que Douglass não problematizou em 1845, escondia complexidades e contradições para além dessa forma idealizada.

O foco na troca voluntária no mercado obscureceu o processo histórico que exigia que as pessoas procurassem trabalho com outra pessoa em vez de trabalharem para si mesmas: um processo que pode tê-las afastado da terra, reduzido suas perspectivas na loja, diminuído suas habilidades valiosas ou redundantes, limitado suas heranças e, em todos os casos, negado ou adiado substancialmente o acesso a recursos produtivos que lhes permitiriam trabalhar de forma independente. Também obscureceu as vantagens jurídicas e políticas que a maioria dos empregadores retinha e o poder que poderiam exercer no local de trabalho depois que a troca de mercado fosse concluída. Mas durante as primeiras décadas do século XIX, e por um longo tempo depois disso, um número grande de homens, mulheres e crianças que eram supostamente "livres" estavam, no entanto, sujeitos a uma série de coerções, a circunstâncias de servidão e ao alcance penal do estado por violações de contrato.²⁵⁵

Mesmo que as mudanças econômicas, sociais e culturais fossem protagonizadas por homens brancos, isso não impediu que outros grupos sociais se apropriassem das ideias que as envolviam e as ressignificassem conforme os próprios interesses e necessidades. Foi assim que Douglass expressou a própria subjetividade na autobiografia de 1845, dialogando ativamente

²⁵⁵ HAHN, 2017, op. cit., e-book Kindle sem paginação.

com pensamentos e identidades da sociedade em que estava inserido. Havia algo de estratégia retórica para ganhar apoiadores ao abolicionismo, mas em alguns casos também por convicção pessoal, por compartilhar valores.

3.3. RELAÇÕES SOCIAIS: ALIANÇAS CONTRA O MAL

As identidades raciais foram mais bem definidas no relato de Douglass do que na narrativa de William Grimes. Os significados sociais de cada grupo foram mais diretos e objetivos de acordo com a região geopolítica dos Estados Unidos. Isso significa que Douglass construiu imagens claras e mais homogêneas para quatro divisões: no Sul, negros escravizados e brancos escravistas; no Norte, brancos e negros livres. Cada segmento foi caracterizado de uma forma específica e se relacionou com Douglass na autobiografia segundo alguns padrões.

No Sul, os proprietários de escravizados foram tratados como o pior tipo social possível. O narrador ensaiou hierarquizar alguns deles pelo grau de crueldade, mas concluiu que todos eram ruins: “Não existe o bom escravista”.²⁵⁶ Outros brancos sulistas, como os que o não tinham relação direta com a escravidão, receberam tratamento melhor, principalmente nos momentos em que ajudaram Douglass. Os negros escravizados foram citados frequentemente como irmãos. Não houve relatos de rivalidade ou de conflitos significativos com eles. As críticas, quando apareceram, foram suavizadas. Comportamentos ou pensamentos erráticos desse grupo nada mais eram do que consequências lógicas da degradação causada pela vida na escravidão.

Quando falou do Norte, houve um pouco mais de nuances, mas não contradições. Sobre os negros livres, a maior parte envolveu episódios de acolhimento, integração e solidariedade. O comportamento reprovável de um afro-americano foi lembrado como sendo exceção, para mostrar que ele foi condenado por toda a comunidade negra. Brancos racistas ou motivados por um tipo de corporativismo racial foram criticados, assim como alguns abolicionistas que se deixaram levar por vaidades e prejudicaram os negros. Mas, no geral, houve indicativos de relações positivas com outros brancos nortistas, principalmente os antiescravistas.

Analisemos o primeiro grupo mencionado, a população branca que vivia no Sul do país. Daqueles que tinham posições de poder no sistema escravista, basicamente dois receberam destaque: os proprietários de escravos e os feitores. O primeiro senhor mencionado foi o Capitão Anthony. Descrito como alguém insensível para o sofrimento alheio: “Ele era um

²⁵⁶ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 96.

homem cruel, endurecido por uma vida inteira de escravista. Às vezes, ele parecia sentir bastante prazer ao açoitar um escravo”.²⁵⁷

Um dos pontos mais criticados nos escravistas foi a hipocrisia religiosa. Sobre o domador Covey, disse: “enganava a si próprio, de forma a acreditar que era um adorador devoto e crente no mais alto Deus: e isso numa época em que se pode dizer que ele compeliu sua escrava a cometer o pecado do adultério”. A infração religiosa de Covey foi a de colocar uma mulher casada para dormir ao lado de outro escravizado solteiro. Para Douglass, ambos foram praticamente forçados na direção do adultério. Tudo por interesse material do escravista, que esperava que os dois tivessem filhos e gerassem “uma adição de valor a suas riquezas”.²⁵⁸

Outro exemplo foi o Sr. Freeland, com quem foi obrigado a viver e prestar serviços. Por um lado, o sujeito é citado porque “tinha muitos dos defeitos comuns aos escravistas, como ser por demais impetuoso e temível”. Por outro, não era tão ruim como Covey, porque “não fingia nem dizia ser religioso, e isso, na minha opinião, era realmente uma grande vantagem”.²⁵⁹

Quando falou dos feitores, mencionou apenas os brancos. Não é possível saber se ele só conheceu brancos nessa posição, ou se preferiu omitir os negros. Sabemos, por diversos registros históricos, que incluem a narrativa de William Grimes, que a posição também era ocupada com frequência por pessoas negras. Quando Douglass falou dos feitores brancos, a referência foi sempre negativa. O principal exemplo apareceu logo no início do livro: o Sr. Plummer. Ele era “um bêbado miserável, um boca-suja e um monstro selvagem”.²⁶⁰

Fora dos circuitos escravistas, a relação com pessoas brancas podia ser mais complexa. Quando foi para Baltimore trabalhar na construção de navios, lidou com um grupo de trabalhadores brancos como colegas de ofício. E a dinâmica foi conflituosa. Falou que a maioria dos trabalhadores locais negros eram libertos. E que em dado momento, carpinteiros brancos deixaram de conviver harmoniosamente com os negros e se recusaram a trabalhar juntos. O que para Douglass era indício de uma insegurança dos brancos, temiam que os negros pudessem dominar o mercado e tomar o lugar deles. O narrador foi protagonista de uma “briga terrível” com quatro dos colegas brancos, enquanto outros cinquenta apenas observaram. Eles não interviram para encerrar a briga de quatro contra um, descrita como covarde, e ainda proferiram

²⁵⁷ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 42.

²⁵⁸ Ibidem, p. 107-108.

²⁵⁹ Ibidem, p. 123.

²⁶⁰ Ibidem, p. 41.

palavras de ódio racial contra Douglass. “Matem esse negro maldito! Matem ele! Matem ele! Ele bateu em um branco!”.²⁶¹

Praticamente o único grupo de pessoas brancas a que se referiu positivamente no Sul foi o de garotos com quem conviveu na vizinhança em Baltimore. Talvez porque eles ainda não estavam corrompidos pelas estruturas do sistema escravista, nem pela rivalidade racial do mercado de trabalho. Os garotos tiveram participação importante no processo de alfabetização de Douglass, o ajudando com algumas lições. Ele os descreveu como amigos e professores, que o ajudaram com gentileza.

As palavras de carinho foram reforçadas pela preocupação de não citar o nome de nenhum dos meninos na autobiografia. Disse ser uma forma de mostrar gratidão e afeto, porque qualquer menção mais específica poderia prejudicá-los: ajudar um negro no Sul era algo condenável. O então escravizado disse que recebeu palavras de estímulo dos garotos para que conquistasse a liberdade no futuro: “eles expressavam por mim a mais viva simpatia e me consolavam com a esperança de que alguma coisa aconteceria para me libertar”.²⁶²

E se os laços de cooperação com indivíduos brancos no Sul eram muito raros, o mesmo não podia ser dito sobre as ligações entre os negros escravizados. O cenário que Douglass descreve é o de quase inexistência de conflitos entre as pessoas que viviam como cativas. Críticas a esse grupo são menos frequentes e proporcionalmente muito inferiores às palavras de empatia e amizade.

Dois episódios se destacaram por virem acompanhados de comentários negativos sobre os escravizados. O primeiro quando falou de situações tidas como de privilégio, como a possibilidade de viver em um ambiente doméstico com mais estrutura. Um dos exemplos locais era a chance de se mudar para o Casarão, espécie de fazenda central e mais rica do condado de Talbot. Muitos que eram enviados para lá demonstravam entusiasmo, o que Douglass fala ser uma postura patética. Apesar desse tom mais incisivo, atribui isso à degradação da escravidão. Era mais compreensível que pessoas em condição de extrema violência e exploração se apegassem a algum tipo de melhoria de vida, por menor que fosse.

Em um segundo momento, o narrador comentou sobre o comportamento de alguns escravizados que discutiam e até brigavam fisicamente quando discordavam sobre quem tinha o melhor senhor. Foram chamados de chauvinistas pela defesa intransigente de uma ideia que não fazia o menor sentido, já que todos os senhores seriam essencialmente opressores. Mas a

²⁶¹ Ibidem, p. 143.

²⁶² Ibidem, p. 81.

crítica de Douglass foi logo sucedida por uma ressalva importante: a postura dos escravizados era igual a de qualquer outra pessoa livre. A lógica de competição faria parte do senso comum mais amplo, de querer ostentar uma posição superior à de outra pessoa. Os escravizados eram influenciados, como toda a sociedade, por preconceitos comuns.²⁶³

Na maior parte da narrativa, os companheiros de escravidão receberam palavras de empatia e afeto. Quando recordou as canções que muitos deles entoavam, disse que deveriam ser interpretadas como sinal de aflição: “um clamor contra a escravidão”. E para reforçar a ligação emocional com os escravizados, Douglass disse que a dor deles continuava a afetá-lo enquanto escrevia a autobiografia. As canções o faziam chorar quando vivia no Sul e continuavam tendo o mesmo efeito sobre ele quando as resgatava na memória. Elas o faziam odiar mais a escravidão e a sentir compaixão pelos “irmãos acorrentados”.²⁶⁴

Esse episódio sobre as canções foi usado como argumento para defender que os escravos não eram felizes, como defendiam os escravistas do Sul e algumas pessoas do Norte. Músicas dos escravizados não eram indício de vida boa e tranquila, mas de tristeza, alívio possível para a dor. Douglass chamou para si a autoridade em determinar o significado de uma prática comum entre os escravizados. Só quem havia vivido a experiência do cativo e não tinha interesses em explorar os negros podia ter essa compreensão mais clara.

O processo de letramento de Douglass foi uma das passagens mais importantes de todo o livro. Ciente das transformações internas que a leitura e a escrita proporcionaram para ele, Douglass empenhou-se em ajudar outros escravizados a alcançar esse mesmo privilégio. Na época em que viveu com Sr. Freeland, conseguiu despertar em dois homens cativos o interesse pelo aprendizado da leitura. Henry Harris e John Harris foram elogiados pela inteligência que possuíam.²⁶⁵

Satisfeito com os resultados, Douglass engajou-se nesse novo empreendimento coletivo e decidiu criar uma escola dominical para ensinar outros escravizados. A iniciativa atraiu pessoas das fazendas vizinhas, a quem se referiu como “irmãos”. A partir dessa liderança intelectual, conseguiu contrariar a expectativa dos senhores brancos, que preferiam ver os escravizados passando o domingo em lutas de boxe e bebendo whisky. Ao invés de praticar “esportes degradantes”, se comportavam como “criaturas intelectuais, morais e respeitáveis”.²⁶⁶

²⁶³ Ibidem, p. 59.

²⁶⁴ Ibidem, p. 50-52.

²⁶⁵ Ibidem, p. 126.

²⁶⁶ Ibidem, p. 127.

A classe de Douglass chega a ter mais de 40 alunos, homens e mulheres. Ajudar os iguais animou o autobiógrafo: “Aqueles foram grandes dias para a minha alma. O trabalho de instruir meus irmãos era a empresa mais doce com que já havia sido abençoado. Amávamos uns aos outros, e deixá-los no fim do domingo era uma verdadeira provação”.²⁶⁷

A ideia de excepcionalidade que Douglass atribui a si próprio pelas capacidades intelectuais e pela intervenção divina deve ser relacionada com essas iniciativas de cooperação e instrução de outros escravizados. Vistos em conjunto, esses pensamentos mostram que objetivo de Douglass não era apenas apresentar-se como um indivíduo singular em uma sociedade marcada pela exaltação do individualismo. A exaltação da trajetória e das qualidades pessoais eram formas de legitimar e desenvolver uma posição de liderança do coletivo, torná-lo um representante de pessoas com experiências e identidades em comum. O propósito maior era livrar os companheiros de uma “escuridão intelectual”: “Eu os ensinava porque era um deleite para minha alma fazer algo que pudesse melhorar a condição de minha raça”.²⁶⁸

É preciso situar o esforço para aprender a ler como um ato mais amplo de resistência. O negro analfabeto era um símbolo forte de inferioridade intelectual para escravistas e racistas. Não saber ler tinha outras implicações sociais, já que dificultava: o acesso a documentos pessoais e de propriedades, o conhecimento das leis, a descoberta de pensamentos mais igualitários e até o aprofundamento nos princípios religiosos (a leitura da bíblia precisava ser mediada por outra pessoa).

No mundo escravista, desde o período colonial, o letramento dos escravizados era desencorajado ou proibido. Mesmo no Norte, como é o exemplo de Nova York. Em 1712, um missionário chamado Elias Neau abriu uma escola para negros. Mas os alunos foram acusados de usar a leitura e a conversão religiosa como estratégias para conseguir a alforria. Havia o medo de que a educação motivaria a busca pela liberdade e a escola foi fechada. Essa preocupação perdurou no século 19, principalmente no Sul. Entre 1800 e 1830, a maior parte dos estados criminalizou o ensino de crianças escravizadas. A lei mais emblemática é de 1831, na Virgínia, quando negros livres foram incluídos na proibição. Solidariedade e educação eram vistas como combustíveis perigosos para alimentar a reação negra. Por isso, a lei vetava reuniões entre todos os afro-americanos do estado em escolas, casas e qualquer outro ambiente

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ Ibidem, p. 128.

que servisse a esse propósito.²⁶⁹

Em alguns casos, esse raciocínio podia ser verdadeiro. No mesmo ano, aconteceria a rebelião de Nat Turner, a mais famosa da história dos Estados Unidos. O escravizado nasceu em 1800, no condado de Southampton, Virgínia. Em 1825, chegou a fugir do cativeiro, mas voltou por uma orientação do Espírito Santo, segundo o próprio. Durante a vida, desenvolveu um senso de missão divina: havia sido escolhido para propósitos maiores. Famoso pelas fortes convicções religiosas, conseguiu reunir uma série de seguidores entre os escravizados e os negros livres. Em certo momento, alegou ter tido visões proféticas que o direcionavam para um golpe mortal contra os escravistas brancos. O plano foi executado em agosto de 1831, com um número de companheiros que pode ter chegado a 70. Armado, o grupo fez as primeiras vítimas no início da manhã: o proprietário de Turner, a mulher e os filhos. Em dois dias de ataque, os rebeldes mataram entre 50 e 60 brancos, o maior número de vítimas de uma revolta escrava na história norte-americana. Uma milícia branca conseguiu reagir ao grupo e derrotá-lo. Turner escapou das autoridades durante quase dois meses. Quando o acharam, foi julgado em um tribunal do estado e sentenciado à forca.²⁷⁰

O acontecimento teve grande repercussão na Virgínia e tornou-se nacionalmente conhecido. Tinha provocado o medo nos senhores escravista de que outros pudessem rebelar-se. Nas assembleias do estado, foi debatida a possibilidade de estabelecer a emancipação gradual, mas os defensores da escravidão saíram vitoriosos e a instituição permaneceu legal até a Guerra Civil.

Para o historiador Patrick H. Breen, a revolta evidenciou a complexidade da comunidade e dos indivíduos escravizados, com suas diferentes respostas diante da vida no cativeiro. Nem passivos e felizes com a posição de subjugados, como parte da historiografia racista chegou a defender, nem naturalmente propensos ao confronto radical e ao ódio visceral contra o sistema, romantizado por outro grupo. As respostas eram diferentes dentro da comunidade negra, mas podiam variar em uma mesma pessoa conforme a situação e o momento.

De fato, as decisões de escravos e negros livres em Southampton demonstram que as respostas da comunidade negra ao chamado à revolta não foram monolíticas. Alguns escravos se opuseram à revolta e pelo menos um punhado de escravos pegou em armas para defender seus senhores. A maioria dos escravos não lutava em nome dos donos de escravos, mas vários encontraram

²⁶⁹ KING-CALNEK, Judith E. John Mercer Langston and the Shaping of African American Education in the Nineteenth Century. In: Education as Freedom. African American Educational Thought and Activism. Plymouth, UK: Lexington Books, 2009, p. 29.

²⁷⁰ GATES JR., 2013.

outras maneiras de ajudar os brancos. (...) Mesmo entre aqueles que se juntaram ao exército de Turner, o apoio à revolta variou. Enquanto alguns apoiaram entusiasticamente a revolta, outros alegaram que foram forçados a se juntar aos rebeldes contra sua vontade.²⁷¹

Frederick Douglass preferiu seguir um caminho diferente quando era escravizado. A escolha dominical organizada por ele foi além dos propósitos religiosos. Tornou-se um centro de conspiração contra a escravidão. Mas não foi levantada a possibilidade de revolta armada. Do processo de aprendizado da língua inglesa, o grupo evoluiu para o planejamento de uma fuga coletiva.

com maior prudência, comecei a tatear por seus pensamentos e ideias, buscando insuflar em suas mentes a ideia da liberdade. Estava determinado a desenvolver o plano e os meios de nosso escape, e, enquanto isso, busquei em todas as ocasiões lhes mostrar a odiosa fraude e a desumanidade da escravidão.²⁷²

Ele explicou que forjou documentos dos que pretendiam escapar ao lado dele, atuou ativamente passando cada detalhe do plano para os companheiros e procurou inspirar os corações mais aflitos de que o sucesso seria alcançado. Internamente, ele mesmo revelou estar mais ansioso dos que os demais, justamente porque era “por consenso, o líder”, o que seria responsabilizado pelos resultados positivos ou negativos da fuga. Posição que dizia exercer com uma carga emocional forte.

Éramos ligados e interligados uns aos outros. Eu os amava com um amor que nunca havia experimentado antes, e, aos que dizem que os escravos não se amam nem confiam uns nos outros, respondo que jamais amei ou confiei em alguém tanto quanto em meus irmãos escravos²⁷³

O plano liderado por Douglass também não triunfou. Na manhã prevista para a fuga, ele e outros quatro escravizados foram surpreendidos pela chegada de policiais nas propriedades em que viviam. Foram levados para a prisão, acusados de conspiração, mas apenas Douglass permaneceu mais tempo lá: cerca de uma semana. Todos acabaram sendo soltos. Não havia provas para sustentar as acusações. O narrador disse que eles tinham a convicção de que foram traídos por alguém de confiança. Não mencionou o nome nem a posição social do traidor, mas provavelmente era outro escravizado. Esse silêncio também é significativo.

A possibilidade de sucesso de uma ação coletiva dos escravizados no Sul dependia

²⁷¹ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 5.

²⁷² Ibidem, p. 129.

²⁷³ Ibidem, p. 128.

muito do número de envolvidos. Mas isso envolvia paradoxos quase insolúveis. Quanto maior fosse o tamanho do movimento, maior seria a força dele. Porém, cresciam também os riscos de traição e de fracasso. Isso era verdade para planos como o de Douglass, e para revoltas como as de Turner. Engajar-se era perigoso. Quando os exemplos históricos lembravam a sucessão de derrotas de empreitadas do tipo, ficava ainda mais difícil reunir um número expressivo de pessoas dispostas a um heroísmo que podia ser fatal.

Nas décadas de 1830 e 1840, apenas outras duas ações de escravizados tiveram repercussões mais amplas nos Estados Unidos. Ambas ocorridas em embarcações no mar, inicialmente em domínios estrangeiros. A primeira foi a revolta de Amistad, em 1839. O navio levava 49 homens e quatro crianças em um trajeto entre portos de Cuba, de Havana até Puerto Príncipe. Quatro deles lideraram uma insurreição a bordo: Cinqué, Faquorna, Moru e Kimbo. Dois dos tripulantes e um dos escravizados foram mortos. Ao assumir o controle da embarcação, exigiram que um dos espanhóis a bordo os ajudassem a voltar para Serra Leoa, na África. Mas o novo capitão os conduziu em segredo até Nova York, onde conseguiu ajuda. A maior parte dos africanos foi indiciada por assassinato e pirataria. Assim, a revolta passou para a jurisdição do governo norte-americano. Foi o caso mais importante sobre escravidão na Suprema Corte antes de Dred Scott.²⁷⁴

Foi decidido que como os homens haviam nascido em liberdade no continente de origem, não seriam devolvidos para a Espanha e poderiam voltar para a África. O caso atraiu atenção nacional, e foi uma vitória do movimento abolicionista, que patrocinou a defesa dos rebeldes e teve como um dos advogados John Quincy Adams, ex-presidente dos Estados Unidos. Para os abolicionistas, o caso era um indício importante da permanência do tráfico ilegal de escravizados e da participação do governo norte-americano. Argumentavam que o Amistad havia sido construído nos estaleiros de Baltimore que, assim como Nova York, havia fabricado centenas de navios usados no tráfico de africanos para Cuba e Brasil.²⁷⁵

A outra revolta do período aconteceu em 1841, liderada pelo escravizado Madison Washington no navio Creole, que fazia o comércio interestadual de escravizados da Virgínia à Louisiana. Quando o motim aconteceu, o navio estava na altura das Bahamas, cujo território norte-americano mais próximo era a Flórida. Os escravizados viram uma chance de conquistar a liberdade se entrassem em território britânico, por causa da lei de abolição de 1833. Pedidos

²⁷⁴ REDIKER, Marcus. *The Amistad rebellion: an Atlantic odyssey of slavery and freedom*. New York: Penguin Group, 2012.

²⁷⁵ SINHA, 2016.

de extradição aos governos britânico e canadense vinham sendo recusados com frequência. Eles desembarcaram em Nassau. Pelo menos sessenta deles conseguiu seguir para a Jamaica em liberdade. Os outros foram libertos depois de passar um ano na prisão. A maior parte dos proprietários nos Estados Unidos perdeu os processos de indenização pelo incidente.²⁷⁶

A revolta do Creole estimulou Frederick Douglass a publicar anos depois, em 1853, a única obra de ficção da carreira: *The Heroic Slave*. Enredo centrado em um dos líderes da revolta, Madison Washington. No livro, o autor criou alguns personagens e acontecimentos sem paralelo com a realidade. Apesar de trazer um exemplo de uso da violência física contra a escravidão, o romance também reforçava o poder das palavras e dos intelectuais no processo de conversão política de novos adeptos à causa abolicionista.²⁷⁷

Se as rebeliões não eram uma opção segura para a maioria dos escravizados, as fugas começaram a oferecer perspectivas melhores e a atrair cada vez mais pessoas. Não há um número preciso de quantos seguiram os caminhos subterrâneos para o Norte, porque os dois interessados nesse tipo de balanço, escravistas e abolicionistas, tendiam ao exagero. As estimativas mais comuns dos pesquisadores apontam para uma média que varia entre mil e cinco mil fugitivos por ano entre 1830 e 1860. O que não era suficiente para afetar o crescimento da população escravizada no Sul, mas importante para gerar preocupações entre os escravistas e desentendimentos políticos com o Norte. Individualmente, os que perdiam parte de suas propriedades também mostravam incômodo especial com o prejuízo financeiro, a ponto de financiarem equipes de busca para recapturar fugitivos. Patrulhas e grupos privados armados dedicados especialmente a esse tipo de trabalho cresceram depois da rebelião de Nat Turner.²⁷⁸

Para manter-se longe do radar dos perseguidores, os fugitivos precisavam fazer uso de rotas alternativas e esconderijos. No final dos anos 1830, começou a se tornar mais popular o uso da expressão *Underground Railroad* para se referir a esse conjunto de lugares e pessoas que ajudavam os escravizados a deixar o Sul. A historiografia sobre o tema já alternou entre os que descreveram a rede subterrânea como um sistema complexo e profundamente organizado, e os que quase negaram a existência dela. O entendimento atual com mais adeptos se equilibra entre mostrar que o grau de sofisticação da *Underground Railroad* não deve ser exagerado, mas que há documentos suficientes para provar a existência de pessoas e abrigos envolvidas

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ DOUGLASS, Frederick. *Madison Washington. O escravo heroico*. São Paulo: Etia Editorial, 2019.

²⁷⁸ FONER, Eric. *Gateway to Freedom. The hidden history of America's fugitive slaves*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015, p. 4-5.

frequentemente com as fugas.²⁷⁹

As perdas de escravizados eram incômodas para os sulistas a ponto de um médico da região, Samuel A. Cartwright, alegar ter descoberto uma nova doença: a “drapetomania”. Um mal que atingia particularmente os negros e os fazia querer escapar para longe dos seus senhores.²⁸⁰ Por esse raciocínio, Douglass deve ter contraído a terrível doença, pois não hesitou em traçar um elaborado plano de fuga em 1838, que incluiu diferentes tipos de transporte, documentos falsos e disfarces.

Uma vez no Norte, o fugitivo disse ter sido amparado pela comunidade afro-americana. Quando falou dos negros livres que viviam na região, não faltaram exemplos de solidariedade. A primeira menção importante foi o abolicionista negro David Ruggles, um nome conhecido do movimento em 1838, quando Douglass o encontrou. Na narrativa, ele foi elogiado pelo tratamento dado ao então fugitivo e pelo trabalho em favor da causa antiescravista.

Fui socorrido pelas mãos humanas do Sr. David Ruggles, cuja vigilância, bondade e perseverança jamais vou esquecer enquanto viver, e agradeço por ter uma oportunidade de expressar, até onde vão as palavras, o amor e a gratidão que tenho por ele.²⁸¹

Em 1845, quando escreveu o livro, foi dito que Ruggles estava cego e necessitava de ajuda. Essa manifestação era uma forma de Douglass se conectar ao mesmo tempo com o passado e o futuro da luta abolicionista. De um lado, manifestava carinho e reconhecia o legado de líderes negros que vieram antes dele. Usou o espaço da autobiografia para solicitar ajuda ao homem debilitado. Por outro lado, era simbólico que Douglass desse continuidade a esse trabalho. Alguns companheiros precisavam se retirar de cena, enquanto outros como Douglass estavam dispostos a ocupar posições de destaque no movimento e na condução do povo negro.

Na sequência desse raciocínio, outra figura negra emblemática foi citada em um momento de celebração íntima na vida do narrador. Uma vez no Norte, ele decidiu oficializar logo nas primeiras semanas o casamento com Anna, a mulher negra livre que conheceu ainda em Baltimore. O responsável por ministrar o casamento foi o reverendo James W.C. Pennington, uma referência do movimento abolicionista e, ele próprio, autor também de uma autobiografia sobre a época em que viveu na escravidão. A citação mostrava que Douglass tinha relações influentes e coerentes com a trajetória de luta até ali. Pennington surgiu também como

²⁷⁹ Ibidem, p. 6 e 14.

²⁸⁰ Ibidem, p. 5.

²⁸¹ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 156.

uma prova de que Douglass era bem relacionado com os principais nomes do movimento.

Na sequência, na mudança para New Bedford, o casal recebeu ajuda de dois quakers brancos, Joseph Ricketson e William C. Taber. Mas foram de fato acolhidos na casa do Sr. Nathan Johnson e da Sra. Johnson, também negros e abolicionistas. O autobiógrafo elogiou os benfeitores: “se interessaram vivamente por nossa condição, provando que eram dignos do título de abolicionistas”.²⁸² Era um agradecimento e uma forma de elevar os negros como um todo, mostrar que eram parte essencial do abolicionismo. Ele acrescentou que o Sr. Johnson gozava de grandes capacidades intelectuais e morais, não só para reforçar que essa posição estava ao alcance de todo negro que fosse livre, mas também para atacar os brancos escravistas. Afinal, aquele homem “lia mais jornais, entendia melhor a moral, a religião e caráter político da nação do que nove décimos dos escravistas no condado de Talbot, Maryland”.²⁸³

Sr. Johnson era uma referência, mas não um caso isolado. Longe dos impactos nocivos da escravidão, Douglass entendia que a população negra podia se desenvolver em condições iguais em relação aos brancos. Além disso, havia uma comunidade forte o suficiente para que nenhum negro enfrentasse sozinho as garras escravistas que os ameaçavam mesmo no Norte. Estar entre pessoas de confiança era um alívio: “Descobri que as pessoas negras eram muito mais vivazes do que pensei que pudessem ser. Encontrei entre elas a determinação de proteger umas às outras da sede de sangue dos raptos, custasse o que custasse”.²⁸⁴

E se essa fala não fosse suficiente, Douglass trouxe o exemplo de um homem que seria uma exceção na comunidade negra livre, para ilustrar como ela era formada por uma maioria quase absoluta de pessoas boas. O homem teria chantageado outro sujeito negro e ameaçado denunciá-lo como fugitivo do Sul. O caso aconteceu antes de Douglass chegar na região. O assunto foi resolvido pela própria comunidade negra em uma reunião. Ele foi praticamente expulso da cidade e escapou por pouco de um linchamento: “Acredito que não tenha havido mais ameaças desse tipo, nem então e nem depois, e não duvido que a morte fosse a consequência, caso houvesse”.²⁸⁵

No Norte, como vimos no capítulo sobre William Grimes, a comunidade negra tornou-se politicamente mais ativa a partir da criação da *America Colonization Society*, ao qual a maioria se opunha. Então, o cenário que Douglass encontrou nos estados que visitou por lá era

²⁸² Ibidem, p. 158.

²⁸³ Ibidem, p. 162.

²⁸⁴ Ibidem, p. 162.

²⁸⁵ Ibidem, p. 163.

de uma crescente mobilização coletiva para defender os interesses dos afro-americanos. O meio impresso foi uma ferramenta importante de exposição dos pensamentos da comunidade e o primeiro grande jornal liderado por negros surgiu em 1827, o *Freedom's Journal*, em Nova York. Os editores Samuel Cornish e John Russwurm, ajudados financeiramente por comunidades negras livres, identificavam a revitalização dos projetos de colonização como uma nova ameaça. O jornal contava com colaboradores em diferentes cidades e vilas. O *Freedom's Journal* tinha uma bandeira política clara: exigia igualdade para todos os afro-americanos dos Estados Unidos. Defendia a melhoria das condições de vida da comunidade e estimulava a formação de instituições próprias para atender aos interesses negros e se opor ao racismo.²⁸⁶

Se a década de 1820 foi identificada pelo desenvolvimento, nas palavras de Manisha Sinha, de uma “segunda onda abolicionista”, uma personalidade negra central nesse processo de reconstrução do movimento foi David Walker. Nascido livre na Carolina do Norte, migrou para Boston, Massachusetts, e fez parte das principais instituições da comunidade negra local: era membro da Igreja Metodista Africana, participava da Loja Maçônica Africana Prince Hall e colaborava com o *Freedom's Journal*. Walker colocou como principal preocupação política a formação de uma instituição que unisse todas as pessoas de cor do país. É o que consta no discurso que fez na primeira reunião da *Massachusetts General Colored Association*. O discurso foi impresso no *Freedom's Journal* e lido além dos limites de Nova York.

é necessário observar aqui, imediatamente, que o objetivo principal desta instituição é unir a população de cor, até agora, por meio dos Estados Unidos da América, conforme seja praticável e conveniente; formar sociedades, abrindo, estendendo e mantendo correspondências, e não retendo nada que possa ter a menor tendência de melhorar nossa condição miserável – com a preocupação, no entanto, de não infringir os artigos de sua constituição, ou a dos Estados Unidos da América. Que estejamos agora desunidos, é um fato que ninguém de bom senso irá negar; e cuja causa é um poderoso auxílio em nos impedir de subir à escala de seres racionais e pensantes, ninguém, exceto aqueles que se deleitam em nossa degradação, tentarão contradizer.²⁸⁷

Mas o discurso mais famoso seria publicado um ano depois: o *Walker's Appeal*. O texto era grande, quase noventa páginas, e foi distribuído por meio das redes de relacionamentos da população negra. Acusava a escravidão como bárbara e desumana, expunha as contradições entre os ideais americanos e a falta de liberdade de milhões de afrodescendentes, e incitava os

²⁸⁶ SINHA, 2016.

²⁸⁷ David Walker. The Necessity of A General Union Among Us. In: *Freedom's Journal*, December 19, 1828. Acesso em 01/05/2021: (<https://www.blackpast.org/african-american-history/1828-david-walker-necessity-general-union-among-us/>)

escravizados a resistir ao cativo, mesmo se fosse preciso usar a violência. O ex-presidente Thomas Jefferson, já morto, foi um alvo especial, por ter divulgado teorias que defendiam a inferioridade do povo negro em relação aos brancos. Para Walker, os negros eram os herdeiros legítimos da Revolução Americana. Mas nem eles foram poupados de críticas: não deveriam esperar passivamente e aceitar a condição de degradação em que se encontravam. O *Walker's Appeal* circulou pelos estados do Norte e chegou em pontos do Sul por meio de estratégias furtivas de distribuição. Alguns exemplares eram costurados nas roupas de marinhos que viajavam entre as regiões. Tornou-se um clássico clandestino dentro da comunidade negra.²⁸⁸

Esse impulso mais vigoroso de líderes negros contra a escravidão e seus cúmplices influenciou a próxima geração de antiescravistas brancos. O nome mais conhecido de todos, William Lloyd Garrison, começou a construir um movimento nacional a partir dos anos 1830. Durante algum tempo, ele foi associado à *American Colonization Society* e compartilhou das ideias de emancipação gradual do mentor Benjamin Lundy. Em 1829, ambos eram coeditores do jornal quaker *Genius of Universal Emancipation*, editado em Baltimore, Maryland. A convivência com negros ativistas que vivam na cidade, porém, o fez rever as ideias anteriores. Jacob Greener e William Watkins foram duas influências importantes, admitidas pelo próprio Garrison, que o levaram a entender que a ideia de migração para fora do país e o gradualismo eram condenáveis para a maioria da comunidade negra. Passou, então, a defender concepções contrárias ao mentor, de um abolicionismo imediato e um igualitarismo total entre as diferentes raças, o que lhe fez ganhar cada vez mais respeito da comunidade negra. Era ela a principal apoiadora do jornal *The Liberator*, que Garrison fundou em 1831: trezentos dos cerca de quatrocentos assinantes do periódico no primeiro ano eram negros.²⁸⁹

Mas os afro-americanos continuaram a buscar formas independentes de expressar os anseios da comunidade. Entre 1837 e 1842 circulou o segundo jornal negro da história dos EUA: *The Weekly Advocate*, que no segundo ano de vida mudaria o nome para *The Colored American*. Teve entre os principais editores nesse período Samuel Cornish e James McCune Smith, nomes centrais no abolicionismo negro.

Segundo o historiador Howard H. Bell, o ano de 1825 foi um marco na organização da comunidade negra no Norte do país. Antes disso, as igrejas eram os principais lugares de debates do grupo, onde manifestavam-se princípios religiosos, mas também debates sobre igualdade racial. Depois desse ano, houve um crescimento de instituições, líderes e temas que

²⁸⁸ BERLIN, 2015.

²⁸⁹ Ibidem.

tratavam de mudanças nos campos sociais e políticos. Os jornais citados acima eram veículos para ampliar o alcance desses debates e foram os primeiros a apresentar planos para a formação de algum tipo de organização nacional dos negros.

A primeira convenção nacional de afro-americanos documentada aconteceu na *Mother Bethel A.M.E. Church*, na Filadélfia, em setembro de 1830. A principal pauta era sobre a perspectiva de emigrar para o Canadá e fugir das leis mais rigorosas dos Estados Unidos contra os fugitivos da escravidão. O presidente dessa convenção foi Richard Allen, fundador da *African Methodist Episcopal Church* (AME). A Filadélfia foi o centro do movimento das convenções, mas outras cidades como Nova York, Albany e Pittsburgh também sediaram encontros do tipo. Elas se estenderiam pela década de 1850 em reuniões nacionais, estaduais e municipais. E atraíam líderes importantes da comunidade negra, como o próprio Frederick Douglass, além de Charles Bennett Ray, Lewis Hayden, Charles Lenox Remond, Mary Ann Shadd e William Still. Dentre os principais assuntos discutidos pelos líderes do movimento estavam as iniciativas educacionais, econômicas e morais, com os princípios da temperança sendo um ponto importante de debate. Até 1845, ano de publicação da autobiografia de Douglass, pelo menos oito convenções nacionais do tipo foram realizadas no norte do país.²⁹⁰

O cenário que Douglass encontrou ao fugir da escravidão foi de maior mobilização interestadual da comunidade negra. Havia entendimento mais disseminado da existência de identidades e lutas em comum. Os afro-americanos contribuíram diretamente para a virada do abolicionismo interracial. E, por outro lado, também foram influenciados pelas ações dos líderes brancos que passaram a simpatizar com a causa e defender que uma sociedade mais justa não poderia permitir a existência da escravidão.

Douglass foi acolhido pela comunidade negra, mas também contou com a ajuda dos nortistas brancos antiescravistas. Mas essa relação de confiança foi construída gradualmente. Quando ainda vivia no Sul, ele conheceu dois irlandeses que trabalhavam no cais. Um deles “disse que era uma vergonha me ter cativo, e ambos me aconselharam a fugir para o Norte. Lá, eu encontraria amigos e seria livre”.²⁹¹ Mas naquele momento, Douglass ainda relutou em aprofundar a intimidade com eles. A experiência até ali o fazia concluir que era muito arriscado confiar em pessoas brancas: “tinha medo de que fossem traiçoeiros”. Soubera de exemplos de outros brancos que agiram de má fé e enganaram os escravizados. Mas esse episódio foi também

²⁹⁰ BELL, Howard H. Free Negroes of the North 1830-1835: a study in national cooperation. *The Journal of Negro Education*. Vol. 26, No. 4, 1957, 449-453.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 85.

um marco na vida de Douglass. Foi quando pensou seriamente pela primeira vez que poderia fugir para o Norte. E trazer isso na narrativa foi uma forma de reconhecer que outros indivíduos brancos tiveram um papel importante na formação de uma consciência mais crítica à escravidão e na decisão de lutar contra ela.

Depois desse episódio, o tom que prevaleceu na narrativa foi o de elogio e de admiração pelos abolicionistas brancos que se colocavam em risco para defender a causa, que acolhiam os negros fugitivos e erguiam a voz publicamente para atacar o sistema escravista. Em destaque estava o principal mentor de Douglass até ali: William Lloyd Garrison. O autor disse que quatro meses depois de chegar em New Bedford, descobriu a existência do jornal *The Liberator*, de Garrison. E que se empenhou para economizar dinheiro e ser capaz de comprá-lo. Quando conseguiu, passou a ler o jornal toda semana e disse que ele serviu como referência intelectual para aprender as ideias e o espírito por trás das ações de combate à escravidão.

Aquele jornal se tornou a minha carne e a minha bebida. Minha alma inteira pegava fogo. A simpatia que o periódico mostrava por meus irmãos acorrentados - o modo como denunciava os escravistas (...) tudo isso mandava um frêmito de alegria pela minha alma de um modo que nunca tinha sentido²⁹²

No que tange ao abolicionismo mais amplo, com participação ativa de negros e brancos, o periódico era considerado o marco principal do início desse movimento. Ele indicava que um grupo de nortistas brancos havia abraçado a causa da emancipação imediata, sem processos graduais ou tentativas de mandar os negros livres para fora do país. Garrison viajou para a Inglaterra em 1833 e se deparou com o movimento local de luta pela abolição da escravidão nas colônias britânicas. O apelo popular a favor do projeto, as estratégias de enviar petições aos representantes legislativos e publicar massivamente impressos antiescravistas impressionaram o norte-americano, que procurou adaptar algumas dessas iniciativas nos Estados Unidos.

No mesmo ano, foi fundada a *American Antislavery Society*. Obras impressas, como a autobiografia de Frederick Douglass, abundaram no Norte do país financiadas pela instituição. Em dezembro de 1833, foram 122 mil textos diferentes, número multiplicado em dez vezes no ano seguinte. Até 1840, chegou a 3 milhões. O número de associações locais ligadas à organização nacional também teve aumento expressivo: foram 1.346 nos cinco primeiros anos de início das atividades. Mas os escravistas logo trataram de montar uma reação ao movimento.²⁹³

²⁹² Ibidem, p. 164.

²⁹³ DRESCHER, 2011, op. cit., p. 431-434.

A tática de mandar publicações abolicionistas para o Sul teve forte reação, com apoio da chefia nacional dos correios. Foi autorizado que cada estado bloqueasse as correspondências que pudessem ser uma ameaça à ordem social, orientação corroborada pelo próprio presidente do período, Andrew Jackson. A alternativa dos abolicionistas foi implementar a tática das petições no Congresso Federal. Em um primeiro momento, entre 1835 e 1836, foram 35 mil assinaturas em papéis enviados ao órgão legislativo com o pedido de encerramento da escravidão no país. Em um segundo momento, de 1837 a 1838, os documentos passaram de centenas de milhares de assinaturas. No fim dessa década, eram pelo menos dois milhões de adesões às petições.

Apesar da participação popular mais expressiva, os deputados não estavam dispostos a abraçar a causa. Mesmo os nortistas evitavam qualquer tipo de acirramento das tensões com os sulistas. Uma moção defendeu em 1836 que as petições antiescravistas fossem barradas antes mesmo de qualquer apreciação por parte do Congresso. Aprovada pela maioria, as regras vigoraram durante oito anos e ficaram conhecidas pelo nome de *Gag Rules* (leis da mordação). Só seriam derrubadas em 1844.²⁹⁴

Se por um lado crescia a parcela de pessoas que se juntava ao abolicionismo, também era representativo o número de indivíduos que se voltava contra ele. Manifestações de oposição ao movimento foram constantes no Sul e no Norte. No mais importante de todos, Elijah Lovejoy, um editor abolicionista branco, foi assassinado a tiros em 1837, depois que um grupo de manifestantes atacou a sede do jornal onde trabalhava em Alton, Illinois. Ao longo da década, seriam registrados pelo menos 70 episódios de violência no país contra abolicionistas e locais de reunião da comunidade negra.²⁹⁵

Do lado dos apoiadores, havia membros de diferentes classes sociais. A historiadora Manisha Sinha defende que a abolição não foi um assunto exclusivamente da classe média. Havia indivíduos de patrimônio considerável, como a família Tappan, Wendell Phillips e Gerrit Smith. Mas também brancos mais pobres, que viviam sempre no limite para conseguir pagar as contas, como eram os casos do próprio Garrison e de Theodore Dwight Weld. O que começou a dividir o movimento foram mais os princípios morais, religiosos e políticos do que os assuntos de ordem econômica.

Um grupo de abolicionistas clericais começou a criticar os posicionamentos de Garrison sobre a cumplicidade de instituições religiosas com a escravidão. Não gostavam da forma como

²⁹⁴ Ibidem, p. 436-438.

²⁹⁵ SINHA, 2016, op. cit., p. 237.

ele tratava a igreja e os ministros. Um ponto igualmente sensível era a defesa de Garrison pela ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres, o que os clérigos não concordavam. Nesse conflito, Garrison ficou irritado com a falta de apoio dos líderes da MASS, a *Massachusetts Antislavery Society*, e rompeu as conexões do *Liberator* com a instituição. Na sequência, aconteceu o grande cisma do abolicionismo na reunião do sétimo aniversário da *American Antislavery Society* em 1840. Um grupo, do qual faziam parte os já citados religiosos e os irmãos Tappan, que eram líderes importantes da instituição, eram contrários à participação das mulheres em posição de igualdade na organização e a favor de um maior envolvimento abolicionista nos circuitos políticos oficiais do país. O que significava participar de eleições. Do outro lado, com posições divergentes, estava o grupo liderado por Garrison.

Os separatistas liderados pelos irmãos Tappans formaram a *American and Foreign Anti Slavery Society* (AFASS). Para o grupo, também era importante atacar as bases econômicas da escravidão sustentadas por uma elite política nacional. Arthur Tappan quase havia falido depois do Pânico de 1837, e culpava consumidores e empresas do Norte de lucrar com a exploração do trabalho dos escravizados. A expressão política desse grupo, liderada por James G. Birney e Gerrit Smith, foi a fundação do partido *Liberty Party*, também em 1840. Ele duraria até 1860, mas nunca conseguiria um apoio popular expressivo a ponto de influenciar no resultado das eleições nacionais.

Foi nesse cenário de fragmentação e debates sobre a natureza da abolição, que Douglass ingressou na carreira e no movimento abolicionista em 1841, sendo acolhido pelo grupo de Garrison e adotando, pelo menos nos primeiros anos de participação, as táticas de condenação moral da escravidão, as críticas às igrejas cristãs que a apoiavam e a ideia de resistência pacífica contra o sistema. Muito dessa ideologia estava presente nas páginas da autobiografia de 1845.²⁹⁶

No entanto, como sinal de que essa adesão não era acrítica e passiva, Douglass identificou problemas nos comportamentos de alguns abolicionistas. Este é um dos pontos que diferencia ele de outros escravizados que publicaram anteriormente autobiografias com o apoio do movimento abolicionista. Se os companheiros brancos eram fundamentais para conquistar a emancipação, não estavam isentos de repreensões quando pareciam atrapalhar os maiores interessados nela: os escravizados.

Nunca pude aprovar a maneira notória com que alguns de nossos amigos ocidentais conduzem o que chamam de estrada de ferro subterrânea, porque acho que, pelas declarações que fazem, a tornaram uma estrada de ferro

²⁹⁶ Ibidem, p. 256-265.

conhecida e notória. Eu honro os bons homens e mulheres por sua nobre ousadia, e os aplaudo por se submeterem à perseguição sangrenta ao assumir abertamente a participação na libertação de escravos. Entretanto, não vejo nada de bom saindo desse tipo de declaração, tanto para eles quanto para os escravos que escapam, enquanto tenho certeza de que esses depoimentos são maldosos para com os escravos que, ainda sob o jugo, buscam escapar. Não ajudam em nada o escravo, mas elucidam os senhores e os estimulam a maior vigilância, aumentando seu poder de capturar os escravos. Devemos cuidar do escravo ao sul da fronteira também, não só dos que já chegaram ao Norte²⁹⁷

Na crítica, ao mesmo tempo que repreende com ousadia parte dos abolicionistas por preferirem holofotes sobre seus atos e colocarem em risco a efetividade da *Underground Railroad*, se coloca como um porta-voz dos escravizados, como alguém que os defende e sabe o que é melhor para eles.

3.4. CONSCIÊNCIA CRÍTICA: A LUTA COMO PROPÓSITO

No período em que escreveu a primeira autobiografia, Frederick Douglass via a sociedade norte-americana como radicalmente bipartida: havia dois mundos completamente diferentes. Não que fosse ingênuo a ponto de perceber o Norte como uma região sem problemas, com plenas liberdades e igualdade irrestrita de direitos. Era antes uma terra de possibilidades. Onde havia potencial para a ação e a transformação. Abaixo da linha divisória, o Sul era marcado por estruturas históricas poderosas que limitavam ao máximo as chances de resistência. Os que viviam em situação de exploração tinham possibilidades remotas de combater individualmente e coletivamente as forças que os oprimiam.

Sendo um homem negro e tendo nascido no Sul escravista, começou a desenvolver uma consciência mais ampla de sociedade nos primeiros anos da infância. Conviveu com outros garotos brancos e recebeu tratamento diferenciado por causa da cor da pele. Os colegas celebravam aniversários e tinham conhecimento da própria idade. Nenhuma dessas duas opções estavam disponíveis para ele. Dessas experiências e observações, surgiu um desconforto que progrediu gradualmente para uma sensação de completa anulação e de subordinação aos interesses dos brancos. A noção de inferioridade inata se apresentou a ele das formas mais violentas e intimidadoras.

Ser separado à força da mãe, ver uma tia ser açoitada e humilhada, presenciar inúmeros

²⁹⁷ DOUGLASS, 1845, op. cit., p. 168.

atos de tortura contra outras pessoas negras: essas experiências o fizeram cada vez mais consciente de que a sociedade destinava posições hierárquicas específicas para cada grupo de acordo com características herdadas do nascimento. Os brancos, principalmente os senhores proprietários ricos, tinham poder total sobre a vida dos respectivos dominados, agiam com “uma mão mais implacável que a morte”.²⁹⁸

Esse poder dos senhores, e por extensão dos feitores brancos, incluía o de estarem protegidos pelas leis estaduais e federais, uma vez que infrações eram relativizadas de acordo com o contexto e as vítimas delas: “matar um escravo ou qualquer pessoa negra, no condado de Talbot, Maryland, não é considerado um crime, tanto pelas cortes quanto pela comunidade”. Um exemplo na narrativa era o feitor Austin Gore, tido como símbolo notório de crueldade e autoritarismo. Foi descrito como a lei e o juiz, o que controlava a vida dos escravizados sem restrições: “Inocência não valia nada diante de uma acusação qualquer. (...) Ser acusado era ser condenado”. Douglass lembrou da vez em que Gore matou um escravizado de forma arbitrária, sem ser “censurado pela comunidade”, nem submetido a uma “investigação judicial”.²⁹⁹

Mas as dimensões de uma desigualdade jurídica não ficavam restritas ao contexto das grandes propriedades rurais escravistas. No episódio em Baltimore quando foi agredido por quatro trabalhadores brancos de um estaleiro, Douglass procurou ajuda para que os homens fossem punidos. Um advogado o desencorajou de iniciar um processo. A explicação era que ele “não podia fazer nada a menos que um homem branco se apresentasse para testemunhar”. Nas palavras do narrador, se fosse morto “na presença de mil pessoas negras, o testemunho delas, combinado, não era o suficiente para prender um dos assassinos”.³⁰⁰

As leis eram praticamente inacessíveis para as pessoas negras, mesmo que estas as demandas fossem corretas. As dificuldades tornavam-se maiores à medida que cresciam, no Norte, as manifestações de repúdio à escravidão e a atuação de movimentos de combate ao sistema. O narrador afirmou que era muito comum ouvir dos habitantes brancos da região lemas como “Malditos sejam os abolicionistas” e “Malditos sejam os negros”, usados em conjunto. E a difusão dessas ideias parecia contribuir para aumentar a opressão e hostilidade contra os afro-americanos: “a menor manifestação de humanidade para com uma pessoa de cor era denunciada como abolicionismo”.³⁰¹

²⁹⁸ Ibidem, p. 58.

²⁹⁹ Ibidem, p. 64-65.

³⁰⁰ Ibidem, p. 144.

³⁰¹ Ibidem.

Desses episódios, ganhava força também a percepção de silenciamento. Não importava o grau de injustiça, de crueldade ou de violência empreendida pelos brancos. Sujeitos negros eram sempre privados do acesso às instituições e aos canais mais amplos de manifestação de pensamentos e críticas. A impossibilidade de defesa era o símbolo fundamental dessa ausência de voz. Algo diferente do que Douglass vai conseguir experimentar no Norte, ao ser integrado em redes públicas de comunicação, como a imprensa abolicionista e a própria autobiografia que ele escreveu. A narrativa representou uma espécie de reparação, a chance de enfim prestar um testemunho que foi silenciado por muitos anos no Sul.

Nenhum outro momento foi tão importante nesse sentido como o que ele e outros escravizados foram reunidos na plantação em Talbot para um inventário. Foram colocados ao lado de objetos e animais como propriedades dos senhores brancos. E deviam esperar em silêncio pelas decisões que afetariam completamente a vida deles. Poderiam ser mandados para proprietários mais cruéis ou lugares com condições de vida mais difíceis. A escravidão se apresentou como uma supressão máxima dos desejos da população negra.

Nosso destino estava para ser decidido. Não tínhamos mais voz nessa decisão do que os cavalos e porcos listados conosco. Uma única palavra dos homens brancos era suficiente - contra todos nossos desejos, preces e súplicas - para separar para sempre os melhores amigos, os familiares queridos e os laços mais fortes entre os seres humanos.³⁰²

Quando estava sob dominação do escravista Covey, Douglass diz ter chegado ao limite. Considerou tirar a própria vida. Não conseguia naquele momento ter qualquer perspectiva de que poderia vencer a escravidão. Fora infortunado de ter nascido naquela condição e tudo parecia mostrar que morreria sem poder fazer nada para mudar aquilo. Um novo desafio de ordem psicológica e emocional aconteceu ao viver sob o controle do Sr. Thomas. O escravizado pediu permissão para trabalhar no tempo livre. A recusa foi acompanhada de uma série de ameaças: os escravistas e a escravidão eram forças invencíveis, que iriam subjugar Douglass para sempre. Ao invés de resistir inutilmente, ele deveria apenas aceitar o destino.

Disse que eu não chegaria a lugar algum que ele não conseguisse alcançar, e que caso eu fugisse, ele não pouparia esforços para me recapturar. Me disse que eu ficasse contente com o que tinha, e fosse obediente. E, segundo ele, para ser feliz, eu tinha que deixar de fazer planos para o futuro, e que se eu me comportasse apropriadamente, ele tomaria conta de mim. Na verdade, ele me aconselhou que esquecesse de qualquer perspectiva de um futuro para depender apenas dele para minha felicidade. Ele parecia ver a necessidade

³⁰² Ibidem, p. 88.

premente de me privar de minha natureza intelectual para que eu me contentasse com a escravidão.³⁰³

Para Douglass tratava-se, portanto, de lutar para obter autonomia sobre o próprio destino, para que ninguém o determinasse externamente a não ser ele próprio. E uma vez em liberdade, ele poderia denunciar seus algozes e a forma como o sistema escravista era capaz de corromper as pessoas. Havia a compreensão de que a escravidão era uma estrutura econômica de longa duração, desenvolvida para favorecer determinados grupos sociais. E que tinha também se estabelecido como uma força cultural e ideológica de grande impacto social. Nessa linha de raciocínio, o narrador trouxe exemplos de pessoas que foram contaminadas ao ter contato pela primeira vez com a escravidão. A senhora Auld foi citada como alguém que nunca havia explorado o trabalho de outra pessoa antes. Ao tornar-se senhora de Douglass, perdeu a ternura que sempre lhe fora característica. Houve uma mudança radical de comportamento.

O veneno mortal do poder sem medidas já estava nas suas mãos, e logo obrou seu trabalho infernal. Aquele olho alegre, sob a influência aviltante da escravidão, logo se tornou vermelho de raiva; a voz que era uma doce harmonia se tornou algo ríspido e dissonante, e face angélica cedeu lugar a uma demoníaca.³⁰⁴

Diante dessa estrutura aparentemente invencível, poucas eram as possibilidades de resistência individual e coletiva dos homens e mulheres cativos. Como um homem religioso, Douglass precisou da intervenção de uma força ainda maior para superar a escravidão. A mão divina, um poder sobrenatural, o escolheu e o direcionou para o caminho da liberdade. Um dos sinais mais visíveis dessa intervenção foi a mudança de Talbot para Baltimore, que ele atribuiu à vontade de Deus.

Sempre considerei essa como sendo a primeira manifestação da gentil providência que, desde então, tem me ajudado e enchido minha vida de favores, e sempre achei que o fato de eu ter sido escolhido para a tarefa foi muito singular, pois havia tantos outros comigo, mais jovens, velhos, e tantos da mesma idade. Entre todos, eu fui o escolhido, o primeiro e o último - e o único.³⁰⁵

“Único”, “escolhido”, “singular” eram palavras que traziam um significado de excepcionalidade. Ele se apresentou como diferenciado e especial, selecionado especialmente na multidão de escravizados. Posição de privilégio que se apressou em problematizar,

³⁰³ Ibidem, p. 150.

³⁰⁴ Ibidem, p. 74.

³⁰⁵ Ibidem, p. 72.

antecipando possíveis acusações de egocentrismo. Mas apenas para reforçar a prioridade da honestidade e da convicção interna acima do julgamento externo, até mesmo do leitor: era sim especial, sabia disso desde criança e não tinha vergonha de assumir.

Posso até parecer supersticioso, e até mesmo egocêntrico, ao sugerir que esse evento foi uma intervenção da divina providência em meu favor, mas seria uma falsidade com meus sentimentos de então omitir essa opinião. Prefiro ser honesto comigo mesmo, arriscando o ridículo, do que ser falso e acabar me desprezando.³⁰⁶

Ao explicar a lógica por trás dos eventos que marcaram a trajetória dele até 1845, Douglass considerou que o poder sobrenatural o favoreceu e o colocou em condições de vida mais favoráveis ao crescimento intelectual. Mas essa força não bastava por si só. Ela formava as bases pelas quais o indivíduo precisava se posicionar e direcionar o próprio futuro.

Nesse sentido, há vários exemplos de resistências cotidianas, de pequenos passos que permitiram aproximá-lo da liberdade. Na lista estavam: as estratégias de alfabetização, que o levaram a adquirir mais conhecimentos, inclusive sobre o abolicionismo; o contundente conflito físico com o domador Covey, que teve como consequência a melhoria no tratamento diário, o fim das torturas e açoitamentos; os trabalhos extras, que lhe forneceram dinheiro para financiar a fuga; as reuniões entre os escravizados, em que eram compartilhados saberes gerais e planos de resistência contra os senhores.

O momento mais representativo dessa união entre as forças espirituais e a ação individual foi o que Douglass tomou a decisão final de fugir da escravidão. Determinado dia, estava sentado à beira da baía de Chesapeake e observava o movimento das embarcações, chegando e saindo de diferentes partes do mundo. A imagem provocou uma espécie de epifania. A mente se abriu para reflexões existenciais, ele passou a questionar a própria vida e a sociedade da qual fazia parte. As embarcações foram interpretadas como símbolos de liberdade e de livre circulação para as pessoas brancas, enquanto reforçavam o aprisionamento e a imobilidade dele.

Meus pensamentos exigiam uma voz. E ali, sem testemunha senão Deus, eu despejava as queixas de minha pobre alma, de meu jeito rude”. As sensações de sufocamento e desamparo dão lugar a pensamentos mais firmes e decididos: “só tenho uma vida a perder, e prefiro ser morto correndo a morrer de pé (...). Se Deus me ajudar, eu consigo.³⁰⁷

Cabe lembrar que o grande momento de iluminação para William Grimes sobre o

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Ibidem, p. 110.

significado da própria liberdade também veio acompanhada de referências ao poder divino. Mas ao contrário da interpretação de Douglass, o acontecimento foi entendido por Grimes como de autoria exclusiva do sobrenatural. Em 1825, o narrador não deu a si crédito pelo sucesso da fuga. Grimes refletia sobre a experiência em um monte e afirmava ter recebido uma revelação de que somente Deus era responsável por tê-lo conduzido até o Norte.

O que nos leva a um segundo ponto de comparação entre os dois fugitivos. Quando cruzaram a linha geográfica que separa estados escravistas de livres, as interpretações sobre as estruturas econômicas da nova região foram bem distintas. Grimes chegou a desaconselhar outros escravizados a seguirem o caminho que ele trilhou. A economia e as oportunidades de trabalho no Norte eram frustrantes. Poucas oportunidades de renda estavam disponíveis para homens como ele. A consequência era a existência de um contingente de pessoas em situação de pobreza. Além das privações materiais, havia hostilidade das classes mais favorecidas com as classes mais baixas.

Douglass descreveu um outro Norte. Disse que, quando escravizado, tinha uma imagem errada sobre a região, por achar que era mais pobre do que o Sul. E isso estava ligado à visão que tinha sobre riqueza, de que necessariamente deveria estar associada à posse de escravos. Mas veio a surpresa quando pisou na nova terra.

esperava encontrar uma população rude, inculta e calejada, vivendo em uma simplicidade espartana, sem saber das facilidades, pompa e grandeza dos escravistas do Sul. Quem conhece New Bedford já pode perceber o quanto me enganei em minhas conjecturas (...). Lá me encontrei cercado de enormes sinais de abundância.³⁰⁸

Existia a preocupação de opor as economias do Sul e do Norte, de mostrar superioridade econômica do novo lar, que teria alcançado esse patamar sem explorar o trabalho de pessoas escravizadas. O narrador falou da descoberta de outros tipos de trabalho livre mais dignos e funcionais: no Norte, cada pessoa “entendia de seu trabalho e o empreendia com uma seriedade sóbria, porém alegre, que evidenciava o profundo interesse que cada um tinha em seu trabalho”. Algo que ele nunca viu na escravista Maryland. Na comparação com Massachusetts, o estado sulista era mais sujo, pobre e feio. E isso tinha impactos na população: a sociedade nortista era composta por pessoas mais felizes, saudáveis e fortes.³⁰⁹

Mas estariam esses benefícios e qualidades relacionados às pessoas negras também? A

³⁰⁸ Ibidem, p. 160.

³⁰⁹ Ibidem, p. 161.

paisagem que Douglass descreve é praticamente um convite para que outros escravizados sigam o mesmo caminho que o dele.

o mais espantoso e interessante para mim era a condição das pessoas negras, muitas das quais, como eu, haviam escapado para lá buscando refúgio dos caçadores de homens. Encontrei vários que não tinham se livrado de suas correntes nem sete anos, morando em casas boas e aparentando desfrutar de mais confortos do que a média dos escravistas em Maryland.³¹⁰

Por mais envolvido que estivesse na nova vida, é difícil acreditar que o autobiógrafo tivesse essa visão tão romantizada, e que não estivesse exagerando intencionalmente as qualidades e oportunidades da nova região. A comparação com outras fontes do período e com episódios narrados pelo próprio Douglass mostram que o Norte não era nenhum paraíso. Em um dos trechos do livro, ele contou que teve de aceitar trabalhos difíceis e temporários nos primeiros anos. E que, depois de tentativas infrutíferas, desistiu da profissão de entalhador, porque nenhum homem branco o queria como colega de emprego. Ele até tentou amenizar o fato ao dizer que, pelo esforço dos abolicionistas, o ambiente dos entalhadores havia se tornado mais amistoso para pessoas negras. Mas o exemplo é suficiente para entendermos a descrição pomposa do Norte como uma estratégia retórica e política contra o Sul escravista.

Um outro ponto a considerar na forma como os autobiógrafos interpretaram a sociedade norte-americana é a condição material em que se encontravam. Uma visão mais negativa e desalentadora não é surpreendente quando o indivíduo se encontra no limite da pobreza, lutando para estabelecer condições básicas de sobrevivência. No caso de Douglass, o apoio de uma rede abolicionista não tinha significados apenas sociopolíticos. No momento em que escreveu a narrativa, ele trabalhava para instituições que combatiam a escravidão, tinha ajuda financeira para pagar viagens e era remunerado pelas palestras antiescravistas que dava pelo país. Pelos relatos do próprio, parecia capaz de manter a casa e a família em um estado minimamente confortável.

A narrativa de Douglass segue o arco progressivo de transformação de um homem escravizado em um homem livre. Ela é estruturada para apresentar uma história inicial de adversidade extrema, superada e coroada pela conquista individual da liberdade e pelo engajamento na luta de libertação de outras pessoas. Nos degraus que conduzem à elevação do narrador, duas dimensões precisam ser plenamente modificadas: a física e a mental. Douglass entendeu que o processo de resistência passava por atos concretos, como conflitos físicos,

³¹⁰ Ibidem.

articulações coletivas e fugas bem elaboradas. Em paralelo, devia acontecer o despertar de uma consciência crítica da sociedade. Superar a alienação ideológica era condição obrigatória para o sucesso da luta. Era preciso identificar as estruturas opressoras, entender suas fraquezas e as formas possíveis de derrotá-las.

No desenvolvimento intelectual e crítico, o despertar de Douglass aconteceu quando foi obrigado a morar em um centro urbano, longe das dinâmicas rurais mais precárias. Na nova casa, a nova senhora o ensinou o alfabeto, um ato que parecia simples e inofensivo para ambos, professora e aluno. Mas o marido interrompeu o processo. Segundo o escravista,

era proibido – e perigoso – ensinar um escravo a escrever. (...) Se você der uma mão a um negro, ele toma o braço. Um negro deve aprender somente a obedecer ao seu mestre – fazer o que lhe mandam. O aprendizado pode estragar o melhor negro do mundo (...) iria incapacitá-lo para sempre com o escravo.³¹¹

Nesse momento, Douglass entendeu que a leitura e a escrita geravam conhecimento e poder. Significavam fugir ao controle, ganhar mais autonomia. Pelas palavras do opressor, Douglass tomou consciência de que deveria buscar novos saberes se desejasse alcançar uma vida mais livre. Deveria superar a alienação: “compreendi, então, uma das coisas que me deixavam mais perplexo, que era o poder que o homem branco tinha de escravizar o homem negro”. Superar a alienação abria perspectivas futuras, até então impensáveis: “A partir daquele momento, eu via o caminho que vai da escravidão para a liberdade”.³¹²

Depois de secretamente aprender a ler, procurou por vários tipos de impressos. Um livro chamou especialmente a atenção dele. Nas páginas a que teve acesso, havia um diálogo entre um escravizado e um senhor branco. E o homem cativo conseguiu convencer o senhor a libertá-lo por meio de uma série de argumentos lógicos contra o sistema. As leituras ajudaram Douglass a formar uma teoria sobre consciência, alienação, escravidão e liberdade.

Descobri que, para fazer um escravo contente, é preciso fazer um escravo estúpido. É necessário escurecer sua visão moral e mental, e até onde é possível, aniquilar o poder da razão. Ele não deve ser capaz de enxergar nenhuma inconsistência na escravidão, ele precisa achar que a escravidão é correta, e isso só acontece quando deixar de ser um homem.³¹³

Na visão de Douglass, o processo de liberdade começava ainda no Sul, quando se

³¹¹ Ibidem, p. 74.

³¹² Ibidem, p. 75.

³¹³ Ibidem, p. 146.

formava um pensamento crítico e o despertar de uma consciência da exploração material e psicológica. Era também importante identificar de quem era a responsabilidade. Mas o processo não foi concluído logo que chegou ao Norte. Esse momento marcou a superação física da condição de escravizado, uma vez que o corpo não estava mais sob o controle de nenhuma outra pessoa. Mas uma etapa final ainda precisava ser alcançada.

O triunfo completo sobre a escravidão viria pela capacidade de expressar a voz e as ideias sem medo. Depois de alguns anos no Norte, ele participou de um encontro antiescravista e foi instigado a falar para a plateia, majoritariamente branca, sobre a época em que viveu como escravizado. Antes desse dia, Douglass só havia discursado em encontros de negros em New Bedford. Dessa vez, expôs com autoridade as memórias e as opiniões sobre a sociedade escravista. E ao ser ouvido, acolhido e respeitado naquele meio, sentiu que havia rompido a última barreira que o impedia de alcançar a liberdade plena.

A verdade era que eu me sentia um escravo, e a ideia de falar para pessoas brancas me esmagava. Mal havia começado a falar quando senti que estava à vontade, e disse o que queria dizer com uma facilidade considerável. Daquele dia em diante, tenho defendido a causa do meu povo.³¹⁴

É emblemático que essa reflexão estivesse no encerramento da autobiografia. Apontava para o engajamento político mais amplo, quando ficou completamente no passado a condição de escravizado, e Douglass assumiu a condição de porta-voz dos escravizados, dos negros livres e da causa abolicionista como um todo. Toda a formação da subjetividade no livro culmina na passagem que o apresentou como novo líder de uma luta coletiva.

Praticamente não há margens para apontar contradições nos pensamentos e práticas do sujeito. A trajetória de vida teve um desenvolvimento linear e culminou em um estado de intensa atividade política e moral. Houve propósitos bem definidos, que estimularam o engajamento do autor. Por mais que as forças escravistas parecessem muito poderosas, não foram vistas como invencíveis. A esperança veio do acolhimento de um coletivo, que o protegeu e estava junto dele nos planejamentos e ações contra a escravidão.

As experiências individuais no Sul o levaram a se aproximar afetivamente e politicamente dos demais escravizados. No Norte, houve integração com grupos negros ativistas, que protegiam uns aos outros e que buscavam fortalecer-se coletivamente. Descobrir um movimento ainda mais amplo, que incluía indivíduos brancos e instituições com alcance interestadual, o fez deslumbrar um horizonte de transformações sociais e impulsionar nele o

³¹⁴ Ibidem, p. 165.

“ardor combativo”.

Nesse escopo de luta, Douglass identificou que o lugar que lhe cabia era o de protagonista do movimento, alguém que tentaria transformar a sociedade por meio da divulgação de ideias contrárias à escravidão e à desigualdade racial. Quando escreveu a autobiografia de 1845, começava a investir mais na escrita e publicação de textos críticos sobre a realidade norte-americana. Por isso, era fundamental reforçar a inteligência em diferentes episódios de vida, mostrar que tinha qualificações especiais para atuar no mundo das letras.

No livro, projetava de maneira clara a intenção de representar uma “vontade coletiva”, de ser alguém que poderia falar com autoridade sobre o universo dos indivíduos com identidades e experiências iguais a ele. Os exemplos de liderança da escola dominical dos escravizados, da atuação destacada em associações religiosas e seculares dos afro-americanos livres e o respeito alcançado na carreira abolicionista ao lado de brancos buscavam credenciá-lo para funções de maior responsabilidade.

Em termos gramscianos, podemos dizer que Douglass começava a ocupar uma posição mais abrangente de “intelectual” na sociedade. Deixava de lado tarefas profissionais mais ligadas às atividades mecânicas – nas plantações, nos estaleiros, no comércio – e dedicava a maior parte do tempo na produção e divulgação de ideias, principalmente em artigos de jornais e no livro autobiográfico. No início dos anos 1840, o projeto de si estava desenhado e ele dava os primeiros passos nessa trajetória.

Douglass atendia alguns requisitos para tornar-se de fato um “intelectual orgânico”. Fazia uma leitura mais profunda da realidade social, com estruturas, sujeitos e relações que a constituíam. Desenvolvia, assim, uma consciência mais crítica, mais abrangente, que o permitia visualizar condicionamentos históricos para além do indivíduo. Estava integrado em coletivos com concepções de mundo semelhantes as dele, que compartilhavam de necessidades e objetivos comuns. Não era um ser estranho no meio dos sujeitos de quem buscava ser porta-voz. E investia forças no intuito de persuadir, agregar e organizar o “organismo”.

Porém, é preciso ver a autobiografia com a expressão principal desse projeto. Não como reflexo de que ele tivesse sido alcançado naquele momento. Douglass estava ainda no processo de construção dele, reunindo elementos que o qualificassem para tal. Para além dos requisitos citados, faltavam dois importantes: atuação de liderança mais autônoma e um reconhecimento mais amplo daqueles que buscava representar.

Quando o apresentamos por meio de um “bloco histórico” mais coerente do que o de Grimes nas autobiografias, identificamos o desenvolvimento de ideias e identidades mais coesas, com poucas margens para dúvidas sobre quem ele quer ser, quem são aliados e inimigos,

quais são as forças possíveis de resistência. Para além das questões dos próprios indivíduos, parte importante desse bloco mais coeso pode ser explicado pelo grau de coletividade envolvido na produção dos livros. Douglass escreveu e assinou o próprio texto, mas estava completamente integrado ao núcleo abolicionista garrisoniano. O ser mais hermético e a realidade social mais maniqueísta estavam relacionados a essa composição mais coletiva do texto, de uma maior adequação aos princípios centrais defendidos pela ala de Garrison. Ou seja, parte coerência de Douglass na autobiografia deve ser problematizada também como adequação ativa e consciente a uma causa, que em busca de ser mais efetiva não poderia ter contradições. Uma maior autonomia e uma visão mais complexa da realidade social seria um passo importante seguinte na carreira do autobiógrafo.

Quando publicou o livro, ele ainda dependia muito do apoio de aliados brancos para ampliar voz e ações na esfera pública. Não tinha construído uma reputação grande em torno do próprio nome. Ainda faltava um reconhecimento maior do coletivo que buscava representar, e para isso era imprescindível tornar-se mais conhecido nacionalmente. Foi justamente com a publicação do livro em 1845, que efetivamente se tornou uma referência popular e respeitada: entre negros e brancos, nos Estados Unidos e na Europa, na época em que viveu e pelas gerações seguintes que o adotaram como símbolo de continuidade das lutas por igualdade.

4 GRIMES E DOUGLASS: AUTOBIOGRAFIAS DE 1855

4.1 SLAVE NARRATIVES E TRADIÇÃO LITERÁRIA

Não há qualquer evidência histórica de que William Grimes e Frederick Douglass tenham se encontrado pessoalmente, nem de que soubessem da existência um do outro. Porém, o ano de 1855 ficou marcado por um encontro simbólico entre os dois, quando coincidentemente publicaram a segunda versão de suas histórias de vida. Em circulação estavam agora, simultaneamente, os livros do primeiro fugitivo da escravidão a lançar um relato de vida e do mais famoso de todos os autobiógrafos negros nos Estados Unidos *antebellum*.

Nos dez anos entre a publicação da primeira e da segunda autobiografia de Frederick Douglass, o número de impressos do tipo teve um aumento expressivo no mundo de língua inglesa. Em nenhum outro período até o fim da escravidão nos Estados Unidos, tantos autores negros se envolveram no projeto de contar as próprias histórias de vida em livros. A maior parte era resultado do apoio mais intenso de movimentos e líderes abolicionistas, mas também havia iniciativas individuais motivadas pelo ambiente mais favorável de vendas. Foram 37 lançamentos de 1845 a 1855, incluindo as novas edições de Douglass e Grimes. Outra prova de que a empreitada cresceu em importância foi o fato de que alguns autores decidiram publicar novas versões de seus textos. Além dos dois que são o nosso foco, há casos como os de William Wells Brown, Josiah Henson, Henry Box Brown, Moses Roper, Okah Tubbee e Lewis Clarke.

Pelo menos 12 dos livros citados trouxeram a inscrição no título *written by himself*, um marcador de autoria cada vez mais comum. Porém, mesmo os que prezaram por uma maior autonomia não abriram mão de incluir nomes de editores ou patrocinadores brancos de maior prestígio nos livros. Não só porque ainda era preciso reforçar as credenciais do autor e a veracidade do conteúdo, mas também pelo fato de que determinados apoiadores podiam tornar a publicação mais atrativa para o público e aumentar as vendas.

William Wells Brown reuniu esses elementos de peso, que ajudaram a impulsionar a popularidade da autobiografia lançada em 1847, em Boston, com o título de *Narrative of William W. Brown, a Fugitive Slave, Written by Himself*. Foi a terceira e última vez que a *American Anti-Slavery Society* patrocinou diretamente a autobiografia de uma pessoa que foi escravizada. Frederick Douglass e James Williams foram as outras duas.

Uma segunda versão do livro de Brown foi lançada em Londres, dois anos depois da primeira. Em 1850, uma tradução para o holandês foi publicada em Zwolle, nos Países Baixos. Brown escreveu outras duas obras de caráter autobiográfico, mais focadas no período em que viveu na Europa: *Three Years in Europe: Or, Places I Have Seen and People I Have Met* (1852) e *The American Fugitive in Europe. Sketches of Places and People Abroad* (1855). Entre a publicação dessas duas narrativas de viagem, também lançou um romance, considerado pelos historiadores o primeiro do gênero escrito por um afro-americano no país. A obra é de 1853: *Clotel; or, The President's Daughter: A Narrative of Slave Life in the United States*.

Pelo número de vendas, a primeira autobiografia de Brown ficou atrás apenas da de Douglass em popularidade. Foram oito mil exemplares em dois anos e nove reedições em quatro décadas.³¹⁵ O sucesso internacional foi resultado em parte do apoio contundente que recebeu do movimento abolicionista, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Mas o mérito também residia nas qualidades intelectuais do autor, um dos afro-americanos mais ativos e prolíficos de seu tempo. Como escritor profissional, além das obras citadas, foi o primeiro negro a publicar uma peça de teatro em 1858, lançou dois volumes de história afro-americana, três versões adicionais do romance *Clotel* e uma última autobiografia em 1880.

No início da carreira como escritor, Brown foi influenciado diretamente pelo sucesso da primeira autobiografia de Douglass. Ele registrou essa importância em um livro sobre a história do povo afro-americano em 1863. Disse que Douglass deu “um novo ímpeto à literatura do homem negro”.³¹⁶ Mas em 1847, o tom era mais de concorrência do que de admiração.

Sabendo que seria inevitavelmente comparado a Douglass, Brown usou a autobiografia, em parte, como um meio de ajudá-lo a emergir da sombra de Douglass. Antes de seu livro ser impresso, Brown revelou a “ansiedade de influência” em seu desejo, confidenciou a um leitor branco de seu manuscrito que sua autobiografia poderia dar-lhe um título diferente do de Douglass. (...) O conhecimento em primeira mão de Douglass sobre a escravidão era limitado a costa leste de Maryland e a Baltimore. Como Brown tinha viajado de Nova Orleans para St. Louis como um escravo dos comerciantes do rio Mississippi, poderia fazer declarações mais abrangentes sobre a escravidão como instituição, e ele fez. Isso convenceu o leitor dos manuscritos dele, Edmund Quincy, membro do círculo íntimo de Garrison, de que Brown tinha “uma história muito mais marcante do que a de Douglass”.³¹⁷

³¹⁵ SCHERMERHORN, Calvin. Introdução. In: BROWN, William Wells. Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo, escrita por ele mesmo. São Paulo: Editora Hedra, 2020, p. 7.

³¹⁶ BROWN, William Wells. *The Black Man, His Antecedents, His Genius, and His Achievements*. New York: Thomas Hamilton, 1863, p. 180.

³¹⁷ ANDREWS, 1988, op. cit., p. 107.

Na autobiografia de 1847, o processo de construção de Brown como sujeito teve dois pontos de destaque. O primeiro foi a escolha do nome quando fugiu para o Norte. Se por um lado conservou o “William” dado pela mãe escravizada, por outro, acrescentou o “Wells Brown” em referência a um quaker branco de Ohio que o havia ajudado no passado. O segundo ponto foi a divisão da própria personalidade a partir de dois momentos completamente distintos de vida. Na época do cativo, chamava-se Sandford Higgins, um homem com moral duvidosa graças aos efeitos nocivos da escravidão. Capaz de enganar até outros negros: fez com que um homem livre fosse açoitado no lugar dele, graças a uma artimanha bem elaborada. Uma vez em liberdade, transformou-se radicalmente. Era um novo homem, William Wells Brown, que dedicava a vida a uma cruzada moral contra os escravistas e se colocava a favor dos irmãos negros. A divisão dicotômica do sujeito, entre o certo e o errado, o bem e o mal, o pecador e o convertido, combinava com os discursos evangélico e abolicionista, focados na mensagem de elevação moral. Até pelo menos a Guerra Civil, Brown permaneceu vinculado aos garrisonianos e manteve essa última persona política que construiu na carreira literária antiescravista.

Outro ex-escravizado a fazer sucesso depois de Douglass e Brown foi Josiah Henson. A autobiografia publicada em 1849 vendeu 6.000 cópias nos primeiros três anos de existência. No livro, Henson falou de uma série de acontecimentos, da escravidão em Maryland até a vida em liberdade em Dawn, no Canadá. Entre as características centrais da personalidade, os valores econômicos ganharam lugar especial. Henson conta que passou a ser visto pelo senhor como um escravizado fiel e, por isso, adquiriu mais respeito e confiança nas plantações: “fui promovido a superintendente do trabalho agrícola e consegui arrecadar mais do que o dobro das colheitas, com um trabalho alegre e disposto que jamais se viu na propriedade antes”.³¹⁸

Além da produtividade no trabalho, Henson apresentou-se como um sujeito com autocontrole, serenidade e integridade moral. Mesmo com toda a degradação humana imposta pela escravidão, ele disse que conseguiu resistir aos impulsos primitivos que corrompiam a população negra e produziam comportamentos selvagens, violentos e imorais. Um episódio era exemplar. Ele contou que, depois de muitas adversidades e enganos do senhor branco, resolveu pegar um machado e matar o homem branco. Mas quando foi cometer o assassinato, ouviu uma voz de repreensão: aquilo era errado, um cristão não podia agir daquela forma.

Essa moralidade impactou até o significado que Henson deu à fuga dos escravizados. Ele qualificou o ato não como uma busca óbvia de todo oprimido, mas como algo justificável

³¹⁸ HENSON, Josiah. *The Life of Josiah Henson, Formerly a Slave, Now an Inhabitant of Canada, As Narrated by Himself*. Boston: Ed. Samuel A. Eliot., 1849, p. 10.

apenas em uma situação extrema. O correto seria pagar pela liberdade. O que ele tentou, mas foi enganado pelo senhor, que pretendia vendê-lo para uma região mais distante ao Sul. Como seria separado da família, decidiu escapar para o Norte com a mulher e os filhos. Henson indicou que, não fosse a violação de algo moralmente tão sagrado como a família, não recorreria à fuga como estratégia de liberdade.

Eu me saíra bem como escravo, e ser reconhecido e elogiado por isso era uma compensação suficiente para mim. Meus méritos, quaisquer que fossem, em vez de provocar simpatia ou qualquer sentimento de apego deles comigo, pareciam apenas aumentar meu valor monetário. (...) comecei a meditar sobre um plano de fuga do perigo, ao qual eu estava constantemente exposto, de que eles tentassem novamente me vender no mercado. A providência divina parecia ter interferido uma vez para derrotar o esquema, mas eu não podia esperar que circunstâncias tão extraordinárias se repetissem, e eu estava fadado a fazer tudo ao meu alcance para proteger a mim e minha família da perversa conspiração.³¹⁹

No mesmo ano, em 1849, um outro autobiógrafo se apresentou com personalidade e valores bem diferentes dos de Henson, principalmente no que diz respeito aos significados de moralidade, família e resistência à escravidão. Henry Bibb deu importância especial ao processo de fuga no relato que escreveu e trouxe poucos detalhes da vida no cativeiro em Kentucky. Foram pelo menos cinco momentos em que ele escapou da escravidão, sendo recapturado em quatro dessas oportunidades. Trapaças, fraudes e mentiras surgiram na história como recursos aceitáveis no caminho para a liberdade. Os meios eram menos importantes que o resultado, ainda mais quando se tratava da luta contra uma instituição injusta como a escravidão. Bibb tinha consciência de que essa postura poderia incomodar o leitor. Mas em vez de mostrar arrependimento ou atribuir os comportamentos a uma força externa maligna, lançou um desafio ético: o leitor teria agido diferente na mesma situação?

Se um homem branco tivesse sido capturado pelos índios Cherokee e levado de sua família para a vida na escravidão (...) seria um crime o pobre fugitivo, cuja vida, liberdade e felicidade futura estavam em jogo, pegar o cavalo de qualquer homem à beira do caminho e montá-lo sem fazer perguntas, para efetuar sua fuga?³²⁰

³¹⁹ Ibidem, p. 47.

³²⁰ BIBB, Henry. *Narrative of the Life and Adventures of Henry Bibb, American Slave*. New York: The Author, 1849, p. 163.

A resposta de Bibb é a de que nove entre dez pessoas fariam o mesmo que ele fez. E se isso tivesse acontecido com algum branco e, este não tivesse aproveitado a oportunidade, seria considerado um tolo. Um tom ousado e provocador.

A outra transgressão moral de Bibb estava relacionada à família. Em 1833, aos dezoito anos, ele começou a se relacionar com uma escravizada chamada Malinda. Ele expressou relutância em estreitar os laços afetivos, pois isso poderia atrapalhar os planos de escapar da propriedade em que vivia. Acabou tendo uma filha, chamada Frances. Mas nem ela o impediu de colocar o projeto individual em primeiro lugar. Em 1837, fugiu para um estado livre sem a companhia e o conhecimento da família. Ele disse no livro que tentou resgatar mulher e filha algumas vezes, sempre sem sucesso. Depois de anos longe das duas, conseguiu ter notícias delas e descobriu que a mulher vivia com outro homem, porque tinha perdido a esperança de encontrá-lo outra vez. O fato é dado como justificativa por ter desistido da família e se casado novamente. Sobre a filha, Bibb preferiu adotar o silêncio: não apresentou nenhum motivo pelo qual abandonou a menina para sempre. A nova vida em liberdade tinha prioridade sobre o passado.

Ex-escravizados constantemente abordavam os significados morais das fugas nas autobiografias. Sentiam-se obrigados a justificar artificios e estratégias usadas para deixar o Sul, como se passar a vida em condições de exploração física e psicológica extremas não fossem motivos suficientes para o leitor. A exemplo dos escritores já citados, esse foi um aspecto central na narrativa de James W.C. Pennington, publicada também em 1849. Como ministro presbiteriano (recordemos que foi o celebrante do casamento de Frederick Douglass), a pressão social por um comportamento disciplinado era maior. Era preciso ter muito cuidado ao descrever situações que pudessem contrariar os princípios cristãos ou que levantassem questionamentos sobre a seriedade da posição que ocupava como líder religioso.

Na escravidão em Maryland, os senhores brancos foram criticados por violarem os princípios básicos de Deus. Nenhum fiel verdadeiro trataria outros homens da maneira violenta como eles faziam. Pennington se apresentava de forma completamente distinta e seguia preceitos fundamentais como o cuidado com a família. E foram justamente os castigos impostos aos parentes, especialmente ao pai, que o motivaram a escapar para o Norte. Nesse processo, apresentou ao leitor o grande “dilema moral” em que se envolveu. Enquanto fugia, foi detido pelos cidadãos de uma cidade, que perguntam a ele se era livre ou escravizado. Pennington tinha duas opções. Ao mentir, evitaria os açoites e a venda para os campos de algodão na Louisiana. Se dissesse a verdade, honraria os princípios de honestidade aprendidos com os pais. Ele, então, explicou que a mentira, abominável em situações normais, tornava-se um recurso

legítimo no contexto da escravidão. E ele odiava ainda mais o sistema por tê-lo obrigado a se desviar de um comportamento virtuoso e ter colocado a vida em risco no “tribunal de Deus”.

O que quer que meus leitores possam pensar, portanto, da história dos eventos daquele dia, não admirem nela as invenções. Mas vejam nela os impedimentos que muitas vezes caem no caminho do escravo em fuga. Vejam como cães de caça humanos gratuitamente o perseguem, o capturam e o tentam a derramar sangue e a mentir; como, quando ele quer fazer o bem, o mal é lançado sobre ele.³²¹

Nos livros de Henry Box Brown, a fuga da escravidão ganhou uma importância tão grande que se tornou o principal elemento definidor do sujeito. O escritor publicou dois livros autobiográficos. O primeiro, de 1849, foi narrado para Charles L. Stearns, comerciante rico e abolicionista em Massachusetts. O segundo, de 1851, lançado em Manchester, Inglaterra, foi escrito pelo próprio Brown. Nos dois volumes, ele se apresentou como um escravizado que teve a sorte e o privilégio de não sofrer violência física dos senhores. Mas que foi atingido pelas dores psicológicas e emocionais do cativo, como a separação forçada da mulher.³²²

Essa foi a principal motivação para decidir escapar. Com a ajuda de amigos, entrou em uma pequena caixa de madeira, com tamanho suficiente apenas para caber o corpo dele encolhido. E foi enviado assim, disfarçado de correspondência, para a *Pennsylvania Anti-Slavery Society*, na Filadélfia. Depois de horas nessa situação precária, foi recebido pelos membros da organização no endereço planejado. Na carreira pública que seguiu como palestrante abolicionista, ganhou o apelido “Box” no nome, identificação pensada para atrair a atenção do público e reforçar a parte mirabolante da fuga. O próprio Brown adotou o apelido nos dois relatos autobiográficos. Mas a estratégia tinha o lado negativo de reduzir o sujeito a uma situação específica da vida e, de certa forma, marcá-lo sempre como um fugitivo. Como se não pudesse ser mais nada além disso. Os livros trazem tantas menções à caixa que é possível questionar se o objeto não é de fato o protagonista da história. As cartas trazidas no prefácio, trocadas entre abolicionistas brancos, reforçam o interesse exagerado na fuga como espetáculo.

Aqui está um homem que foi o herói de uma das realizações mais extraordinárias de que já ouvi falar. Ele veio até mim no último sábado de manhã, em uma caixa bem fechada, marcada “THIS SIDE UP” [*este lado para cima*], por expresso terrestre, desde a cidade de Richmond!! Você já ouviu falar de alguma coisa em toda a sua vida que supere isso? Nada do que foi

³²¹ PENNINGTON, James W. C. *The Fugitive Blacksmith; or, Events in the History of James W. C. Pennington, Pastor of a Presbyterian Church*. London: Charles Gilpin, 1849, p. 30.

³²² BROWN, Henry Box. *Narrative of Henry Box Brown, Who Escaped from Slavery Enclosed in a Box 3 Feet Long and 2 Wide*. Boston: Ed. Charles Stearns, 1849, p. 53.

feito nas barricadas de Paris superou essa intrepidez deliberada e arrojada. Para apreciar plenamente a ousadia e o risco da conquista, você deve ver a caixa e ouvir todas as circunstâncias.³²³

Enquanto muitos autores negros expunham relatos heroicos de viagens do Sul escravista em direção à liberdade no Norte, uma história ficou famosa por apresentar um deslocamento no sentido contrário: a captura de uma pessoa livre no Norte e a posterior escravização ilegal dela no Sul. Nascido em Nova York, Solomon Northup era filho de um casal de negros livres e, portanto, herdou deles a mesma condição. Tendo vivido 30 anos em liberdade, era casado e tinha três filhos. Em 1841, foi enganado por dois homens que prometiam uma oportunidade de trabalho no ramo musical. Foi drogado, sequestrado e enviado à força para o trabalho nas plantações da Louisiana em 1841, onde viveu como escravizado por 12 anos. O período deu nome ao livro autobiográfico de 1853, *Twelve Years a Slave: Narrative of Solomon Northup*. No Brasil, ganhou versão em português só em 2014, ano em que a produção cinematográfica inspirada na autobiografia venceu o Oscar de melhor filme nos Estados Unidos.

O livro de 1853 foi escrito e editado por David Wilson, um advogado e legislador branco, que afirmou ter registrado integralmente as palavras ditas pelo protagonista, que também as revisou antes da publicação. O relato de Northup foi importante por mostrar um outro lado da escravidão, o dos sequestros ilegais de negros livres, e por descrever detalhes da vida em cativeiro no chamado *Deep South*, principal região de produção algodoeira. Em termos de constituição do protagonista, Northup se apresentou como um sujeito de qualidades intelectuais diferenciadas, influenciadas pelo pai e pela região onde viveu. Uma vez na escravidão, teve de lidar com os efeitos brutais da violência e da exploração. O arco narrativo, portanto, foi inverso ao da maioria dos outros autobiógrafos negros, que colocavam o desenvolvimento intelectual como etapa final da história, depois de conquistada a liberdade.

O pai, a principal referência familiar do livro, foi descrito como um homem que não trabalhou no país em “vagas mais braçais que parecem ser especialmente reservadas aos filhos da África”. Alguém que instruiu os filhos com um tipo de “educação superior”. Era diligente e hábil nos negócios, a ponto de ter conquistado o raro privilégio do direito ao voto.³²⁴ Além disso, Northup recebeu dele ensinamentos sobre moralidade e fé. Essa base familiar foi usada no livro para atestar o caráter e as qualidades do próprio autobiógrafo, que alternava tarefas

³²³ Ibidem, p. 2 e 3.

³²⁴ NORTHUP, Solomon. Doze Anos de Escravidão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 19.

agrícolas e artesanais com a leitura de livros e a prática do violino. Era o retrato de um trabalhador honesto e disciplinado, e ao mesmo tempo um indivíduo com qualidades intelectuais e artísticas refinadas. A autobiografia, nesse caso, passou a mensagem de que um negro podia desenvolver plenamente suas capacidades em condições adequadas de liberdade e que poderia ter a vida degradada quando submetido aos males da escravidão. No caso da história de Northup, a última reviravolta foi o retorno à condição original. Depois do resgate da escravidão, veio o julgamento vitorioso, o reencontro com a família e o desejo – expresso na última frase do livro – de poder um dia “descansar no pátio da igreja onde dorme meu pai”.³²⁵

No período entre 1845 e 1855, destacam-se ainda outros dois relatos com protagonistas afro-americanos. Um deles por ser um dos poucos no período *antebellum* sobre uma mulher escravizada e o outro por apresentar um homem que passou parte da vida em cativo nas plantações do Brasil.

O livro sobre a vida de Sojourner Truth, publicado em 1850, em Boston, foi escrito por Oliver Gilbert, uma abolicionista branca. Ela ouviu o relato de Truth e contou a história da escravizada em terceira pessoa, uma característica diferente dos livros analisados até aqui. O que o qualifica mais como uma biografia autorizada do que como uma autobiografia.

Nascida como Isabella entre 1797 e 1800, em Nova York, passou por situações comuns entre escravizados, como açoites frequentes e promessas mentirosas de alforria. Quando finalmente conseguiu a liberdade, lutou com sucesso para que o filho também a obtivesse. Em 1843, deixou Nova York, e ingressou na *Northampton Association*, uma comunidade em Massachusetts baseada na filosofia de Charles Fourier. O socialista francês era crítico ao modelo idealizado de sociedade burguesa e se opunha especialmente aos valores relativos à produção econômica, consumo e moralidade sexual. Foi nesse período que a mulher adotou o nome de Sojourner Truth (em português pode ser traduzido como Verdade Peregrina), sinal de que ela queria ser vista como mensageira de uma palavra divina. Coerentemente com essa nova identificação, a narrativa trouxe uma vida marcada por dedicação religiosa intensa, defesa de ideias abolicionistas e da igualdade de gênero. Truth indicou que a escravidão a preparou para provações espirituais que os pregadores homens e brancos não conseguiam entender.

Em 1854, foi lançada em Detroit, Estados Unidos, a história de Mahommah Gardo Baquaqua. Nascido de família muçulmana no reino de Bergoo, atual Benin, interior da África Ocidental. Na juventude foi escravizado ainda no continente e depois enviado para o Brasil,

³²⁵ Ibidem, p. 258.

tendo passado por Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Em viagem para Nova York, conseguiu escapar dos escravistas e buscou refúgio no Canadá, onde ditou sua história para o abolicionista irlandês Samuel Moore. A lista de destinos incluiria ainda o Haiti e a Inglaterra. O livro de Baquaqua foi apresentado originalmente como uma biografia, mas alternava entre estilos textuais diferentes. Em um primeiro momento, estava escrito na terceira pessoa do singular, nas palavras de Samuel Moore, e continha informações mais gerais sobre política, economia e cultura na África. Em outros longos períodos, o relato estava em primeira pessoa, para indicar uma transcrição direta da fala de Baquaqua sobre as próprias experiências.

A vida do protagonista foi descrita como um exemplo negativo dos efeitos da escravidão e da desigualdade racial. O objetivo da obra era atrair mais pessoas para a causa abolicionista e patrocinadores que ajudassem Baquaqua no retorno à terra natal. Em paralelo, a mensagem dos benefícios alcançados pela conversão à fé cristã. No desenvolvimento pessoal, a combinação de paganismo e escravidão o levaram ao vício do álcool e à tentativa de suicídio quando vivia em Pernambuco. Dessa quase destruição individual, veio a reflexão sobre a importância de Deus e do combate à escravidão, instituição que não poupava ninguém: “éramos todos da mesma espécie, mau senhor, maus escravos”.³²⁶

qualquer um que possui meios para comprar seu semelhante com a escória insignificante pode se tornar um senhor de escravos, não importa qual seja a sua cor, seu credo ou sua nacionalidade; (...) o homem negro escravizaria instantaneamente seu semelhante como faz o homem branco, tivesse ele o poder.³²⁷

Como apresentado até aqui, escritores negros, com graus variados de autonomia sobre o texto biográfico, interpretaram a sociedade em que viviam e a própria posição que ocupavam nela de formas diferentes. O número de livros cresceu ano após ano, movimento impulsionado por sucessos de venda como os de Frederick Douglass e William Wells Brown. O processo de escrita e de publicação envolveu frequentemente negociações e tensões na relação com os brancos, fossem eles patrocinadores, jornalistas ou escritores abolicionistas. Para além dos escravistas, que podiam lançar textos públicos contra as autobiografias, existia a relação complexa com aqueles apoiadores que eram, para dizer o mínimo, imperfeitos. Com livros e críticas em jornais, eles ampliavam o alcance das pautas antiescravistas, mas perdiam-se em

³²⁶ BAQUAQUA, Mahommah Gardo. Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África. São Paulo: Uirapuru, 2017, p. 55.

³²⁷ Ibidem, p. 56 e 57.

conteúdos racistas e muitas vezes contrários aos objetivos da maioria da comunidade negra. Dois exemplos são emblemáticos nesse período.

Em 1849, Ephraim Peabody, um homem branco, ministro religioso e abolicionista moderado de Boston, escreveu um artigo para o jornal *Christian Examiner*. Com o título *Narrative of Fugitive Slaves*, Peabody dissertou sobre a importância dos livros autobiográficos lançados nos anos anteriores por autores que escaparam da escravidão. Foram mencionadas seis obras, que ele chamou de as “produções mais notáveis da época”. Apesar do elogio contundente no início do texto, o autor logo problematizou o fato de as autobiografias apresentarem visões muito parciais dos ex-escravizados. Os protagonistas, afetados pelas relações de poder nas plantações, apresentavam “uma ideia totalmente errada do caráter geral dos senhores”. Ephraim entendia que mesmo esses escravistas brancos possuíam alguma virtude.³²⁸

Não era aleatória a tentativa de melhorar a imagem dos sulistas brancos. O artigo expressava uma visão prepotente dos povos de origem europeia. O Sul errava em manter a escravidão, mas pelo menos lá os negros não eram mais “selvagens como seus pais que foram trazidos das costas da África” e puderam receber “alguma tintura da civilização”. Assim, qualidades como afeto, sensibilidade moral e inteligência derivavam da relação com “uma raça mais bem instruída ao seu redor”.³²⁹

No artigo, dois autobiógrafos negros foram analisados em detalhes: Josiah Henson e Frederick Douglass. Ephraim abordou ao mesmo tempo o conteúdo dos livros, o tom narrativo e a personalidade dos indivíduos. O objetivo era decretar quais seriam os comportamentos adequados dos negros abolicionistas diante da opinião pública. Josiah Henson foi descrito como exemplo a ser seguido pelos demais. Ele era mais “simples, franco e direto”. Era “tolerante, calmo, benevolente e sábio”. Capaz de “despertar a mente preguiçosa de seus irmãos” e seguir os princípios de “homens como Adam Smith e Mill”. Das atitudes elogiadas em Henson, uma delas foi a de que ele trabalhou para que fugitivos da escravidão pudessem viver isolados em comunidades agrícolas no Canadá, “até que novos hábitos e ideias” fossem estabelecidos, “longe da presença ofuscante dos brancos”. Para completar, Henson não era um homem barulhento, pretencioso, não tinha “amargura com os brancos”, era paciente e não fazia “reivindicações extravagantes em favor dos negros”.³³⁰

³²⁸ DAVIS, Charles T., GATES JR, Henry Louis. *The Slave's Narrative*. New York: Oxford University Press, 1985, p. 19 e 20.

³²⁹ *Ibidem*, p. 23.

³³⁰ *Ibidem*, p. 27.

Frederick Douglass, a quem Ephraim disse respeitar a força do caráter e considerar um “homem superior”, foi criticado pela forma como frequentemente se expressava em público. Se por um lado o afro-americano era um líder que comandava a atenção, que possuía capacidade rara de oratória, lhe faltava algum controle de temperamento quando se dedicava à causa abolicionista. O comportamento prejudicava a “utilidade” e a “influência real” dele. Douglass tinha julgamento muito severo e visão unilateral. Considerava só os “males da escravidão” e pensava “levianamente” nas estratégias para combatê-los. Parte da culpa era de seus “associados do Norte”, abolicionistas radicais que usavam discurso violento e extravagante: “Ele naturalmente adota o estilo deles”. Ou seja, não era considerado capaz de pensar por si só.

Segundo Ephraim, um orador com “declarações violentas” pensava mais no discurso do que no objetivo final. Nele, predominavam “extravagância, a paixão e os floreios retóricos”. Esses últimos elementos não combinariam com quem quisesse “promover sinceramente qualquer grande reforma”. O objetivo alegado da crítica era o de oferecer sugestões para Douglass, já que ele era uma pessoa influente e o trabalho dele tinha consequências para os outros ao redor.³³¹

Ephraim é um dos exemplos de como as autobiografias geravam desconfortos para a população branca do país, acostumada à posição de rotular os negros e posicioná-los segundo significados inferiores. O abolicionista branco assumiu na crítica ao jornal essa voz de autoridade, de dizer aos negros como eles deveriam se comportar, o que deveriam dizer, que personalidade deveriam adotar. E a base comum dessa visão era a de que a ordem social não poderia ser completamente subvertida, que a igualdade social plena não era desejada. A civilização branca não poderia perder posições históricas de privilégio.

O exemplo mais contundente de indivíduo branco a querer protagonizar as lutas abolicionistas, os significados das experiências e das subjetividades negras nesse período foi a escritora Harriet Beecher Stowe. Em 1852, ela publicou, em dois volumes, o romance que seria considerado o best-seller de todo o século 19: *Uncle Tom's Cabin* (na versão em português, *A Cabana do Pai Tomás*). A história retratava a vida em uma plantação no Sul, com um conjunto de personagens escravizados e senhores brancos, situações de sofrimento, fuga e perseguição. Pelas estimativas de pesquisadores, o livro vendeu dez mil cópias nos Estados Unidos nas primeiras semanas de lançamento. Em um ano, esse número chegou a 300 mil. Na Grã-Bretanha, foram 1,5 milhões de cópias no mesmo intervalo. A obra se tornou uma peça

³³¹ Ibidem, p. 25 e 26.

importante no debate público sobre escravidão e abolição. Foi discutida em artigos e cartas enviadas aos jornais dos EUA e da Europa, gerou várias publicações críticas de escravistas, assim como produziu grande impacto na comunidade afro-americana.³³²

A partir dos ataques que recebeu de escravistas, e dos céticos que duvidavam da semelhança do romance com a vida real, Stowe defendeu-se com a publicação de um novo livro em 1853: *A Key to Uncle Tom's Cabin*. Em meio a vários argumentos, citava autobiografias de escravizados e respectivos autores como prova de que tinha usado inspirações confiáveis para montar o roteiro ficcional. As citações forneciam mais um combustível de popularidade para as autobiografias. Porém, o romance em si trazia pelo menos duas questões controversas que, para alguns líderes negros, podiam prejudicar os interesses da comunidade.

O primeiro ponto era sobre o rumo geral da luta abolicionista e da participação dos negros em uma sociedade livre. Stowe tinha visões próximas das apresentadas anteriormente por Ephraim Peabody. Ela defendia um tipo de abolicionismo considerado moderado, em que se compartilhava a ideia de que os negros precisariam de tempo e de algum tipo de aprendizado para conviver em harmonia e igualdade com outros brancos. Para alguns desse grupo, como era o caso de Stowe, a conclusão desejada da emancipação era a migração dos negros para a África. O envolvimento dela com os princípios do movimento de colonização eram explícitos e apareceram no livro de 1852 em textos complementares, depois da conclusão do romance.

Encher a Libéria com uma raça ignorante, inexperiente, meio barbarizada, recém-saída das cadeias da escravidão, seria apenas prolongar, por eras, o período de luta e conflito que acompanha o início de novos empreendimentos. Que a igreja do Norte receba esses pobres sofredores no espírito de Cristo; receba-os nas vantagens educativas da sociedade e das escolas republicanas cristãs, até que tenham atingido um pouco de maturidade moral e intelectual, e depois os assista em sua passagem para aquelas margens, onde possam pôr em prática as lições que aprenderam na América.³³³

O segundo ponto de debate sobre o trabalho de Stowe foi a caracterização dos personagens negros do romance e a relação deles com os brancos. O *London Times* enalteceu o conteúdo: “Nós não conhecemos um livro em que o caráter do negro encontra interpretação tão

³³² ROBBINS, Sarah. *The Cambridge Introduction to Harriet Beecher Stowe*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 114.

³³³ STOWE, Harriet Beecher. *Uncle Tom's Cabin*. Edited by Christopher G. Diller. Toronto: Broadview Editions, 2009, p. 481.

bem-sucedida, e parece tão realista e tão atual”.³³⁴ Esse “caráter” envolvia, na verdade, mais de um estereótipo que o livro ajudou a popularizar. Os mais famosos foram o *pickaninny*, a *mammy* e o próprio *Uncle Tom*. O primeiro deles, reservado para crianças negras, era normalmente associado aos comportamentos preguiçosos, irresponsáveis e irreverentes. O segundo, reduzia mulheres escravizadas que trabalhavam em ambientes domésticos a um papel de cuidadoras das crianças brancas. Elas teriam uma postura zelosa e dedicada, e estabeleciam uma relação de afeto com a família escravista.³³⁵

Uncle Tom virou o símbolo do homem negro simples, condescendente, que em grande medida demonstrava gentileza e apego pelos brancos escravistas, uma pessoa subserviente capaz de colocar as próprias necessidades de lado. No romance, Stowe retratou Tom como infantil e submisso, uma combinação que o impediu de resistir diretamente à escravidão. Comparado com a “forte e dominante raça anglo-saxônica”³³⁶, Tom tinha “o coração doméstico gentil”, que “era uma característica peculiar da sua raça infeliz”.³³⁷

A pesquisadora Marva Banks estima que pelo menos duzentos artigos escritos por negros sobre o romance de Stowe foram publicados entre 1852 e 1855. O jornal *Frederick Douglass’ Paper* concentrou a maioria delas. Alguns líderes afro-americanos preferiram focar nas contribuições do romance para ampliar as denúncias da escravidão. Com um alcance tão expressivo, mais pessoas conheceriam os males do sistema e poderiam se posicionar contra ele. Frederick Douglass e William Wells Brown estavam entre elas.³³⁸

Douglass e Stowe chegaram a trocar cartas enquanto ela escrevia o romance. Ela tentou o persuadir de rever a posição sobre a questão da colonização, de que fora sempre crítico. Ainda em 1852, Douglass escreveu um editorial em que criticava os capítulos finais do romance pela defesa da colonização. Mas na reunião da *Colored National Convention of 1853*, em Rochester, Douglass elogiou o livro e chegou a afirmar que era fruto de inspiração divina. Esse lado mais pragmático, o de considerar a parte positiva do romance para os propósitos abolicionistas, o levou a um debate mais intenso com Martin R. Delany, outro líder negro influente. Douglass

³³⁴ African American Pamphlet Collection. Uncle Tom in England: the London times on Uncle Tom's cabin; a review from the London times of Friday, September 3d. New York: Bunce & Brother, Publishers, 1852, p. 2. Acesso em 20/03/2022: <https://www.loc.gov/item/06035767>

³³⁵ REYNOLDS, David S. *Mightier than the sword. Uncle Tom’s Cabin and the Battle for America*. New York: W.W. Norton and Company, 2011.

³³⁶ STOWE, op cit., p. 45.

³³⁷ Ibidem, p. 138.

³³⁸ BANKS, Marva. Uncle Tom’s Cabin and Antebellum Black Response. In: MACHOR, Jams L. *Readers in History: Nineteenth-Century American Literature and the Contexts of Response*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 210.

publicou no jornal as cartas que os dois trocavam, entre abril e maio de 1853. Delany criticou o foco de Stowe nos projetos de deportação dos afro-americanos, mas também se mostrou irritado por considerar que ela era ignorante sobre os principais aspectos da vida afro-americana: “ela não sabe nada sobre nós, as pessoas livres de cor dos Estados Unidos”. Em outra passagem, disse “os brancos, sempre presumiram pensar, ditar e saber melhor o que convém às pessoas de cor”.³³⁹ A réplica de Douglass foi de que era preciso reconhecer “amigos onde quer que os encontremos”, que qualquer um que fosse capaz de influenciar a luta contra a escravidão e despertar a simpatia de novos apoiadores no Norte deveria ser valorizado.³⁴⁰

Wells Brown, que morava na Inglaterra quando o romance de Stowe foi lançado, escreveu uma carta para William Lloyd Garrison, foi publicada no *Frederick Douglass' Paper* no fim de 1852. O intelectual negro descreveu o livro de Stowe como a “luz do sol da manhã”, que teria aberto os olhos de todos para a escravidão e despertado “simpatia nos corações que nunca foram sentidos em favor dos escravizados”.³⁴¹ Henry Bibb, outro dos autobiógrafos negros, escreveu um editorial em 1852 no *Voice of Fugitive*, jornal antiescravista canadense do qual era dono. Nele, citou o *Uncle Tom* como um exemplo do que muitos escravizados passavam no Sul dos Estados Unidos.³⁴²

Outros afro-americanos, estrategicamente, procuraram vincular as próprias autobiografias com o romance de Stowe. Solomon Northup colocou uma dedicatória especial para a escritora em “Doze anos de escravidão” e indicou semelhanças entre a própria vida e o romance, por ser ambientado em região onde ele teria sido escravizado. Josiah Henson foi citado pela própria escritora branca como protótipo do *Uncle Tom*. O destaque na semelhança entre os dois estava sobretudo nos “princípios cristãos invulneráveis”. Stowe ressaltou o episódio na vida de Henson, contada na autobiografia dele, quando entregou os escravizados sob sua responsabilidade ao mestre em Kentucky, em vez de favorecer a fuga deles para a liberdade. Para Stowe, foi “o mais sublime ato de autorrenúncia”.³⁴³ Décadas mais tarde, quando publicou outras duas autobiografias, Henson apresentou-se a partir desses vínculos: em 1876, “*Uncle Tom's Story of His Life*”. *An Autobiography of the Rev. Josiah Henson*; em 1881, *An Autobiography of Rev. Josiah Henson ("Uncle Tom")*.

³³⁹ Ibidem, p. 220.

³⁴⁰ Ibidem, p. 221.

³⁴¹ Ibidem, p. 214.

³⁴² Ibidem, p. 215.

³⁴³ ANDREWS, 1988, op. cit., p. 122.

O livro de Stowe corroborava o peso que a opinião pública dava às pessoas brancas em detrimento das negras. Como a escritora mesmo alegou, boa parte do conteúdo foi inspirada em leituras das *slave narratives*, que já circulavam há duas décadas pelo país. Mas foi preciso que uma pessoa branca trouxesse o assunto à tona em forma de ficção para que fosse ouvida com mais atenção e alcance do que as pessoas negras que haviam escrito sobre a escravidão antes. Era uma obra de uma mulher do Norte do país, que não teve o mesmo contato com a realidade das plantações sulistas, tampouco foi afetada diretamente pela escravidão. Mesmo que outros negros tivessem escrito diversos livros, artigos de jornais e outros tipos de impresso sobre a experiência no cativeiro, tendo muito deles sido vítimas e testemunhas daquela realidade, a palavra da mulher branca foi melhor acolhida e aceita como autoridade no assunto.

Por essa razão, era importante que os escritores negros mantivessem a publicação das autobiografias para se contrapor às imagens de infantilização, submissão e ignorância atribuídas aos afro-americanos. Eles precisavam continuar a reivindicar o papel de autoridade para falar de si próprios. Se Stowe ou o crítico do *London Times* tivessem realmente prestado atenção às autobiografias citadas nesse subcapítulo, teriam percebido que os negros não eram um grupo estereotipado e limitado. Havia uma variedade de histórias, personalidades e visões de mundo.

A seguir, veremos que, apesar de Frederick Douglass adotar uma estratégia mais pragmática de apoiar o livro de Stowe, todos os textos dele, inclusive as duas autobiografias de 1845 e 1855, o apresentaram como um homem negro totalmente diferente dos personagens do *Uncle Tom*. Era preciso separar a ficção da realidade. Os mitos da inferioridade racial foram derrubados com demonstrações diretas da complexidade emocional e da capacidade intelectual que os negros possuíam.

William Grimes não fez qualquer menção ao *Uncle Tom* em 1825 e 1855. Porém, por mais que não tivesse o mesmo grau de instrução de Douglass, mostrou à sua maneira que um homem negro, mesmo simples e pobre, não era um ser passivo e inferior. Por mais que a construção da própria imagem tenha sido permeada de contradições, elas ainda assim indicavam um conjunto amplo de comportamentos e pensamentos que as pessoas negras poderiam ter tanto na escravidão como na vida em liberdade.

4.2. GRIMES, SEGUNDA EDIÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DE ISOLAMENTO

Aos 70 anos de idade, William Grimes decidiu publicar uma segunda edição da autobiografia dele. Trinta anos separavam os dois livros. Nesse período, o autor saiu de

Litchfield e viveu em diferentes cidades do estado de Connecticut, até voltar para New Haven, onde registrou e lançou o relato de 1855: *Life of William Grimes, the Runaway Slave, Brought Down to the Present Time. Written by Himself*.

Em relação ao título, a novidade foi o acréscimo da expressão *Brought Down to the Present* (trazida para o presente), coerente com a proposta de resgatar o texto de 1825 com poucas mudanças. Os primeiros subcapítulos eram praticamente idênticos, com apenas algumas correções de ortografia e de pontuação: *To the public* (um prefácio escrito por ele mesmo) e *Life of William Grimes* (texto principal com o relato de vida). Em 1855, outros dois subcapítulos foram acrescentados: *Conclusion* e *Old Grimes' Son*. Ambos tinham atualizações sobre a no Norte nos últimos vinte anos, e funcionaram em conjunto como uma nova conclusão do livro.

Os leitores da segunda autobiografia também foram contemplados com um elemento gráfico inédito na capa: uma ilustração em preto e branco que retratava a aparência de Grimes. Algo que o próprio fez questão de comentar nas últimas páginas, com agradecimentos às pessoas que tornaram aquela novidade possível. A primeira foi o Sr. Wells, um fotógrafo que registrou a imagem por meio de um daguerreótipo. O segundo foi indicado como Sandford, que usou a fotografia como referência e fez o desenho usado no livro. Na imagem, Grimes aparece sentado, veste um sobretudo e um chapéu longo, segura em uma das mãos uma cesta e, na outra, o que parece ser uma bengala. Dois elementos que dialogavam com a caracterização que fez de si ao longo dos últimos subcapítulos: o de trabalhador dedicado (na cesta estavam os produtos que ele vendia na rua) e o de um homem idoso ("*Old Grimes*").³⁴⁴

O livro de 1825 possuía 68 páginas. O de 1855 foi publicado com 93. Mas não havia equivalência de paginação nas partes que foram mantidas no novo livro: ele usou mais laudas para trazer a mesma quantidade de texto. Se os dois primeiros subcapítulos terminam originalmente na página 68, na nova edição eles terminam na página 83. As dez restantes trazem as atualizações e as conclusões já mencionadas.

Nas novas páginas, Grimes explicou os motivos que o levaram a lançar uma segunda autobiografia. Assim como em 1825, era preciso ganhar algum dinheiro. Ele continuava a ser um homem pobre, mas tinha novas necessidades como um senhor de 70 anos. A outra razão era satisfazer a curiosidade das pessoas que desejavam conhecer mais detalhes da vida de alguém escravizado no Sul do país. Disse que foi estimulado a reviver o projeto por insistência de

³⁴⁴ ANDREWS, William L., MASON, Regina E., eds. *Life of William Grimes, the Runaway Slave*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 92.

“grande número de amigos íntimos”. E indicou que dentre eles havia “muitos homens distintos de New Haven”, com quem estava em dívida moral.³⁴⁵

Os habitantes da cidade foram chamados de “meus companheiros cidadãos”. Grimes afirmou ser conhecido por quase todos na região, a ponto de jornais locais o considerarem “uma instituição fixa”. Essa autovalorização acentuada acompanhava a importância e o alcance que ele atribuía à autobiografia de 1825. Segundo o autor, uma quantidade grande de cópias foi publicada naquele ano e poucas ainda estavam em circulação em 1855. Para corroborar isso, ele mesmo não tinha uma cópia em mãos e precisou colocar um anúncio no jornal para que um “cavalheiro gentil” lhe enviasse o livro. O autor garantiu que, devido a toda a atenção pública que recebeu, frequentemente era chamado de “um dos mais memoráveis personagens dos tempos modernos”.³⁴⁶

Os adjetivos soam exagerados, dada a escassez de registros sobre ele na época. Mas como indica o pesquisador William L. Andrews, é possível que Grimes, mesmo sem gozar de fama nacional como outros ex-escravizados, tenha conquistado alguma reputação entre os habitantes de Connecticut. Podem ter contribuído para isso a história itinerante dele, as ocupações profissionais que o mantinham em contato frequente com o público e a própria personalidade loquaz. Os obituários dele, publicados em alguns jornais da região, ajudam a reforçar essa interpretação. Em 21 de agosto de 1865, o *New Haven Daily Palladium* veiculou o seguinte texto: “Todos em New Haven o conhecem, ele estava sempre nas esquinas das ruas com um cesto na mão. Ele era um senhor idoso” que “vendia tíquetes de loteria e era versado em conhecimento teológico”. Sobre o período que trabalhou como barbeiro em frente à universidade, o jornal afirmou: “Toda Yale o patrocinava e milhares de graduados de Yale o conheciam”.³⁴⁷

Há registros também de obituários em outros estados, que compartilharam um mesmo texto curto sobre Grimes. É o caso do *The Brooklyn Daily Eagle*,³⁴⁸ de Nova York, e do *Liberator*, de William Lloyd Garrison, de Boston, Massachusetts. Esse último chama a atenção por ser provavelmente a única referência que existe ao autor negro na imprensa abolicionista. E, nesse caso, também não há qualquer menção às autobiografias de 1825 e 1855. Em vez do reconhecimento literário, a descrição da personalidade divertida e excêntrica ganhou destaque,

³⁴⁵ Ibidem, p. 104.

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ Ibidem, p. 4 e 5.

³⁴⁸ Acesso em 20/03/2022: <https://www.newspapers.com/image/50253826/>

representada pelo adjetivo “pitoresco”. O texto padrão veiculado em 25 de agosto de 1865, quatro dias depois do falecimento de Grimes, tinha o título de “*Old Grimes is dead*”.

Wm. Grimes, melhor conhecido como “Velho Grimes”, um idoso escuro pitoresco, que uma vez foi escravo, conhecido de todos os nossos cidadãos, e por milhares de graduados da Yale College, morreu nesta cidade ontem em idade avançada – provavelmente noventa anos.³⁴⁹

Da mesma forma como aconteceu no primeiro livro, em 1855 o projeto não teve indicação de patrocinadores. Mas o obituário mais extenso do *New Haven Daily Palladium* afirmou que dessa vez ele contou com a ajuda de um copista, alguém para quem ditou o capítulo final da autobiografia. O jornal comunicou o recebimento de uma cópia do livro de Grimes e disse ele que foi impresso por S. H. Harris, no estabelecimento chamado T. J. Stafford: “Pode não ser desinteressante para nossos leitores saber que a parte final desta narrativa foi escrita pelo Sr. Harris um dia na sala de composição. O velho Grimes estava sentado, ‘cesta na mão’, fornecendo as cabeças ao escritor”.³⁵⁰ A palavra “cabeças” provavelmente indica os tópicos em destaque ou mesmo as ideias organizadas para o texto. Samuel H. Harris era alguém importante no trabalho de impressão da cidade, e se tornaria mais para frente o presidente da União Tipográfica de New Haven.³⁵¹

Se Grimes teve essa ajuda fundamental na produção do livro, por que não fez nenhuma menção a Harris? Não desejava tornar pública a presença de outra pessoa na função de coeditor? Era algo que poderia diminuir o protagonismo dele como autor independente? Em 1855, também não houve prefácios nem posfácios escritos por outras pessoas, ao contrário da maioria das autobiografias de escravizados. Nesse caso, também estaria preocupado em evitar interferências externas no texto? Ou de fato não encontrou quem estivesse disposto a escrever uma espécie de carta de recomendação? O uso do “*written by himself*” no título levanta as mesmas questões: significava orgulho intelectual ou isolamento literário?

No que diz respeito às estratégias de validação, na ausência de textos de terceiros, foi ele mesmo que assumiu a responsabilidade pelo conteúdo. Na primeira frase da conclusão, garantiu que a narrativa era “verdadeira e cheia de acontecimentos”.³⁵² Mais à frente, defendeu-

³⁴⁹ ASHTON, Susanna. Slavery Imprinted: The Life and Narrative of William Grimes. In: COHEN, Lara Langer; STEIN, Jordan Alexander (org.). *Early African Print Culture*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012, p. 132.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ ANDREWS, 2008, op. cit., p. 135.

³⁵² GRIMES, *ibidem*, p. 104.

se da acusação de mentir em um ponto específico da narrativa de 1825, quando falou da escravizada Frankee a quem considerava uma bruxa com poderes sobrenaturais: “Algumas pessoas acham que isso não é verdade, mas é, cada palavra sobre isso”³⁵³. Não apresentou nenhum argumento adicional sobre o assunto, apenas reforçou que a palavra dele bastava.

No caso da construção de uma reputação positiva, Grimes repetiu uma estratégia usada em 1825: declarar intimidade com membros da elite política ou econômica. Nas novas páginas do livro de 1855, acrescentou nomes de prestígio das cidades em que viveu e alegou ter vínculo de amizade com elas. Eram pessoas que admiravam o trabalho e a história de vida dele. Novamente, sem que elas mesmo confirmassem essa relação, cabia aos leitores apenas acreditar no que Grimes dizia.

O primeiro exemplo citado é do período em que morou em Fairfield, Connecticut, onde trabalhou como barbeiro. Foram mencionados dois clientes em especial: “meus amigos, o juiz Dagget e o advogado Nathan Smith”.³⁵⁴ As duas autoridades brancas ajudavam a legitimar a história e dar maior peso à própria vida, mostravam que ele era cercado por pessoas influentes. No contexto da escravidão e do abolicionismo, a relação com os dois personagens era bem controversa. Além de atuarem na área jurídica, eles se envolveram diretamente na política nacional. Nathan Smith era senador por New Haven e, assim como Dagget, se opôs publicamente ao desenvolvimento de colégios para pessoas negras em New Haven. Ao considerá-los “amigos”, Grimes corria o risco de fazer inimigos entre os afro-americanos engajados na luta por igualdade social e desenvolvimento intelectual da comunidade.

Um segundo exemplo veio do meio religioso. Ao enfatizar a imagem pessoal de cristão devoto, Grimes citou relações especiais com dois líderes protestantes brancos de New Haven, Dr. Crosswell e Dr. Stiles. O autor disse que foi admitido como membro na igreja do primeiro (*Trinity Episcopal Church*) e que frequentava ocasionalmente a igreja do segundo (*South Church*), por ele ser um “amigo antigo”.³⁵⁵ As referências chamam a atenção em um contexto de conflitos raciais nas igrejas da cidade. Um dos casos emblemáticos foi a formação da *St. Luke's Episcopal Church* no início dos anos 1840. Era voltada para a comunidade negra, sob liderança de Alexander Crummell, depois que o espaço segregado e desigual das instituições religiosas tradicionais se mostrou cada vez mais hostil. Grimes novamente preferiu valorizar lideranças e instituições brancas, em detrimento da comunidade afro-americana.

³⁵³ Ibidem, p. 111.

³⁵⁴ Ibidem, p. 106.

³⁵⁵ Ibidem, p. 110.

Além de mencionar figuras de prestígio social, o autor recorreu a uma fonte externa anônima para reforçar a própria importância. Ele inseriu um poema feito especialmente em homenagem a ele por um dos “melhores amigos” que tinha. O motivo de não revelar a autoria não estava indicado no texto, mas pode ter sido uma estratégia de colocar o poeta desconhecido como representante de uma opinião popular e generalizada sobre ele. Sem um nome, poderia ser a voz da multidão. Os versos falavam sobre a personalidade de Grimes. E foram usados como mais um recurso literário para projetar a imagem pública pretendida pelo autobiógrafo.

No poema, Grimes foi descrito como “inteligente”, dono de “um olhar divertido” e conhecido por usar roupas simples e desgastadas. O que indicava uma condição de menor poder aquisitivo, mas que não o impedia de ser “gentil e liberal” com outros necessitados. Ele estava “sempre pronto para um trabalho”, não importava qual fosse a função. Mas havia o recado de que adotava essa postura quando era pago. Enfatizar o trabalho remunerado era importante principalmente para quem havia passado anos cativo no Sul, sendo continuamente explorado sem receber nada em troca. O poeta acrescentou que Grimes era um “homem honesto”, que pagava todas as dívidas.

Uma frase bem significativa sobre Grimes foi: “Em todas as relações dele com as pessoas, seu objetivo é agradar”. Provavelmente, o autor queria falar de gentileza e altruísmo, mas revelava uma busca constante por adequação. Comportamento para construir uma imagem positiva aos olhos das pessoas brancas influentes, que poderia lhe garantir vantagens pessoais. Alguém que não estaria disposto a entrar em conflitos, a não ser quando precisava justificar uma situação de difamação pessoal e injustiça.

Por fim, o poema afirmou: “*He is a man of many parts*”. Essas muitas partes se referiam à versatilidade profissional e à vida movimentada dele: foram várias ocupações profissionais e experiências em diferentes cidades do Sul e do Norte. Mas também podiam indicar as dimensões psicológicas complexas do autor. Não era uma pessoa simples e superficial, mas alguém atravessado por muitas camadas. Como identificamos na primeira autobiografia, Grimes apresentou personalidade e relações pessoais marcadas pela contradição. Os textos inéditos de 1855 minimizaram algumas das incoerências identitárias, tentaram mostrar o sujeito como uma unidade mais lógica, mas o retrato final permaneceu inconsistente.

O trabalho e a honestidade continuavam como valores fundamentais. Assim, não havia espaço para reclamação sobre os tipos de ofício com que se envolveu. A vida profissional dedicada e disciplinada estava sempre em foco. Ele chegou a separar um trecho do livro para pedir que os leitores não confundissem duas de suas principais profissões: a de barbeiro e a de vendedor de bilhetes de loteria. Elas eram completamente distintas e tiveram importância em

momentos de vida específicos. A identidade profissional era central para ele e precisava estar bem definida. Nesse ponto, as inconsistências estavam relacionadas ao resultado desses empreendimentos. Em praticamente todos, o discurso é semelhante: foi muito bem-sucedido e conseguiu um retorno financeiro satisfatório. Mas estava sempre reiterando em outros trechos do livro que era pobre e precisava de ajuda externa.

A identidade racial também permaneceu confusa em 1855. O caso mais ilustrativo foi aquele em que Grimes passou alguns dias na prisão, depois de uma briga com um açougueiro branco que o teria ofendido. Ele alegou que agiu daquele jeito agressivo para se defender de uma situação de abuso. Todos no lugar dele teriam tido a mesma atitude. No livro, a primeira preocupação ao relembrar a história foi reafirmar a masculinidade proeminente: “Eu era então mais jovem do que sou agora, e se alguém se intrometesse com Grimes, com certeza seria punido, se não fosse mais forte e um homem melhor do que eu era”.³⁵⁶

Além do orgulho pelo comportamento destemido, o autor também falou do sentimento de injustiça depois da luta. Apenas ele foi punido, enquanto o outro homem ficou em liberdade. Na verdade, a injustiça só ocorreu por ser “um negro, como eles me chamavam, e o açougueiro um homem branco, embora sua pele fosse muito mais escura que a minha”.³⁵⁷ A identidade

“negro” nesse trecho é imposta externamente, não é algo que ele reivindica para si. O posicionamento sobre essa característica racial é crítico: o açougueiro possuía um fenótipo que não era compatível com o de um branco. Grimes poderia ser considerado mais branco que ele.

Como já havia acontecido no texto principal da autobiografia, Grimes pareceu novamente desconfortável com as categorias raciais da sociedade norte-americana. Lembremos que ele enfatizou o tom claro da pele e o fato de ser “três quartos branco” no texto escrito em 1825. Não podemos afirmar que ele se via exatamente como um homem branco. Nunca afirmou isso categoricamente. Podia não acreditar nessas divisões, entender que elas eram construções sociais incompatíveis com a realidade, imperfeitas para hierarquizar moral e intelectualmente a humanidade. Mas deu todos os indícios de que se identificava mais com o que era considerado parte do universo branco. No mínimo, considerava a caracterização como negro imprecisa e incômoda.

Essa resistência em assumir identidades mais rígidas e estáveis dialogava com outros aspectos inconstantes da vida de Grimes. Nos trinta anos depois da publicação da autobiografia de 1825, as mudanças de residência foram frequentes. Os motivos que o fizeram pular de uma

³⁵⁶ Ibidem, p. 106.

³⁵⁷ Ibidem.

cidade para outra não foram devidamente explicados. Ele apenas passou a ideia de sentir uma insatisfação permanente com a vida, de não encontrar um local apropriado para chamar de casa, de que, por uma razão inconsciente, precisava estar sempre se mudando. Como se fosse um viajante ou até um fugitivo perpétuo.

Quando morou em Bridgeport, montou uma barbearia e disse ter conquistado muitos clientes. Mas faltava algo que ele não sabia explicar. “Ganhei dinheiro muito rápido e deveria estar satisfeito; mas de alguma forma eu não estava, e tinha que estar em movimento”.³⁵⁸ O texto é quase repetido quando fala da experiência de viver e trabalhar em Fairfield, onde o negócio de barbeiro fazia sucesso entre autoridades do meio jurídico: “Eu deveria estar contente, mas não estava, e novamente estava em movimento”.³⁵⁹

Por trás de todos esses deslocamentos, estava a sensação de não pertencimento a nenhum lugar ou comunidade. Ele pode ter sido uma figura local popular, que atraiu simpatia de um número razoável de pessoas nas ruas e estabelecimentos em que trabalhou. Mas as memórias no livro não indicavam que tivesse conseguido estabelecer conexões mais profundas.

Nas páginas inéditas de 1855, houve poucas referências ao tempo que viveu no Sul como escravizado. Na principal delas, o tom continuou o mesmo: o de inexistência de laços afetivos com os personagens citados. Grimes disse que certa vez encontrou o antigo senhor (identificado apenas como *Mr. A*), que lhe contou uma história sobre a escravizada Frankee. A mesma citada anteriormente como bruxa, que era considerada uma inimiga de Grimes. Agora estava morta e nem assim recebeu um tratamento mais suave ou palavras gentis. A lembrança foi usada para reiterar as críticas que ele tinha ao comportamento egoísta e mesquinho da mulher. Antes de morrer, Frankee foi questionada se desejava deixar os pertences dela para outros escravizados. E a resposta foi uma negativa carregada de desprezo: “eu não me importo com nenhum deles”. Assim, *Mr. A* enterrou a mulher junto com a cama, a mesa, as panelas, os pratos e outros bens.

Na vida no Norte, os laços pareciam igualmente frágeis e superficiais. No período que ficou preso pela briga com o açougueiro, o autobiógrafo lamentou a falta de ajuda: “Ninguém pagaria fiança para o pobre Grimes, então ele teve que ir para a cadeia”.³⁶⁰ Quando falou do retorno para New Haven, disse ter colocado um anúncio no jornal para avisar aos “amigos” que tinha voltado com os serviços de barbearia e limpeza de roupas.³⁶¹ O anúncio foi publicado em

³⁵⁸ Ibidem, p. 105.

³⁵⁹ Ibidem, p. 106.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem, p. 107.

forma de poesia, com duas estrofes, para que antigos conhecidos soubessem que ele não estava morto. O uso de “amigos” é vago, usado para falar da relação geral com conhecidos e clientes.

Apesar de se identificar como “um bom metodista” e valorizar a identidade religiosa, a igreja não foi um meio de acolhimento e solidariedade. Ele disse que entrou para a Igreja Metodista de New Haven. E que por trabalhar vendendo bilhetes de loteria, foi expulso por um grupo de membros que julgavam o ofício incompatível com as doutrinas cristãs. Ele se defendeu das crítica e disse entender que não fazia nada de errado.

A relação com a família era complexa. Na vida no Norte, ela foi composta pela mulher e 18 filhos. Mas apenas o mais novo, de 8 anos, morava com ele em 1855. Sobre os outros, Grimes demonstrou desconhecimento e certo distanciamento. Estavam espalhados pelo mundo e ele “acreditava” que seis estavam mortos. Sobre a mulher, Clarissa Caesar, escreveu elogios contundentes, com ênfase para a inteligência: “não há muitas que se comparem a ela”.³⁶² Mas os dois não viviam juntos. Ela estava na Califórnia em busca de ouro e os registros disponíveis indicam que faleceu no estado em 1869.

Clarissa, assim como muitos norte-americanos, foi atraída pelo evento histórico conhecido como *California Gold Rush*, que teve início com a descoberta de ouro em Sutter's Mill, Califórnia, no início de 1848, e durou até 1855. O censo nacional de 1850 mostra que a população total do estado era de quase 93 mil pessoas. No censo estadual de 1852, esse número havia crescido para pouco mais de 255 mil.³⁶³ Nesse período, foram extraídos pelo menos 220 milhões de dólares em ouro, mas poucos garimpeiros ficaram ricos. Com o tempo, as reservas foram se esgotando, e os garimpeiros tiveram a concorrência de grupos comerciais mais organizados e poderosos, que investiram capital e maquinário para extrair o mineral. O governo também passou a controlar mais os territórios com assentamentos permanentes e ordenamentos legais de extração.³⁶⁴

A Califórnia sofreu uma transformação em diferentes aspectos. Em termos demográficos, deixou de ter uma maioria indígena e uma população branca passou a ser dominante. A maior parte deles veio das regiões nortistas, o que foi determinante para que a escravidão fosse proibida na Convenção Constitucional de Monterrey em 1849 e o território fosse admitido na União como um estado livre em 1850. Mas os negros livres do país também

³⁶² Ibidem, p. 105.

³⁶³ Acesso em 20/03/2022: <https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1850/1850a/1850a-47.pdf> e <https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1900/bulletins/demographic/10-population-ca.pdf>

³⁶⁴ HOWE, 2007, op. cit., p. 815.

estavam representados em número significativo nesse movimento para o Oeste, motivados pela oportunidade de alcançar prosperidade e maior independência. O historiador Jerry Stanley calcula que, dos dois mil afro-americanos na Califórnia em 1852, pelo menos duzentos deles conseguiram encontrar ouro. E que parte dos ganhos obtidos ajudaram a comprar a liberdade de pelo menos quinhentas pessoas.³⁶⁵

No caso de Clarissa Caesar, não está claro se a ida para a Califórnia fazia parte de um arranjo familiar maior, de que ela e Grimes tivessem planejado isso juntos. Mas dadas as condições financeiras da família, seria uma hipótese. O que se sabe pela autobiografia de Grimes é que ele levava uma vida mais solitária. E que isso pode ter sido intensificado pelo fato de a mulher passar anos distante, do outro lado do país.

Na falta de laços coletivos mais significativos, ele preferiu focar em uma maior valorização do “eu” na maior parte do relato de vida. Queria mostrar-se aos leitores como um homem excepcional, distinto na multidão. Recordemos que havia reverberado o elogio de ser “um dos mais memoráveis personagens dos tempos modernos”. E esse lugar era reforçado com histórias de proteção divina especial e inúmeros livramento da morte.

O narrador conta que quase se afogou em dois momentos distintos. Uma vez resolveu participar de um encontro religioso em um lugar chamado Saugatuck, próximo de Bridgeport. Viajou até lá em um barco a vapor, com mais de quinhentas pessoas. Antes de chegar no local, chuvas e ventos fortes quase destruíram a embarcação. Em outra ocasião, quando viveu próximo a um dique em New Haven, um temporal noturno inundou as ruas e a casa dele ficou quase toda submersa. Mais uma vez, escapou de um destino pior por muito pouco.

Essas histórias, que já haviam sido exploradas em 1825, podiam ser relacionadas com a interferência da “bondosa Providência”. Ela o libertou da escravidão no Sul e continuava a protegê-lo de outros males no Norte. Para corroborar essa imagem de que sobre ele repousava um cuidado especial de Deus, estava a experiência de admissão na *Trinity Episcopal Church*, em New Haven. Ao participar do rito de boas-vindas ao lado de outras pessoas, só ele teve o privilégio de ter as duas mãos do líder da igreja Dr. Croswell estendidas sobre a sua cabeça no momento da oração. O que significava, segundo a interpretação de Grimes, o recebimento de uma benção dupla. Os demais novatos tiveram de se contentar com uma benção simples.³⁶⁶

³⁶⁵ STANLEY, Jerry. *Hurry Freedom. African Americans in Gold Rush California*. New York: Crown Publishers, 2000, p. 18.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 110.

Sendo um homem diferenciado, era comum receber revelações diretas de Deus. Ao lembrar do trabalho como vendedor de bilhetes de loteria, falou que embora nunca tenha ficado rico, ajudou outros a ganharem muito dinheiro. Como? Sonhava frequentemente com os números sorteados e os passava aos amigos. Era quase certo que eles ganhariam algum prêmio. Ao mesmo tempo que indicava possuir algum tipo de dom sobrenatural, se apresentava mais uma vez como uma pessoa altruísta, disposta a fazer o bem gratuitamente pelos outros.³⁶⁷

E por considerar que, depois de tanto sofrimento na vida e doação à sociedade, merecia algum tipo de retribuição, ele mal conseguiu esconder o rancor que ainda sentia por ser pobre e dependente de ajuda aos 70 anos. Ele revisitou o texto de 1825 e disse que lá atrás havia reclamado de como os necessitados e sem amigos viviam em apreensão no Norte. Na ocasião, prometeu trazer mais detalhes dessa realidade em um próximo livro. Chegado o momento, mudou de ideia. O que não queria dizer que estivesse apagado os algozes da memória.

refletindo, concluí que não devo remexer em assuntos antigos e, como todos os erros que encontrei em minha vida agitada sem dúvida foram ordenados com sabedoria, perdoei a todos e espero, se possível, esquecê-los. Mas quando eles são trazidos à mente, acho que as pessoas que oprimiram o pobre Grimes devem lembrar que, embora sua pele seja talvez um pouco mais escura que a deles, ele ainda tem os sentimentos de um homem e sabe quando é abusado.³⁶⁸

Ou seja, apesar de declarar perdão, ele esperava que fosse “possível” esquecer os problemas e os inimigos, sinal de que o rancor permanecia e voltava em determinados momentos. Isso acontecia por ter certeza de que fora injustiçado.

Nesse trecho, também está claro que ele mais uma vez mostrou incômodo com a identificação racial. Não afirmou ser negro categoricamente, disse que a pele “talvez” fosse “um pouco” mais escura. Não falou da questão racial em detalhes, mas estava ciente da forma como a cor da pele era usada para medir a qualidade intelectual de uma pessoa. Ao contrário do que essa sociedade nortista costumava acreditar, ele afirmava ser capaz de ter sentimentos e de saber discernir uma situação de abuso. A forma como ele expressou essa consciência no texto foi mais sutil. Pode ter sido uma estratégia não se posicionar com mais contundência e detalhes sobre o peso das identidades raciais. Possivelmente porque não queria afastar e desagradar o público branco, nem se apresentar oficialmente como um negro (portanto, diferente). E não porque lhe faltasse uma compreensão mais crítica da sociedade em que vivia.

³⁶⁷ GRIMES, 1855, op. cit., p. 109.

³⁶⁸ Ibidem, p. 112.

No livro de 1825, o último parágrafo trouxe a ressentida e impactante frase sobre a pele dele, um ex-escravizado, não ser boa o bastante para anexar a constituição norte-americana. Essa parte foi mantida no novo livro, mas não cumpriu mais a função de encerramento. Talvez por ele entender que precisava amenizar um pouco o tom amargurado anterior, o parágrafo final do livro de 1855 trouxe um pedido de ajuda. Grimes relatou ter comprado um terreno em New Haven há muitos anos, localizado perto de outras propriedades de pessoas ricas. Nele, pôde enterrar alguns de seus filhos. Mas não conseguia mais ter acesso ao terreno. Os proprietários das terras próximas o impediam, diziam que a área não existia mais. Ele reclamou do ocorrido e disse que tinha tudo registrado. Que a principal razão para que a posse do terreno fosse contestada era o fato de ser pobre. E que isso também colocava em risco o próprio enterro, quando enfim chegasse a hora de partir. Depositava as últimas esperanças na sensibilidade dos moradores da cidade.

Espero, no entanto, gozar dos gentis cumprimentos do bom povo de New Haven e, quando este corpo velho, cansado e desgastado for deitado naquele lugar preparado para todos os vivos, que a lágrima silenciosa possa ser derramada pelo ‘pobre Velho Grimes’, e que suas fragilidades, sejam elas quais forem, sejam esquecidas. A todos me despeço agora!³⁶⁹

Em 1825, Grimes falou do próprio corpo a partir das feridas e marcas perpétuas, que funcionavam como uma espécie de maldição. Era algo imperfeito que, graças à escravidão, havia sido inutilizado para participar do legado de liberdade do país em condições de igualdade com outros cidadãos. Em 1855, a expectativa era que o corpo tivesse um destino semelhante ao de todos os outros cidadãos, um lugar adequado e tranquilo onde pudesse ser colocado, que servisse como memorial da vida dele.

Sendo um homem idoso, era esperado que o tema da morte ganhasse destaque em seus escritos. Ao projetar o futuro inevitável, preocupava-se com as dimensões materiais e simbólicas da própria existência. Depois de ser violentado pela escravidão, queria, no mínimo, que a sociedade permitisse que o corpo dele tivesse um fim digno. A outra preocupação era sobre o significado histórico da vida dele, que lugar ocuparia na memória coletiva da região. Ele escreveu um pedido de ajuda, mas também deixou implícita que esperava ser lembrado apenas pelas partes positivas da vida. As negativas, as “fragilidades”, deveriam ser enterradas e esquecidas.

³⁶⁹ Ibidem, p. 112.

O “pobre Velho Grimes” desejava uma derradeira demonstração de afeto coletivo, que a cidade pudesse ser mais acolhedora e não o desamparasse nos últimos anos de vida. Ao invés de usar palavras mais hostis como na primeira autobiografia, a nova conclusão trouxe um pedido para que a morte dele fosse motivo de lamento e choro pelo “bom povo de New Haven”. Tom bem diferente do usado no texto principal do livro, quando a mesma cidade foi qualificada como “região fria e difícil”.

4.3. DOUGLASS, SEGUNDA VERSÃO: O INTELLECTUAL ORGÂNICO

Frederick Douglass tinha 37 anos de idade quando lançou a segunda autobiografia. Morava nessa época em Rochester, cidade no estado de Nova York, e escolheu a capital para registrar o livro em agosto de 1855, agora com um título totalmente diferente daquele publicado dez anos antes: *My Bondage and My Freedom*. A emblemática inscrição *written by himself* não estava mais presente, provavelmente porque o autor a essa altura não precisava mais chamar a atenção para a habilidade da escrita e a capacidade de expressar-se por conta própria. Era dono de jornal, autor de um número extenso de artigos, colecionava discursos e palestras antiescravistas pelo país, e tinha alcançado prestígio intelectual suficiente para assinar a autoria do novo livro apenas com o nome: *by Frederick Douglass*.³⁷⁰

Nacionalmente conhecido, Douglass podia apostar na força da própria imagem para impulsionar a venda do novo livro. *My Bondage and My Freedom* foi um sucesso comercial e de crítica: vendeu cerca 15.000 unidades nos primeiros meses. Dois anos depois da publicação, foi preciso imprimir novas cópias na mesma gráfica, *Miller, Orton and Mulligan* em Auburn, Nova York. Nelas, anunciava-se o sucesso da edição até ali: 18 mil unidades impressas.³⁷¹

A autobiografia de 1855 era uma revisão significativamente ampla da narrativa de 1845. A primeira possuía 125 páginas. A segunda, 468. Quase quatro vezes maior. A formatação também era mais complexa. Antes, o livro era dividido em: *Preface*, *Letter from Wendell Phillips*, 11 capítulos e *Appendix*. Agora, contava com página de agradecimento, um prefácio do editor (anônimo), uma introdução escrita por James McCune Smith, 25 capítulos (cada um com títulos descritivos e subdivisões temáticas) e um apêndice, que incluía a carta direcionada ao antigo

³⁷⁰ DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New York: Miller, Orton and Mulligan, 1855.

³⁷¹ BLIGHT, David W. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New Haven and London: Yale University Press, 2014, p. 28.

senhor Thomas Auld e outros sete textos de discursos abolicionistas feitos por Douglass. Outro elemento gráfico que passou por uma atualização foi o retrato ilustrado do autor, agora com uma feição mais madura e imponente.

O conjunto de novidades representava uma outra fase de Douglass. Depois que escreveu a autobiografia em 1845, a vida do autor foi completamente transformada por uma série de acontecimentos. A grande repercussão do livro o tornou internacionalmente famoso logo no primeiro ano de publicação. Se isso foi importante para as pretensões dele de se tornar uma liderança intelectual, por outro lado o colocou no radar dos escravistas, o que incluía o Capitão Auld, na época ainda oficialmente proprietário de Douglass pelas leis norte-americanas. O risco de captura era alto. O escritor negro teve, então, de assumir novamente a condição de fugitivo. Deixou temporariamente a companhia da mulher, dos filhos e dos colegas abolicionistas para embarcar em um navio rumo à Europa. A Inglaterra foi o lugar onde conseguiu refúgio. Ele chegou em Liverpool em agosto, quatro meses depois de publicar a autobiografia.

Viveu por aproximadamente dois anos na Europa e viajou para lugares como Irlanda, Escócia e País de Gales. Teve a oportunidade de conhecer lideranças abolicionistas famosas, entre elas, Thomas Clarkson e Daniel O'Connell. E contou com ajuda financeira de amigos locais: Ellen Richardson e Henry Richardson arrecadaram fundos para comprar a alforria de Douglass, no valor de 150 libras esterlinas ou 710 dólares. Em 1847, ao voltar para os Estados Unidos, trouxe uma quantia extra de 500 libras doada pelos patrocinadores britânicos. Destinava-se especialmente ao projeto de fundar um periódico contra a escravidão.³⁷²

O projeto o colocou em crescente discordância com William Lloyd Garrison, que o aconselhou a rever a ideia. O argumento: um novo jornal poderia fragmentar a audiência e confundir os apoiadores da causa abolicionista. Seria melhor manter o *Liberator*, propriedade de Garrison, como principal canal de comunicação do movimento. A intenção de Douglass de dedicar mais tempo para a carreira jornalística também foi criticada. Ele deveria continuar investindo nas palestras antiescravistas pelo país, que eram a verdadeira vocação dele. O intelectual negro acatou temporariamente os conselhos, mas meses depois retomou o projeto, para o descontentamento do líder branco. Douglass se mudou no fim de 1847 para Rochester, mais distante da influência de Garrison e da *American Anti-Slavery Society* de Boston.

Na nova cidade, ele fundou o jornal *North Star*, que teve como sede o porão da igreja *Memorial African Methodist Episcopal Zion*. Apesar da contribuição financeira dos colegas

³⁷² BLIGHT, David W. Frederick Douglass: Prophet of Freedom. Ed. Simon and Schuster. New York, 2018. Versão e-book sem paginação.

britânicos, manter o novo periódico demandava investimentos adicionais que ele não tinha. Com muitas dívidas, hipotecou a própria casa para cobrir as despesas do jornal.³⁷³

Douglass passou a assumir cada vez mais a função de protagonista na luta abolicionista, além de ajudar a divulgar lutas paralelas por igualdade. Em 1848, participou da primeira convenção na história do país em defesa dos direitos das mulheres, que aconteceu em Seneca Falls, Nova York. Ele era o único homem negro presente e apoiou a reivindicação das mulheres de participar do processo eleitoral no país. Nesse período, também começou a abrigar fugitivos em sua casa, que virou um dos pontos de conexão da *Underground Railroad*, principalmente para os que usavam Rochester como conexão antes de chegar ao Canadá. Estima-se que 400 fugitivos tenham ficado sob o teto dele.³⁷⁴

A relação com Garrison tinha sido mantida até então de forma cordial, mas com crescentes divergências sobre os significados da escravidão e as táticas abolicionistas. Condenar a Constituição era um aspecto central para o líder branco, que a via como um documento legitimador da escravidão (principalmente por causa do Compromisso dos Três Quintos). Para o intelectual negro, essa passou ser uma questão de interpretação, e em alguns anos ele consideraria mais estratégico enfatizar os trechos dela que podiam ser usados contra a instituição sulista. Garrison também defendia a secessão da União com os estados escravistas e condenava a participação dos abolicionistas na arena política, o que incluía o boicote às eleições. Douglass começou a rever os dois princípios, e se envolveu mais intensamente na política, o que incluía defender o voto como ferramenta central de luta.³⁷⁵

Com antagonismos tão sensíveis, não demoraria para que os dois rompessem relações. Em maio de 1851, aconteceu a 18ª reunião anual da *American Anti-Slavery Society*. Douglass anunciou no encontro que o jornal dele defenderia abertamente o uso da Constituição e do voto como instrumentos antiescravistas. Era preciso ir além da abordagem de condenação moral. Garrison reagiu indignado e insinuou um comportamento desonesto de Douglass. Além disso, mobilizou a sociedade antiescravista para encerrar o financiamento do *North Star*.

Com o fim do apoio, a continuidade do jornal estava em risco. Porém, Douglass foi rápido em construir novas relações e alianças no meio abolicionista. Um mês depois, ele recebeu o suporte de Gerrit Smith, um dos líderes do *Liberty Party*. Foi feita a fusão entre dois jornais: o *North Star* e o *Liberty Party Paper*. O novo periódico passou a se chamar *Frederick*

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Ibidem.

Douglass' Paper, colocando ainda mais em evidência o nome do intelectual negro. Circularia nos EUA até 1858, quando mudou novamente de nome para *The Douglass Monthly* (1859-1863).³⁷⁶

Gerrit Smith era um dos rivais de Garrison, e os novos laços fizeram Douglass cair em desgraça ainda maior com os aliados do antigo tutor. Em 1852, Wendell Phillips falou que ele estava “completamente distante” do grupo. Oliver Johnson foi ainda mais hostil: o chamou de “o mais maligno” de “todos os separatistas e apóstatas de nossas fileiras”.³⁷⁷

Os eventos marcaram a adoção oficial da via política abolicionista por Douglass. Mas também uma maior autonomia. Deixava de ser visto como um pupilo de Garrison para assumir uma posição de destaque e liderança na luta abolicionista. Entre a comunidade afro-americano, esse papel já vinha se consolidando nos últimos anos. Um dos sinais disso foi a participação na maior convenção de afro-americanos do país em 1853, a *National Negro Convention*, em Rochester. Douglass foi um dos principais nomes a discursar nela.

Durante um bom tempo, ele evitou criticar Garrison publicamente. Em 1852, havia feito uma repreensão ao grupo que ele representava: “uma escola que tem muitas boas qualidades, mas uma escola muito estreita em sua filosofia e muito intolerante para fazer justiça a qualquer um que se arrisque a ser diferente dela”.³⁷⁸ Mas não citou o nome do líder branco. A autobiografia de 1855 seria mais direta sobre o antigo tutor e as desavenças entre eles.

Em 1845, o livro possuía um prefácio de Garrison e uma carta de Wendell Phillips. Ambas cumpriram a missão de apresentar Douglass como companheiro de luta, uma pessoa de moral elevada e um fiel seguidor dos princípios garrisonianos. Para não deixar dúvidas sobre o enquadramento do autor e da obra, a capa trazia a instituição responsável pela publicação, a *American Anti-Slavery Society*. Na nova autobiografia, o nome do próprio Douglass estava em destaque como responsável pelo registro e publicação. Os dois líderes brancos abolicionistas foram substituídos por outros dois nomes.

O primeiro deles era Gerrit Smith, então a principal referência de companheiro abolicionista branco. O nome dele aparecia na terceira página como pessoa a quem o livro era especialmente dedicado. Certamente era algo que simbolizava prestígio e grande consideração do autor para com ele, dado o uso de elogios efusivos. Mas Gerrit foi inserido no livro em uma posição menos ativa. Não havia nenhum texto escrito por ele. Em 1855, Douglass sentia-se

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ ANDREWS, 1988, op. cit., p. 216.

³⁷⁸ Ibidem.

confiante ao ponto de prescindir de uma autoridade branca para endossar as palavras e o caráter dele. A situação tinha se invertido: agora era o intelectual negro que apresentava as qualidades pessoais e as contribuições sociopolíticas de um companheiro branco.

Ao honorável Gerrit Smith, como um pequeno símbolo de estima por seu caráter, admiração por seu gênio e benevolência, carinho por sua pessoa e gratidão por sua amizade, e como um pequeno, mas sincero agradecimento por seus preeminentes serviços em nome dos direitos e das liberdades de um povo afligido, desprezado e profundamente indignado, por classificar a escravidão como pirataria e assassinato, e por negar que ela tenha uma existência legal ou constitucional, este volume é respeitosamente dedicado por seu fiel e firme amigo, Frederick Douglass.³⁷⁹

A outra pessoa em destaque nas páginas iniciais do livro era James McCune Smith, um afro-americano com currículo acadêmico admirável e papel destacado no abolicionismo. Tendo passado os 14 primeiros anos de vida na escravidão, até a revogação desta no estado de Nova York em 1827, tornou-se uma referência intelectual: o primeiro homem negro na história dos Estados Unidos a receber um título universitário de médico. Mas para tal tivera que se mudar para Glasgow, na Escócia, porque as portas das universidades norte-americanas tinham sido fechadas para ele. No exterior, completou os graus de bacharelado, mestrado e doutorado. E ao voltar para Nova York em 1837, conciliou atividades profissionais (gerenciava uma farmácia) e políticas (estava engajado ativamente no movimento abolicionista).

Smith assinou a introdução da segunda autobiografia de Douglass em um texto de 15 páginas. Ele o apresentou como merecedor de admiração, por ter conseguido sair da condição mais baixa da sociedade e chegar na mais alta. Foi descrito como prudente e sábio, mas também como alguém que possuía uma grande energia, um fogo brilhante e ardente. A vida dele deveria ser vista como motivo de alegria para os idosos e de esperança para os jovens. E os oprimidos o teriam como um modelo, alguém a quem se espelhar.

A caracterização que Smith fez de Douglass procurava alternar entre as qualidades individuais e os significados coletivos da trajetória dele. Não era “meramente um exemplo de autoelevação”, mas alguém que reunia em si “os objetivos mais elevados do movimento antiescravista”,³⁸⁰ assim como devia “ao seu sangue negro”³⁸¹ as qualidades intelectuais e emocionais que possuía.

Não se tratava de negar os aspectos que faziam dele um homem diferenciado na

³⁷⁹ DOUGLASS, 1855, op. cit., p. 3.

³⁸⁰ Ibidem, p. 17.

³⁸¹ Ibidem, p. 30.

multidão. Foi incluído no grupo de porta-vozes negros da abolição radical ao lado de Ward, Garnett, Wells Brown, Pennington e Loguen. Todos eles reconhecidos pela superação da condição de escravizado e pela capacidade de se igualar intelectualmente aos brancos em posições religiosas, políticas e sociais. Mas mesmo nesse núcleo especial, Douglass tinha se destacado e alcançado “o primeiro posto entre esses homens notáveis”.³⁸²

E para o desenvolvimento ser completo, Smith entendeu que ele tomou a decisão correta ao romper com Garrison. De forma simbólica, ele comparou o acontecimento com a luta física contra o escravista Sr. Covey. Ambos possibilitados por uma “forte personalidade”.³⁸³ Foram marcos de transformação semelhantes, ritos de passagem entre um estado de dependência para o de autonomia sobre o corpo e a mente. Quando enfrentou Covey, Douglass percebeu que estava no caminho certo para superar a condição de escravizado. Resistir às tentativas de controle dos garrisonianos fez Douglass fortalecer a independência intelectual: “Da tutela do garrisonianismo, ele evoluiu para a dignidade de um professor e um pensador”.³⁸⁴ E se os conselhos e apoios desse grupo foram importantes, agora tornavam-se prejudiciais, pois limitavam o desenvolvimento dele. Os antigos colegas queriam controlar a forma como deveria pensar e se comportar na luta abolicionista.

Smith reforçou que o rompimento isolou Douglass durante um período. Ele havia perdido o apoio direto de uma grande instituição, não integrava mais de forma oficial uma organização coletiva. Mas o que poderia ser sinal de fraqueza possibilitou o crescimento da participação do intelectual negro na vida política do país. Como pensador autônomo, podia usar o jornal dele para combater a escravidão e expor as próprias análises sobre os rumos do país. E foi além do individualismo egoísta, tornando o periódico um espaço público em que outros antiescravistas poderiam se manifestar e agregar forças em uma batalha comum. Com isso, tornava-se uma referência mais influente como editor e conferencista. Participava ativamente das demandas da população afro-americana e de outros grupos que reivindicavam igualdade social. Segundo Smith, “não menos que cem empresas jornalísticas foram abertas nos Estados Unidos por pessoas livres de cor”, mas praticamente todas “fracassaram, embora, em vários casos, amigos antiescravistas tenham contribuído para o seu suporte”.³⁸⁵ Douglass era um exemplo pela perseverança no projeto.

³⁸² Ibidem.

³⁸³ Ibidem, p. 31.

³⁸⁴ Ibidem, p. 23.

³⁸⁵ Ibidem, p. 24.

A análise de Smith se aproximou, em alguns momentos, da forma como Gramsci pensou a personalidade pelo conceito de “bloco histórico”: a unidade que era ao mesmo tempo universal e singular, que combinava escalas individuais e coletivas, com as quais o indivíduo estava em relação ativa na história. Smith disse que Douglass deveria ser ouvido como uma referência de seu tempo, um sujeito formado por elementos internos e externos, subjetivos e objetivos, um parâmetro para pensar a identidade nacional coletiva. Se alguém quisesse entender melhor a sociedade norte-americana do período, precisaria incluir Douglass em suas reflexões. Para explicar esse raciocínio, Smith pega metáforas emprestadas das ciências biológicas. O que era coerente com a formação acadêmica dele. Sobre Douglass, ele pergunta:

E o segredo de seu poder, qual é? Ele é um homem americano representativo, um modelo de seus compatriotas. Os naturalistas nos dizem que um homem adulto é o resultado ou o representante de toda a natureza animada deste globo; começando com o estado embrionário inicial, depois representando as formas mais baixas de vida orgânica, e passando por todos os graus ou tipos subordinados, até atingir o último e mais alto – a humanidade. Da mesma maneira, e em toda a extensão, Frederick Douglass passou por todas as gradações de classificação compreendidas em nossa composição nacional e carrega em sua pessoa e em sua alma tudo o que é americano.³⁸⁶

Dadas as ideologias ainda correntes no país que defendiam a deportação dos negros e minavam as reivindicações deles por cidadania plena, enfatizar Douglass como protótipo estado-unidense era simbólico. Mas se ele era representativo de uma escala maior da sociedade, isso não o impedia de ser também porta-voz de uma comunidade específica, a dos afro-americanos livres e escravizados. Tendo passado por diferentes experiências e fases na vida – da escravidão no Sul à vida livre no Norte, de uma tutela de pensamentos para uma autoridade na produção de ideias – era um líder adequado para representar os interesses dessa população. Tornara-se um autêntico “intelectual orgânico”, reunindo duas características de personalidade essenciais para estar à frente das lutas coletivas: razão e emoção. Segundo Smith, ele possuía:

uma profunda e agonizante simpatia por seus companheiros escravos embrutecidos, esmagados e ensanguentados, e uma extraordinária profundidade de paixão, juntamente com aquela rara aliança entre paixão e intelecto, que permite que a primeira, quando profundamente despertada, excite, desenvolva e sustente a segunda.³⁸⁷

Depois dessa introdução, cabia ao próprio Douglass apresentar a versão atualizada dele ao leitor da autobiografia de 1855. O livro foi dividido em duas partes, *Life as a Slave* e *Life as*

³⁸⁶ Ibidem, p. 25 e 26.

³⁸⁷ Ibidem, p. 19.

a *Freeman*. Muito curta na versão anterior, a vida no Norte agora era relembrada em 70 páginas. Mesmo assim, continuava em menor tamanho, com o período vivido na escravidão sulista ainda ocupando a maior parte do livro. Dessa vez, foram trazidos mais detalhes de cada experiência e, para os objetivos desta pesquisa, vamos nos ater às mudanças que representavam novos significados sobre o passado e sobre a própria personalidade do autor.

Uma primeira novidade significativa foi a ampliação das lembranças dos sete primeiros anos de idade, período em que viveu em uma cabana com os avós Betsey e Isaac. A mulher era escravizada, mas o marido era um negro livre. A história do relacionamento com a avó recebeu destaque, ela ganhou peso como a referência de família que ele teve. Nos primeiros sete anos de vida, a casa era o lugar de afeto e a avó a principal fonte dele, mas também a primeira autoridade sobre Douglass. Porém, enquanto ele crescia, entendia que existia uma outra autoridade, sempre mencionada com medo pelos avós, com poderes amplos sobre todas as pessoas e propriedades do lugar: o “velho mestre”. Douglass começou a aprender que estava numa fase de transição, que todas as crianças viviam com os avós por um tempo limitado e que em determinado momento seriam levadas para viver com o senhor escravista branco.³⁸⁸

Quando o momento finalmente chegou, ele foi levado até a plantação do senhor. A avó o distraiu e saiu furtivamente, para que ele não percebesse e tentasse ir atrás dela. Douglass contou que se sentiu abandonado e traído. E que aquilo o marcou para sempre. Antecipando a reação do leitor, ele explicou que por mais que o incidente parecesse trivial, foi a “primeira introdução às realidades da escravidão”.³⁸⁹ No relato de 1845, essa primeira consciência do cativo tinha sido retratada a partir da percepção de que não sabia a data de nascimento e não possuía o direito de comemorar o aniversário como outros garotos brancos.

O livro de 1855 construía, assim, um arco narrativo diferente do primeiro no desenvolvimento dos sentidos de escravidão, dependência, alienação, despertar da consciência e conquista da liberdade. O ponto de partida passou a ser um ambiente feliz e livre, repentinamente maculado pela mudança para a casa de um senhor de escravos. Essa ruptura deu início à busca contínua por um lar, pelo lugar de acolhimento e pertencimento pleno. Recordemos que na primeira autobiografia, nada no Sul foi indicado como possível lar. O livro contava a história de alguém que nasceu desamparado, que se descobriu como explorado logo cedo e que só conseguiu encontrar uma casa efetiva ao se estabelecer no Norte. Além da região, a África foi retratada como um lar simbólico e transcendental, compartilhado por todos os afro-

³⁸⁸ Ibidem, p. 38.

³⁸⁹ Ibidem, p. 50.

americanos.

Não havia mais indicações da existência de um lugar com acolhimento pleno para ele e para os outros negros nos Estados Unidos em 1855. Aquele Norte idealizado se mostrou ilusório e essa ideia estava mais clara do que nunca dez anos depois de escrever a primeira autobiografia. Não é à toa que Douglass falou da cabana da avó como “o único lar que eu já tive; e eu o amava e estava completamente conectado com ele”.³⁹⁰ Mesmo sendo casado e com filhos, morando em uma residência em Rochester, e sendo oficialmente livre, Douglass adotou a metáfora da falta de lar. Em um país onde a escravidão ainda era central e não havia igualdade de direitos entre as pessoas livres, não era possível vislumbrar um teto seguro, uma casa de fato. Essa ideia só existiu na infância, período de inocência.

Douglass contou no livro que depois de fugir da escravidão e chegar no Norte, viveu um período de alegria. Um novo mundo de possibilidades tinha sido aberto. Em um primeiro momento, ele acreditou que tinha encontrado em New Bedford, Massachusetts, uma terra onde os negros poderiam viver em plena igualdade e comunhão com os compatriotas brancos. Mas essa imagem logo se desfez quando passou a frequentar a igreja Metodista local. Foi colocado fora da área principal da igreja por ser negro. Houve um estranhamento inicial, mas ele entendeu que isso acontecia principalmente para evitar problemas com os não convertidos que frequentavam o lugar. E que uma vez transformadas espiritualmente, essas pessoas certamente não teriam nenhum sentimento contra as “pessoas de cor”. Mais à frente, percebeu que isso nunca aconteceria. Em uma cerimônia da igreja, o grupo de pessoas negras foi alocada em um espaço segregado, e teve uma participação secundária e servil. Ali, decidiu ir embora e nunca mais voltar. Logo percebeu que aquilo não era uma exceção nas igrejas da região e só encontrou abrigo razoável em um grupo religioso liderado por negros, conhecidos como *Zion Methodists*. Mesmo esse espaço se mostrou imperfeito, segundo Douglass, porque descobriu que “consentia com o mesmo espírito que mantinha meus irmãos em correntes”, sem entrar em detalhes de que forma isso acontecia.³⁹¹

O próximo passo na busca por um lugar de pertencimento, com que pudesse se identificar plenamente, foi a descoberta do jornal *Liberator*, editado pelo líder abolicionista William Lloyd Garrison. Houve empolgação pela complementariedade de ideias, por encontrar princípios coerentes com os dele. Em 1841, ele conheceu o ilustre personagem ao vivo pela primeira vez em uma convenção antiescravista em Nantucket. E depois de discursar nela e ser

³⁹⁰ Ibidem, p. 44.

³⁹¹ Ibidem, p. 354.

efusivamente aplaudido, recebeu o convite para integrar a *Massachusetts Anti-Slavery Society*: “Jovem, ardente e esperançoso, entrei nesta nova vida com um entusiasmo insuspeito. A causa era boa; os homens envolvidos nela eram bons; os meios para alcançar seu triunfo, bons”.³⁹²

O tempo com Garrison foi descrito como uma etapa de desenvolvimento. Em certo ponto, começou a se mostrar insuficiente e ilusório, porque havia muitas tentativas de controle e limitação por parte dos brancos. No trabalho itinerante como palestrante, Douglass disse que passou meses apenas repetindo a história da vida dele como escravizado. E que isso o incomodava, porque também queria expor opiniões mais amplas sobre a escravidão. Os companheiros brancos do movimento o repreendiam. Um deles, identificado como Collins, disse a Douglass: “Dê-nos os fatos” e “cuidaremos da filosofia”. Garrison acompanhou o conselho: “Conte sua história, Frederick”. Mas havia um incômodo crescente, não conseguia mais obedecer, “pois agora estava lendo e pensando”.³⁹³

Douglass foi orientado insistentemente a manter o roteiro original combinado. E ainda a tentar utilizar uma linguagem simples, para parecer com um escravizado pouco instruído. A preocupação era de que o público, ao ver a eloquência e capacidade intelectual dele, duvidasse de que vivera realmente como cativo no Sul. Aquelas qualidades não eram compatíveis com o que se esperava de um homem negro fugitivo. E os questionamentos de fato aumentaram. Douglass explicou que a autobiografia de 1845 foi escrita, em parte, para apresentar nomes de pessoas e lugares que confirmassem a veracidade de suas histórias.

Em pouco menos de quatro anos, portanto, depois de me tornar um conferencista público, fui induzido a escrever os principais fatos relacionados à minha experiência na escravidão, dando nomes de pessoas, lugares e datas – colocando-os assim em poder de qualquer um que duvidasse, para verificar a verdade ou a falsidade da minha história de ser um escravo fugitivo.³⁹⁴

Como já vimos, ao voltar da experiência na Europa, o projeto de um novo jornal liderado por Douglass foi criticado pelos companheiros abolicionistas garrisonianos. Na autobiografia, ele expõe os argumentos que ouviu na época. O sucesso da empreitada e mesmo as qualidades dele como escritor foram colocadas em dúvida. E ele disse que chegou a considerar desistir: “Os projetos malsucedidos de todos os jornais de cor anteriores eram superiores ao meu em termos de educação e, se eles fracassaram, como eu poderia esperar o sucesso?”.³⁹⁵ Tendo

³⁹² Ibidem, p. 359.

³⁹³ Ibidem, p. 361.

³⁹⁴ Ibidem, p. 363.

³⁹⁵ Ibidem, p. 393.

persistido nesse propósito, Douglass disse que preferiu se mudar para outra cidade em sinal de respeito a Garrison e aos outros companheiros, para que o novo jornal não entrasse em concorrência local com o *Liberator*.

Mesmo com os conflitos, Douglass preferiu não adotar tom agressivo para falar dos antigos colegas. Ele apenas apontou as discordâncias de valores, o amadurecimento intelectual pessoal e a necessidade de independência, já que as tentativas de controle o incomodavam. As críticas contundentes foram colocadas de forma mais geral contra os brancos dos estados nortistas, o que incluía os abolicionistas: “Quando estive pela primeira vez entre os abolicionistas da Nova Inglaterra e comecei a viajar, achei esse preconceito muito forte e muito irritante. Os próprios abolicionistas não estavam inteiramente livres dele”.³⁹⁶

Nessa busca por relações sociais mais profundas e significativas, Douglass apresentou a construção da própria individualidade de forma dialética. Por um lado, almejava a plenitude interior por meio de um ideal do “eu” livre. Era preciso romper os grilhões físicos e mentais da escravidão. Por outro lado, ele também procurava uma plenitude na realidade externa, por meio de conexões coletivas estreitas e significativas, principalmente com os afro-americanos.

Assim, era preciso voltar à história da vida no cativeiro, adicionar detalhes inéditos, construir significados mais amplos para as experiências e inseri-las em uma narrativa que tornasse o desenvolvimento do novo indivíduo coerente. Tudo o que aconteceu, do nascimento em Maryland até a vida em Rochester, moldou mente e corpo do autor, o preparou e o fortaleceu para assumir a posição de líder de um projeto coletivo para a comunidade negra. Na vida no Sul, a família, os brancos escravistas e até líderes religiosos o abandonaram. Nenhuma dessas pessoa foi capaz de estabelecer com ele laços fortes de solidariedade. Tinha entendido que deveria assumir o papel de autoridade sobre a própria vida e, por considerar a si mesmo como alguém especial, cabia a ele como homem negro escravizado conduzir os seus semelhantes em um caminho para a liberdade.

Era estratégico identificar quais comportamentos e valores impediam a união entre os oprimidos. Alguns escravizados receberam uma avaliação mais crítica quando envolvidos em atitudes condenadas pelo autor. Um desses alvos foi Katy, uma mulher adulta negra obrigada a cuidar das crianças escravizadas. Ela foi descrita como mesquinha, injusta e opressora. Era comum que alimentasse melhor os filhos e deixasse as outras crianças com fome. Em outros trechos, a crítica foi mais abrangente, direcionada para os escravizados que, na tentativa de

³⁹⁶ Ibidem, p. 398 e 399.

melhorar as condições em que viviam, recebiam algum tipo de vantagem individual em detrimento dos demais.

As críticas mais contundentes poderiam ser arriscadas para alguém que pretendia fortalecer a posição de porta-voz dos escravizados e dos negros livres. Mas era compreensível que, como escritor de maior alcance e respeito, Douglass quisesse abandonar a idealização romântica dos personagens citados no livro. Quem tivesse vivido em condições semelhantes, poderia acusá-lo de falsificar a realidade. A imagem de intelectual poderia ser prejudicada se insistisse na apresentação de posições sociais inflexíveis, em que alguns grupos estariam condicionados a se comportar de maneiras obrigatoriamente negativas ou positivas. O que, de certa forma, tinha sido o roteiro adotado na autobiografia de 1845.

No novo livro, até mesmo o escravizado poderia assumir em algum momento o papel de opressor de seu semelhante. Não se tratava de igualar o senhor e o escravizado: o primeiro continuava na posição de privilégio e era o principal beneficiado pelo sistema. O que o intelectual negro quis retratar foi a sociedade sulista como parte de uma estrutura social mais complexa. O argumento da corrupção social promovida pela escravidão ganhou novos significados na filosofia de Douglass. Não era uma questão restrita aos aspectos morais e religiosos, como focavam os garrisonianos. Incluíam agora dimensões mais amplas das esferas econômicas e políticas.

“Eu sou”, pensei eu, “não apenas o escravo de Sr. Thomas, mas sou o escravo da sociedade em geral. A sociedade em geral se comprometeu, na forma e de fato, a ajudar o Sr. Thomas a roubar minha liberdade e a justa recompensa do meu trabalho; portanto, quaisquer direitos que eu tenha contra o Sr. Thomas, eu tenho, igualmente, contra aqueles confederados com ele por roubarem a minha liberdade (...)”.³⁹⁷

A reflexão seguinte foi a de que, envolvidos em uma degradação e exploração sistêmica, escravizados teriam legitimidade inquestionável para reagir. Mesmo que fosse preciso contrariar princípios religiosos ou qualquer outra normativa moral secular. E ao colocar como possibilidades de resistência o uso direto da violência, Douglass acrescentava um novo elemento no conflito com os abolicionistas menos radicais. Ele mesmo previu que fosse “chocar” ou “ofender” algumas pessoas. No livro de 1845, a legitimidade da violência era implícita, aparecia no orgulho de resistir fisicamente ao domador de escravos Covey. Em 1855, ela foi defendida e declarada de forma explícita no texto.

³⁹⁷ Ibidem, p. 190.

A moralidade da sociedade livre não pode ser aplicada à sociedade escravista. Os proprietários de escravos tornaram quase impossível para o escravo cometer qualquer crime, conhecido pelas leis de Deus ou pelas leis do homem. Se ele rouba, leva o que é seu; se ele mata seu mestre, ele imita apenas os heróis da revolução. Sustento que os proprietários de escravos são individual e coletivamente responsáveis por todos os males que surgem da horrível relação, e acredito que serão assim considerados no julgamento, à vista de um Deus justo. Faça de um homem um escravo e você roubará dele a responsabilidade moral. A liberdade de escolha é a essência de toda responsabilidade.³⁹⁸

Douglass qualificou o uso da violência e de outras formas de resistência aberta como atitudes corretas tomadas por aqueles que buscavam subverter a ordem escravista. A comparação dos escravizados com os heróis da Revolução Americana foi estratégica. Havia a reivindicação de que os afro-americanos eram parte importante da história do país. E a declaração de que transgressão e conflito eram meios legítimos quando o oponente era um tirano e a conquista liberdade estava em jogo. Uma mudança significativa em relação a posicionamentos que teve no passado, como assinala o historiador James Oakes.

Douglass chegou a flertar com o pacifismo (apesar de 1845 já deixar bem claro que ele considerava a violência um meio legítimo de defesa e luta contra escravidão). Em 1843, ele entrou em desacordo público com muitos negros militantes, como Henry Highland Garnet, que encorajavam a insurreição escrava. Nesse momento, Douglass se posicionou mais a favor de uma revolução moral, capaz de persuadir ouvintes e leitores a se posicionar contra a escravidão.³⁹⁹

O historiador relembra outros exemplos de defesa mais assertiva da violência. Em 1852, Douglass escreveu em seu jornal: “o único jeito de fazer a Lei do Escravo Fugitivo uma carta morta é matar uma dúzia ou mais de sequestradores”.⁴⁰⁰ Anos mais tarde, em 1859, às vésperas da Guerra Civil, o abolicionista John Brown, conhecido por liderar ações armadas antiescravistas, seria considerado um herói do movimento por Douglass. Nesse mesmo ano, Brown ficou famoso pelo ataque fracassado ao arsenal militar da cidade de Harpers Ferry, na Virgínia. O objetivo era distribuir armas para a população escravizada e estimular uma revolta de grande escala. Mas o plano foi desarticulado pelas autoridades federais, Brown foi preso e condenado à morte.⁴⁰¹

³⁹⁸ Ibidem, p. 190 e 191.

³⁹⁹ OAKES, James. *The Radical and The Republican: Frederick Douglass, Abraham Lincoln, and the Triumph of Antislavery*. New York: W. W. Norton & Company, 2008, p. 10.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 12.

⁴⁰¹ Ibidem.

Mas nem a violência, nem as fugas, nem qualquer outro ato de resistência deveriam ser considerados do ponto de vista estritamente individual. Para desnortear os adversários, os golpes precisavam ser orquestrados de forma coletiva. Na autobiografia de 1855, ganharam mais destaque os episódios em que ele encabeçou ações coletivas com outros escravizados.

Douglass lembrou em detalhes a organização clandestina de duas escolas dominicais em que era o líder. Lá, ensinou os discípulos a ler e a escrever, além de propor reflexões espirituais e sociais ao grupo. Pretendia despertar neles uma consciência mais ativa da exploração. As trocas de conhecimento e de afeto teriam tornado a comunidade mais igualitária, com os benefícios intelectuais sendo compartilhados entre todos. Esses episódios foram relacionados com as críticas anteriores que ele fez sobre escravizados como a tia Katy. Quando falou do novo momento, disse que não havia mais busca de privilégio e vantagens entre os escravizados. No lugar da competição e da rivalidade, predominavam naquele momento a integração e a preocupação com o bem-estar um dos outros.

No papel de professor, Douglass passou a arriscar a si próprio em nome do coletivo. Ele poderia sofrer uma punição maior se descoberto pelos escravistas. Mas havia também interesses pessoais, uma vez que os encontros possibilitaram o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de liderança dele: “fiquei inquieto e quis uma escola dominical, na qual pudesse exercitar meus dons e transmitir o pouco de conhecimento de letras que possuía aos meus irmãos escravos”.⁴⁰² Os objetivos individuais não foram escondidos, mas apresentados em combinação com a preocupação de elevar todo o grupo.

Uma outra experiência comunitária marcaria a vida dele no Sul. Pouco antes de fugir para o Norte, fez parte de uma organização compostas por negros livres, com funções educativas: *East Baltimore Mental Improvement Society*: “Eu tinha, na Costa Leste, sido apenas um professor, quando em companhia de outros escravos, mas agora havia pessoas de cor que podiam me instruir”. Por mais humilde que fosse a declaração inicial, já que ocupava o lugar de aluno ali, a lembrança terminava com a afirmação de que ele exercia, com frequência, “um papel de destaque nos debates”.⁴⁰³

Nesse ponto, voltamos para o momento em que Douglass chegou ao Norte e se deparou com uma sequência de eventos que o fizeram questionar as lideranças brancas abolicionistas. O autor construiu uma lógica narrativa para mostrar que, assim como fizera no Sul com os companheiros escravizados, cabia a ele novamente liderar, a partir do Norte, as lutas contra a

⁴⁰² DOUGLASS, 1855, op. cit., p. 264.

⁴⁰³ Ibidem, p. 319.

escravidão e pela elevação da comunidade negra livre. Nem as igrejas, nem alguns grupos negros, nem os abolicionistas garrisonianos reuniam as condições ideais para essa missão, sendo em alguns pontos até prejudiciais para os propósitos almejados.

As ideias de Douglass não eram de isolamento da comunidade negra do restante da sociedade. Pretendia fortalecê-la para que pudesse dialogar em condições de igualdade com associações e apoiadores brancos das causas que defendia. As lutas precisavam incorporar novas estratégias, coerentes com a forma como ele passou a ler a sociedade norte-americana. E foi nesse contexto que entraram as estratégias políticas. Na primeira autobiografia, Douglass tinha sido contrário a elas. O trecho mais emblemático foi o que se referiu aos ocupantes de cargos políticos no Congresso de forma pejorativa, para condenar a rivalidade entre os escravizados que queriam crescer na hierarquia das *plantations*.

Aqueles [escravizados] que competiam por esse posto buscavam diligentemente agradar seus feitores, como aqueles que buscam cargos de confiança nos partidos políticos buscam agradar e iludir o povo. O mesmo tipo de caráter que vemos nos escravos do coronel Lloyd podem ser vistos nos escravos dos partidos políticos⁴⁰⁴

O trecho foi completamente excluído em 1855. Dessa vez, para ilustrar as novas ideias que defendia, Douglass lembrou os episódios de segregação racial nos trens nortistas. Praticamente todas as ferrovias da região adotavam, há pelo menos doze anos, a prática de separar vagões para os negros, chamados de “*Jim Crow cars*”. Douglass contou que foi alvo de agressões mais de uma vez por estar sentado em lugares exclusivos para os brancos. Ele se colocou como um dos que ficaram famosos pela resistência a essa segregação. Mas, no fim, o mérito pelo encerramento da prática racista na Nova Inglaterra havia sido coletivo: “Esse resultado não foi alcançado sem a intervenção do povo, e a ameaça de promulgação de uma lei obrigando as empresas ferroviárias a respeitar os direitos dos viajantes”.⁴⁰⁵

Três autoridades brancas foram lembradas por desempenhar papéis importantes nesse combate à segregação. O senador estadual Charles Francis Adams, neto do ex-presidente John Quincy Adams, propôs uma reforma do sistema ferroviário na legislatura de Massachusetts. O governador George N. Briggs e o governador John Henry Clifford tinham pessoalmente apoiado o direito de Douglass de frequentar qualquer vagão. Em duas oportunidades diferentes, sentaram-se ao lado dele no trem e iniciaram conversas amistosas, situação que provocou uma

⁴⁰⁴ DOUGLASS, Frederick. A Narrativa de Vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Tradução e publicação: Leonardo Pogliã Vidal, 2012, p. 50.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 400.

súbita mudança de comportamento nos demais passageiros. Douglass mencionou positivamente essas autoridades provavelmente para favorecer conexões políticas que pudessem ser úteis no futuro. Era algo estratégico para os objetivos mais amplos dele. Porém, prevendo possíveis críticas do leitor, se antecipou na explicação de que eram apenas exemplos, não deveriam pensar que ele estava querendo se “elevar, alegando muita intimidade com grandes homens”.⁴⁰⁶

O historiador James Oakes afirma que, desde cedo, havia um interesse adormecido de Douglass com a política. E que ele foi despertado com a sequência de eventos que levaram à guerra entre os Estados Unidos e o México. À medida que o governo norte-americano conquistava e anexava novos territórios, os debates sobre a extensão da escravidão eram aquecidos. E o intelectual negro os acompanhava atentamente. Ainda no ano da publicação da primeira autobiografia, em 1845, a Flórida e o Texas foram admitidos na União como estados escravistas.⁴⁰⁷

O Texas era o caso mais complexo. Ele era parte do México que se tornou independente da Espanha em 1821. No território, vivia um grupo de norte-americanos que há pelo menos três décadas tinha migrado em maior número do Sul dos Estados Unidos e mantinha entre suas propriedades pessoas escravizadas. Em 1824, com a abolição da escravidão no México, aumentaram os conflitos entre esses imigrantes e o governo federal. E a situação evoluiu para uma guerra, que teve como desfecho a independência do Texas em 1836, sob a liderança da elite escravista da região. Durante nove anos, sem o reconhecimento oficial mexicano, a republicana texana manteve o seu status autônomo. Em 1844, James K. Polk venceu a eleição presidencial dos Estados Unidos com uma plataforma favorável ao expansionismo territorial. E em cumprimento ao desejo e pressão de parte da elite política e econômica do país, embebida pela ideologia do “Destino Manifesto”, anexou o Texas em 1845. As tensões, que duravam anos, tiveram o desfecho previsível: Estados Unidos e México entraram em guerra em abril de 1846.⁴⁰⁸

Em agosto daquele mesmo ano, o deputado David Wilmot apresentou uma cláusula na *House of Representatives* que previa a exclusão da escravidão de qualquer terra anexada pelos Estados Unidos depois da guerra. O fato chamou a atenção de Douglass, porque Wilmot não era abolicionista e pertencia ao Partido Democrata, notório por reunir uma maioria pró-escravidão. Representando um estado do Norte, a Pensilvânia, o principal motivo da proposta

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 403.

⁴⁰⁷ OAKES, 2008, op. cit., p. 15.

⁴⁰⁸ IZECKSOHN, 2021, op. cit., p. 81.

do deputado era o temor de que o poder sulista crescesse na política nacional. A *Wilmote Proviso* conseguiu maioria entre os deputados, mas foi derrotada no Senado, onde o Sul tinha uma força maior naquele momento. Outras duas tentativas foram feitas em 1847 e 1848, igualmente sem sucesso.⁴⁰⁹

A guerra entre México e Estados Unidos durou de 1846 até 1848. Nos 16 meses de conflito, os estadunidenses se mostraram mais fortes e organizados, mesmo que o exército mexicano fosse mais numeroso. O Tratado de Guadalupe Hidalgo encerrou oficialmente a guerra, e a derrota militar custou ao México a perda de quase metade do território. Os vitoriosos anexaram o que viriam a ser os estados da Califórnia, Novo México, Arizona, Nevada e Utah. O país aumentava em tamanho e assumia uma posição de poder ainda maior na região. Paradoxalmente, uma vez que internamente cresciam as ambições da elite política e econômica, os riscos de fragmentação se tornavam ainda maiores.

Os debates sobre o status dos novos territórios ficaram acirrados. Em quais a escravidão seria permitida? Onde seria proibida? As divergências no Congresso foram intensas, e até violentas: em alguns momentos houve conflitos físicos e intimidações com armas. Os estados escravistas ameaçavam deixar a União caso não tivessem os interesses atendidos. Depois de um ano e meio do fim da guerra com o México, um acordo foi firmado. O conjunto de cinco resoluções legais sobre escravidão e expansão territorial ficou conhecido como Compromisso de 1850. Por meio dele, as fronteiras do Texas foram delimitadas e mantido o status de estado escravista, enquanto a Califórnia foi oficialmente admitida como estado livre. Utah e Novo México foram organizados como novos territórios da União. No futuro, quando postulassem a admissão como estados, deveriam decidir em eleição interna se permitiriam a escravidão. A quarta lei do compromisso determinava que o tráfico de escravizados estava proibido na capital nacional Washington D.C.⁴¹⁰

A última das resoluções aprovadas no Senado foi a mais impactante para os afro-americanos, pois os colocava em situação de maior fragilidade no país: a substituição da *Fugitive Slave Act* de 1793 por uma nova lei mais rigorosa. Ela reforçava que os fugitivos da escravidão no Sul não perdiam o status legal de propriedades mesmo em terras nortistas. Na prática, isso minava a imagem do Norte como lugar de liberdade, uma vez que era permitida a livre circulação dos caçadores de escravizados e era requerida a cooperação de todas as instituições públicas para garantir o direito dos escravistas. Comissários federais teriam de

⁴⁰⁹ OAKES, 2008, op. cit., p. 16 e 17.

⁴¹⁰ IZECKSOHN, 2021, op. cit., p. 84. DRESCHER, 2011, op. cit., p. 461.

garantir os direitos dos sulistas para além da linha Mason-Dixon, assim como as cortes dos estados nortistas perdiam a jurisdição para advogar pelos fugitivos.

Para prender uma pessoa suspeita de escapar da escravidão, bastava o testemunho juramentado de propriedade do reclamante. Uma vez presa, a pessoa não tinha direito a habeas corpus, não podia testemunhar em favor dela própria e não era permitida a formação de um júri na audiência sobre o futuro da parte acusada. A normativa não colocava em risco apenas os fugitivos. Todos os negros livres ficavam sujeitos aos inúmeros abusos, que iam dos constrangimentos mais básicos até a possibilidade de serem ilegalmente sequestrados e enviados para o Sul. O que não foi um acontecimento raro, como vimos na autobiografia de Solomon Northup. E todos aqueles que ajudassem os fugitivos, fossem os cúmplices negros ou brancos, estavam sujeitos à prisão e ao pagamento de multa.

O Compromisso de 1850 resolveu questões imediatas de divergências entre as elites nacionais, mas representou um armistício temporário. Uma série de eventos nos anos seguintes mostrou que a paz entre estados livres e escravistas era tênue e efêmera. O mais importante deles aconteceu em 1854 e envolveu o futuro dos territórios do Kansas e do Nebraska. Ambos faziam parte de uma área mais ampla comprada em 1803, a Louisiana. E estavam regidos pelo Compromisso do Missouri de 1820, que proibía a escravidão ao norte do paralelo 36° 30'. A organização legal dos territórios estava emperrada desde a década de 1840, graças aos esforços de políticos sulistas que não pretendiam facilitar a entrada de novos estados livres na União e temiam pelo desequilíbrio de forças no Congresso caso isso ocorresse. Em 1854, o senador democrata nortista Stephen A. Douglas conseguiu costurar um acordo mais amplo com os sulistas. O objetivo principal dele era melhorar a administração dos territórios para construir uma ferrovia transcontinental. O *Kansas-Nebraska Act*, aprovado em maio daquele ano, criou os dois novos territórios que davam nome à lei. E decidiu que os cidadãos de cada um deles, e não o Congresso, determinariam se a escravidão seria permitida em seus limites.⁴¹¹

A lei multiplicou a crise seccional nos Estados Unidos. Ela oficialmente enterrou o Compromisso de 1820 e provocou a ira de muitos nortistas. Uma região que pelas leis anteriores deveria ser livre, poderia ser aberta para a escravidão. O Kansas se tornou o lugar de uma batalha campal. Os fluxos migratórios foram ampliados pela mobilização de ativistas contrários e favoráveis à escravidão. O Missouri, vizinho ao território, liderou o envio de colonos escravistas por temer pelo futuro da instituição no próprio estado. A resposta veio com

⁴¹¹ ASHWORTH, John. *The Republic in Crisis. 1848-1861*. New York: Cambridge University Press, 2012.

participação mais ativa de apoiadores do *Free-Soil Party*, fundado em 1848 para se opor à expansão da escravidão no Oeste. Colonos ligados ao partido se deslocaram para a região. Os grupos antagônicos entraram em conflito direto. Primeiro pela via política, com dois governos locais alegando representar a autoridade legítima do território. Depois, pela via armada, com conflitos diretos. Esses acontecimentos de 1854 a 1861, chamados de *Bleeding Kansas*, culminariam na Guerra Civil de 1861.⁴¹²

A lei também provocou alterações drásticas na política nacional. Ela precipitou a crise final do Partido Whig que, depois do mandato presencial de Millard Fillmore entre 1850 e 1853, começou a perder adeptos. As divisões do partido entre representantes do Sul e do Norte ficaram acirradas com a lei de 1854. O Whig foi dissolvido em 1856. Parte dos membros migrou para o *Native American Party*, o expoente político do movimento *Know Nothing*, que se opunha à chegada de imigrantes no país, especialmente os irlandeses católicos.

O Partido Republicano, criado em 1854, atraiu principalmente os nortistas oriundos do Partido Whig, mas também egressos do *Liberty Party* e outros do *Free Soil Party*, sendo que este último deixou de existir exatamente no mesmo ano. Em comum estava a convicção de que a expansão dos estados escravistas deveria ser interrompida. A plataforma do partido defendia que o governo federal favorecesse a indústria e a agricultura livre, sem mão de obra cativa. Isso incluiria investimentos diretos em infraestrutura e tarifas protecionistas para desenvolver o mercado interno. Assim, a *plantation* sulista, considerada imoral por utilizar mão de obra escravizada, era motivo de aversão para os integrantes do partido.⁴¹³

Os republicanos não eram movidos por propósitos abolicionistas, já que não estava prevista a interferência direta no direito dos estados de manter a escravidão. A principal ideia era contê-la onde já existia e desenvolver estratégias para que os próprios estados abolissem a escravidão com o tempo.

O governo federal cercaria o Sul com estados livres, territórios livres e águas livres, construindo o que eles chamavam de “cordão de liberdade” em torno da escravidão, cercando-o até que as próprias fraquezas internas do sistema forçassem os estados escravistas, um por um, a abandonar a escravidão. A essas pressões externas os republicanos acrescentariam uma série de incentivos federais – cronograma gradual, compensação monetária e subsídios para a colonização voluntária dos libertos – todos eles destinados a acelerar o processo de abolição estatal, começando nos estados escravistas na fronteira com o Norte (Delaware, Maryland, Kentucky e Missouri). Essa foi uma política em tempo de paz projetada para colocar a escravidão, nas palavras de

⁴¹² Ibidem, p. 98 e 99.

⁴¹³ IZECKSOHN, 2021, op. cit, p. 86.

Abraham Lincoln, no curso da “extinção final”.⁴¹⁴

Frederick Douglass acompanhava atentamente as novas configurações políticas, que inauguravam o período que veio a ser chamado de Terceiro Sistema Partidário, polarizado entre democratas e republicanos. Em 1848, quando o Congresso ficou paralisado pelos conflitos seccionais sobre os territórios tomados do México, o intelectual negro entendeu que a escravidão tinha finalmente sido colocada no centro do debate nacional. Na década de 1850, ele entendeu que havia chegado o momento que os abolicionistas há muito tempo esperavam.

No início, ele alternou entre apoiar publicamente o *Liberty Party* e o *Free Soil Party*. Nos dois casos, foi movido pela ideia de que uma terceira força na política nacional poderia tirar votos dos dois maiores partidos, o Democrata e o Whig. Os dois eram considerados, no mínimo, como instituições coniventes com a escravidão. Apesar do *Free Soil* não ser abolicionista como o *Liberty Party*, tinha se mostrado capaz de atrair mais eleitores para uma grande coalização antiescravista.

O Partido Republicano, de início, era visto negativamente por Douglass. Além de eles entenderem que a Constituição protegia os direitos dos estados escravistas, havia internamente uma visão colonizadora para os afro-americanos libertos. Ou seja, a melhor solução para essa população seria a migração para outro país. O próprio Lincoln era um dos adeptos dessa visão no começo. Douglass mudaria de opinião sobre os republicanos em meados de 1856, portanto, depois da publicação da segunda autobiografia. Nesse período, anunciaria no jornal dele o apoio oficial para John C. Fémont, o candidato republicano à presidência. Os republicanos passaram a ser vistos como uma força capaz de derrotar os democratas e, principalmente, os representantes dos interesses escravistas.⁴¹⁵

O conjunto desses eventos da macropolítica – especialmente a Guerra do México, o Compromisso de 1850 e a Lei do Escravo Fugitivo, e as mudanças partidárias – influenciaram o conteúdo da autobiografia de 1855. Douglass concluiu naquele momento que apenas a cruzada moral contra a escravidão não era suficiente. Não bastava esperar que os corações sensibilizados do povo adotassem o abolicionismo. Era preciso traçar estratégias concretas de combate ao poder político e econômico dos escravistas.

Até ali, era nítido o poder do Sul na agenda nacional, mas também era mais claro o crescimento das divergências com o Norte. O sentimento antiescravista se espalhava pela

⁴¹⁴ OAKES, James. *Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861–1865*. New York: W. W. Norton & Company, 2014, p. 12.

⁴¹⁵ OAKES, 2008, op. cit., p. 26.

região. A era dos compromissos parecia prestes a desabar. Aquele firmado em 1850 sinalizava para as dificuldades crescentes em estabelecer um projeto comum que fosse favorável para os dois polos regionais de poder. Para Douglass, era preciso avançar sobre a esteira política e tensionar ainda mais o conflito seccional. Para que os escravistas fossem derrotados, a luta deveria ter duas frentes estratégicas. Uma delas era a integração dos grupos contrários à escravidão, mesmo que não diretamente abolicionistas. Alianças com forças mais diversas e mais poderosas poderiam ser úteis para a derrota definitiva do *Power Slave*.

Nada disso adiantaria se os principais interessados na abolição não estivessem unidos. Por isso, ele defendia com mais vigor o fortalecimento da comunidade afro-americana livre no Norte. Ele chamava para si a responsabilidade de ser um dos líderes intelectuais dessa missão. Mas seria também a voz dos escravizados na oposição ao sistema. A luta contra a escravidão poderia acontecer em paralelo com a defesa da ampliação dos direitos de cidadania dos afro-americanos livres. O Douglass de 1855 entendia que as duas batalhas eram igualmente importantes e que cada ganho, mesmo parcial, seria de utilidade para um povo oprimido nacionalmente, no Norte e no Sul.

Depois de rerepresentar a história de vida, o autobiógrafo resume o objetivo principal que o levou a preparar a nova publicação. Passado e futuro estavam ali conectados. A jornada de vida – construída pelas experiências em Maryland, Massachusetts, Inglaterra, Irlanda e Nova York – o preparou para as tarefas que agora liderava no cenário norte-americano.

Acreditando que um dos melhores meios de emancipar os escravos do Sul é melhorar e elevar o caráter das pessoas livres de cor do Norte, trabalharei no futuro, como trabalhei no passado, para promover a elevação moral, social, religiosa e intelectual das pessoas livres de cor, nunca esquecendo minha própria origem humilde, nem recusando, enquanto o Céu me emprestar habilidade, usar minha voz, minha caneta ou meu voto para defender o grande e primário trabalho da emancipação universal e incondicional da minha raça inteira.⁴¹⁶

⁴¹⁶ DOUGLASS, 1855, op. cit., p. 406.

5

CONCLUSÃO

William Grimes morreu em 21 de agosto de 1865, meses depois do fim da Guerra Civil e da aprovação no Congresso da 13ª Emenda à Constituição, que aboliu nacionalmente a escravidão. Foi enterrado no cemitério Grove Street, em frente à universidade de Yale, em New Haven, Connecticut. Mais do que um lugar apropriado para o corpo, foi cumprido o desejo dele pela preservação da memória. Não seria um indigente. A lápide com um nome representava a possibilidade de sobreviver ao esquecimento.

Enquanto viveu, Frederick Douglass teve tempo de celebrar o fim da escravidão, causa pela qual lutou intensamente durante décadas. Mas também teve de presenciar a reconstrução de uma sociedade pós-guerra, em que as desigualdades raciais continuavam fortes, mesmo que configuradas sob novas formas. Ele manteve atividades intelectuais na imprensa, lançou outras duas autobiografias em 1881 e 1892 (ambas denominadas *Life and Times of Frederick Douglass*), participou de movimentos de ampliação dos direitos para negros e mulheres, ocupou cargos políticos no Distrito de Columbia e foi embaixador no Haiti. Morreu em 20 de fevereiro de 1895 e foi enterrado no cemitério Mount Hope, em Rochester, Nova York.

Grimes e Douglass tiveram algumas características e experiências similares. Ambos eram negros, nasceram escravizados no Sul, fugiram para o Norte quando adultos, trabalharam, casaram e tiveram filhos na região, se alfabetizaram e escreveram uma autobiografia no período *antebellum*, com a coincidência temporal de publicar uma segunda versão em 1855. Um olhar superficial os igualaria, os colocaria dentro de um padrão analítico homogêneo, uma história única, uma mesma identidade.

Ao seguir uma base metodológica gramsciana, procuramos nos afastar de duas abordagens que apontam para esse tipo de reducionismo. Escravizados já foram retratados como uma massa uniforme sobre a qual era possível identificar um padrão que os qualificasse igualmente. Mal se conheciam nomes, apenas categorias de análise. Houve foco excessivo na imobilidade, na passividade, na paralisia tida como inevitável por causa da dominação violenta. Em outro extremo, eles também foram frutos de idealizações, em que a categoria “resistência” passou a dar conta de todos os aspectos dos movimentos cotidianos desses sujeitos. Foram elevados ao lugar do heroísmo, do combate permanente, das ações e pensamentos obstinados

contra a opressão. A contestação seria a única resposta possível. E assim, fecharam-se os olhos para experiências divergentes, em que alguns podiam até fazer alianças com grupos dominantes.

Durante nossa pesquisa, procuramos tratar a realidade histórica por meio da complexidade. Considerar o entrelaçamento entre o comum e o singular. Tentar ao máximo fazer uma “justa análise das forças que atuam na história”, sem superestimar as “causas mecânicas”, nem exaltar “o elemento voluntarista e individual”.⁴¹⁷ Abordar dialeticamente o vaivém entre a síntese e a análise, os indivíduos e as estruturas sociais. Situar as diferentes temporalidades, a constituição provisória e variável da subjetividade, movida pela constante ressignificação das memórias e a remodelação do devir.

William Grimes nasceu aproximadamente 34 anos antes de Douglass. Uma diferença considerável em um contexto de rápida transformação da sociedade norte-americana. Em 1784, os Estados Unidos tinham acabado de sair de uma guerra de independência contra a Grã-Bretanha e não possuíam sequer uma constituição. Também estavam longe da configuração territorial que surgiu no século seguinte. Na Virgínia onde Grimes cresceu, sociedades antiescravistas tinham pouca força diante do peso da escravidão na economia local. Depois da abolição do tráfico internacional em 1808, o estado se tornou o principal centro do tráfico interno para o *Upper South*. Grimes conheceu a realidade do trabalho forçado nas plantações, inclusive em terras mais ao sul, na Geórgia.

Na autobiografia, ele relatou experiências individuais violentas, com impactos físicos e psicológicos, que incluíram açoites, torturas, fome e encarceramento. Laços familiares foram quase inexistentes. Senhores e outros indivíduos brancos, predominantemente cruéis ou insensíveis. Outros escravizados frequentemente mantinham relações de competição e traição. A fuga para o Norte virou um projeto possível para uma vida melhor. Em 1814, aos 30 anos de idade, fugiu em um navio para Nova York. E, menos do que uma alegria instantânea, foi tomado pelo sentimento de ser um estranho em uma terra que se mostrou pouca acolhedora. Seguiu em movimento até Connecticut, região descrita como fria e difícil.

Lá, sofreu com tentativas malsucedidas de estabelecer uma renda estável. Foi alvo de preconceitos, perseguições e processos judiciais. Realidades que incluíram tanto brancos quanto negros livres. O vaivém de proprietários escravistas no Norte mostrou a cumplicidade de todo o país com a escravidão, e fez com que ele estivesse sempre na defensiva, com medo permanente da recaptura. A temida identificação como fugitivo aconteceu e ele se viu obrigado

⁴¹⁷ GRAMSCI, 2017, op. cit., p. 37.

a abrir mão de todas as economias que possuía para não se separar da família e manter a própria liberdade. Havia associações negras no estado e redes de assistência que o próprio Grimes chegou a se beneficiar. Mas ainda eram frágeis diante de uma sociedade majoritariamente opressora. Aliados abolicionistas e defensores dos direitos dos afro-americanos tampouco eram forças expressivas entre os brancos. Nessa parte da população, ganhava cada vez mais espaço o projeto de enviar negros livres para fora do país.

Frederick Douglass nasceu em Maryland em 1818, quatro anos depois da fuga de Grimes. À época, as plantações de tabaco perdiam gradativamente importância econômica na região e aumentavam as vendas de escravizados para o *Upper South*. Em comparação com outros escravizados, Douglass teve uma melhor sorte ao ser enviado para funções domésticas e urbanas em Baltimore. Lá, teve o primeiro aprendizado do alfabeto e viu uma possibilidade de liberdade física e intelectual. Foi ainda no Sul que relatou ter tido conhecimento da existência de movimentos abolicionistas, de que havia algum grau de organização contra a escravidão.

Tanto no campo, quanto na cidade, Douglass descreveu a maioria dos escravistas em imagens negativas e tirânicas. Outros escravizados foram retratados com mais destaque a partir das relações de cooperação. Ciente do privilégio da alfabetização que possuía, colocou-se como líder e professor de outras pessoas em cativeiro. Quando conseguiu escapar para o Norte, em 1838, chegou primeiro em Nova York, à semelhança de Grimes. E igualmente relatou sentir-se como um estranho, tomado pela solidão e insegurança. Mas conseguiu contar com a ajuda providencial de uma referência na comunidade negra e no movimento abolicionista: David Ruggles. A relação foi fundamental para que conseguisse um trabalho e uma renda inicial.

A mudança para New Bedford, Massachusetts, centro importante do abolicionismo, com a presença de muitos outros antigos escravizados, permitiu que Douglass estabelecesse relações importantes. Foi a partir delas que chegou ao núcleo do principal movimento abolicionista do país à época, liderado por William Lloyd Garrison, no início da década de 1840. Era um momento de maior organização institucional contra a escravidão e em defesa dos direitos de cidadania para os afro-americanos, com mais ativistas brancos envolvidos na causa.

Entre 1825 e 1845, datas de publicação das primeiras autobiografias de Grimes e Douglass, havia, portanto, realidades sociais bem diferentes, que influenciavam a vida dos dois sujeitos, além das também importantes características singulares que os separavam. E a persona pública que cada um apresentou nesses textos dialogou diretamente com todos esses fatores.

Grimes expressou maior solidão e individualismo. Apresentou ao leitor uma vida de contínua injustiça, violência e dificuldade financeira. Não demonstrou ver vantagens em se vincular com organizações negras ou antiescravistas, tampouco em reforçar características

identitárias que o aproximassem desses grupos. Preferiu apelar para a sensibilidade dos brancos e, para isso, apresentou uma vida compatível com os princípios morais do Norte. Ao mesmo tempo, deixou escapar um tom de amargura e ressentimento com a sociedade que o oprimiu na escravidão e deixou marcas permanentes mesmo em liberdade.

Douglass buscou reforçar laços coletivos com diferentes grupos sociais. Vinculou-se aos escravizados por meio das experiências compartilhadas no passado. Conectou-se aos negros livres por meio da participação em diferentes associações como igrejas e encontros assistenciais da comunidade. E se tornou ativo no movimento abolicionista organizado sobre a liderança de brancos nortistas. Dessa forma, adequou seu discurso aos princípios do movimento e projetou uma carreira intelectual como ativista na luta contra escravistas do Sul.

Em 1855, a segunda autobiografia marcou o amadurecimento intelectual e político de Douglass. Momento em que, depois de romper com Garrison e o grupo ligado a ele, adquiriu maior autonomia para definir princípios e estratégias políticas contra a escravidão. Ganhou maior reconhecimento como porta-voz e líder dentro da comunidade negra, e reforçou como principal bandeira a melhoria de vida dela. Atuou na imprensa, em convenções segmentadas e em outros encontros mais amplos de defesa da igualdade universal de direitos. Se envolveu em negociações políticas que incluíram o gabinete presidencial e teve participação de destaque na convocação de tropas negras para a Guerra Civil. Pelas atividades sociais primordialmente centradas na elaboração e divulgação de ideias, por ter desenvolvido papel de liderança dentro dos grupos sociais com os quais se identificava, e pela atuação ativa na construção, organização e persuasão de uma vontade coletiva, Douglass se tornou um intelectual do tipo orgânico.

Grimes, por sua vez, reproduziu o texto da primeira autobiografia em 1855, mas acrescentou elementos que suavizaram em parte o desalento e rancor de 1825. Como um homem mais idoso, mostrou preocupações maiores com a própria saúde, as economias pessoais e com a ideia da própria morte. Novamente, não fez qualquer menção aos grupos ou às ideias abolicionistas. Em 1855, essa ausência foi ainda mais significativa, uma vez que era impossível naquela altura que desconhecesse pessoas ou organizações que lutassem contra a escravidão e pela melhoria da comunidade negra. Talvez a omissão tenha acontecido por entender que deveria apresentar uma personalidade mais pacífica e ordeira, para não atrapalhar os propósitos individuais de conseguir ajuda com a venda do livro. Ele preferiu citar apenas nomes de homens brancos do meio jurídico, político e religioso. Foi um recurso usado para valorizar a própria imagem, mostrar que construíra relações com pessoas influentes e, assim, convencer o leitor de que a história de vida dele era importante e merecia ser lida. Pela postura mais solitária, por não se vincular com nenhum coletivo, por não participar primordialmente na sociedade como

produtor de ideais, mas permanecer vinculado às atividades materiais básicas de sustento, Grimes não pode ser considerado um intelectual nos mesmos moldes de Douglass.

Diante dessa argumentação, uma avaliação apressada poderia concluir que Douglass foi um indivíduo melhor do que Grimes. Um currículo extenso de conquistas, fama internacional, relacionamento com personalidades políticas, situação financeira mais estável, capacidade de liderar um público amplo e participar como protagonista de acontecimentos marcantes da nação.

Mas esse não é o objetivo desse estudo, nem é coerente com as premissas dele.

Nunca esteve em jogo medir o grau de sucesso individual e hierarquizar qualitativamente histórias de vida. Acima de tudo, trata-se de indicar a variedade de respostas possíveis, individuais e coletivas, em quadros sociais próximos, quando se vive sob estruturas, contextos históricos e geográficos semelhantes. Dessa forma, fornecer elementos que ajudem a compreender melhor a trajetória dos sujeitos subalternos, a identificação de necessidades comuns e a construção de forças coesas para alcançar fins específicos.

Para que uma conclusão seja minimamente satisfatória é importante entender que uma pesquisa não se encerra nela mesmo.

Abrem-se outros caminhos de reflexão que não puderam ser aprofundados nesse estudo. Entre os quais sugere-se retornar aos problemas levantados por David Brion Davis sobre a relação entre o antiescravismo, o desenvolvimento da ordem capitalista burguesa e das ideologias que a permitiram ser hegemônica. Qual seria o papel das autobiografias de escravizados nesse contexto? Teriam elas também contribuído para a difusão do individualismo moderno e o fortalecimento da ordem burguesa, mesmo que de maneira não intencional?

Até onde foi possível chegar, esperamos ter contribuído para aprofundar as discussões sobre fontes e sujeitos históricos ainda pouco pesquisados no Brasil. Dessa forma, ajudar a construir uma base de referências sobre o tema que possa ser revisitada e ampliada por outros pesquisadores. Inclusive em estudos que relacionem a atuação dos afrodescendentes no universo anglo-americano com as atividades desse grupo em realidades mais ao sul do continente, como o próprio contexto brasileiro.

Ao aplicarmos abordagens que valorizam a multiplicidade e a dialética, que possamos identificar caminhos coletivos para pensar politicamente uma sociedade mais igualitária, que supere um dia as bases econômicas, políticas e ideológicas de um sistema social voltado para o individualismo, a fragmentação, a competição e a assimetria.

6

REFERÊNCIAS

ALLEN, Richard. *The Life, Experience and Gospel Labors of the Rt. Rev. Richard Allen*. Philadelphia: Martin and Boden, 1833.

ANDREWS, William L. *To tell a free story. The first century of afro-american autobiography, 1760-1865*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

ANDREWS, William L; FOSTER, Frances; HARRIS, Trudier. *The Oxford Companion to African American Literature*. New York: Oxford University Press, 1997.

ANDREWS, William L; MASON, Regina E. *Life of William Grimes, the Runaway Slave*. New York: Oxford UP, 2008.

APTHEKER, Herbert. *American Negro Slave Revolts*. New York: Cameron Associates, 1955.

ASHTON, Susanna. *Slavery Imprinted: The Life and Narrative of William Grimes*. In: COHEN, Lara Langer; STEIN, Jordan Alexander (org.). **Early African Print Culture**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

ASHWORTH, John. *The Republic in Crisis. 1848-1861*. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic. Volume 2*. New York: Cambridge University Press, 2007.

BALL, Charles. *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball*. New York: Ed. Isaac Fisher, 1837.

BANKS, Marva. *Uncle Tom's Cabin and Antebellum Black Response*. In: MACHOR, Jams L. (org.). **Readers in History: Nineteenth-Century American Literature and the Contexts of Response**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1933.

BAPTIST, Edward E. *A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*. São Paulo: Uirapuru, 2017.

BELL, Howard H. Free Negroes of the North 1830-1835: a study in national cooperation. **The Journal of Negro Education**. Vol. 26, No. 4, 1957, p. 447-455.

BERLIN, Ira. A Guide to the History of Slavery in Maryland. Annapolis: Ed. Maryland State Archives, 2007.

_____. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana da América do Norte Continental. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26, n. 2, 2004, p. 241-256.

_____. Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. The Long Emancipation: the demise of slavery in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

BIBB, Henry. Narrative of the Life and Adventures of Henry Bibb, American Slave. New York: The Author, 1849.

BLACKBURN, Robin. The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights. London: Paperback, 2013.

BLASSINGAME, John. Slave Testimony: Two Centuries of Letters, Speeches, Interviews, and Autobiographies. Louisiana: LSU Press, 1977.

BLIGHT, David W. Frederick Douglass: Prophet of Freedom. New York: Ed. Simon and Schuster, 2018.

_____. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. **My Bondage and My Freedom**. New Haven and London: Yale University Press, 2014.

BROWN, William W. Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo: escrita por ele mesmo. Organização: Tâmis Parron. Tradução: Francisco Araújo da Costa. São Paulo: Hedra, 2020.

BROWN, William Wells. The Black Man, His Antecedents, His Genius, and His Achievements. New York: Thomas Hamilton, 1863.

BROWN, Henry Box. Narrative of Henry Box Brown, Who Escaped from Slavery Enclosed in a Box 3 Feet Long and 2 Wide. Boston: Ed. Charles Stearns, 1849.

BRUCE JR., Dickson D. Politics and political philosophy in the slave narrative. In: FISCH, Audrey A. **The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative**. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. The origins of African American literature. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 2001.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASSELL, Frank A. Slaves of the Chesapeake Bay Area and the War of 1812. **The Journal of Negro History**, vol. 57, no. 2, 1972, p. 144-155.

CASTRO, Alex. Apresentação. In: MANZANO, Juan Francisco. **A autobiografia do poeta-escravo**. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

COHEN, Dale J.; WHITE, Sheida; COHEN, Steffaney B. Mind the Gap: The Black-White Literacy Gap in the National Assessment of Adult Literacy and Its Implications. **Journal of Literacy Research**, v. 44, number 2, 2012, p. 123-148.

D'ANNA, Giuseppe. Autobiografia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DANGERFIELD, George. The Awakening of American Nationalism: 1815-1828. New York: Harper & Row, 1965.

DAVIS, Angela. Uma autobiografia. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Charles T., GATES JR, Henry Louis. The Slave's Narrative. New York: Oxford University Press, 1985.

DAVIS, David Brion. The Problem of Slavery in the Age of Emancipation. New York: Alfred A. Knopf, 2014.

_____. The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823. Ithaca: University Press, 1975.

DOUGLASS, Frederick. Madison Washington. O escravo heroico. São Paulo: Etia Editorial, 2019.

DOUGLASS, Frederick. My Bondage and My Freedom. New York: Miller, Orton and Mulligan, 1855.

DOUGLASS, Frederick. A Narrativa de Vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Tradução e publicação: Leonardo Pogliá Vidal. South Carolina: Createspace Independent Publishing Platform, 2012.

DOUGLASS, Frederick. Narrativa de vida de Frederick Douglass e outros textos. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.

DOUGLASS, Frederick. Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave. Written by himself. Boston: American Anti-Slavery Society, 1845.

DRESCHER, Seymour. Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

DU BOIS, W.E.B. As almas do povo negro. São Paulo: Veneta, 2021.

ELKINS, Stanley. Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life. Chicago: University of Chicago Press, 1959. Segunda edição, 1968.

ERNEST, John. The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative. New York: Oxford University Press, 2014.

FISCH, Audrey. The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FIELDS, Barbara Jeanne. Slavery and Freedom on the Middle Ground. Maryland during the Nineteenth Century. New Haven and London: Yale University Press, 1984.

FLETCHER, Berkley Holly. Gender and the American temperance movement of the nineteenth century. New York: Rotledge, 2008.

FONER, Eric. Gateway to Freedom. The hidden history of America's fugitive slaves. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

FROSINI, Fabio. Homem coletivo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GATES Jr, Henry Louis. YACOVONE, Donald. The African Americans. Many rivers to cross. New York: Smiley Books, 2013.

GENOVESE, Eugene. Da rebelião à revolução. As revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo: Global, 1983.

_____. A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIBSON, Campbell; JUNG, Kay. Historical Census Statistics on populations totals by race, and by hispanic origin, 1790 to 1990, for the United States, Regions, Divisions and States. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2002.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: 34/Universidade Candido Mendes, 2001.

GOULD, Philip. The rise, development, and circulation of the slave narrative. In: FISCH, Audrey. **The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 1. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Cadernos do cárcere. Volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Cadernos do cárcere. Volume 3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Cadernos do cárcere. Volume 4. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANDY, Moses. Narrative of the Life of Moses Grandy, Late a Slave in the United States of America. London: Gilpin, 1843.

GRIMES, William. Life of William Grimes, the Runaway Slave. Written by Himself. New York: The Author, 1825.

_____. Life of William Grimes, the Runaway Slave, Brought down to the Present. Written by Himself. New Haven: The Author, 1855.

GRONNIO SAW, James Albert. A Narrative of the Most Remarkable Particulars in the Life of James Albert Ukawsaw Gronniosaw, an African Prince. Bath: S. Hazzard, 1770.

HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAHN, Steven. Nation Without Borders: The United States and Its World in an Age of Civil Wars, 1830-1910. New York: Penguin Books, 2017.

HARRIS, Katherine. The Rise of Communities and the Continued Quest for Freedom for All. In: NORMEN, Elizabeth; HARRIS, Katherine (org.). **African American Connecticut explored**. Middletown: Wesleyan University Press, 2013.

HENSON, Josiah. The Life of Josiah Henson, Formerly a Slave, Now an Inhabitant of Canada, As Narrated by Himself. Boston: Ed. Samuel A. Eliot, 1849.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. Boston: South End Press, 1989.

HOWE, Daniel Walker. *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. New York: Oxford University Press, 2007.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IZECKSOHN, Vitor. *Estados Unidos: uma história*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

JORDAN, Winthrop D. *White over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550-1812*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1968.

KACHUN, Mitch. Slave Narratives and Historical Memory. In: ERNEST, John. **The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative**. New York: Oxford University Press, 2014.

KING-CALNEK, Judith E. John Mercer Langston and the Shaping of African American Education in the Nineteenth Century. In: ANDERSON, Noel; KHAREN, Haroon (org.). **Education as Freedom. African American Educational Thought and Activism**. Plymouth: Lexington Books, 2009.

KULIKOFF, Allan. *Tobacco and Slaves. The development of southern cultures in the Chesapeake, 1680-1800*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1986.

LANE, Lunsford. *The Narrative of Lunsford Lane*. Boston: J. G. Torrey, 1842.

LEE, Jarena. *The life and religious experience of Jarena Lee, a coloured lady*. Philadelphia: The Author, 1836.

LEVINE, Robert S. The slave narrative and the revolutionary tradition of American autobiography. In: FISCH, Audrey (org.). **The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MALONE, Christopher. *Between Freedom and Bondage: Race, Party, and Voting Rights in the Antebellum North*. New York: Routledge, 2007.

MANSUR, Kate. *Until Justice Be Done. America's First Civil Rights Movement, from the Revolution to Reconstruction*. New York: W.W. Norton & Company, 2021.

MANZANO, Juan Francisco. *A autobiografia do poeta-escravo*. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOSS, Hilary. "Cast Down on Every Side": The Ill-Fated Campaign to Found an "African College" in New Haven. In: NORMEN, Elizabeth; HARRIS, Katherine (org.). **African American Connecticut explored**. Middletown: Wesleyan University Press, 2013.

MENSCHER, David. Abolition Without Deliverance: The Law of Connecticut Slavery 1784-1848. **Yale Law Journal**, vol. 111, no. 1, 2001, p. 183-222.

MULFORD, Carla. Figuring Benjamin Franklin in American Cultural Memory. **The New England Quarterly**, vol. 72, no. 3, 1999, p. 415-443.

NEWMAN, Richard. *Abolitionism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2018.

NICHOLS, JR. Charles H. The Case of William Grimes, the Runaway Slave. **The William and Mary Quarterly**, Third Series, vol. 8, no. 4, 1951, p. 552-560.

NORTHUP, Solomon. *Doze Anos de Escravidão*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

OAKES, James. *Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861-1865*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

_____. *The Radical and The Republican: Frederick Douglass, Abraham Lincoln, and the Triumph of Antislavery*. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

OBAMA, Barack. *Uma terra prometida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OLIVEIRA, Rafael Domingos. *Vozes afro-atlânticas: autobiografias e memórias da escravidão e da liberdade*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

OLNEY, James. "I Was Born": Slave Narratives, Their Status as Autobiography and as Literature. *Callaloo*, no. 20, 1984, p. 46-73.

PENNINGTON, James W. C. *The Fugitive Blacksmith; or, Events in the History of James W. C. Pennington, Pastor of a Presbyterian Church*. London: Charles Gilpin, 1849.

PHILLIPS, Ulrich Bonnell. *Life and Labour in th Old South*. Boston: Little Brown, 1929.

PRINCE, Mary. *The History of Mary Prince, a West Indian Slave*. London: F. Westley and A. H. Davis, 1831.

REDIKER, Marcus. *The Amistad rebellion: an Atlantic odyssey of slavery and freedom*. New York: Penguin Group, 2012.

REYNOLDS, David S. *Mightier than the sword. Uncle Tom's Cabin and the Battle for America*. New York: W.W. Norton and Company, 2011.

ROBBINS, Sarah. *The Cambridge Introduction to Harriet Beecher Stowe*. New York: Cambridge University Press, 2007.

ROPER, Moses. *Narrative of the Adventures and Escape of Moses Roper, from American Slavery*. Berwick-upon-Tweed, UK: Published for the author and printed at the Warder Office, 1848.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

SCHERMERHORN, Calvin. Introdução. In: BROWN, William Wells. **Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo, escrita por ele mesmo**. São Paulo: Editora Hedra, 2020.

SEKORA, John. Black Message/White Envelope: Genre, Authenticity, and Authority in the Antebellum Slave Narrative. *Callaloo*, no. 32, 1987, p. 482-515.

SINHA, Manisha. *The Slave's Cause: A History of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2016.

SMITH, Venture. *A Narrative of the Life and Adventures of Venture, a Native of Africa: But Resident above Sixty Years in the United States of America. Related by Himself.* New London: CT, 1798.

SMITH, John David. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. **My Bondage and My Freedom.** New York: Penguin Books, 2003.

SPADY, James O'Neil. Power and Confession: On the Credibility of the Earliest Reports of the Denmark Vesey Slave Conspiracy. **William and Mary Quarterly**, vol. 68 (2), 2011, p. 287–304.

STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution: Slavery in the Ante-Bellum South.* New York: Knopf, 1956.

STANLEY, Jerry. *Hurry Freedom. African Americans in Gold Rush California.* New York: Crown Publishers, 2000.

STARLING, Marion Wilson. *The Slave Narrative: Its Place in American Literary History.* Washington, DC: Howard University Press, 1981.

STAUFFER, John. Frederick Douglass's self-fashioning and the making of a Representative American man. In: FISCH, Audrey (ed.). **The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative.** New York: Cambridge University Press, 2007.

STOWE, Harriet Beecher. *Uncle Tom's Cabin.* Edited by Christopher G. Diller. Toronto: Broadview Editions, 2009.

TOMICCH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial.* São Paulo: EdUSP, 2011.

TURNER, Nat. *The Confessions of Nat Turner, the Leader of the Late Insurrection in Southampton.* Baltimore: Ed. Thomas R. Gray, 1831.

VOORHIS, Robert. *Life and Adventures of Robert, the Hermit of Massachusetts.* Providence: Ed. Henry Trumbull, 1829.

WALKER, Peter F. *Moral Choices: Memory, Desire, and Imagination in Nineteenth-Century American Abolition.* Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1978.

WARNER, Ashton. *Negro Slavery Described by a Negro: Being the Narrative of Ashton Warner.* London: Ed. Simon Strickland, 1831.

WHITE, George. A Brief Account of the Life, Experience, Travels, and Gospel Labours of George White, an African: Written by Himself, and Revised by a Friend. New York: John C. Totten, 1810.

WILLIAMS, James. Narrative of James Williams, an American Slave, Who Was for Several Years a Driver on a Cotton Plantation in Alabama. New York: American Anti-slavery Society, 1838.

WOOD, Gordon S. A Revolução Americana. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

PÁGINAS DE INTERNET:

Acervo North American Slave Narratives. Acesso 01/05/21: <https://docsouth.unc.edu/neh/>

African American Pamphlet Collection. Uncle Tom in England: the London times on Uncle Tom's cabin; a review from the London times of Friday, September 3d. New York: Bunce & Brother, Publishers, 1852, p. 2. Acesso em 20/03/2022: <https://www.loc.gov/item/06035767>

David Walker. The Necessity of a General Union Among Us. In: Freedom's Journal, December 19, 1828. Acesso em 01/05/2021: <https://www.blackpast.org/african-american-history/1828-david-walker-necessity-general-union-among-us/>

“Old Grimes is Dead!”. The Brooklyn Daily Eagle, 21/08/1865. Second Edition. Acesso em 20/03/2022: <https://www.newspapers.com/image/50253826/>

Population of California by counties and minor civil divisions: Acesso em 20/03/2022: <https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1900/bulletins/demographic/10-population-ca.pdf>

Schomburg Center for Research in Black Culture, NY Public Library. Acesso em 01/05/2021: <https://digitalcollections.nypl.org/items/ac54c7c0-1628-0134-e13b-00505686a51c>

The Black Law of Connecticut, 1833. Gilder Lehrman Center, Yale University. Acesso 01/05/2021: <http://glc.yale.edu/sites/default/files/files/The%20Black%20Law%20of%20Connecticut%281%29.pdf>

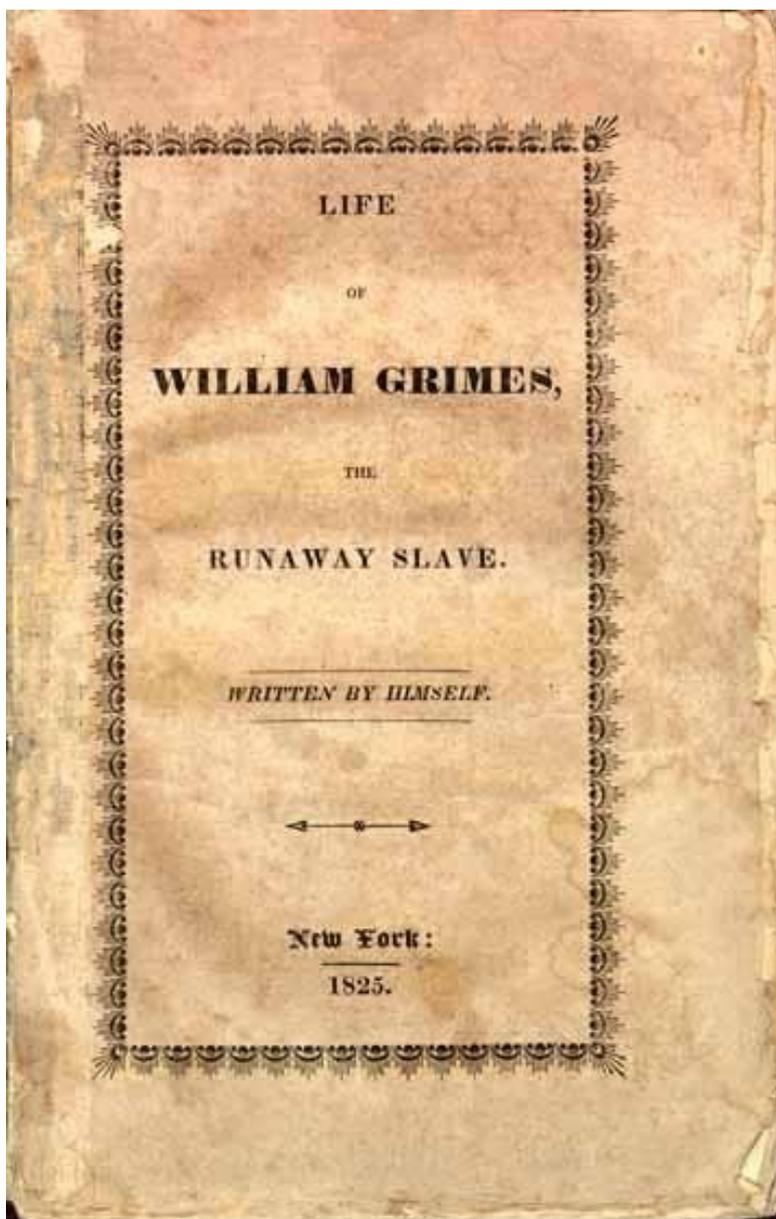
The Liberator, 30 May 1845. Review of Narrative of Frederick Douglass. From Lynn Pioneer. Acesso em 01/05/2021: <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass/support1.html>

The Seventh Census of the United States: 1850 – California. Acesso em 20/03/2022:
<https://www2.census.gov/library/publications/decennial/1850/1850a/1850a-47.pdf>

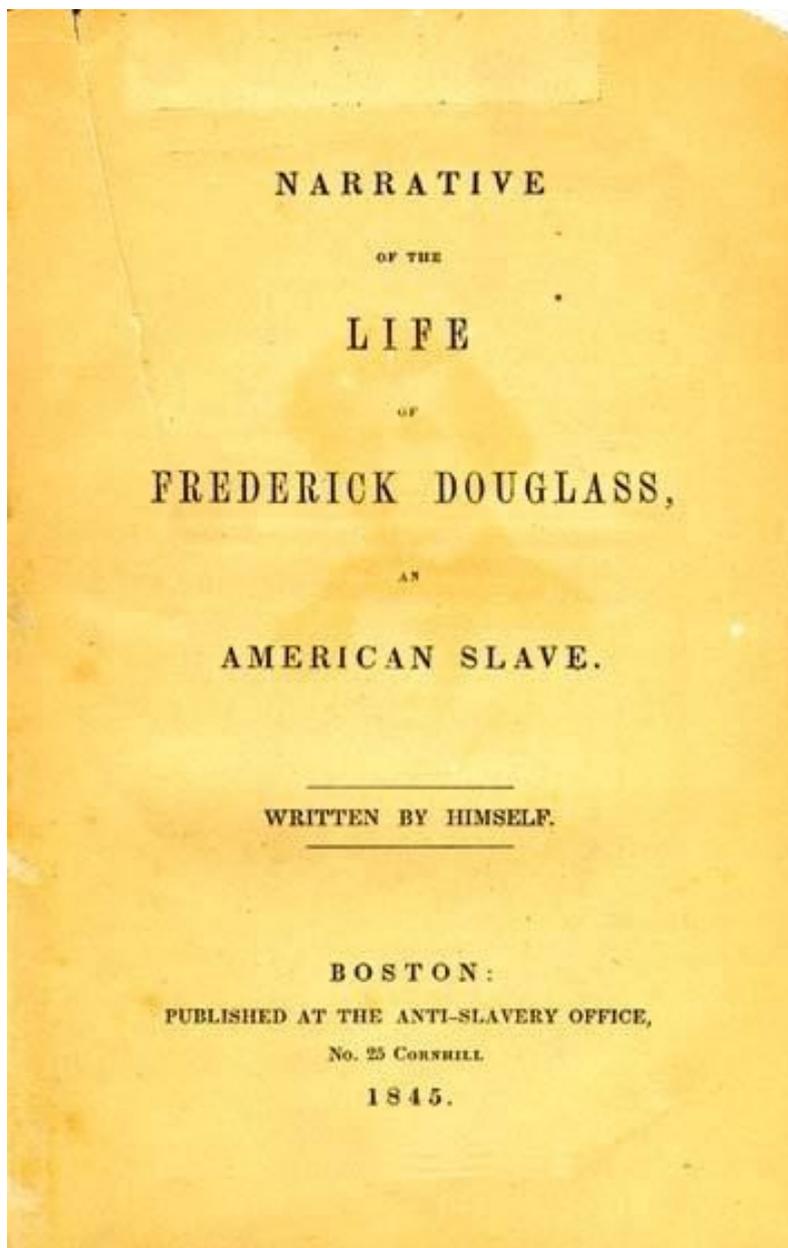
U.S. Census Bureau (1850). Compendium of the Seventh Census. Acesso em 01/05/2021:
<https://www.census.gov/library/publications/1854/dec/1850c.html>

ANEXOS

Anexo A – Capa da autobiografia de William Grimes, 1825



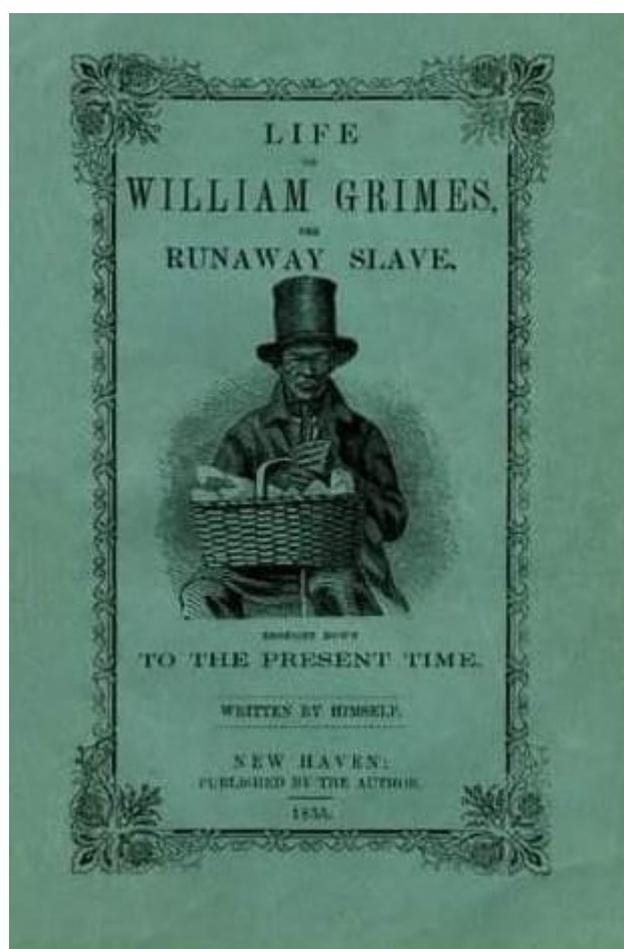
Anexo B – Folha de rosto da autobiografia de Frederick Douglass, 1845



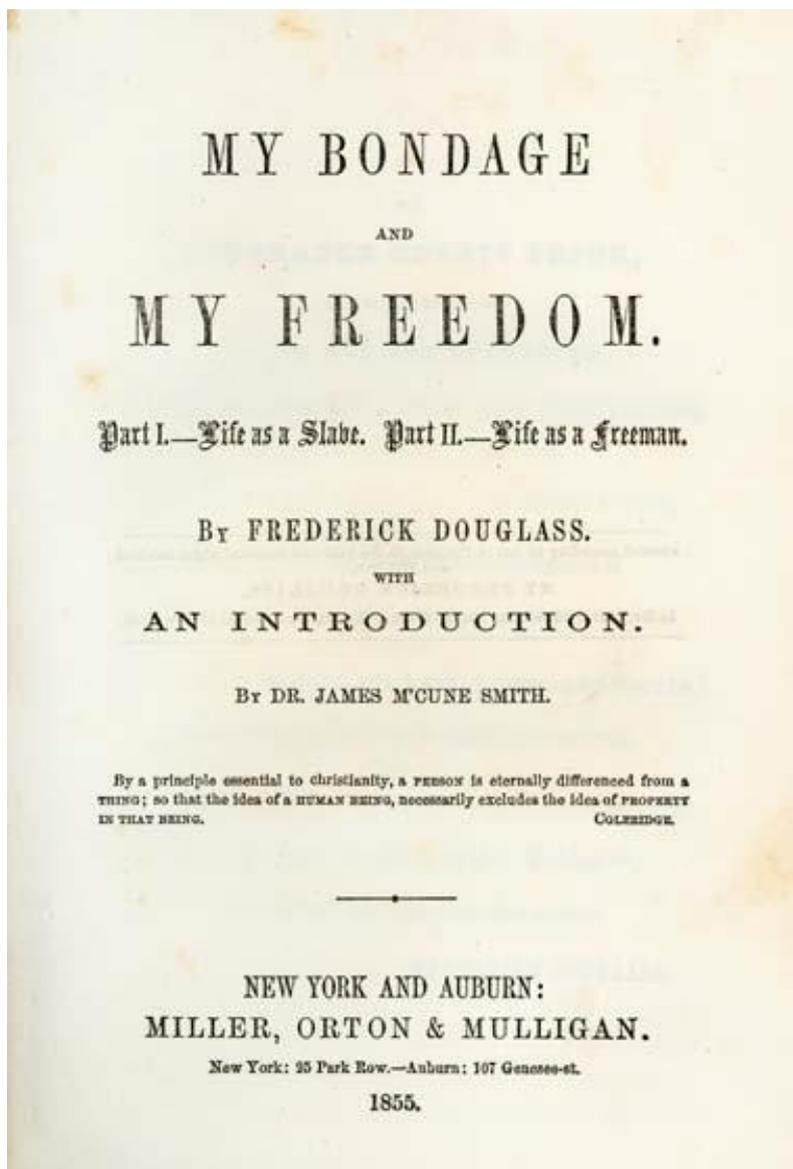
Anexo C – Retrato na autobiografia de Frederick Douglass, 1845



Anexo D – Capa da autobiografia de William Grimes, 1855



Anexo E – Folha de rosto da autobiografia de Frederick Douglass, 1855



Anexo F – Retrato na autobiografia de Frederick Douglass, 1855

